

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA  
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

**SOLANGE MOREIRA DOS SANTOS VELOZO**

**PLANTA-TEXTO: ENTRE O LINGUÍSTICO E O NÃO LINGUÍSTICO NO  
DOMÍNIO DO ESTUDO DA SIGNIFICAÇÃO**

**CÁCERES-MT**

**2023**

**SOLANGE MOREIRA DOS SANTOS VELOZO**

**PLANTA-TEXTO: ENTRE O LINGUÍSTICO E O NÃO LINGUÍSTICO NO  
DOMÍNIO DO ESTUDO DA SIGNIFICAÇÃO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística, sob a orientação do professor Dr. Taisir Mahmudo Karim, e sob coorientação da professora Dra. Giseli Veronêz da Silva.

**CÁCERES-MT**

**2023**

Tereza Antonia Longo Job CRB CRB1/1252

VELOZO, Solange Moreira dos Santos  
V432p Planta-Texto: Entre o Linguístico e o Não Linguístico no  
Domínio do Estudo da Significação / Solange Moreira dos  
Santos Velozo – Cáceres, 2023.  
206 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso (Tese/Doutorado) – Curso  
de Pós-graduação Stricto Sensu (Doutorado) Linguística,  
Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres,  
Universidade do Estado de Mato Grosso, 2023.

Orientador: Taisir Mahmudo Karim  
Coorientador: Giseli Veronêz da Silva

1. Semântica Enunciativa. 2. Temporalidade. 3. Planta-  
Texto. 4. Planta Arquitetônica. 5. Catedral São Luiz de  
Cáceres. I. Solange Moreira dos Santos Velozo. II. Planta-  
Texto: Entre o Linguístico e o Não Linguístico no Domínio  
do Estudo da Significação.

CDU 81'37

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Regional de Cáceres

**SOLANGE MOREIRA DOS SANTOS VELOZO**

**PLANTA-TEXTO: ENTRE O LINGUÍSTICO E O NÃO LINGUÍSTICO NO  
DOMÍNIO DO ESTUDO DA SIGNIFICAÇÃO**

**BANCA EXAMINADORA**



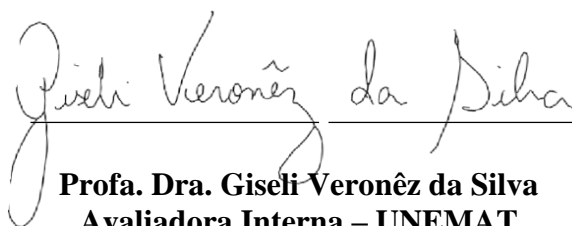
---

**Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim**  
**Orientador – PPGL/UNEMAT**



---

**Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães**  
**Avaliador Interno – PPGL/UNICAMP/UNEMAT**



---

**Profa. Dra. Giseli Veronêz da Silva**  
**Avaliadora Interna – UNEMAT**



---

**Profa. Dra. Jocyare Cristina Pereira de Souza**  
**Avaliadora Externa – UNINCOR**



---

**Profa. Dra. Débora Raquel Hettwer Massmann**  
**Avaliadora Externa – PPGLL/UFAL**

---

**Prof. Dr. Adilson Ventura da Silva**  
**Avaliador Externo – UESB**

---

**Prof. Dr. Lucas Augusto Souza Pinto Alvares**  
**Avaliador Interno – UNEMAT**

**APROVADA EM: 22/03/2023**

## DEDICATÓRIA

A Deus!

Ao meu filho, Edclilson Moreira Velozo, pelo incentivo, carinho e compreensão, a razão de minhas alegrias.

Ao meu esposo, Edmilson dos Passos Velozo, pelo suporte incondicional que me dedicou durante meu percurso acadêmico desde o mestrado e agora no doutorado.

Aos meus pais, Antonia Moreira de Freitas e João Celestino dos Santos.

Aos meus irmãos, Sueli, Sidnei e Valdeir.

À minha saudosa avó, Maria Moreira de Freitas (*In memoriam*), pelos ensinamentos religiosos, pelo cuidado e amor dedicado aos meus irmãos e a mim. Gratidão eterna.

Ao meu saudoso sogro, Sr. Fábio de Magalhães Velozo (*In memoriam*), o qual foi marinheiro, poaeiro, comerciante de armazém e pedreiro atuante na reconstrução da Catedral São Luiz de Cáceres, da construção da Ponte Marechal Rondon, e da construção da Vila José da Lapa, entre outros.

## AGRADECIMENTOS

*Alegrem-se sempre no Senhor; outra vez digo:*

*alegrem-se!*

*Filipenses 4:4*

Antes de tudo, Gratidão a Deus, por sempre conceder-me bênçãos, principalmente, a de estar viva, porque somente com Sua permissão foi possível o desenvolvimento e realização desta Tese, sabendo que todos de algum modo tem vivido dias cinzentos, levando em conta que, desde 23 de março de 2020, devido à pandemia protagonizada pelo COVID-19, os sujeitos foram obrigados a ajustarem-se a uma nova realidade sócio histórica, num momento em que muitos se foram sem ter o direito da última despedida, sem dizer Adeus. Por estas e tantas outras razões que retomo Filipenses -, 4:4, para dizer: “Alegrem-se sempre no Senhor; outra vez digo: alegrem-se!”.

Ao meu filho Edclilson e ao meu esposo Edmilson, pelo apoio incondicional.

À Sra. Antonia Moreira de Freitas (minha mãe) e ao Sr. João Celestino dos Santos (meu pai). Aos meus irmãos Sueli Moreira dos Santos, Sidnei Celestino dos Santos e Valdeir Moreira dos Santos, pelas manifestações de apoio e carinho nesse percurso tão solitário.

À V. Exa. Rev.ma Dom Jacy Diniz Rocha, Bispo da CNBB Regional Oeste<sup>1</sup>, e em seu nome, estendemos os nossos agradecimentos a todos os Bispos do Regional e Arcebispos, Monsenhores, Cônegos, Padres e Religiosos da Diocese São Luiz de Cáceres.

Ao Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim, pelo tempo dedicado a orientar-me e, principalmente, por confiar e acreditar na proposta deste trabalho, isto é, tomar a planta como materialidade de análise considerando-a como planta-texto, como um acontecimento de linguagem que temporaliza na sua própria ordem. E, sobretudo, por estender-me o convite a participar como ouvinte dos Grupos de Pesquisa, sob sua coordenação: *Nomes Próprios: Estudos da Significação; Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras Um Estudo Semântico-Enunciativo* e ao Grupo Significar Mato Grosso, segundo o qual sou integrante desde 2016, onde as relações de alocação são práticas de linguagens, que se desenvolve e se constituem nas relações de enunciação na perspectiva da Semântica do Acontecimento/Semântica da Enunciação, cujo objeto é a Significação.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.cnbbo2.org.br/bispos-do-regional/>. Acesso em: 31/08/2022.

À Profa. Dra. Joelma Aparecida Bressanin, com muita gratidão, pois, sob sua orientação leveza, atenção e um cuidado precioso, produzimos o texto fora de área: *Os discursos referentes a currículos e planejamento curricular em circulação na BNCC e no DRC-MT*. Agradeço também a Profa. Dra. Luciana Nogueira, da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar e Profa. Dra. Maristela Cury Sarian, da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT, que constituiu a Branca de avaliação e de Qualificação, deste artigo científico, cujos pareceres aprovaram e qualificaram, na área da Análise de Discurso, com indicação para publicação.

Aos professores Drs. Albano Dalla Pria, Marcos Luiz Cumpri e Taisir Mahmudo Karim, por me aceitarem como aluna especial de suas disciplinas, em 2017. Ao Dr. Luiz Francisco Dias, por todo conhecimento compartilhado conosco em suas disciplinas, cursos e eventos. À Dra. Neuza Benedita da Silva Zattar, pela honra de tê-la como professora desde a Graduação em Letras. A todos os professores que ministraram disciplinas no Programa de Pós-Graduação em Linguística, e que contribuíram significativamente no meu processo de construção de conhecimento ao longo do Mestrado e Doutorado.

Ao Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães, por compartilhar seus conhecimentos conosco nas disciplinas ministradas no PPGL, por toda dedicação, disponibilidade e carinho com que sempre me recebeu em suas aulas, desde o Mestrado. Gratidão, pelas contribuições e sugestões de leituras, cujas referências enriqueceram a formação do *corpus* da pesquisa naquele momento. Mais uma vez, venho agradecer-lhe por aceitar o convite para participar como membro da Banca Avaliadora de Qualificação e da Banca de Defesa da Tese, um momento único na minha vida, é uma grande honra tê-lo nesta Banca.

À Dra. Giseli Veronêz da Silva, minha gratidão eterna, é difícil encontrar enunciados que a descreva, por toda contribuição, apoio, amizade, cumplicidade, pela paciência a ouvir minhas angústias, nesta caminhada de produção de conhecimento no doutoramento e, por aceitar de pronto o convite para participar como membro da Banca Avaliadora de Qualificação e da Banca de Defesa, desta pesquisa.

À Dra. Jocyare Cristina Pereira de Souza, gratidão, por aceitar o convite para participar como membro da Banca Avaliadora de Qualificação e da Banca de Defesa da Tese. Jamais esquecerei o dia que a conheci, pois, ao estabelecermos uma pequena relação de alocação, começou, ali, uma latência de futuridade incontornável.

À Profa. Dra. Débora Raquel Hettwer Massmann, por aceitar participar da Banca Avaliadora da Tese.



Aos professores, Dr. Adilson Ventura da Silva, Dr. Lucas Augusto Souza Pinto Alvares, por aceitarem participar como Suplentes desta Banca.

À Dra. Sueli Martins Cardozo, pelas sugestões compartilhadas e, à Dra. Jane Camilo, pelas indicações de leituras.

Ao Douglas Ehle Nodari, pela atenção e profissionalismo. E, à Maria Aparecida Martins de Abreu, por sempre me atender com dedicação e carinho.

Ao Reinaldo Norberto, pela atenção no atendimento que recebi no NUDHEO, principalmente, por levantar e separar arquivos diversos, em PDF, DVDs, CDs: livros, documentos oficiais e fotografias inéditas, etc., e, na oportunidade disponibilizando-os à pesquisa. Estes materiais, foram fundamentais, após dias pesquisando neste Núcleo, encontrei um dos textos, o qual tomamos como objeto de análise e formação do *corpus* do Projeto de Doutorado e da Tese.

Às sras. Lucinete Monteiro Torres; Ana Geralda e Luzeni, pelo carinho e cuidado no levantamento dos arquivos, pelo apoio e compreensão dispensado a mim na Instituição do Museu Municipal de Cáceres, onde me ajudaram a encontrar alguns textos que acabaram constituindo-se como parte do corpus da pesquisa.

Às sras. Tânia da Silva Dal-Vesco, Aparecida Cândida dos Reis de Souza, à profa. Ordilete Aparecida Correia, por possibilitarem o levantamento e separação de materiais dos arquivos compreendidos na Instituição do Arquivo Municipal de Cáceres. Ao Sr. Jesus da Lapa Costa e ao Edvaldo Lopes de Souza, pelo atendimento.

À professora Dra. Olga Castrillon-Mendes, por abrir as portas da Biblioteca Prof. Natalino Ferreira Mendes e, por sempre disponibilizar o vasto acervo à pesquisa.

À professora Divina Aparecida Santos Cochev, por receber-me com todos os cuidados exigidos, naquele momento pandêmico, na Biblioteca Pública Municipal Professora Leonidia Avelino Moraes, de Cáceres. E, por disponibilizar o vasto acervo à pesquisa.

Ao Me. Adson Arruda, pelo empréstimo de um livro raríssimo e inédito, o qual considero uma relíquia para quem se interessa, tratar de questões que envolve a história da Catedral São Luiz de Cáceres.

Ao Me. Acir Montecchi, pelas contribuições via telefone.

À profa. Sonia Maria de Campos, pelo excelente trabalho que desenvolve como coordenadora do Museu Histórico “Profa. Emília Darci de Souza Cuyabano”, por receber os pesquisadores com muita alegria.

Ao Edson Gustavo de Souza Santos, atualmente, Arquiteto e Urbanista, por sugerir e compartilhar, gentilmente, alguns textos em PDF, via e-mail.

Aos colegas, de modo geral, os quais conheci no percurso do Mestrado e Doutorado em Linguística.

A Universidade do Estado do Mato Grosso-UNEMAT/PPGL, a todos os professores e instituições, que firmaram parcerias para a concretização do maior desafio da UNEMAT, “a implantação de programas de pós-graduação *stricto sensu*”, pois, conforme o histórico do Programa (PPGL), essas parcerias “favorecerão, para a consolidação efetiva da pesquisa. Estas portas que se abriram em Cáceres, fortalece a integração dos sujeitos aos Cursos, e a produção de conhecimentos de qualidades. Desse modo, sou grata por fazer parte dessa instituição, e poder contribuir com a pesquisa na área da linguagem, na Linha de Pesquisa: Estudo de Processos de Significação.

## EPÍGRAFE

*[...] O texto é uma unidade no sentido de ser algo finito e que se caracteriza por integrar [...] enunciados. Ou seja, o texto se caracteriza por ter uma relação com outras unidades de linguagem, os enunciados, que são enunciados e que significam em virtude desta relação. O texto é, nesta medida, uma unidade que se apresenta entre outras da mesma natureza. No entanto o texto não tem unidade, se esta palavra significa qualidade do que é uno, do que é homogêneo. O texto é uma unidade (termo -1), mas não tem unidade (termo-2), não é uno.*

*Eduardo Guimarães (2012, p. 27)*

*A arquitetura de um texto é em parte um trabalho de arquitetura de um olhar científico. O trabalho com o texto científico no campo de uma semântica da enunciação envolve a relação tensa entre uma “presentificação” de dados da língua e um plano teórico de acolhimento desses dados, tendo em vista a constituição de uma consistência científica.*

*Luiz Francisco Dias (2018, p. 7)*

*[...] Textos e fotografias se materializam.*

*D. Máximo Biennès (1987, p. 14).*

## RESUMO

A presente tese, Planta-Texto: entre o linguístico e o não linguístico no domínio do estudo da significação, inscrita na linha de pesquisa *Estudos de Processos de Significação*, que compreende estudos do funcionamento enunciativo da língua e dos processos de significação, vincula-se ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), desenvolve um estudo semântico enunciativo de análises de plantas urbanas e planta arquitetônica, de modo geral, consideradas na sua história na relação com textos que recortam memoráveis, e especificam uma história particular. Nessa direção, o desafio é o de sondar e analisar a planta da Vila, planta da cidade e, especificamente, a (Planta Arquitetônica) da Igreja Matriz de Cáceres - MT, Catedral de São Luiz de Cáceres, como planta-texto. Para esse propósito, elegemos um conjunto de plantas-textos, também, com objetivos de analisar a designação constitutiva do sentido de nomes, de enunciados e outros elementos na relação de integração a esta unidade de significação, no seu funcionamento simbólico e na sua historicidade. Nesse sentido, busca-se compreender como os enunciados, os nomes, as expressões linguísticas, os elementos linguísticos e não linguísticos integrados a planta-texto, ao articularem-se com outros textos, dizem sobre a construção da Catedral, constroem sentidos que reescreveram e fazem (re)significar a imponente obra da Igreja Católica construída no centro histórico da cidade de Cáceres, no Estado de Mato Grosso? Como nomes de cidade, nome de igreja, lugar, datas, números, cadeia, rua, travessa, largo entre outros elementos significam, na relação de integração com o texto, a planta? Como os nomes são designados na relação de articulação e reescrituração constituídos no funcionamento enunciativo integrados no texto? E, como a planta-texto significa como texto ao passo que os nomes, as palavras, expressões ao serem reditas, recebem novas (re)significações e projetam novos sentidos a designação *construção* da Catedral São Luiz de Cáceres? Para responder essas questões o *corpus* se constitui de memoriais escritos (documentos diversos), e, especificamente, de três plantas: *Planta de Villa Maria do Paraguay- 1778*; planta *S. Luiz de Cáceres -1876*; e de forma específica e muito particular analisamos a planta da *Catedral São Luiz de Cáceres* datada de 25/09/1994, compreendendo-a com sua *Planta Baixa*, *Planta de Corte* e *Planta de Cobertura*, levadas ao estudo da significação. A fundamentação teórico-metodológico se dá a partir da *Semântica do Acontecimento* (2002), *Análise de texto: procedimentos, análises, ensino* (2012), *Semântica Enunciação e Sentido* (2018), desenvolvido por Eduardo Guimarães. Dias (2018), e outros autores como Karim; Silva; Macedo-Karim (2018, 2021), Silva; Ferreira; Silva; Velozo (2021), Zattar (2011, 2016), que corroboram com o estudo semântico enunciativo desenvolvido. Esta perspectiva permite-nos considerar a planta como texto. Também estabelecemos uma relação com a posição de Matos (2011). Logo, ao analisarmos, percebemos que as unidades de linguagem que integram a planta-texto, constituem sentidos e significam no funcionamento de linguagem deste acontecimento, por meio de modos de dizer, cuja temporalidade a específica, significa, designam e historicizam acontecimentos como: *a construção* da monumental Catedral de São Luiz de Cáceres.

**Palavras-chave:** Semântica Enunciativa; Temporalidade; Planta-Texto; Planta Arquitetônica, Catedral São Luiz de Cáceres.

## ABSTRACT

The present thesis entitled: Plan -Text: between the linguistic and the non-linguistic in the study of meaning is inscribed in the research line Meaning Processes Studies, which includes studies of the enunciative functioning of language and meaning processes of the *Stricto Sensu* Postgraduate Program in Linguistics of the State University of Mato Grosso (UNEMAT). This research develops a semantic-enunciative study of analyses of urban and architectural plans, in general, considered in their history in relation to texts that cut out the memorable, and specify a particular history. In this sense, the challenge is to probe and analyse the plan of the village, the plan of the city and, in particular, the (architectural plan) of the main church of Cáceres - MT, the named *São Luiz de Cáceres*, as a text-plan. For this purpose, we have also chosen a set of plan-texts with the aim of analysing the constitutive designation of the meaning of names, statements and other elements in the relation of integration to this unit of meaning, in its symbolic functioning and in its historicity. In this sense, we seek to understand how the statements, names, linguistic expressions, linguistic and non-linguistic elements integrated in the plan-text, when articulated with other texts, say about the construction of the cathedral, construct meanings that rewrite and (re)signify the imposing work of the Catholic church built in the historical centre of the city of Cáceres, in the state of Mato Grosso? How do the names of the city, the name of the church, the place, the dates, the numbers, the prison, the street, the alley, the square and other elements signify, in the integration relation with the text, the plan? How are the nouns designated in the relation of articulation and rewriting constituted in the enunciative functioning integrated with the text? And, how does the plan-text signify as a text when the nouns, words, expressions, when rewritten, receive new (re)meanings and project new meanings to the construction of the designation of the Cathedral São Luiz of Cáceres? To answer these questions, the corpus is made up of written reports (various documents), and, specifically, of three plans: Plan of Villa Maria of Paraguay - 1778; Plan of St. Luiz of Cáceres - 1876; and, in a specific and very particular way, we have analysed the plan of the Cathedral of St. Luiz of Cáceres dated 25/09/1994, including its mass plan, its section plan and its roof plan, all considered in the study of meaning. The theoretical and methodological support for this research is the Semantics of the event (2002), Text analysis: procedures, analysis, teaching (2012), Semantics of enunciation and meaning (2018), developed by Eduardo Guimarães. Dias (2018), and other authors such as Karim; Silva; Macedo-Karim (2018, 2021), Silva; Ferreira; Silva; Velozo (2021), Zattar (2011, 2016), which corroborate with the enunciative semantic study developed. This perspective allows us to consider the plan as a text. We also establish a relation with the position of Matos (2011). Therefore, during the analysis, we realize that the linguistic units that integrate the plan-text constitute meanings and significances in the language functioning of this event, through ways of saying, whose specific temporality signifies, designates and historicizes events such as: the construction of the monumental cathedral of São Luiz of Cáceres.

**Keywords:** Semantic-enunciative; Temporality; Plan-Text; Architectural plan, São Luiz of Cáceres Cathedral.

## RÉSUMÉ

La présente thèse intitulée : Plan -Texte : entre le linguistique et le non-linguistique dans le domaine de l'étude de la signification est inscrite dans la ligne de recherche Études des processus de signification, qui comprend des études du fonctionnement énonciatif de la langue et des processus de signification du Programme de troisième cycle *Stricto Sensu* en linguistique de l'Université de l'État du Mato Grosso (UNEMAT). Cette recherche développe une étude sémantico-énonciative d'analyses de plans urbains et architecturaux, en général, considérés dans leur histoire en relation avec des textes qui découpent les mémorables, et spécifient une histoire particulière. Dans ce sens, le défi est de sonder et d'analyser le plan du village, le plan de la ville et, en particulier, le (plan architectural) de l'église principal de Cáceres - MT, la cathédrale São Luiz de Cáceres, en tant que texte-plan. Pour ce faire, nous avons également choisi un ensemble de plans-textes dans le but d'analyser la désignation constitutive du sens des noms, des énoncés et d'autres éléments dans la relation d'intégration à cette unité de signification, dans son fonctionnement symbolique et dans son historicité. Dans ce sens, nous cherchons à comprendre comment les énoncés, les noms, les expressions linguistiques, les éléments linguistiques et non linguistiques intégrés au plan-texte, lorsqu'ils sont articulés avec d'autres textes, disent sur la construction de la cathédrale, construisent des sens qui réécrivent et font (re)signifier l'œuvre imposante de l'église catholique construite dans le centre historique de la ville de Cáceres, dans l'État du Mato Grosso ? Comment les noms de la ville, le nom de l'église, le lieu, les dates, les chiffres, la prison, la rue, l'allée, la place et d'autres éléments signifient-ils, dans la relation d'intégration avec le texte, le plan ? Comment les noms désignés dans la relation d'articulation et de réécriture se constituent-ils dans le fonctionnement énonciatif intégré au texte ? Et, comment le plan-texte signifie-t-il en tant que texte alors que les noms, les mots, les expressions, lorsqu'ils sont réécrits, reçoivent de nouvelles (re)significations et projettent de nouveaux sens à la construction de la désignation de la Cathédrale São Luiz de Cáceres ? Pour répondre à ces questions, le corpus est constitué de rapports écrits (documents divers), et, spécifiquement, de trois plans : Plan de *Villa Maria de Paraguay* - 1778 ; plan de *St. Luiz de Cáceres* - 1876 ; et, d'une manière spécifique et très particulière, nous avons analysé le plan de la Cathédrale de *St. Luiz de Cáceres* daté du 25/09/1994, y compris son plan de masse, son plan de coupe et son plan de toiture, tous considérés dans l'étude de la signification. Le fondement théorique et méthodologique cette recherche est la Sémantique de l'événement (2002), Analyse de texte : procédures, analyses, enseignement (2012), Sémantique de l'énonciation et du sens (2018), développé par Eduardo Guimarães. Dias (2018), et d'autres auteurs tels que Karim ; Silva ; Macedo-Karim (2018, 2021), Silva ; Ferreira ; Silva ; Velozo (2021), Zattar (2011, 2016), qui corroborent avec l'étude sémantique énonciative développée. Cette perspective nous permet de considérer le plan comme un texte. Nous établissons également une relation avec la position de Matos (2011). Par conséquent, lors de l'analyse, nous nous rendons compte que les unités linguistiques qui intègrent le plan-texte constituent des sens et des significations dans le fonctionnement du langage de cet événement, à travers des façons de dire, dont la temporalité spécifique signifie, désigne et historicise des événements tels que : la construction de la cathédrale monumentale de São Luiz de Cáceres.

**Mots-clés:** Sémantico-énonciative; Temporalité; Plan -Texte; Plan architectural, Cathédrale de São Luiz de Cáceres.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

**Adj.** – Adjetivo

**BNCC** – Base Nacional Comum Curricular

**CDs** – *Compact disc* (disco de armazenamento de dados)

**CNBBO** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Região Oeste 2

**DRC – MT** – Documento de Referência Curricular para Mato Grosso

**DSD** – Domínio Semântico de Determinação

**DVDs** – *Digital Versatile Disc* – Disco Digital Versátil

**etc.** - Redução de uma expressão do latim, “*et coetera*”, que significa “e outras coisas”

**EXM.** – Excelentíssimo

**Nc** – Nome comum

**Nc/t.** - Nome comum de topônimo

**Npr/p** – Nome próprio de pessoa

**Npr/s** – Nome próprio de santo

**Npr/T.** Nome comum de Topônimo

**NUDHEO** – Núcleo de Documentação em História Escrita e Oral

**PDF** – *Portable Document Format* (Formato Portátil de Documento)

**PPGL** - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística

**PPGLL** – Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura

**Prep.** - Preposição

**R. Cmte.** - Rua Comandante

**Regº.** - Registro

**S.** – São

**SIC, Sic** ou **sic.** – Contração do termo em latim “*sicut*”, que significa “assim como é, exatamente desta forma”.

**UESB** – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**UFAL** – Universidade Federal de Alagoas

**UFSCar** – Universidade Federal de São Carlos

**UNEMAT** – Universidade do Estado do Mato Grosso “*Carlos Alberto Reyes Maldonado*”

**UNICAMP** – Universidade Estadual de Campinas

**UNINCOR** – Universidade Vale do Rio Verde

**V. EXA. REV.MA** – Vossa Excelência Reverendíssima

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Igreja de São Luís de França, o Cruzeiro e o Marco do Jauru, em Vila Maria do Paraguai.....	51
<b>Figura 2</b> – Marco do Jauru – fevereiro de 1754 .....	55
<b>Figura 3</b> –Texto do Tratado (MARCO DO JAURU), atado ao corpo da cidade de Cáceres. ....	59
<b>Figura 4</b> – MARCO DO JAURU – atado ao corpo da cidade de Cáceres.....	59
<b>Figura 5</b> – São Luiz de Cáceres, A Igreja e a Força Federal .....	62
<b>Figura 6</b> – Decreto de Dom José I (16 junho 1771) .....	100
<b>Figura 7</b> – Estrada Geral ou Estrada de Mato Grosso, em 1880, atual BR 070.....	103
<b>Figura 8</b> – Planta-Texto – PLANTA DE VILLA MARIA DO PARAGUAY... ..	120
<b>Figura 9</b> – Planta-Texto – Planta de Vila Maria do Paraguay. Nomeação das Ruas.....	123
<b>Figura 10</b> – Planta-Texto – “ <i>S. Luiz de Cáceres</i> ” – 1876. ....	134
<b>Figura 11</b> – Prospecto da Vila Maria e São Luíz do Paraguai.....	149
<b>Figura 12</b> – “ <i>D. frei Luiz Maria Galibert, bispo de S. Luiz de Cáceres, em Matto Grosso</i> ”.....	156
<b>Figura 13</b> – “Dois aspectos da catedral de <i>S. Luiz de Cáceres</i> , em construção” .....	156
<b>Figura 14</b> – FACHADA DO PROJETO ORIGINAL – 1918.....	159
<b>Figura 15</b> – Planta-Texto 1 – Catedral São Luiz de Cáceres (Cobertura e Planta Baixa) ....	161
<b>Figura 16</b> – Planta-Texto 2 – Catedral São Luiz de Cáceres (Fachada e Corte) .....	162
<b>Figura 17</b> – A geometria latente da Catedral.....	173
<b>Figura 18</b> – A FACHADA da Catedral com a Tau.....	174



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Os sesmeiros-pioneiros.....	103
--	-----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	21
-------------------------	----

### CAPÍTULO I

<b>ORDENAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO NO DOMÍNIO DOS ESTUDOS DA ENUNCIACÃO</b> .....	31
--	----

<b>1.1</b> O texto enquanto unidade complexa de significação.....	31
<b>1.2</b> Fundamentos e procedimentos semântico-enunciativos de análise.....	34
<b>1.3</b> Língua, acontecimento, temporalidade.....	36
<b>1.4</b> Espaço de enunciação: fundamental e decisivo na história dos estudos enunciativos.....	37
<b>1.5</b> Cena enunciativa: uma categoria metodológico-descritiva.....	38
<b>1.6</b> Procedimento de análise: DSD - Articulação e Reescrituração.....	41
<b>1.7</b> Do levantamento do <i>Corpus</i> e do procedimento enunciativo de Análise.....	44
<b>1.7.1</b> Do levantamento do <i>Corpus</i> .....	44
<b>1.7.2</b> Do procedimento de Análise.....	48

### CAPÍTULO II

<b>MARCO DO JAURU, MEMORAVÉL DO TRATADO DE MADRI: TRAÇADOS HISTÓRICOS ENUNCIATIVOS QUE DIZEM DOS LIMITES ENTRE PORTUGAL E ESPANHA</b> .....	50
---	----

<b>2.1</b> Do Marco do Jauru, 1754 -1883: Tratados e Limites entre Portugal e Espanha no Centro Tombado de Cáceres – MT.....	52
<b>2.2</b> Traços do Funcionamento Morfossintático-Semântico-Enunciativo dos enunciados-títulos: modos de dizer e modos de significar a unicidade da planta-texto.....	63
<b>2.2.1</b> Traços e Contornos das Estruturas Morfossintático-Semântico-Enunciativo dos nomes próprios de Rua e Travessa.....	74
<b>2.2.2</b> Nomes de Ruas e Travessas determinados por sobrenomes portugueses.....	75
<b>2.2.3</b> Nomes de Ruas e Travessas integrados a planta-texto <i>S. Luiz de Cáceres</i> - 1876.....	77
<b>2.2.4</b> Nome de Rua integrado a planta-texto arquitetônica da Catedral São Luiz de Cáceres..	81

### **CAPÍTULO III**

<b>A HISTÓRIA (RE) SIGNIFICADA ATRAVÉS DOS MAPAS E DAS PLANTAS.....</b>	<b>83</b>
<b>3.1 O mapa como texto para Guimarães (2002-2017).....</b>	<b>88</b>
<b>3.2 O mapa enquanto texto para Karim; Silva e Macedo-Karim (2018) .....</b>	<b>90</b>
<b>3.3 Os mapas/textos entre traços e legenda enquanto objeto de significação para Karim; Silva; Macedo-Karim e Velozo (2022) .....</b>	<b>91</b>
<b>3.4 A planta enquanto desenho para Zattar (2015-2016) .....</b>	<b>92</b>
<b>3.5 A planta enquanto texto de uma Vila- Capital para Silva; Ferreira, Silva e Velozo (2021) .....</b>	<b>94</b>
<b>3.6 O não verbal enquanto significação para Dias (2018) .....</b>	<b>95</b>

### **CAPÍTULO IV**

<b>PLANTA-TEXTO, TRAÇOS DE LINGUAGEM: DESIGNAÇÃO, SENTIDOS E TEMPORALIDADE .....</b>	<b>97</b>
<b>4.1 (Pré) Fundação de Vila Maria, povoação, a bordo do Rio Paraguai: instruções da Rainha.....</b>	<b>98</b>
<b>4..1.1 Designação de <i>Villa Maria do Paraguay</i> integrada no Mapa de toda Povoação da Capitania do Mato Grosso – 1777.....</b>	<b>110</b>
<b>4.2 Planta-Texto: traços e contornos que significam a projeção de uma Igreja na Planta de Villa Maria do Paraguay, de 1778.....</b>	<b>117</b>
<b>4.2.1 Planta-Texto: <i>S. Luiz de Cáceres</i> de 1876: designação enunciativa e múltiplas temporalidades .....</b>	<b>130</b>
<b>4.2.2 Os números enquanto reescritura do nome próprio das ruas na planta-texto <i>S. Luiz de Cáceres</i> de 1876.....</b>	<b>133</b>
<b>4.2.3 Os sentidos dos nomes enunciados na legenda da planta-texto: múltiplas temporalidades.....</b>	<b>141</b>

## **CAPÍTULO V**

<b>PLANTA-TEXTO: UM ESTUDO SEMÂNTICO ENUNCIATIVO DO ACONTECIMENTO DE LINGUAGEM DA PLANTA DA CATEDRAL SÃO LUIZ DE CÁCERES.....</b>	<b>144</b>
---	------------

<b>5.1</b> Enunciando alguns aspectos históricos sobre a construção da Igreja da Catedral São Luiz de Cáceres.....	<b>146</b>
--	------------

<b>5.2</b> Os sentidos de construção do novo projetado como sentido de uma nova Igreja Matriz.....	<b>151</b>
--	------------

<b>5.3</b> Planta-Texto 01 – Planta Baixa/Cobertura e Planta-Texto 02 – Planta Fachada/Corte: uma nova temporalidade sentidos que ressignificam a Igreja Matriz de Cáceres.....	<b>155</b>
---	------------

<b>TRAÇOS ENUNCIATIVOS FINAIS .....</b>	<b>176</b>
---	------------

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>197</b>
--------------------------	------------

Anexo I – Mapa de toda Povoação da Capitania de Mato Grosso, e Cuyabá formado sobre as Memórias que relativamente fez extrahir o Governador e Capitão General da mesma Capitania Luiz d’ Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres.....	202
--	-----

Anexo II – Expansão da Planta-Texto 01 da Catedral São Luiz de Cáceres (PLANTA BAIXA/COBERTURA/LEGENDA) .....	203
---	-----

Anexo III - Expansão da Planta-Texto 01 da Catedral São Luiz de Cáceres (CORTE/LEGENDA/FACHADA) .....	205
---	-----

## INTRODUÇÃO

Com a linguagem pode-se dizer de algo no/do mundo, e com ela significá-lo, não no sentido de tomar algo simplesmente como verdadeiro, pronto e acabado para si, mas no sentido de dizer que a linguagem significa na sua heterogeneidade e na transversalidade do texto. Ela produz sentidos no seu funcionamento e, assim, a medida que ela funciona, os elementos linguísticos e não linguísticos significam na/pela relação que têm com os enunciados que se cruzam com os traços geométricos, que significam enquanto práticas de linguagens no acontecimento em que funcionam, considerando a posição que trata a significação no acontecimento de enunciação, neste caso, estamos considerando como acontecimento de linguagem: a planta da vila, a planta da cidade e, especificamente, a planta arquitetônica da Igreja Catedral São Luiz de Cáceres.

Esta pesquisa, inicia-se, inspirada nos estudos da enunciação que analisa um mapa como texto, mais especificamente, no domínio dos estudos da enunciação nos modos como Eduardo Guimarães (2002, 2017, 2018), toma e analisa o mapa levado ao estudo da significação a partir de “Nomes de rua e o mapa como texto”. Conforme Guimarães, essa definição avançou no movimento de enunciação da posição deleuziana e guattarriana em *Mil Platôs* (1997), que o permitiu avançar e o levou a definir e a caracterizar o mapa enquanto texto. Neste sentido, tomar um mapa como texto é considerá-lo como linguagem, como sentido. Para tal caracterização, Guimarães diz que: “somos movidos por uma afirmação de Deleuze e Guattari em *Mille Plateaux*: “a linguagem é um mapa e não um decalque (1980, p. 14)”. Desse modo, agenciado deste lugar de enunciação, o semanticista diz avançar nos estudos da enunciação e, assim, considera que “o mapa enquanto texto não é formado pelos nomes, o mapa os integra e os faz significar enquanto nomes de espaços da cidade que o mapa representa e significa” (GUIMARÃES, 2012, p. 27). Segundo esta posição, “tomar o mapa como *corpus* permite tomar, também, a questão da relação dos nomes no seu conjunto e sua distribuição no espaço urbano” (Ibidem, p. 58).

À vista dessa perspectiva, a tese intitulada: Planta-Texto: entre o linguístico e o não linguístico no domínio do estudo da significação, desenvolve um estudo semântico enunciativo de outro acontecimento, ou seja, um estudo que toma a planta como objeto de investigação. Isto é, como *corpus*, o que especificaremos mais abaixo.

Como aponta Karim (2003, p. 163), a difusão do cristianismo, se deu nos dois primeiros séculos e, basicamente, cabia aos apóstolos de Jesus, toda a incumbência de tal

difusão. Conforme o autor, “foi durante esse período que os romanos, senhores do mundo de então, perseguiram e mataram os cristãos” (Ibidem). No entanto, ainda consoante o autor, com “o declínio do Império Romano, primeiras décadas dos anos trezentos, o cristianismo se fortaleceu economicamente, pela conversão de muitas pessoas da classe média e alta ao cristianismo, principalmente entre os romanos, pois a cada dia que se passava o Império ia se esfacelando”. E, conseqüentemente, “o cristianismo se consolidava cada vez mais. Com o grande número de romanos ricos que se converteram ao cristianismo, logo começou a construção dos grandes templos”.

Consideramos e ressaltamos as palavras de Karim (2003), sobre o modo como as igrejas eram governadas. Como assevera o autor:

[...] Inicialmente **as igrejas** eram governadas por grupos de presbíteros ou bispo auxiliados pelos diáconos, cada grupo exercia poder apenas da sua igreja. Mais tarde **a Igreja** começa a distinguir o clérigo do leigo. Essa ideia prevalece no clero e surge a crença de que o clero deveria ser celibatário. Isso se constitui em lei na Igreja Católica a partir do IV século (KARIM, 2003, p. 164).

Da posição assumida, esta tese, desenvolve um estudo semântico enunciativo, de modo geral, que se propõe a análises de plantas urbanas e planta arquitetônica, consideradas na sua história na relação com textos que recortam memoráveis, e, assim, especificam uma história particular. Desse modo, coloca-se o desafio de sondar e analisar plantas. Para isso, elegemos e tratamos de um conjunto de plantas-textos, que incluem a planta da vila, a planta da cidade e de modo particular tomamos a (Planta Arquitetônica) da Igreja Matriz de Cáceres – MT, a planta da *Catedral de São Luiz de Cáceres*, como materialidade de análise, a que chamamos planta-texto, por considerarmos que a planta é especificada por constituir sua temporalidade própria no acontecimento do dizer. Em particular, consideramos que a planta-texto é um acontecimento que se constitui enquanto prática de linguagem, estratégias específicas e particulares, por exemplo, a planta-texto de edificação, a planta de criação e organização de uma vila, de um município, de uma cidade, do levantamento de praças entre outros acontecimentos que são constitutivos dessas práticas, não se caracterizam do mesmo modo que a planta-texto (arquitetônica) de uma Igreja, de uma casa, etc. As plantas/textos temporalizam projeções de sentidos distintos, uma vez que, elas enunciam e identificam objetos únicos. Visto que, a temporalidade é o que a opera e a faz significar como diferente de outros acontecimentos, e a caracteriza como algo específico.

Outrossim, este estudo coloca um olhar sobre outros materiais, isto é, analisa plantas urbanas, plantas arquitetônicas, projetos urbanos, fachadas, elementos linguísticos e não linguísticos enquanto textos, que se constituem como espaços simbólicos de materializações e projeções de determinados espaços urbanos. No caso em questão, o espaço urbano de Vila Maria do Paraguai, São Luiz de Cáceres (Cáceres-MT). Importante dizer que as plantas urbanas projetam latências de futuridades da expansão do espaço urbano. Além disso, as plantas arquitetônicas revelam características de projeções futuras de uma construção, por exemplo, a construção de uma Igreja, casa, etc.

Outros objetivos, deste estudo, consistem em sondar e analisar a designação de enunciados, expressões linguísticas, nomes, traços geométricos e outros elementos que integram plantas/textos, de uma posição que considera o sentido como constitutivo do funcionamento simbólico e sua historicidade. Este estudo abre para as sondagens de elementos linguístico e não linguísticos na relação de integração a unidade de significação, a planta-texto. Desse ponto de vista, consideramos como unidade de análise tanto o enunciado, os nomes quanto os elementos não linguísticos, como: as linhas, os traços, os pontos, entre outros elementos que constituem sentidos no cruzamento de linguagem integrado ao texto. Neste estudo, ainda nos interessa saber como e quais unidades de linguagem estão integradas à planta-texto, e como tais enunciados constituem sentidos e significam no movimento de linguagem do acontecimento, em que sua especificidade se dá pela temporalidade própria da planta-texto, ao historicizar acontecimentos como: *a construção da Igreja Matriz*, no processo de significação que a constitui na cidade de Cáceres-MT.

Ademais, antes de analisar enunciados existentes que integram a planta-texto, da posição que nos colocamos, é crucial considerarmos que o sentido é constitutivo na enunciação tomada como acontecimento de linguagem, no funcionamento simbólico articulado a sua historicidade. Assim, no processo de constituição do sentido, implica, fundamentalmente, considerar o modo como o enunciado passa ao texto, concebemos, nesse sentido, a relação integrativa desenvolvida por Benveniste (1966) em “Os Níveis da Análise Linguística” e ampliada por Guimarães (2002) em “Semântica do Acontecimento”, na medida que, ele observa e considera que “há uma passagem do enunciado para o texto, para o acontecimento” e esta passagem não se constitui de modo segmental. Portanto, segundo o autor, “esta é a relação de sentido”. Ou seja, a relação de sentido do enunciado constitui-se na passagem que se dá por uma relação transversalizada do enunciado ao texto.

Tais observações e objetivos colocam-se como questões importantes para compreendermos a designação de palavras, de enunciados, de expressões linguísticas, de

elementos linguísticos e não linguísticos que funcionam e constituem sentidos na transversalidade da planta-texto, na perspectiva da relação integrativa de enunciados que passam a planta da Catedral, ou seja, que passam ao texto. De modo que, as enunciações de um passado projetam novos sentidos, que podem incidir, identificar, ou, não identificar sentidos as designações *construção* da Catedral São Luiz de Cáceres.

Acreditamos que, produzir análises, na via do domínio dos estudos enunciativos nos possibilita compreender a designação de enunciados, expressões linguísticas, por exemplo, *construção da igreja matriz* como sentidos constituídos no/do centro histórico do Município de Cáceres — MT, na relação língua - sujeito – história constitutiva da identidade cacerense-mato-grossense, que significam no espaço político de textualidade das plantas, onde a designação dos nomes que à integra, significa pelo processo de múltiplas temporalidades, ou seja, pelas temporalidades que perpassam os sentidos de diferentes governos, como: Colonial (1530 - 1822), Primeira República (1889 - 1930) também conhecida como – Antiga República ou República Velha da instalação do Governo Provisório até a Nova República, que se estende aos dias atuais. Não nos deteremos a descrever estas fases de governos, por não ser o objeto de interesse desta pesquisa.

O interesse, deste estudo, é tomar um conjunto de textos, em específico, os que chamamos de plantas/textos, que se constituem na relação com elementos visuais e geométricos, assim, a partir da relação desses com memoriais escritos (documentos diversos), por exemplo: Ata de Fundação, Termo de Fundação, plantas, mapas, que acabam estabelecendo relações no tocante à questão da história. Nessa relação, busca-se, pelo estudo da planta, sondar e analisar as designações de elementos linguísticos e não linguísticos que se cruzam no funcionamento de linguagem integrados aos textos.

Com isso, questionamos, como os enunciados, os nomes, as expressões linguísticas, ao articularem-se com outros textos que dizem sobre a Igreja, constroem sentidos que a faz significar como a imponente obra da Igreja Católica construída no centro histórico da cidade de Cáceres, no Estado de Mato Grosso? Como os nomes de cidade, nomes de igreja, lugar, datas, números, cadeia, rua, travessa, largo entre outros elementos significam, na relação de integração com o texto específico, a planta-texto de *S. Luiz de Cáceres*? Como os nomes são designados na relação de articulação e reescrituração constituídos no funcionamento enunciativo integrados ao texto? E, como a planta-texto significa como texto, à medida que os nomes, as palavras, expressões ao serem reditas, recebem novas (re)significações e projetam novos sentidos, as designações de *construção* da Catedral São Luiz de Cáceres? Nesta direção, estabelecemos relações de alocação com a posição dos estudos da enunciação que



nos permite tomar o modo de sistematicidade do procedimento de *Sondagem*. À vista dessa posição, “A sistematicidade do procedimento, de sondagem se caracteriza por ser um modo de “eleger” enunciados decisivos a serem estudados a partir de uma pergunta”, a partir “de uma questão, e em seguida proceder a uma descrição e análise de seu funcionamento, lançando mão de categorias semântico-enunciativas” (GUIMARÃES, 2018, p. 76).

Para responder às indagações, colocamo-nos a fazer diferentes sondagens observando como os nomes/números/enunciados, etc., ao articularem-se com outros elementos integrados a planta-texto, dizem não só sobre o lugar de construção da Catedral, mas sobretudo, como esses elementos constroem sentidos, designam outros, reescrituram, são reescriturados e atribuem sentidos a algo. Conforme a posição de Rancière (2014) no processo de reescrituração redizer as palavras, os enunciados, os textos, “não é de maneira alguma repeti-las”. No caso em questão, ainda sem um cuidado específico, poderíamos dizer que a planta é um texto que antecipa os sentidos de futuridade de acontecimentos, por exemplo, a designação, lugar da construção da Igreja e formação, constituição, Fundação do espaço da cidade, estes modos significam ao participarem de disputa incessante de divisão da língua e dos seus falantes constituídos pelos modos de agenciamentos<sup>2</sup>. Nesse sentido, tratar de acontecimentos que enunciam a *construção da Igreja*, coloca em questão, dizer que o modo como a construção significa, designa e constitui sentidos muito particular à formação da cidade.

Ressaltamos que, tomamos a planta como um acontecimento de linguagem por considerarmos que ela traz uma relação com um memorável que marca temporalidades específicas e fundamentais para a construção identitária da cidade, visto que no acontecimento de linguagem planta-texto, tudo fala e significa se observarmos o lugar determinado pela palavra. Tomo aqui a posição de Jacques Rancière (2014, p. 99), em “O lugar da palavra” para dizer que, numa planta-texto, por exemplo, o texto *S. Luiz de Cáceres*, fala sobre a cidade, e nesse sentido constitui desigualmente o espaço urbano e rural da cidade, dividindo-o desse modo os sujeitos. De nossa posição, consideramos que numa planta-texto “tudo fala, tudo tem um sentido na medida em que toda produção de palavra é atribuível à expressão legítima de um lugar: à terra que molda os homens, o mar em que ocorrem suas trocas, os objetos cotidianos em que se leem suas relações, a pedra que guarda sua marca” (Idem), tudo o que é enunciável, tudo é identificação e condição de possibilidade de significação.

---

<sup>2</sup> Esta noção de agenciamento é entendida conforme se apresenta no domínio dos estudos enunciativos, na perspectiva adotada por Eduardo Guimarães em “Semântica do Acontecimento” (2002), isto é, o agenciamento é político.

Os corpora se constituem de memoriais escritos (documentos diversos), de livros raros, de jornais, de algumas plantas e outros materiais disponíveis online, etc. A partir da constituição dos corpora, constituímos o *corpus*, isto é, tomamos um conjunto de textos específicos, incluindo três plantas, que as analisamos de maneira muito particular, considerando-as como planta-texto, a exemplo como o mapa foi tomado e estudado por Eduardo Guimarães, em *Semântica do acontecimento* (2002, 2017). Além deste estudo, tomamos os trabalhos de Karim; Silva; Macedo-Karim (2018 - 2021), que tomam o “Mapa como Texto” considerando-o como linguagem, como sentido.

Destarte, as análises serão conduzidas sob a abordagem teórico-metodológica dos estudos da enunciação, desenvolvidos por Eduardo Guimarães (2002, 2018) e Dias (2018). Especificamente, no domínio dos estudos da enunciação, corroboramos também com os estudos enunciativos desenvolvidos por Silva; Ferreira; Silva; Velozo (2021), Zattar (2011, 2016), pesquisadores que nos permite fundamentar este estudo, para pensarmos a planta nos modos como consideram o mapa e a planta como texto. Além desta posição, estabelecemos relações de alocação com pesquisadores da Análise de Discurso, desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi, e com o estudo desenvolvido por Matos (2011), estudos que nos permite tratar da planta-texto como linguagem.

De nossa posição, consideramos que “o procedimento de análise deve ser apropriado”, deste ponto de vista, tomaremos a “realização de Sondagem”, ou, “procedimento de Sondagem” considerado “como procedimento geral de análise” (GUIMARÃES, 2018, p. 18), configurados fundamentalmente nos modos de relação de *articulação e reescrituração*. Portanto, com as sondagens procuramos trazer os resultados pelas análises, para dizer e sustentar que a planta é um texto, é acontecimento de linguagem, a planta é um acontecimento que diz de algo, nessa direção ela diz da Igreja, da formação e transição Eclesiástica designadas pelo sentido de transição jurídica governamental, agenciada pelos lugares autorizados a dizer e realizar a divisão e mudanças do real, dito espaço físico, significados pelo acontecimento do funcionamento do dizer, na enunciação recuperadas nas Plantas, que diz da construção da Igreja, da reconstrução e diz como tais acontecimentos são significativos para a elevação de Vila Maria à cidade de S. Luiz de Cáceres, no Estado de Mato Grosso.

Os enunciados como: nomes de instituições, logradouros, praças, cadeia, rua, avenida, travessa, etc., são acontecimentos de linguagem que integram à Planta e significam no espaço da cidade, e no movimento semântico de atribuição no processo de articulação e reescrituração representam, (des)identificam e (re)significam, segundo os nomes que

significam no espaço da cidade, pelo modo como sua temporalidade o constitui e específica no espaço citadino.

Neste sentido, antes da fundação do novo Estabelecimento de Vila Maria do Paraguai – 1778 – (atual Cáceres-MT), nesta área territorial de Mato Grosso, já se estabelecia o povoado indígena que lhes garantiu a fundação desta Vila Maria e, conseqüentemente, a criação do Registro do Jauru e o Registro de Insua<sup>3</sup>, formado por “56 Famílias” ou “56 fogos”, ou seja, compreendendo um total de 651 pessoas. Essa nossa enunciação, só foi possível ao levantarmos um conjunto de documentos do século XVIII, um acervo que apresentam projetos, mapas, plantas da povoação, da organização e planejamento do território central da cidade de “*S. Luiz de Cáceres*”. Tomaremos essas enunciações no subcapítulo, deste trabalho intitulado: (Pré)Fundação de Vila Maria, povoação, a bordo do Rio Paraguai: instruções da Rainha, materialidades significantes que requer e reclamam por sondagens enunciativas.

Diante dos exemplos e das considerações, o estudo semântico-enunciativo proposto o de sondar a planta-texto, nos coloca a compreender pelos agenciamentos enunciativos que a construção da Igreja significa pela relação que têm com o acontecimento em que funciona. Sobretudo, na perspectiva enunciativa esses textos nos interessam enquanto deles podemos fazer *recortes*, e assim analisá-los tomando-os no desenvolvimento dos estudos da significação, e deles estabelecer o lugar dos estudos semânticos de linguagem.

Mas o problema ao tomarmos as plantas e documentos que os nomes identificam o povoado, lugar, edificação da igreja, cidade, nome de praça e outros elementos, é dizer e compreender como esses constituem sentidos na relação com outras expressões linguísticas. Por exemplo, a expressão primeira Pedra Fundamental da Igreja da cidade de São Luiz de Cáceres, que, no funcionamento da enunciação, significa a fundação da Igreja, na Praça Major João Carlos, que, ao integrarem outros textos, passam a designar a primeira construção da Catedral São Luiz de Cáceres. Outro problema é como dizer que a planta é um texto.

Nesse domínio, nos colocamos na posição de semanticistas que analisa funcionamentos semânticos de elementos linguísticos e elementos não linguísticos que integram textos, e, especificamente, que integram plantas (urbanas, arquitetônicas), conforme analisamos a planta da Igreja Católica de Cáceres, edificada de frente a Praça Barão do Rio Branco. Dizendo de outro modo, analisamos enunciados que integram a planta-texto,

---

<sup>3</sup> Conforme Da Fonseca (1880, p. 15), em *Viagem ao Redor do Brasil 1875-1878*, no tópico “Da Província de Mato Grosso, diz que: o nome “Insua” é “o nome dado em homenagem ao capitão-general, senhor da terra de igual nome em Portugal”.

considerando que a planta é linguagem, e que os sentidos se desenvolvem no funcionamento do acontecimento de linguagem, não como segmental, linear, mas como um acontecimento de linguagem, em que a constituição de sentido se dá na sua transversalidade.

Esta pesquisa está organizada em cinco Capítulos e seus respectivos subcapítulos:

O Capítulo I, *Ordenamento teórico-metodológico no domínio dos estudos da enunciação*, apresenta considerações sobre os fundamentos teórico-metodológico estabelecido no interior da *Semântica do Acontecimento* (GUIMARÃES, 2002), para se pensar a linguagem com o mundo. Destarte, o Capítulo, mostra uma abordagem histórica-enunciativa procedimental dos estudos da enunciação, trazendo, por exemplo, noções como *espaço de enunciação, acontecimento, cena enunciativa, designação, articulação, reescrituração, DSD*, e a noção de “*recorte*” fundamental para o estudo da planta-texto, e essenciais para operarmos no desenvolvimento das análises deste estudo. Além disso, estas noções se articulam com a noção de “*Domínio Semântico de Determinação (DSD)*”, conceito presente e desenvolvido por Guimarães desde 2004, 2004a, 2005, para representar o sentido das palavras (GUIMARÃES, 2017, p. 77). Tais noções viabilizam relevos semânticos que se abrem nas fissuras das malhas do acontecimento de linguagem constituídos no funcionamento do dizer de elementos linguísticos e não linguísticos que integram e são integrados a planta-texto. A noção de “*recorte*” é fundamental em nosso estudo. Esta noção foi estabelecida no espaço de enunciação da Análise de Discurso, por Orlandi (1984:14), e corrobora com os estudos enunciativos desde *Texto e Argumentação* (GUIMARÃES, 1987). Dessa perspectiva, integra-se ao Capítulo I, a constituição dos subcapítulos, **1.7** Do levantamento do *Corpus* e do procedimento enunciativo de Análise, **1.7.1** Do levantamento do *Corpus* e **1.7.2** Do procedimento de Análise.

O Capítulo II, *Marco do Jauru, memorável do Tratado de Madri: traçados históricos enunciativos que dizem dos limites entre Portugal e Espanha*, apresenta fragmentos de enunciação sobre o Marco do Jauru, um monumento histórico e significativo constitutivo de sentidos que recortam como memorável o Tratado de Madri, que no presente do acontecimento abre-se a rememorações de enunciações outras que dizem dos limites entre Portugal e Espanha, sentidos que significam atados ao corpo da cidade de Cáceres, ao corpo da Catedral São Luiz de Cáceres, e ao corpo da praça Barão do Rio Branco, no Estado de Mato Grosso. Este Capítulo, também, integra os subcapítulos que tratam sobre Funcionamento Morfossintático-Semântico-Enunciativo, segundo busca-se compreender modos de construções do funcionamento morfossintático dos enunciados-títulos, de nomes próprios, de sobrenomes e nomes de ruas e travessas. Nesse sentido, ao estudá-los, os

consideramos como modos de construções que se constituem pelo funcionamento da língua em seus aspectos semântico-enunciativo, na relação da linguagem com o mundo e com o sujeito.

No Capítulo III, “A história (re) significada através dos Mapas e das Plantas”, inicialmente procuramos construir conhecimento mostrando que, atualmente, há procedimentos básicos, segundo nos permite sondar sobre as práticas fundamentais de linguagem das sociedades humanas, constituídas nos diferentes espaços de enunciações.

No Capítulo IV, “Planta-Texto, traços de linguagem: designação, sentidos e temporalidade”, inicia-se com o subcapítulo intitulado: “(Pré) Fundação de Vila Maria, povoação, a bordo do Rio Paraguai: instruções da Rainha”, para a análise tomamos um documento inédito, que constitui sentidos à formação da povoação e pré-fundação de Vila Maria do Paraguai, atual cidade de Cáceres. Ou seja, sentidos que (re)significam a história da cidade e do Mato Grosso. Outro subcapítulo é desenvolvido, isto é, “Designação de *Villa Maria do Paraguay* integrada no Mapa de toda Povoação da Capitania do Mato Grosso – 1777”. Ainda neste Capítulo, também analisamos duas plantas específicas, ou seja, a “Planta de *Villa Maria do Paraguay*” (planta-texto da vila) e a planta de “*S. Luiz de Cáceres*” (a planta-texto da cidade de São Luiz de Cáceres), das quais as reflexões se dão sobre a designação de enunciados, expressões linguísticas e elementos não linguísticos que as integram. Neste sentido, encontrados também os subcapítulos “Planta-Texto: traços e contornos que significam a projeção de uma Igreja na Planta de *Villa Maria do Paraguay*, de 1778”; “Planta-Texto: *S. Luiz de Cáceres* de 1876: designação enunciativa e múltiplas temporalidades”; “Os números enquanto reescritura do nome próprio das ruas na planta-texto *S. Luiz de Cáceres* de 1876” e “Os sentidos dos nomes enunciados na legenda da planta-texto: múltiplas temporalidades”.

No Capítulo V, Planta-Texto: um acontecimento semântico enunciativo do acontecimento de linguagem da planta da Catedral São Luiz de Cáceres, em específico apresentamos um estudo semântico enunciativo da planta (Arquitetônica) de 1994, dela fizemos recortes e os levamos à análise da significação, nos colocando a sondar sobre a questão da designação dos enunciados que a integra, e avançando um pouco mais sondamos e analisados os elementos linguísticos e os elementos não linguísticos que se cruzam no funcionamento do acontecimento de linguagem específico.

Enunciar o modo como está organizado a pesquisa, mostra a importância, a relevância no modo de sistematização e significação dos textos que compõem este estudo. Nesse sentido, os textos importam e significam, porque são textos que apresentam relações de

alocução, ou seja, relações de sentidos. Assim, consideramos o texto em sua materialidade histórica. O texto significa na vida dos sujeitos desde o seu nascimento. No domínio semântico, assumido aqui, não pensamos o texto no sentido cronológico da História, mas como um acontecimento de linguagem que funciona e significa na relação transversal no texto com outros enunciados.

O interesse do estudo, não é o de tratar sobre questões de “Religião”. O que nos interessa é considerar que a enunciação é um acontecimento de linguagem, e que é no funcionamento deste acontecimento de enunciação que se dá a relação do sujeito com a língua, num espaço de enunciação de embates de línguas e seus falantes, os quais por elas são afetados, agenciados. Isto, portanto, é decisivo para o empreendimento das análises no domínio especificamente enunciativo, “porque falar, enunciar, pelo funcionamento da língua no acontecimento, é falar enquanto sujeito” (GUIMARÃES, 2017, p. 17).

A Diocese de Cáceres tem sua ligação umbilical religiosa constituída, por indivíduos afetados pela língua do português falado em Portugal, onde os falantes se constituem enquanto sujeitos agenciados de determinada posição religiosa, cujas práticas de linguagem se dão no espaço de enunciação de São Luiz de Cáceres, Mato Grosso. O que vamos mostrar no Capítulo II. Mas antes, convido-vos passarem ao Capítulo I, segundo trata dos procedimentos teórico-metodológico.

## CAPÍTULO I

### ORDENAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO NO DOMÍNIO DOS ESTUDOS DA ENUNCIÇÃO

*Os textos fazem parte da história de todos nós, com maior ou menor força. Não há como não se deparar com eles sempre [...] eles são decisivos para tudo que fazemos hoje (GUIMARÃES, 2012).*

#### 1.1 O texto enquanto unidade complexa de significação

Na introdução de *Análise de texto – procedimentos, análises, ensino*, Eduardo Guimarães, de modo geral, nos convida a pensar sobre a questão da “nomeação inequívoca” que fazemos da palavra “texto”. E assim, mostra-nos que os textos são fundamentais na história de vida de todos nós, os quais funcionam, produzem e significam as práticas de linguagem humana, e por elas somos significados no mundo. Os textos enquanto prática de linguagem são acontecimento da enunciação, que se dão pelo funcionamento da língua no espaço de enunciação. Assim, antes de interpretar e compreender *os textos que fazem parte da história de todos nós*, precisamos compreender que “o sentido é produzido na enunciação tomada como acontecimento de linguagem” (GUIMARÃES, 2012, p. 19), esta questão é, portanto, crucial e decisiva.

Partindo desse ponto de vista, vemos a necessidade de trazermos algumas considerações sobre a noção de “texto”. Um caminho que se mostra motivador para o desenvolvimento deste Capítulo, buscamos, nesse sentido, apresentar uma breve abordagem do fundamento teórico-metodológico formulado e desenvolvido por Eduardo Guimarães (1987, 2002, 2005, 2007, 2009, 2011, 2012, 2017, 2018), estudados durante anos pelo semanticista, repensados e, recentemente, publicados em *Semântica Enunciação e Sentido* (2018).

Nesta perspectiva, destacamos a importância de compreendermos as noções de texto, enunciado, *acontecimento, espaço de enunciação, temporalidade, agenciamento*, entre outras desenvolvidas e caracterizadas por Guimarães, pois, elas são fundamentações decisivas para pensarmos a planta como texto, e levá-la ao estudo da significação.

Eduardo Guimarães diz que “sua relação com o estudo do texto é antiga” (GUIMARÃES, 2012, p. 11), ela inicia ainda na sua graduação. Ou seja, desde antes de 1969<sup>4</sup>, “dedicou-se ao estudo Semântico de enunciados”. Seu interesse sempre foi pelo estudo de análise de texto, o que significou com maior força a permanência desses estudos, levando-o a estudar *as conjunções do português* e a desenvolver suas análises a partir do ponto de vista da argumentação, considerando que o funcionamento das articulações argumentativas se dá em virtude de sua relação com o texto, em que funcionam<sup>5</sup> (GUIMARÃES, 2012).

Diante do ponto de vista argumentativo, Eduardo Guimarães publicou seu primeiro livro, intitulado *Texto e argumentação: um estudo de conjunções no português*, de 1987. Segundo o semanticista, “sempre se ocupou da análise de textos de modo mais ou menos específico”, modo que “tomou uma grande proporção nos estudos enunciativos”, conforme segue:

[...] isto tem muito a ver com a forma que a semântica da enunciação acabou por tomar em meu trabalho de semanticista, tal como aparece em trabalhos como *Semântica do Acontecimento*, “Domínio Semântico de Determinação” e “Enumeração” (2002, 2007, 2009) respectivamente, entre outros (GUIMARÃES, 2012, p. 11).

Desse modo, há alguns anos, o linguista vem se dedicando e fazendo inúmeras análises de textos, as quais contribuem e o leva a especificar cada vez mais os estudos linguísticos semânticos enunciativos. Para o semanticista, foram “diversas razões” que o levaram a essa dedicação, e a primeira delas é a de:

[...] pensar em sintetizar um pouco mais a questão de procedimentos de análise textual que não se reduzisse a dizer como algo se faz como texto. Mais do que isso [...] interessa dizer como devemos analisar um texto, procurar dizer o que ele significa e de que modo significa (GUIMARÃES, 2012, p. 12).

As questões a respeito de procedimentos de análise de texto já eram um problema para o estudioso, desde a sua graduação. Isto o preocupava e o instigava sobre tais questões que o levaram a pensar como se poderia fazer análise de textos, os mais variados possíveis, incluindo a análise de textos literários. Como é sabido, este último sempre foi de interesse do pesquisador, ou seja, “pensar o texto literário como linguagem e a partir desta posição analisá-lo” (GUIMARÃES, 2012, p. 12), objetivando contribuir para a crítica do texto literário ou

<sup>4</sup>Esta afirmação se dá a partir do acontecimento de linguagem disponíveis na plataforma do CNPq. Disponível em: < <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do#>>. Acesso em: 13/11/2018. Dados certificado pelo autor em 28 ago. 2018.

<sup>5</sup> Sobre essa formulação, Guimarães (2012) orienta-nos em rodapé a “Ver *Texto e Argumentação* (GUIMARÃES, 1987), 4.<sup>a</sup> edição revista e aumentada (GUIMARÃES, 2007)”.



não, mas prioritariamente para mostrar que pensar dessa posição pode contribuir para os modos de ler literatura. Isso, portanto, foi o que o levou a pensar também como definir o que é texto.

Conforme Guimarães (2012), o texto:

[...] é uma unidade de significação. Não se trata de dizer que o texto tem unidade, mas que ele é uma unidade, assim como a palavra é uma unidade, o enunciado é uma unidade, etc. [...] o texto é uma questão **semântica**, o texto interessa porque significa. [...] O texto é uma unidade complexa de significação (GUIMARÃES, 2012, p. 12-13). (Grifo nosso)

A palavra “semântica” em destaque, na citação acima, foi tomada pelo semanticista, inicialmente, no seu sentido mais geral para designar o que é o texto. E, com o avanço e ajustamentos terminológicos no domínio dos estudos semânticos enunciativos, Guimarães foi levado a estabelecer procedimentos próprios para análise de textos configurados na perspectiva de uma Semântica do Acontecimento. Ou seja, a palavra semântica está nessa medida conformada na configuração de uma semântica que trata que a análise do sentido da linguagem configura-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer. Segundo o autor, a questão dos procedimentos de análise textual não pode ser reduzida, simplesmente, a dizer como algo se faz como texto. O que interessa, no seu ponto de vista, é dizer como devemos analisar um texto, procurar dizer o que ele significa e de que modo significa.

Para o semanticista, dizer que “o texto é uma unidade de significação” é diferente de dizer que “o texto tem uma unidade”, ou seja, esses dizeres são pontos de vistas diferentes. De um lado, o linguista afirma que o texto é uma unidade, assim como a palavra é uma unidade, o enunciado é uma unidade, etc., mas, de outro lado, sempre está preocupado com a questão semântica, ou seja, para o teórico, o texto interessa, porque significa.

Portanto, *texto*, para Guimarães (2017, p. 27), é definido, especificamente, como:

[...] O texto é uma unidade no sentido de algo finito e que se caracteriza por integrar, anunciados. Ou seja, o texto se caracteriza por ter uma relação com outras unidades de linguagem, os enunciados, que são enunciados e que significam em virtude desta relação. O texto, é nesta medida, uma unidade que se apresenta entre outras da mesma natureza. No entanto, o texto não tem unidade, o texto é uma unidade, mas não tem unidade no sentido homogêneo, porque, o texto não é uno (GUIMARÃES, 2017, p. 27).

Para o autor, definir a noção do que é texto interessa para se pensar como um semanticista pode se interessar pelo texto de modo mais específico, considerando que “os enunciados que a semântica analisa integram textos”, e levar para a análise de texto os

desenvolvimentos dos estudos da significação. Ou seja, como mostrar que o texto também é interessante e significa ao integrar enunciados que significam no texto. Também é preciso definir e caracterizar o que é enunciado nesse contexto. De acordo com Guimarães (2012), o *enunciado* é:

[...] um elemento linguístico que tem tanto sentido, integra texto, quanto forma, é constituído por certos elementos (sintagma). O enunciado apresenta duas características: ele tem uma consistência interna e uma interdependência relativa em relação às sequências linguísticas que com ele integram texto. De outro lado, os enunciados são enunciados por integrarem texto, por terem sentido, mas se apresentam assim por seu caráter de signo, não são simplesmente um elemento da situação, são elementos que significam para além das situações (GUIMARÃES, 2012, pp. 28 - 29).

Do ponto de vista da enunciação, Guimarães (2018, p. 15), toma o enunciado por uma *unidade de análise*, no sentido em que faz parte do acontecimento do dizer, e o define como segue:

[...] o enunciado é a unidade de linguagem que apresenta, no seu funcionamento, uma consistência interna, aliada a uma interdependência relativa. Estas características são consideradas em relação ao todo de que o enunciado faz parte num acontecimento de enunciação. Ou seja, a unidade de análise é uma unidade de linguagem encontrada (que está presente) em acontecimentos específicos (GUIMARÃES, 2018, p. 28 - 29).

A obra *Análise de texto: procedimentos, análises, ensino* (2011, 2012), busca contribuir não só “para os modos de ler textos”, mas também “para os modos de ler sustentadamente um texto”, que, objetiva de modo geral, *analisar textos*, procurando compreender sobre como o texto funciona e produz sentidos, o que o autor, chama de “unidade complexa de significação” (texto). Assim, vimos que o estudo de análise de texto o levou a estabelecer o lugar dos estudos semânticos com a publicação de *Semântica do Acontecimento* (GUIMARÃES, 2002), que estuda a designação, no seu processo enunciativo, redefinido por acontecimento enunciativo. Diante do que foi dito, neste subcapítulo, resta-nos compreender os fundamentos e procedimentos semântico-enunciativos que fundamentam nossas análises.

## **1.2 Fundamentos e procedimentos semântico-enunciativos de análise**

A linguagem permite ao indivíduo falar do mundo, isto é, com a linguagem se pode dizer tudo no mundo, e de tudo que se apresenta nele, porque a linguagem determina algo e um de seus modos de produzir sentidos é pela enunciação. A fim de dizer *o que é enunciação*,

Eduardo Guimarães postula que “[...] a *enunciação* diz respeito a algo que ocorre quando se diz algo”. Isso, portanto, do seu ponto de vista, “trata-se, de um acontecimento, o acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2018, p. 18).

Nessa perspectiva, é pela linguagem que vamos considerar um percurso teórico-metodológico para nossas análises, neste trabalho, cujo centro de nossa reflexão é realizar o *estudo enunciativo da planta, observando o funcionamento enunciativo dos nomes* que a integram, realizando sondagens no acontecimento enunciativo de um conjunto de documentos significativos na História do/no Brasil. A partir destes textos, selecionamos recortes, para analisarmos e observarmos a designação de enunciados integrados a textos oficiais.

Os fundamentos e procedimentos na perspectiva da *Semântica do Acontecimento* (2002), estudada por Guimarães em diferentes sondagens o levou, recentemente, a publicar a obra *Semântica Enunciação e Sentido* (2018). De acordo com o semanticista, esta obra apresenta algumas reformulações e ajustamentos terminológicos, que o considerou como necessários, ao longo desses anos. Tais ajustes se colocam, desse modo, de uma posição materialista, juntamente com pesquisadores que consideram que “a linguagem não é transparente”, e que “sua relação com o real é histórica”.

[...] mesmo com as diferenças devidas à história já produzida nos estudos semânticos, tenho uma posição assemelhada à de Bréal (1897) no seu Ensaio de Semântica. Tratar a significação (é verdade que para ele a questão era tratar a mudança de sentido das palavras) é o fundamental no estudo da linguagem, porque a linguagem interessa, antes de tudo, porque ela significa (GUIMARÃES, 2018, p. 7).

Pelo o ajuste terminológico feito pelo semanticista sobre a *Significação* e o *sentido*, “a *Significação* é a palavra para o conceito geral, objeto da semântica: o *sentido* é a palavra para significação dos enunciados” (GUIMARÃES, 2018, p. 17-18). Ou ainda, parafraseando Guimarães, podemos dizer que a *Significação* está para o conceito geral e objeto da semântica enquanto teoria linguística, e o *sentido* está para a significação do enunciado. Sendo assim, Guimarães considera o *sentido* como: “[...] a significação do enunciado, constituído pela integração do enunciado ao texto, em virtude de sua independência. E a Semântica é nessa medida o estudo dos sentidos dos enunciados” (GUIMARÃES, 2018, p. 18).

De modo geral, os fundamentos e procedimentos de qualquer área a ser estudada devem ser tomados a partir da posição à que o linguista, o semanticista, o historiador, o filólogo, o filósofo, o geógrafo, etc, assumem para seus trabalhos. Assim sendo, apresentamos as noções fundamentais da Semântica Enunciativa e procedimentos de análises como Espaço de Enunciação; Cena Enunciativa; Temporalidade, Articulação; Reescrituração; Designação,

consideradas decisivas no estudo da significação, e que constituem o ordenamento teórico-metodológico da nossa pesquisa. Primordialmente, para a posição que assumimos aqui, “a enunciação diz respeito a algo que ocorre quando se diz algo [...] trata-se de um acontecimento, o acontecimento do dizer, que se apresenta como um acontecimento de linguagem” (GUIMARÃES, 2018, p. 17-18).

Desse modo, como procedimentos de análise para este estudo, consideramos também o que Eduardo Guimarães vem chamando “procedimento geral de análise à realização de sondagens”, pois as sondagens colocam em evidência “enunciados existentes, em textos existentes, e poderão ser relacionadas com outras sondagens que podem confirmar, infirmar, aprofundar, modificar o que se conseguiu com a sondagens já realizadas” (GUIMARÃES, 2018, p. 18).

### 1.3 Língua, acontecimento, temporalidade

Para dizer o que se entende por acontecimento, “é preciso que se diga o que se entende por língua” (GUIMARÃES, 2018, p. 14). Assim, do ponto de vista teórico que assumimos, a língua pode ser entendida:

[...] como um conjunto sistemáticos de regularidades com as quais é possível dizer algo verbalmente. A língua é assim um conjunto de elementos (sons, palavras, sintagmas, todo tipo de expressão), cujas relações constituem este conjunto de regularidades (GUIMARÃES, 2018, p. 14-15).

Essa caracterização, ou conceito, do que seja “língua deve ser formulada a partir da compreensão de sua relação específica com o *Espaço de Enunciação*” (GUIMARÃES 2018, p. 23). Por conseguinte, a definição de *acontecimento* está em Guimarães, desde 2002, esta noção é retomada outras obras de sua autoria, conforme segue:

[...] o acontecimento é o que faz a diferença na sua propria ordem. E o que especifica este acontecimento é a temporalidade que ele constitui. Assim, um acontecimento não é considerado em virtude de estar num certo momento do tempo, antes de um outro acontecimento também no tempo. Não é este aspecto que considero como especificador de um acontecimento. O que especifica um acontecimento é a temporalidade que ele constitui: um passado, um presente e um futuro. Ou seja, um acontecimento é distinto de outro acontecimento porque ele recorta um passado de sentidos que convive com o presente da formulação do Locutor e assim traz uma projeção de futuro de sentidos que não significariam não fosse o acontecimento em questão. Desse modo não é o Locutor que constitui o presente, parâmetro do tempo, como diria Benveniste (1959), mas é o acontecimento que constitui o tempo e assim constitui, agencia o Locutor (GUIMARÃES, 2012, p. 19-20).

A temporalidade para Guimarães (2017, p. 16), é configurada, de um lado, “por um presente que abre em si uma latência de futuro”, o que ele chama de uma futuridade, indispensável para a constituição de linguagem, pois, para o autor, sem essa futuridade “não há acontecimento de linguagem”, não há como algo ser significado, porque o que constitui o acontecimento de linguagem é a latência que projeta e produz o interpretável. Ou seja, sem uma futuridade não há interpretável, pois “[...] o acontecimento tem como seu um depois incontornável, próprio do dizer” (GUIMARÃES, 2017, p. 16). De modo geral, o acontecimento de linguagem significa por agregar um presente e um futuro próprio do acontecimento, segundo o qual “funcionam por um passado que os faz significar”. Portanto, para Guimarães (2017, p. 16), é “esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável”. Assim:

[...] A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalidade, tal como a latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação (GUIMARÃES, 2017, p. 17).

Desse modo, poderíamos compreender que temporalidade identifica o presente, passado e futuro do acontecimento do dizer, cuja caracterização do acontecimento se dá, porque ele temporaliza.

#### **1.4 Espaço de enunciação: fundamental e decisivo na história dos estudos enunciativos**

Vale aqui dizer que “o *acontecimento da enunciação* se apresenta como um acontecimento de linguagem. Enquanto tal este acontecimento ocorre num espaço de enunciação” (GUIMARÃES, 2018, p. 19). Por *espaços de enunciação*, consideremos, primordialmente, o conceito estabelecido por Guimarães desde 2002, fundamental no conjunto de relações de línguas e falantes, porque é, no espaço de enunciação, e não outro lugar, que estão conformados os aspectos decisivos para a formulação do conceito de língua.

[...] são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos as dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do

acontecimento: da deontologia<sup>6</sup> que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço **político**<sup>7</sup> (GUIMARÃES, 2017, p. 25). (Grifo nosso).

Ou ainda, o espaço de enunciação pode ser compreendido como:

[...] o espaço de relações de línguas no qual elas funcionam na sua relação com falantes. Assim não há línguas sem outras línguas, e não há línguas sem falantes e vice-versa. **Um aspecto importante na configuração do espaço de enunciação é que as línguas do espaço de enunciação são distribuídas de modo desigual, não se é falante das línguas deste espaço da mesma maneira. O espaço de enunciação é, então, um espaço político do funcionamento das línguas.** O agenciamento dos falantes, enquanto tal, pelas línguas, é político, pois é necessariamente desigual (GUIMARÃES, 2018, pp. 23- 24). (Grifos nossos).

No acontecimento de linguagem, acima, chamamos a atenção sobre o modo como o autor considera e configura o que é espaço de enunciação. Segundo o autor, nesta configuração do espaço de enunciação, há que levar em conta “um aspecto importante”, isto é, saber que o espaço de enunciação é conformado de diferentes línguas, e que tais línguas são distribuídas desigualmente neste espaço, e ademais, na configuração do espaço de enunciação, “não se é falante das línguas deste espaço da mesma maneira”, e isto se dá por uma razão específica, visto que, o espaço de enunciação, é “um espaço político do funcionamento das línguas”.

### 1.5 Cena enunciativa: uma categoria metodológico-descritiva

Outro conceito fundamental no domínio dos estudos enunciativos, é o de *Cena Enunciativa*. Dessa posição considera-se que “o agenciamento do falante a dizer é o que constitui a *Cena Enunciativa*”, nessa direção, é isso que “caracteriza as relações de uma alocação” (GUIMARÃES, 2018, p. 45). É significativo dizer que a noção cena enunciativa foi definida, pela primeira vez, em *Texto e Argumentação: Um Estudo de Conjunções do Português* (GUIMARÃES, 1987). Um estudo que se propôs mostrar as mudanças que levam o *embora* de expressão adverbial a conjunção. Para este estudo, o autor considerou que Cenas são especificações locais nos espaços de enunciação.

<sup>6</sup> Esta noção Guimarães (2017, p. 25), diz tomar a partir de Ducrot (1972) em *Dire et ne pas Dire*.

<sup>7</sup>De nossa posição, a noção de “político” é compreendida de acordo com Guimarães (2017, p. 24), isto é, o espaço de enunciação conforma a relação entre falantes e línguas enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político.

A *Cena Enunciativa* é apresentada como “uma categoria metodológica descritiva, fundamental para o modo como tratamos o sentido, e com ela analisarmos a cena enunciativa, da caracterização do político no acontecimento de enunciação:

A cena enunciativa é assim um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares sócias de enunciação no acontecimento. Os lugares enunciativos são configurações específicas do agenciamento enunciativo para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”. Na cena enunciativa “aquele que fala” ou “aquele para quem se fala” não são pessoas, mas uma configuração do agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não por pessoas donas de seu dizer. Assim, estudá-la é necessariamente considerar o próprio modo de constituição destes lugares pelo funcionamento da língua (GUIMARÃES, 2017, p. 31).

Na configuração da Cena Enunciativa, o político é caracterizado como “uma desigualdade que instala no centro do funcionamento da linguagem” (GUIMARÃES, 2017, p. 50). Para tanto, o político caracteriza-se como um conflito que o constitui. Nesse sentido, o que ele chama de “conflito é próprio do espaço de enunciação, quando do acontecimento da enunciação, que constitui as cenas enunciativas” (GUIMARÃES, 2018, p. 50). Portanto, sobre o político, em termos enunciativos, Guimarães o define, como segue:

O político se caracteriza pela oposição entre a afirmação da igualdade em conflito com uma divisão desigual do real produzida enunciativamente pelas instituições que o organizam: organizam os lugares sociais e suas relações, identificando-os (ou seja, atribuindo-lhes sentido), e recortam o mundo das coisas, significando-as. Por este conflito o real se divide e redivide, se refaz incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos (GUIMARÃES, 2018, p. 50).

Neste sentido, o político nos interessa, conforme apresentamos neste subcapítulo e no subcapítulo anterior, como que o conceito de espaço de enunciação é fundamental e decisivo na história dos estudos enunciativos.

Assim, ao definir e caracterizar *Espaço de Enunciação* e *Cena Enunciativa*, desde *Texto e Argumentação*, Guimarães (2017, p. 31), considera que “assumir a palavra é pôr-se no lugar que enuncia”, essa questão o levou a configuração dos lugares de enunciação. De sua posição colocar-se nesse lugar que enuncia, é admitir-se que se enuncia do lugar do Locutor. No prosseguimento de seu estudo, o lugar do Locutor é o que o chama de Locutor (com maiúscula), ou, L. Os lugares de enunciação, apresentam-se divididos na Cena Enunciativa, mas, conforme ressaltou Guimarães (2018, p. 44), a “enunciação não se caracteriza por intenções de alguém. O sentido se constitui exatamente pelos modos de agenciamento do acontecimento de linguagem”. Consoante com o autor, o agenciamento é o que produz uma

cena enunciativa, ela, vem sendo configurada por Guimarães, em *Semântica Enunciação e Sentido* (2018), como a (Figura 1<sup>8</sup>), abaixo:



Fonte: Eduardo Guimarães (2018, p. 61).

Nesta configuração, o autor, chama-nos a atenção ao colocar a seguinte observação. “Os falantes de uma relação de línguas e falantes de um espaço de enunciação são agenciados na cena enunciativa em lugares de enunciação que se relacionam de algum modo nesta cena”. (GUIMARÃES, 2018, p. 61). Segundo o linguista e semanticista, “O acontecimento da enunciação produz sentido nisto que chamamos cena enunciativa constituída pelo agenciamento do falante em lugares de enunciação. Estes lugares configuram o funcionamento da alocação” (GUIMARÃES, 2018, p. 46). Assim, são caracterizados como: Locutor (L), alocutor (al-x). Dessa caracterização é gerado o “lugar de dizer”, segundo o autor chama de “enunciador”.

Desse modo, ressaltamos desta posição um aspecto considerado como importante para Guimarães, isto é, um aspecto sobre a relação entre os lugares de enunciação. Deste ponto de vista, ele, considera que, “a relação entre os lugares de enunciação é que as correlações L / LT e al-x / at-x são estabelecidas em relação ao modo como o enunciador (E) é agenciado” (GUIMARÃES, 2018, p. 64-65), por exemplo, “como individual, genérico, coletivo, universal” (Ibidem).

Outra questão a ressaltarmos é que a caracterização dos modos de funcionamentos dos lugares de dizer são diferentes de outras abordagens, conforme enuncia Guimarães (2018, p. 65), os lugares de dizer, por um lado:

<sup>8</sup> Conforme apresentada por Guimarães em *Semântica Enunciação e Sentido* (2018).



Diferentemente de outras abordagens, baseadas na consideração da alteridade, não se trata de dizer que a linguagem é fundamentalmente dialógica. O agenciamento enunciativo, tal como o considero, é histórico: tanto pela caracterização do espaço de enunciação, em que a relação que o constitui é entre línguas e falantes, quanto da cena enunciativa em que o falante é agenciado a dizer numa alocação eu / tu (L / LT; al-x / at-x). Em outras palavras, L e al-x instituem, ao serem agenciados, seus correlatos visados pelo dizer (LT e at-x, respectivamente). A relação de alocação é, nesta medida, uma construção deste agenciamento do acontecimento pelo modo como o agenciamento produz a divisão dos lugares na cena enunciativa. Nela L e al-x são lugares que se caracterizam por dizer a alguém. Assim ao se apresentarem como L e al-x se apresentam, pelo agenciamento enunciativo, como dizendo a um lugar correspondente (Locutário ou alocutário)<sup>9</sup> (GUIMARÃES, 2018, p. 65).

De outro lado, compreende-se que “o falante é agenciado também em enunciador que, enquanto tal, é um lugar de dizer, ou seja, não é um lugar de enunciação X que se correlaciona com um outro lugar Y (como no caso de L e al-x). O enunciador é um lugar X que se relaciona com o que se diz no acontecimento” (Ibidem, 2018, p. 65). Desse modo, consoante ao autor, “Tem-se assim na cena enunciativa um lugar de dizer cuja relação é com o modo como se diz o que se diz, e nesta medida uma relação com o que se diz. Há, neste caso, uma relação entre um lugar de eu (o lugar de dizer, o enunciador) e o domínio das designações e referências<sup>10</sup> (Ibidem, Ibidem).

Nesta perspectiva, as relações entre os lugares da enunciação se constituem fundamentalmente divididos na cena enunciativa, e aquele que fala, fala sob o agenciamento enunciativo que os agenciam e os dividem, e esta divisão é o que constitui a politopia, da cena enunciativa.

## 1.6 Procedimento de análise: DSD - Articulação e Reescrituração

A noção de “*Domínio Semântico de Determinação (DSD)*” foi desenvolvida por Guimarães desde 2004, 2004<sup>a</sup>, 2005, para representar o sentido das palavras (GUIMARÃES, 2017, p. 77). Desde então, o *DSD* tem sido utilizado tanto pelo autor quanto por pesquisadores interessados pela *Semântica do Acontecimento*, para quem o sentido das palavras é construído a partir de relações entre expressões linguísticas construídas pela

<sup>9</sup> Em nota explicativa, sobre esses lugares correspondentes, o autor nos orienta a observamos o Capítulo 6, de *Semântica Enunciação e Sentido* (2018), segundo trata “da argumentação”, e também nos direciona ao capítulo sobre “a argumentatividade”, pois neste lugar, Guimarães, considera que “a argumentação se apresenta como da relação al-x / at-x e a argumentatividade da relação L / LT”. De sua posição, considera que “A esta divisão vai se articular sempre um lugar de dizer, um enunciador”.

<sup>10</sup> Sobre esta questão, o autor, orienta vermos o Capítulo 9, em *Semântica Enunciação e Sentido* (2018).

enunciação. Por outro lado, o estudo admite que a relação fundamental dessa construção de sentido é de determinação (GUIMARÃES; MOLLICA, 2007, p. 9-10). Como afirma Guimarães (2018, p. 75):

Nosso procedimento de análise deve ser apropriado para analisar enunciados existentes (com seus modos de relação) enquanto enunciados de texto. Mas não se trata de construir um *corpus* específico. Trata-se de poder, a partir da análise de enunciados específicos, poder formular o modo como funcionam expressões em línguas diversas quando enunciadas (GUIMARÃES, 2018, p. 75).

Diante disso, faz-se necessário, então, apresentar a distinção e configuração feita por Guimarães sobre *Nomeação, designação e referência*, em *Semântica do Acontecimento* (2002, p. 9), conforme segue:

[...] a *nomeação* é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome. [...] A *designação* é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, uma relação tomada na história. Nesse sentido, o linguista e semanticista, não toma o nome como uma palavra que classifica objetos. Ele considera, tal como *Rancière* (1992), que os nomes identificam objeto. [...] a *referência* será vista como a particularização de algo na e pela enunciação (GUIMARÃES, 2002, p. 9).

A relação de integração se configura por apresentar dois modos fundamentais de relação, a *articulação* e a *reescrituração*, procedimentos que apresentam modos de relações diferenciados e específicos. Portanto, para nossas análises, consideramos os modos de relação enunciativa de articulação e reescrituração. De acordo com Guimarães (2012), a *articulação*:

[...] é o procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos significam sua contiguidade. Ou seja, organização das contiguidades linguísticas se dá como uma relação local, significada pela enunciação, entre elementos linguísticos (GUIMARÃES, 2012, p. 60-61).

Tal procedimento, nessa direção, pode ser sondado na relação de linearidade dos elementos linguísticos, os quais significam na sua contiguidade no texto, enquanto a *Reescrituração* se dá em virtude do modo como os elementos linguísticos são (re)ditos na transversalidade do texto. De acordo com Guimarães (2018, p. 80) os modos de relação por *articulação* “são relações como predicação, complementação, caracterização (relação determinante – determinado)”. Outrossim, há “outras, tradicionalmente consideradas no estudo da frase ou enunciado” (Ibidem). Conforme já definido por Guimarães (2009, p. 51), “uma articulação é uma relação de contiguidade significada pela enunciação”.

Em *Semântica Enunciação e Sentido* (GUIMARÃES, 2018, p. 80), dito em novas palavras, “a articulação é um modo de relação enunciativa que dá o sentido às contiguidades linguísticas, é, então, uma relação local entre elementos linguísticos que significam pela relação com os lugares de enunciação agenciados pelo acontecimento”. De modo geral, em análises empreendidas pelo autor, ele considerou em três modos diferentes: *dependência*, *coordenação* e *incidências*<sup>11</sup>.

Já sobre a reescrituração, Guimarães (2012) define a *Reescrituração* como:

[...] O procedimento de reescrituração consiste em redizer o que já foi dito. Ou seja, uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão. Esse procedimento se caracteriza por fazer interpretar uma forma (reescriturada) como diferente de si. (em virtude da reescrituração). E nesta medida a reescrituração é um procedimento que coloca em funcionamento uma operação enunciativa fundamental na constituição do sentido pelo acontecimento (GUIMARÃES, 2012, p. 61).

Vemos também em Guimarães (2018, p. 85), que:

A *reescrituração* é o modo de relação pelo qual a enunciação rediz o que já foi dito. Há reescrituração quando um elemento Y de um texto (uma palavra, uma expressão, por exemplo) retoma um outro elemento X do texto. Nesse caso Y reescritura X. Este modo de relação enunciativa leva a interpretar uma forma como diferente de si. O elemento que reescritura atribui (predica) sentidos ao reescriturado. Uma característica fundamental da reescrituração é que ela não se caracteriza pelas relações segmentais, ou de contiguidade, própria dos modos de relação por articulação (GUIMARÃES, 2018, p. 85).

A *Reescrituração* (Op. Cit., (2018, pp. 87-94), assim como a *articulação*, apresenta *modos de reescrituração* distintos, como: Reescrituração por Repetição (sinonímia, hiperonímia); Reescrituração por Substituição/Elipse (especificação, definição); Reescrituração por Expansão (desenvolvimento, generalização, enumeração); Reescrituração por Condensação (Totalização/generalização). Para Guimarães (2018, p. 93), “o modo de reescrituração não é correlato direto de modos de significar”. Nesse sentido, segundo o autor “podemos encontrar variadas relações entre o modo de reescrituração (Ibidem)”.

Quanto a estes modos de reescrituração dizemos que: a reescrituração se apresenta como modos de redizer e modos de dizer. Para Guimarães (2018, p. 86), “a *reescrituração* coloca em funcionamento uma operação enunciativa fundamental na constituição do sentido dos enunciados”. Essa operação é chamada de “*operação enunciativa de atribuição de sentido* (Determinação Semântica)”, este é um ajustamento terminológico do termo “DSD” definido

<sup>11</sup> Grifos em itálicos do autor, sugerimos visitar Guimarães (2018, pp. 81-85), onde o autor apresenta análises exemplificativas dos modos de articulações.

por Guimarães (2007). Neste sentido, de acordo com o semanticista, “trata-se de uma operação pela qual, no fio do dizer, uma expressão se reporta a outra, por modos de relação específicos variados. Uma expressão pode retomar outra, pode negá-la, pode redizê-la, em outros termos (Idem)”. Sendo assim, a elipse é um dos modos de reescrituração, ela articula e coloca em evidência no funcionamento da enunciação suprimida, ou seja, a determinação semântica.

Para Guimarães (Ibidem, p. 93), “o processo de reescrituração liga pontos de um texto com outros do mesmo texto, e esses mesmos pontos com pontos de outro texto”. Nesse sentido, podemos dizer que, no funcionamento de uma reescrituração, esses pontos são elementos linguísticos que se ligam, tomam, retomam, se relacionam com outros elementos e produzem sentidos de modos desiguais cujos modos de relações também são desiguais, e isso faz com que uma outra expressão linguística, ao funcionar, signifique de outro modo.

## 1.7 Do levantamento do *Corpus* e do procedimento enunciativo de Análise

### 1.7.1 Do levantamento do *corpus*

Parafraseando Guimarães, dizemos que tomar a planta-texto como *corpus* nos permite tomar, também, a questão da relação dos nomes no seu conjunto e na sua distribuição na relação de sentido com o espaço urbano do centro histórico da cidade de Cáceres/MT.

O levantamento dos materiais e documentos para este estudo se constituiu em diferentes momentos, parte do processo de levantamento da materialidade, foi realizado através de fontes públicas atendendo o que reza a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Portanto, a materialidade apresentada, por exemplo: a planta<sup>12</sup> da Catedral de São Luiz de Cáceres, foi levantada a partir de solicitação de acesso à documentos. Devido ao

---

<sup>12</sup> Conforme Art. 12 da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 \(Lei de Acesso à Informação\)](#), que atualmente passa vigorar com a [\(Redação dada pela Lei nº 14.129, de 2021<sup>12</sup>\)](#). Neste sentido, a Lei nº 12.527, vigora com a seguinte redação: “**Art. 12.** O serviço de busca e de fornecimento de informação é gratuito. Conforme, § 1º **O órgão ou a entidade poderá cobrar exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados**, quando o serviço de busca e de fornecimento da informação exigir reprodução de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada. § 2º Estará isento de ressarcir os custos previstos no § 1º deste artigo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da [Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983](#).” (NR). Em conformidade com a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, Lei que “Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2021/Lei/L14129.htm#art52](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14129.htm#art52). Acesso em: 08/04/2022. Portanto, cumprindo o determina a Lei, no dia 04 outubro de 2019, paguei o R\$33,00, valor da xerox, e assim, tive acesso a cópia da Planta da Catedral São Luiz de Cáceres, elaborada em 1994.

momento pandêmico não tivemos acessos diretamente aos documentos que estão arquivados na Cúria Diocesana, mas foi concedido a nós a cópia da planta-texto, que constitui o corpus principal desta pesquisa.

O início deste percurso, começa na segunda metade do ano de 2019, cujo objetivo consistia na elaboração do Projeto de Pesquisa, neste percurso, a busca pelo objeto de pesquisa se dava em constantes aberturas e fechamentos de coleções de CDs, PDFs, livros impressos de diferentes disciplinas, textos da Internet, e materialidades como fotografias, etc. Quando me deparei com uma planta urbana, intitulada: *S. Luiz de Cáceres*. Neste sentido, não restaram dúvidas, encontrávamos ali, um dos materiais que integraria e constituiria parte do *corpus* desta pesquisa. Também encontramos um conjunto de documentos oficiais, pertencentes ao processo colonial que trata da fundação de Vila Maria do Paraguai. Assim, os tomamos e os lemos, a partir da perspectiva enunciativa. Desse modo, nos debruçamos as leituras, seleção de recortes, e, a elaboração do novo projeto de doutorado, segundo procuramos mostrar os resultados defendendo que a Planta é um texto, é acontecimento de linguagem.

Para tanto, no segundo momento da pesquisa, elaboramos documentos, como: pedidos de “Solicitação de acessos aos documentos oficiais, memoriais escritos (documentos diversos) junto a Cúria Diocesana de Cáceres”; envios de *e-mails*; fizemos levantamentos em outras instituições, por exemplo: na Biblioteca Natalino Ferreira Mendes do IHGC; no NUDHEO; no Arquivo Municipal; na Biblioteca do Museu de Cáceres, que funcionava no endereço, à rua Antonio Maria; visitamos o novo Museu Histórico de Cáceres Emília Darci de Souza Cuyabano.

Nesse percurso, fez-se necessário a leituras inúmeras obras específicas e pesquisas em Bibliotecas *on-line*, espaço que muito nos ajudou na constituição dos corpora do presente estudo. Logo, instaurou-se o período pandêmico, o que nos impossibilitou de continuar a busca de materiais de modo presencial. Por conseguinte, os corpora, desta pesquisa, se constituíram de memoriais escritos (documentos diversos), de livros sobre a Igreja, jornais de circulação na cidade, de três plantas e outros materiais disponíveis online.

A partir da constituição do corpora, passamos a constituir o *corpus*, o qual se constitui de um conjunto de textos: do Mapa de toda Povoação da Capitania de Mato Grosso, 1777; um recorte de uma Ata de reunião, integrada ao livro *Bispo do Império* de 1980, de Luís-Philippe Pereira Leite; de um conjunto de três plantas/texto, sendo: a Planta de Villa Maria do Paraguay; a planta de *S. Luiz de Cáceres* e, em específico tomamos a Planta da Catedral de São Luiz de Cáceres, que de maneira muito particular, analisaremos esse material

a que tomamos como *Planta-Texto*, e pinçamos recortes destes acontecimentos de enunciação, para analisarmos a exemplo de como o mapa foi tomado e analisado nos trabalhos desenvolvidos por Eduardo Guimarães em *Semântica do Acontecimento* (2002; 2005 e 2017) e por Karim/Silva/Macedo Karim (2018), que tomam o “Mapa como Texto” e o considera como linguagem, como sentido.

Neste domínio, o estudo semântico enunciativo do acontecimento de enunciação da Planta, tomada como texto, ou seja, como planta-texto, se constitui inspirado a partir do estudo enunciativo “Nomes de rua e o mapa como texto”, desenvolvido por Eduardo Guimarães (2002-2017), em *Semântica do Acontecimento*, nesta obra, o autor, apresenta a análise pelo estudo do mapa da cidade de Cosmópolis, considerando-o como texto.

Por conseguinte, Guimarães (2017, p. 58), no Capítulo III “Nomes de Rua”, ao tratar no tópico “1. Os Nomes no mapa: procedimento de Análise”, enuncia que “o corpus não é simplesmente o rol dos nomes das ruas, mas o mapa da cidade enquanto texto”, ele nos permite pensar “a questão da relação dos nomes no seu conjunto e sua distribuição no espaço urbano (Ibidem)”. Esta enunciação nos permitiu tomar a planta-texto (de Vila, de Cidade, e, especificamente, a planta de Igreja, etc.), para constituir o corpus desta pesquisa, dos quais, para nossas análises, permite-nos tomar recortes, considerando, a questão de que os nomes se relacionam integrado ao conjunto do texto e na relação com a exterioridade constituída na relação sócio-histórica distribuída no espaço urbano. Para mim, considero que a planta enquanto planta urbana, planta arquitetônica, etc., é um texto, é linguagem, pois, ela diz de algo num espaço urbano. E, além disso, as plantas significam como um espaço simbólico de materialização e de projeção desse espaço urbano.

A escolha e seleção das plantas-textos se deram com base em cada fase histórico-enunciativa temporalizada pelo próprio acontecimento. As plantas/textos do traçado urbano e arquitetônico tomados para formar o *corpus* do nosso texto, integram nomes, enunciados, expressões que identificam lugares, cidades, regiões, rios, pessoas, ruas, ruínas, Travessas, Largos, Igreja etc., “enquanto configurados numa geografia específica, o estado de Mato Grosso” (GUIMARÃES, 2021, p. 9). Desse ponto de vista, de acordo com Guimarães “Identificar lugares, seus personagens e suas práticas é um modo de estabelecer um mapa destes lugares na relação com outros, por constituírem elementos de outras identificações mais gerais, ou por se oporem a outras identificações” (Ibidem, p. 9).

Nesse sentido, o *corpus* se constitui de um conjunto de textos específicos que dizem do lugar de projeção e construção da Igreja Católica de Cáceres, e destes pinçamos recortes do/da:

- a) Mapa de toda Povoação da Capitania de Mato Grosso, de 1777;
- b) Planta de Villa Maria do Paraguay – 1778;
- c) Planta *S. Luiz de Cáceres* - 1876;
- d) Fachada do Projeto Original da Catedral de 1918;
- e) Ata de reunião integrada ao livro *Bispo do Império*, de Luis-Philippe Pereira Leite, de 1977 (publicado 1980);
- f) Planta da Catedral *de São Luiz* de Cáceres, datada, de 1994, acompanhada da sua Planta-Baixa e Planta de Corte, as quais serão analisadas levada ao estudo no funcionamento da significação, como *Planta-Texto*.

As sondagens deste conjunto de textos são feitas considerando a convocação de acontecimentos históricos, por exemplo, os que enunciam sobre *a primeira Pedra Fundamental da Igreja Catedral São Luiz*, um acontecimento que diz de algo muito curioso e instigante. Isto é, a indicação de que o lugar da primeira Pedra Fundamental da Igreja, foi erigida na Praça da Jacobina, atualmente (Praça Major João Carlos Pereira Leite), pela Irmandade de São Benedito.

Assim as análises se desenvolvem a partir de recortes pinçados dos textos, e deles realizamos análises, pelo estudo da planta, fundamentados, principalmente, conforme Guimarães (2017, p. 58-59), que diz tomar o mapa, pelo estudo de análise do mapa. Essa perspectiva de estudo, que considera o mapa, a placa como texto, abre uma latência para que possamos tomar a planta e realizar sondagens, pelo estudo da planta de modo que possamos lê-la, interpretá-la e analisar, tomando-a como planta-texto.

Dessa posição, é primordial que façamos recortes dos textos para analisá-los, os quais nos permitirão mostrar “um movimento de sentidos no texto” de um novo acontecimento. Ou seja, no caso em questão buscamos mostrar esse movimento de sentido na *Planta-Texto*, considerando a perspectivação de que o sentido se dá “como a significação do enunciado, constituído pela integração do enunciado ao texto, em virtude de sua interdependência relativa. E a semântica é nessa medida o estudo dos sentidos enunciados” (GUIMARÃES, 2018, p. 18).

No subcapítulo seguinte, enunciaremos sobre os procedimentos de análise, os quais consideramos o que Guimarães (2018), denomina “sondagens”, pois, esse procedimento

coloca em evidência “enunciados existentes, em textos existentes, e poderão ser relacionadas com outras sondagens que podem confirmar, infirmar, aprofundar, modificar o que se conseguiu com as sondagens já realizadas” (*Op. Cit.*, 2018, p. 18).

### 1.7.2 Do procedimento de análise

As análises foram conduzidas, a partir da posição filiada, na perspectiva teórico-metodológica da Semântica do Acontecimento/Enunciação, dos estudos produzidos por Guimarães, no Brasil, desde (2002, 2005, 2011, 2012, 2018) e Dias (2018). Nessa perspectiva, no domínio dos estudos da enunciação, corroboramos também com os estudos enunciativos desenvolvidos por Karim; Silva; Macedo Karim (2018, 2021), Silva; Ferreira; Silva; Velozo (2021), Zattar (2011, 2016), pesquisadores que nos permite fundamentar este estudo, e pensarmos a *planta* nos modos como consideram o mapa e a planta como texto.

Antes de prosseguirmos tocamos numa questão que é muito cara à Análise de Discurso, e, sobretudo, é cara também a nossa posição. Trata-se da noção de recorte, esta noção constitui em sua formulação a essência de sua definição “estabelecida no interior da análise de discurso, por Eni Orlandi. Para a autora, “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim um recorte é um fragmento da situação discursiva” (Orlandi, p. 1984:14) (GUIMARÃES, 2018, 76). Nesse sentido, conforme Guimarães (2018):

[...] não se trata de tomar uma sequência qualquer, um enunciado, por exemplo, enquanto uma forma linguística simplesmente. Trata-se de tomar este elemento enquanto fragmento linguagem-e-situação. O recorte coloca, no próprio procedimento de análise, o exterior constitutivo do elemento linguísticos. Do ponto de vista de nossa análise enunciativa, julgamos poder dizer, reconfigurando esta noção ao domínio dos estudos enunciativos, que **o recorte é um fragmento do acontecimento da enunciação**. Guardando o principal da definição inicial produzida no domínio da análise de discurso, o recorte não é simplesmente uma sequência. Pelo recorte as formas linguísticas aparecem como correlacionadas em virtude de terem uma mesma relação com o acontecimento, independentemente da posição na sequência<sup>13</sup> (GUIMARÃES, 2018, p. 76). (Grifos nossos; itálico do autor).

Do ponto de vista de abordagem de uma Semântica da Enunciação, “o procedimento de análise deve ser apropriado”, deste modo, tomaremos a “realização de Sondagem”, ou, “procedimento de Sondagem” considerado “como procedimento geral de análise” (GUIMARÃES, 2018, p. 18). Como disse Guimarães, este procedimento coloca em

<sup>13</sup> Ver nota de rodapé em *Semântica Enunciação e Sentido* (GUIMARÃES, 2018, p. 76).



evidências “enunciados existentes, em textos existentes, e poderão ser relacionadas com outras sondagens que podem confirmar, infirmar, aprofundar, modificar o que se conseguiu com as sondagens já realizadas (Ibidem)”, os quais são configurados fundamentalmente nos modos de relação de *articulação e reescrituração*. Para Guimarães “A sistematicidade do procedimento, de sondagem se caracteriza por ser um modo de “eleger” enunciados decisivos a serem estudados a partir de uma pergunta”, a partir “de uma questão, em seguida proceder uma descrição e análise de seu funcionamento, lançando mão de categorias semânticos enunciativa (Op. Cit., 2018, p. 76).

Destacamos que noções como espaço de enunciação, acontecimento, cena enunciativa, designação, articulação, reescrituração, DSD, e outras como a noção de texto definida por Guimarães, elas são essenciais e indispensáveis para o desenvolvimento das análises desta Tese. Porquanto, são procedimentos específicos de uma Semântica da Enunciação, que tomamos para operar as análises, procurando trazer os resultados pelo estudo da planta, para dizer e sustentar que uma planta é um texto, é acontecimento de linguagem, a planta é um acontecimento que diz de algo. No caso em questão, a planta-texto diz da Igreja, da formação e transição Eclesiástica, designada pelo sentido de transição jurídica governamental agenciada pelos lugares autorizados a dizer e que realiza a divisão e mudanças do real, dito espaço físico da cidade, significados pelo acontecimento do funcionamento do dizer, nas enunciações recuperadas e integradas nas Plantas, que dizem da construção da Igreja, este acontecimento foi significativo para a elevação da Vila Maria à cidade de S. Luiz de Cáceres, no Estado de Mato Grosso.

Passemos, então, Capítulo II, intitulado: MARCO DO JAURU, MEMORÁVEIS DO TRATADO DE MADRI: TRAÇADOS HÍSTÓRICOS ENUNCIATIVOS QUE DIZEM DOS LIMITES ENTRE PORTUGAL E ESPANHA, e seus subcapítulos.

## CAPÍTULO II

### MARCO DO JAURU, MEMORÁVEL DO TRATADO DE MADRI: TRAÇADOS HISTÓRICOS ENUNCIATIVOS QUE DIZEM DOS LIMITES ENTRE PORTUGAL E ESPANHA

Este capítulo, apresenta alguns fragmentos do acontecimento de enunciação sobre o Marco do Jauru, um monumento histórico e significativo constitutivo de sentidos que recortam como memorável o Tratado de Madri, que no presente do acontecimento abre a rememorações de enunciações outras que dizem dos limites entre Portugal e Espanha, sentidos que significam atados ao corpo da cidade de Cáceres, e ao corpo da Catedral São Luiz de Cáceres, no Estado de Mato Grosso. Os limites (res)significam no funcionamento de linguagem e explode a sentidos múltiplos, os mais misteriosos possíveis, que se renovam nas fissuras e nos contornos dos traçados históricos enunciativos de práticas sociais. Nessa direção, tratar a designação possibilita-nos dizer do funcionamento da significação de enunciações, de enunciados existentes e elementos não linguísticos pensados historicamente num projeto – construção da Catedral São Luiz de Cáceres, acontecimentos como mapas e plantas que temporalizam pela sua própria ordem. Cumpre dizer que não compreendemos os acontecimentos de linguagem no sentido cronológico da História, os compreendemos transversalizados na relação de integração com outros enunciados, e com outros elementos integrados ao texto. Dessa maneira, os acontecimentos empreendidos, são tratados como indicações e possibilidades de buscar acontecimentos que por suas temporalidades nos permitam estabelecer procedimentos seguros, para prosseguir e produzir conhecimento com a pesquisa. Visto que, a reflexão sobre o Marco do Jauru estabelece uma relação de articulação direta com a construção da Igreja de São Luís de França (Vila Maria do Paraguai), e atualmente com a Catedral de São Luiz de Cáceres, ou, Diocese de São Luiz de Cáceres. Esta é um “Monumento<sup>14</sup>” que está plantado no espaço físico-geográfico público do centro da cidade de Cáceres, ela passou por um longo processo e diferentes fases na sua construção, edificação e recentes reformas constituindo sentidos em distintas temporalidades, conforme mostram as materializações das fotografias.

---

<sup>14</sup>Tombado pelo Iphan, em 1978. Iphan. Arquivo Noronha Santos/Iphan e IBGE. *Monumentos e Espaços Públicos Tombados – Cáceres (MT)*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1473>. Acesso em: 10/03/2022.



**Figura 1** - Igreja de São Luís de França, o Cruzeiro e o Marco do Jauru, em Vila Maria do Paraguai. Fonte: Album Gráfico, 1914.

Os textos e as fotografias se materializam (BIENNÈS, 1987, p. 14), e nesta medida, é possível dizer que, eles enunciam traços de linguagem não só da formação arquitetônica da cidade, bem como rememoram traçados históricos constitutivos da relação política Igreja e o Estado. Neste texto não linguístico, observemos que há três monumentos fundamentais, estes se materializam na relação com o real, o simbólico e o histórico. Trata-se da pequena Igreja Católica, representada por uma arquitetura de estilo e construção colonial, com a construção de uma única torre sineira, ela estabelece sua materialização de sentido na articulação com o Cruzeiro, símbolo do catolicismo latino, a Cruz Latina, e com o Marco do Jauru.

Nesta direção, a materialização das fotografias, mostram uma relação de significação que instaura o político, se considerarmos a relação Igreja e Estado.

Passemos, então, ao subcapítulo, intitulado: Do Marco do Jauru, 1754 - 1883: Tratados e Limites entre Portugal e Espanha no Centro Tombado de Cáceres - MT.

## 2.1 Do Marco do Jauru, 1754 - 1883: Tratados e Limites entre Portugal e Espanha no Centro Tombado de Cáceres - MT

*[...] o espaço de enunciação se modifica, pela própria dinâmica do litígio das relações envolvidas (GUIMARÃES, 2018).*

Com o acontecimento de enunciação do texto/epígrafe, começamos por dizer que o acontecimento de linguagem empreendido no projeto colonizador de ocupação das partilhas do real no/do Brasil, configuram-se em espaços de enunciação, e, é por isso, consideravelmente, um acontecimento político, que se abre no presente do próprio acontecimento à luz de sua latência de futuridade e de sua temporalidade, em que “a constituição da temporalidade do acontecimento se faz pelo funcionamento da língua enquanto numa relação com línguas e falantes regulada por uma deontologia global do dizer em uma certa língua” (GUIMARÃES, 2017, p. 24). Assim, considera que “o espaço de enunciação se modifica, pela própria dinâmica do litígio das relações envolvidas (Idem)”, e nos coloca a considerar de modo decisivo que na configuração do acontecimento instala-se a relação entre línguas e falantes, mas esta relação não a consideramos tomada do ponto de vista empirista, tomando-a numa relação situacional que se coloca como que as pessoas falam uma língua A ou B, etc.

Da perspectiva, dos estudos enunciativos desenvolvidos no Brasil, no que confere a relação entre línguas e falante, nos interessa “enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político” (Ibidem). Nesse sentido, “a língua é dividida no sentido de que ela é necessariamente atravessada pelo político: ela é normativamente dividida e é também a condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a desigualdade dos desigualmente divididos” (Cf. Guimarães, 2017, p. 24).

Os acontecimentos de linguagem, se constituem e se especificam como diferentes temporalidades de sentidos de um passado de enunciações que se abrem em sentidos outros, no movimento semântico, no acontecimento enunciativo de textos específicos, por exemplo, textos de historiadores, viajantes expedicionários, documentos régios, textos geográficos, textos de engenheiros, mapas, plantas e outros, que sejam significativos para este percurso.

A pesquisa pensada historicamente não se limita a analisar somente a textos de literatura de viagem de séculos distintos, a pesquisa produzida desse modo seria, como diz

Romain Descendre (2015, p. 17) “discrepante e limitador”. Segundo este autor: “os relatos de viagem enquanto tais não constituem o tema único de todos os textos reunidos”. Ou seja, “dentre eles, muitos apresentam descrições de países e Estados, e têm eventualmente origem política ou diplomática. Ali se encontram, por exemplo, cartas trocadas entre reis e papas<sup>15</sup>”.

Então, para avançar começemos por observar como Portugal, ao instalar a Capitania de Mato Grosso, passa a promover a ocupação da fronteira oeste do Brasil. Sobre isto, De Moura (2018, p. 316), assevera que Portugal:

[...] Ao instalar as **capitanias de Goiás e Mato Grosso**, [Portugal] estaria promovendo a **ocupação da fronteira oeste do Brasil** de modo que, suas populações, os “*frontiersmen*” (fronteiros) pudessem praticar a navegação destes rios, com objetivos comerciais e de exploração e com isto assegurar direitos sobre estas vias fluviais. Na sua abordagem, portanto, os interesses econômicos e de sobrevivência destas populações coincidiram com **os geopolíticos do Estado** naquele momento, cuja “razão” envolvia a necessidade de **definição dos limites entre Portugal e Espanha na América** (DE MOURA, 2018, p. 316). Grifos nossos.

Conforme De Moura (2018), a instalação das capitanias de Goiás e Mato Grosso, definem o modo como se deu a divisão e ocupação da fronteira oeste do Brasil, visto que, as designações “comércio” e “exploração” são palavras formuladas no âmbito dos interesses políticos coloniais, consistindo em sentidos como de estratégia para a: ocupação do comércio, exploração das práticas navegáveis, bem como a apropriação de inúmeras riquezas.

As estratégias, nesse sentido, são argumentações para sustentar e assegurar os direitos de navegação e de posses sobre os rios e sobre o território. De outro lado, os geopolíticos do Estado, são demarcadores de definição dos limites entre Portugal e Espanha na América. Assim, a expressão “definição dos limites entre Portugal e Espanha na América” significa pela enunciação que recorta o memorável do Tratado de Madri de 1750, também conhecido como Tratado hispânico-português de 1750, este memorável retomado constitui-se como um modo de dizer e de significar o designado. A fronteira oeste das terras do Brasil, nessa medida, determina os limites e ocupações de suas populações, ou seja, os designados de “*frontiersmen*”, isto é, os fronteiros.

Portanto, é possível dizer que o sentido de *definição dos limites entre Portugal e Espanha na América* Ibérica, trata-se de sentidos constituídos numa relação-geopolítica histórica-enunciativa no funcionamento de enunciações que designam os *interesses dos geopolíticos do Estado* Português e Espanhol, cujos interesses encontram-se estabelecidos

---

<sup>15</sup> Nota de número “17”, feita pelo autor, p. 33.

no/pelo Tratado de Madri, fundamentado no acontecimento jurídico do *Uti possidetis*, princípios que foram firmados entre os países mencionados, e, assinado na capital espanhola, ou seja, em Madri.

Desse modo, apoiados por tais princípios, os portugueses adentraram as divisas pertencentes à Espanha, pelo direito de posse não interrompida, direito este garantido a província, há mais de 60 anos. Para melhor compreendermos este acontecimento jurídico em questão, visitamos a Revista do Instituto Histórico de Matto Grosso (1923- v.2, pp. 45-46), neste material, encontramos a explicação de que o *UTI POSSIDETIS*, conforme segue.

[...] Logo é manifesto que não existe ordem alguma e nem mesmo convenção em vigor acerca das divisas das duas províncias. Não havendo ainda limites reconhecidos, deve-se recorrer ao – *uti possidetis* – de cada uma das províncias. Recorrendo-se pois a este direito tem esta província posse não interrompida e estabelecimentos há mais de 60 anos, até a margem do rio Grande ou Araguaya, na estrada de Goyaz, onde a mesma província não tem um só habitante; e pelo lado de Sant´Anna do Parahyba tãa bem nunca um só goyano teve posse desses logares, e a expersasa da Província de Mato Grosso é que foi descoberto a 20 annos, **povoado e elevado a ultimamente à categoria de villa aquelle logar**. Tudo isto demonstra claramente o officio do ex-presidente desta Província Chefe de Esquadra Augusto Leverger, n. 14 de 28 de Janeiro de 1857 (cópia n. 13) e officios de seus antecessores, a que ele se refere, n. 5 de 14 de Janeiro de 1836, ns 31, 52 de 28 Julho e 4 de Dezembro de 1837, e ns 13 e 39 de 21 de Abril e 6 de Agosto de 1838 (cópias de ns. 14 a 18). É de urgente necessidade a fixação dos limites desta com a província de Goyaz e parece-me mui razoável que para isso se adopte a mesma divisa que de facto tem sempre subsistido e é o rio Araguaya até suas vertentes na serra de S. Martha, seguindo pela cumiada desta até as vertentes do Rio Corrente, que incorporado ao rio Pasmado ou Turvo entra no Parahyba que é o limite desta com a Província de Minas Geraes. Deos guarde a V.EX. – Palacio do Governo do Matto Grosso em Cuyabá, 28 de Julho de 1860. – Illmo. Exmo. Snr. Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, Ministro e Secretário de Estado dos Negocios da Justiça – Antonio Pedro de Alencastro”. (Revista do Instituto Histórico de Matto Grosso, 1923-2, pp. 45-46). (Grifo nosso).

Nessa direção, sobre a definição dos limites entre Portugal e Espanha na América, tratamos, neste Capítulo I, sobre o Marco do Jauru, 1754 -1883, isto pode nos levar a compreender sobre como a questão da definição dos limites entre ambas instaura decisivamente o político. Sobre tal questão, Ferreira Moutinho, esclarece que a trinta léguas de Mato Grosso, o rio Jauru, foi o lugar onde os comissionários da demarcação de limites enviados por parte de Espanha e Portugal colocaram pela primeira vez, em 1754, pela disposição do art. 7º do tratado de 1750, o grande marco de mármore, que alvejava entre os verdes que a época era o que o circulavam.

Os sentidos de limite que permeiam o Marco do Jauru, neste caso, são constituídos por temporalidade distintas, isto é, os enunciados 1754 e 1883, significam sentidos de limites diferentes sobre à formação do processo de urbanização da região do Mato Grosso. O Marco é

reconhecido, hoje, na cidade de Cáceres como um Monumento Tombado, monumento que sintetiza narratividades que significam e ressignificam pelas práticas de linguagens que o afeta e atribui sentidos no modo como o centro urbano da cidade fora sendo construído, primeiramente com o sentido de demarcação do território do Mato Grosso.

Atualmente, “a cidade é vista por seus monumentos e essa visão sintetiza valores que estão condicionados à forma como a sociedade se organiza” (CAVENAGH, 2016, p. 217). Observemos na materialidade da imagem printada do vídeo, a que nomeamos de Marco do Jauru – fevereiro de 1754, outros sentidos se constituem.



**Figura 2:** Marco do Jauru – fevereiro de 1754

Print do Vídeo: “História de Mato Grosso - Cáceres”, de BECKMAN, Thomas. Disponível em:<  
<https://www.youtube.com/watchk>. Acesso em: 08/03/2022.

O texto não linguístico, acima, pinçado do Vídeo: “História de Mato Grosso - Cáceres”, de BECKMAN, nele, podemos observar que o grande marco de mármore, não estava alvejado somente entre os verdes que o circulavam. Ademais, acrescento que o “marco” alvejava entre os muitos índios presentes, ainda revestidos com suas práticas culturais, os quais estão dispersos entre as bandeiras hasteadas, entre capitães, dividindo o espaço com a guarda de militares português e espanhóis, que se fazem presentes em lados opostos ao marco e as límpidas águas do Rio Jauru. Este marco divide-se de quatro lados iguais, no seu topo está a Cruz, e gravado em seu corpo, lê-se a seguinte enunciação, In loco:

“SVB  
 IOANNE.V. LVSITANORVM  
 REGE  
 FIDELISSIMO  
 SVB FERDINANDO.VI  
 HISPANIE  
 REGE CATHOLICO  
 IVSTITIA  
 ET. PAX.  
 OSCV LATE  
 SV NT  
 EXPACTIS  
 FINIVM.RE  
 GVNDORVM  
 CONVENTIS.  
 MADRITI.  
 IDBLIANVAR  
 MDCCL”

É interessante, observar que no presente desse acontecimento a designação “MDCCL” reescritura por condensação enunciações temporalizada que significa o acordo firmado em “1750”, ou seja, compreende-se, mais uma vez, o sentido funcionando pelo memorável do Tratado de Madri, cujo Marco do Jauru, fixado na foz do rio Jauru significa afetado de um lado sob a enunciação D. João V, e de outro lado sob as enunciações de Ferdinando VI, ambos determinados pelo que rege e enuncia os Reis Católicos, poderíamos dizer que, o Marco do Jauru também significa acordo de fidelidade entre os Reis Católicos.

Outro acontecimento importante, segundo Ferreira Moutinho, é que neste lugar “existem ricas minas de ferro e cobre”, produzindo uma latência de futuridade, a qual constituía o sentido de grande renda à província de Mato Grosso, e, principalmente, com fins lucrativos a quem viesse explorá-las. Sendo assim, tais riquezas teriam despertado cobiça dos homens desta região, com a promessa de empregar os capitães. Além disso, as águas cristalinas, era favorável a navegação do Jauru até o lugar dessas minas, empreendidos pelos demarcadores de limites. Ferreira Moutinho, explica que qualquer companhia que se formasse para a província, deveria ser completamente independente da população do país, ainda para esta formação a companhia deveria “ter seus correspondentes em Montevideo ou em Buenos-Ayres, e um escritório no Corumbá”, os quais deveriam ter seus barcos próprio, e um barco pequeno a vapor, para navegar entre o ponto de Corumbá e entre o ponto percorrido pelos trabalhadores, esta organização evitaria os manejos das canoas e os ataques de Índios.

Observamos que Marco de Mármore, não ficou para sempre na foz do Jauru, pois, desde o ano de 1883, o Marco do Jauru, ícone da demarcação dos limites entre as duas Coroas, encontram-se entrelaçado na relação de sentidos com outros monumentos e a vida cotidiana dos cacerenses, passando a significar o desenvolvimento, em contraste com a



formação e urbanização da cidade desde a povoação de Vila Maria, São Luiz de Cáceres no Mato Grosso. Ou seja, o Marco, desde então, situa-se atado ao corpo do Centro Histórico Tombado, da cidade de Cáceres, no Estado do Mato Grosso.

A formação do processo de urbanização da região do Mato Grosso, é um acontecimento que se constituiu num espaço de enunciação específico, num espaço político constituído de uma temporalização específica. Isto é, o processo de urbanização da região do Mato Grosso, acontece na segunda metade do século XVIII. Da nossa posição, consideramos que os sentidos se constituem no funcionamento da língua, cujo acontecimento funciona integrado a texto. Dessa posição, consideramos também “a questão do político na linguagem” (GUIMARÃES, 2017, p. 11). Ou seja, “enunciar é uma prática política” (op. Cit., p. 11). Diante das considerações, dizemos que as relações de alocação são constituídas num espaço político, e levado ao estudo da significação, acreditamos na perspectiva de que estas relações são práticas de linguagem, são acontecimentos enunciativos.

Destacamos, que é no espaço político que o falante é agenciado pelo funcionamento de uma língua, ou outras línguas, o falante só enuncia afetado pela língua que funciona num espaço em que línguas e falantes sempre estão em disputa incessante. Nessa conjuntura, deve-se considerar que a urbanização do Mato Grosso, na relação de alocação constituídas pela prática de linguagem agenciativas dos falantes, é o que os fazem dizer, redizer e se significar e ressignificar pelo acontecimento de enunciação no texto.

Dito desse modo, consideramos pertinente a enunciação de Araujo (2012) em *A Urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII*, que, em síntese, trata sobre o processo da urbanização do Mato Grosso no século XVIII, e enuncia que:

[...] considera-se, sobretudo as relações implícitas com a conjuntura da demarcação de limites: a projeção ideológica do urbano no discurso político das Luzes, que se reflete na legislação adotada, e **as implicações do processo de urbanização na leitura do território** (ARAUJO, 2012, p. 41). (Grifos nossos).

Sobretudo, o processo de urbanização se constitui de um (passado, presente e futuro) de enunciações, ou seja, constitui-se de uma temporalidade própria do acontecimento de linguagem, permitindo desse modo a projeção de sentidos outros, de múltiplas temporalidades sobre a questão, por exemplo, do urbano, rural, público, privado e outras temporalidades que se mostram significadas na textualidade das plantas/textos, as quais são analisadas nas últimas

seções deste estudo, um espaço de enunciação, espaço sempre político<sup>16</sup> e sempre espaço de divisão.

Ainda segundo a observação da autora, há um “paradoxo implícito” que se coloca entre as palavras *urbanização* e *mato*, na medida que ambas são consideradas opostas, assim de sua posição considera que um “paradoxo implícito” é:

[...] Um paradoxo que opõe duas palavras naturalmente lidas como opostas uma pela outra, *urbanização* e *mato*. Tão forte é o sentido de oposição entre estas palavras, que soa estranho pensar em cidades no mato. Mas foi de certo modo a força deste contraste que esteve na base do próprio processo de urbanização [...] do Mato Grosso. Porque ali, mais do que em qualquer outra região do Brasil, as cidades representavam elementos discursivos enfáticos da relação de domínio sobre o território que se pretendia estabelecer ou, antes, reivindicar. E a decisão de as fazer, várias, [cidades] e no mato, implicou um importante e significativa mudança na leitura do próprio território (ARAUJO, 2012, p. 42). (Grifos itálico nosso).

Nas palavras da autora, há proposição de que o sentido de oposição entre *urbanização* e *mato* é tão forte que soa estranho pensar em cidade no mato. Para nós essa oposição se constitui como elemento de enunciação que funciona como força enunciativa para sustentar que o sentido que constitui o processo de urbanização constitui-se no próprio acontecimento. Consequentemente, as questões enunciadas em relação à conjuntura da demarcação de limites; a mudança na leitura do próprio território; a decisão de levantar “cidades no mato”, são acontecimentos de linguagem. Conforme Guimarães (2017, p. 15), tais “enunciações são acontecimentos de linguagem que se fazem pelo funcionamento da língua”, cujo funcionamento está latente, ainda hoje, no centro da cidade de Cáceres.

Nessa perspectiva, é preciso considerar a história de enunciação do imponente Marco do Jauru, presente na Praça Barão do Rio Branco, como já dito, ele está desde 1883, de frente a porta central da Catedral São Luiz de Cáceres, ou seja, em frente à Igreja Matriz, dois monumentos em que um atribui e determina sentido ao outro, constituindo enunciações que continua latentes produzindo sentidos no centro da cidade de Cáceres.

Segundo a observação de fotos recentes, o monumento mostra-se articulado a construção do texto: “TRATADO DE MADRI – 01- 1750 - ESPANHA – PORTUGAL (MARCO DO JAURU)”, enunciado na pedra de mármore presente à leste no Marco, que ainda pulsa latente os sentidos de limites estabelecidos no Tratado. A falta de um pedaço da pedra, pode significar sinais de depredação, em um monumento tombando. Esta observação se dá, a partir da construção do texto/visual construído pela materialidade física visual do monumento.

---

<sup>16</sup> O político é aqui entendido a partir da definição e sentido constituído da posição de Guimarães (2002).

Nessa direção, Orlandi e Guimarães ([1988] 1989, p. 74), em *História e Sentido na Linguagem*, dizem que a questão da materialidade física do enunciado, os interessa quando se fala do texto, da textualidade. Para os autores, “o texto é uma construção com começo/meio/fim que se constitui como um “cruzamento” de discursos, de enunciados de discursos diferentes” (Op. Cit., p. 74). Os autores, apontam que “nesta construção conta também a materialidade física (sonora, visual, etc.), e é nesta medida que entra, então, a temporalidade. O fato de ter começo e fim se deve à temporalidade” (Ibidem).



**Figura 3** - Texto do Tratado (MARCO DO JAURU) – atado ao corpo da cidade de Cáceres – MT.  
Fonte da foto: Arquivo da autora. (VELOZO, 05/12/2021).



**Figura 4** - MARCO DO JAURU - atado ao corpo da cidade de Cáceres – MT.  
Fonte da foto: Arquivo da autora (VELOZO, 05/12/2021).

Sobre este Marco, uma questão muito curiosa se apresenta. Por muitos anos, a data de fixação deste monumento se constituía como uma incógnita, segundo a qual os sentidos pairavam sobre os textos dos estudiosos interessados em buscar detalhes. Natalino Ferreira Mendes (2021), em uma busca instigante, nos revela a data precisa do assentamento do Marco do Jauru, na praça Barão do Rio Branco, praça também conhecida como Largo da Matriz ou Praça da Matriz, ao dizer que “um dia, em conversa com o Reverendo Padre Paulo Maria Cabrol, então Vigário desta cidade, disse-nos ele que vira anotado, num livro antigo, pelo Vigário da época, o virtuoso Padre Casimiro Ponce Martins, a data em que se deu o fato” (Op. Cit., 2021, p. 111). A partir dessa pista, o historiador e poeta e conhecedor voraz da cidade de

Cáceres, passou a buscar o precioso livro, que integrava tal acontecimento de enunciação, conforme o saudoso Mendes:

[...] Verificando o livro por consentimento do Reverendo Padre Paulo, constatamos lá que o que vínhamos procurando, há tempo, o dia exato em que se assentou em frente da nossa Igreja Matriz, o Marco trazido do Jauru por iniciativa, do Tem. Cel. Antonio Maria Coelho – dia 02 de fevereiro de 1883 (MENDES, 2021, p. 111).

Nesse sentido, este acontecimento do dizer, rememora e reescreve um acontecimento significativo de sentidos historicizados, fundamentalmente, pelo funcionamento próprio do enunciado “1883”, num passado, ou seja, numa temporalidade específica, do quase final do século XIX.

Chamamos a atenção, para a ocorrência de outros acontecimentos, uma vez que, é preciso considerar que o Marco, antes de ser assentado no lugar que está hoje, ele “foi colocado na foz do rio Jauru, no dia 18 de janeiro de 1754, batizado, no ermo, as possessões Portuguesa e Espanhola nesta parte da América do Sul” (MENDES, 2021, p. 110). Isto é, as posições significam a divisão das terras, no que concerne a relação de domínio sobre o território de Portugal e o território Espanhol, que se pretendia estabelecer em Mato Grosso. Esta divisão se constitui na própria divisão do político. O Marco do Jauru, nesse sentido, temporaliza e significa pelo memorável a assinatura do Tratado de Madrid – 1750.

Considerando esse acontecimento, a urbanização da região do Mato Grosso vai se dar na segunda metade do século XVIII. O Marco, enquanto parte constitutiva desse processo de urbanização, constitui a divisão do real fundamental nas relações das práticas de linguagens, nas questões que tratam de demarcações e limites entre a coroa portuguesa e a coroa espanhola. Mais precisamente, dizer do Mato Grosso, implica tomar não só os acontecimentos de linguagem que trata sobre o Tratado de Madrid, enunciado em um determinado espaço de enunciação, “importa ver os antecedentes da discussão do Tratado para enquadrar corretamente a decisão de criar governos autônomos nas capitânicas de Goiás e Mato Grosso, desmembrando-as da capitania de São Paulo” (Idem). Assim:

O Conselho Ultramarino justificava a decisão afirmando que o governo em São Paulo tinha sido criado, não por ser necessário, mas porque era o **“caminho”<sup>3</sup> para as minas** e que, dadas as novas circunstâncias, era necessário que as próprias minas tivessem governo autônomo. Especificamente **sobre a capitania do Mato Grosso, esperava-se que “por meio do estabelecimento do Governo, como por todos os outros que ocorrerem se procure fazer a Colônia do Mato Grosso tão poderosa, que contenha os vizinhos em respeito, e sirva de *antemural* a todo o interior do Brasil** (MENDES, 2021, p. 110). Grifos nossos.

As instruções passadas ao governador da nova Capitania eram claras quanto às prioridades a seguir. Os sete primeiros itens diziam respeito à fundação de uma nova vila, já antes prevista, que seria a cabeça do governo da Capitania e onde deveria residir o governador. Por conseguinte, os descobrimentos marítimos, ou, a política de colonização do conselho ultramarino, em particular do reino português, constituiu diferentes materialidades específicas de linguagem, enquanto textos que enunciam a História Geral do Brasil. Isto é, constituídos sempre considerando que a enunciação configura-se dividida pelos lugares sociais que a enuncia, e igual modo, são acontecimentos enunciativos específicos que dizem das entradas e bandeiras, da descoberta, ou achamento das terras, em que a Igreja Católica, fundamentalmente, constitui e participa na formação dos sentidos da construção sócio-histórico do país (hoje chamado de Brasil), consolidados no agenciamento de uma política colonizadora europeia, fundamentada em sistema de governo constituído ainda na Idade Média. Em consequências disso, observamos que a Igreja Católica no Brasil, foi sendo construída como parte significativa deste agenciamento que implicou diretamente na formação dos espaços geográficos.

Interessante dizer que no espaço político, que se chamou de União Ibérica<sup>17</sup>, cujos objetivos das Coroas constituíram-se ao sediar e consolidar os domínios do ultramar, estrategicamente, foram fortalecidos por uma série de concessão de *Bulas Papais* que ligavam o Estado e a Igreja. Pois, como disse Lara *et al.* (2021, p. 20), “antes dos tratados, esses acordos entre reinos eram normatizados pela Igreja, através de bulas papais”. Estes aspectos também se fazem presentes na criação e construção das Igrejas no Brasil, considero que as bulas foram fundamentais para a criação da Igreja em Vila Maria do Paraguai.

Assim, acreditamos que, tomar a planta de uma Igreja como acontecimento de linguagem, como um texto específico, e, sondá-la no domínio dos estudos da significação, pode nos colocar a conhecer a significação da secular presença do Catolicismo no Brasil, bem como conhecer os modos de enunciação e (re)significação, segundo expressões e enunciados significam na/pela relação de agenciamento que os interpelam e os constituem no funcionamento do acontecimento. Neste sentido, os textos específicos como mapas e plantas se configuram “como um acontecimento enunciativo que diz da história da colonização e o imperialismo do Brasil” (GUIMARÃES, 2018, p. 174). Ademais, eles integram e são integrados de elementos linguísticos e não linguísticos e na sua transversalidade nos coloca a conhecer os modos de agenciamentos na construção e constituição dos sentidos à construção

---

<sup>17</sup> É um acontecimento que significa a união entre Portugal e Espanha, cuja duração se estendeu por sessenta anos (1580-1640), em que o Brasil ficou sob o domínio espanhol.

da Igreja no povoado, na vila, na cidade, visto que, a Igreja é significada por agenciamentos que marcaram os modos de convivência desta com a sociedade brasileira, desde o achamento. Por exemplo, podemos observar que o texto não linguístico, a seguir, está funcionando na relação com o linguístico, isto é, com o enunciado-título: São Luiz de Cáceres, A Igreja e a Força Federal. Nesse sentido, dizemos que, há uma relação de modos de convivência entre cidade, Igreja e a Força Federal.



**Figura 5** - São Luiz de Cáceres, A Igreja e a Força Federal. In: Album Gráfico, 1914, p. 185.

Sabe-se que as primeiras instalações governamentais do Brasil, se constituíram de três Dinastias do Governo Monarca do Reinado de Portugal: a Dinastia de Aviz (1500-1815); Dinastia de Habsburg (60 anos de domínio espanhol) e a Dinastia de Bragança, sendo a partir desta última a que mais nos interessa na construção da Igreja na povoação de Vila Maria, São Luiz de Cáceres (atual Cáceres), no desenvolvimento e configuração do espaço urbano da cidade. É sabido que no processo de expansão da Coroa Portuguesa, expandia-se também o Padroado, bem como expediam-se muitas *bulas*.

No subcapítulo, a seguir, dedicamo-nos a fazer algumas análises Morfossintático-Semântico-Enunciativo de enunciados-títulos, de nomes de ruas e nomes de travessas, como um modo de mostrar a existência de construções, de modos de dizer e modos de significar.

## 2.2 Traços do Funcionamento Morfossintático-Semântico-Enunciativo dos enunciados-títulos: modos de dizer e modos de significar a unicidade da planta-texto

No presente, subcapítulo, chamamos a atenção ao modo específico de dizer, isto é, de significar. Se pensarmos o funcionamento da designação de nome próprio de pessoa na relação com enunciado-título das plantas/textos, em sondagens, acreditamos na hipótese de que os nomes próprios de pessoas estabelecem relações linguísticas no modo como se dá a construção do nome/título com seu texto, e do texto com seu nome/título, enquanto nome que a designa como um único objeto, a planta.

Para esta análise pinçamos um conjunto de três enunciados sintagmáticos nome/título, em que ambos são títulos de texto, que funcionam como enunciados-títulos de plantas/textos específicas. Quando nos colocamos a fazer análise do funcionamento Morfossintático-Semântico-Enunciativo dos enunciados-títulos, estamos dizendo que tratar desses funcionamentos, abre-se a possibilidade de dizer da existência de construção de diferentes modos de dizer e modos de significar a unicidade de uma planta-texto.

Da perspectiva da enunciação consideramos que cada um dos enunciados-títulos, de modo particular, é reescriturado por expansão pelo seu texto. Se propor a fazer análises desses funcionamentos, coloca-nos a saber que, há outras construções que diz significa e constitui a unicidade de uma planta-texto, pelo nome próprio de pessoa e nome próprio de rua e travessa. Vejamos:

1. Planta de Villa Maria do Paraguay (planta-texto da vila)
2. *S. Luiz de Cáceres* (planta-texto da cidade)
3. CATEDRAL. SÃO LUIZ DE CÁCERES (planta-texto arquitetônica da Igreja)

As construções dos enunciados-títulos, acima, mostram-se como diferentes na sua própria ordem, cujas formações morfossintáticas do acontecimento de enunciação, também são distintas constituídos por sua temporalidade própria. Nesse sentido, as formações morfossintáticas, diferem tanto no estilo de fonte/letra quanto no funcionamento semântico-enunciativo. Observemos, que algumas construções podem ser constituídas de: Nome comum e Nome próprio como modos de dizer e modos de significar a unicidade da planta-texto.

Tomemos o texto 1. Planta de Villa Maria do [rio] Paraguay. Este enunciado-título é formado de: Nc; Prep; Nc/t; Npr/p; Prep; Nc/t; Npr/T. Entendemos, Nome comum (Nc), Preposição (Prep), Nome comum de topônimo (Nc/t), e Nome próprio de Topônimo (Npr/T).

Nome comum (planta) + Preposição (de) + Nome comum de topônimo (vila) + Nome Próprio de pessoa (Maria) + elemento prepositivo de contração (contr. de de + o) = do + uma construção elíptica de nome comum topográfico [rio] + Nome próprio de Topônimo (Paraguay), e em alguns casos compreende-se (Paraguay) como Nome próprio de um País.

Neste sentido, ao tomar esta construção enunciativa sob o ponto de vista da Biologia, em específico da Botânica, podemos inferir que o nome “planta” pode ser definido como um nome genérico que se relaciona à categoria dos vegetais, restrito a um sentido muito particular, ou seja, no sentido de planta enquanto vegetal, e deste não se pode extrair o sentido de madeira, a saber que, o vegetal não é árvore, portanto não é madeira. Dessa inferência, extrai-se que o nome planta formado no domínio da Biologia/Botânica, trata-se de algo que significa especificamente como pertencente ao reino vegetal.

Observemos que a palavra “planta” na formação do enunciado-título: 1 Planta de Villa Maria do Paraguay, significa no/pelo agenciamento de enunciações constituídas nos modos de dizer por relações constituídas por *alusão*, isto é, por um lugar de enunciação que evoca um outro lugar de enunciação, e o que se diz significa afetado por enunciações, biologizante evolutiva, retomando o memorável de origem, de Raíz. Nesta direção, o enunciado-título constitui-se de enunciações passadas, que se apresentam no presente do acontecimento cuja designação “Planta”, antes significado como “origem”, descoloca-se ao sentido de “Fundação”. Consideramos, o sentido de “*alusão*”, a partir do sentido que Guimarães (2018, p. 69), dá a este termo, pois, esse modo de relação por *alusão*, não significa “uma citação, mesmo que indireta, do dito em outro lugar, até mesmo porque se trata de relações de lugares coexistentes”.

Considerando esta relação, podemos compreender que o nome comum “Planta” no funcionamento do enunciado, “Planta de Villa Maria do [rio] Paraguay”, se apresenta como um argumento para a sustentação da significação de uma prática de linguagem característica do reino português, alinhado ao Termo de Fundação, portanto dizemos que este argumento garante a elevação do Povoado à categoria de Vila



A planta-texto como linguagem, como significação, mostra a projeção futura da construção de algo, por exemplo, a projeção do lugar de construção da igreja que se instala no presente do acontecimento da planta-texto de Vila Maria, e isto, pode se dar com base nos modos de dizer determinados pelo agenciamento enunciativo das ordens do reino português e espanhol, concomitantemente, estabelecidos em acordos firmados entre Igreja/Estado. A latência de futuridade que se apresenta nas plantas/textos, é incontornável no próprio acontecimento, e isto coloca possibilidades de interpretações outras. Assim, os sentidos são sempre outros e sempre distintos. A projeção de sentidos designativos à vila, à cidade, ao edifício, etc., significam na textualidade e temporalidade dos textos pelos modos de dizer, modos de planejar, modos de ler, e pelos modos específicos de projeções constituídos no/pelo agenciamento do Estado, considerando o espaço político que os divide.

Já se pensarmos o nome “planta” no seio da Anatomia Humana, pode-se interpretar que se constituí aí, adjetivamente, o sentido relativo a uma parte do corpo humano, ou seja, à planta do pé. Dessa maneira, planta significa a parte do pé que se assenta, ou, que se coloca sobre o chão. Do ponto de vista da gramática normativa que classifica o nome, “planta” é categorizado como **substantivo comum**, o qual chamamos de (N/c), isto é, Nome comum.

Da perspectiva do estudo enunciativo, articulado aos estudos de Rancière (2014), o nome identifica o objeto. Desse modo, pensar o (Nc) *Planta* no domínio dos estudos da enunciação, nos permite ampliar a perspectivação de novos sentidos. Assim, consideramos os nomes, as palavras, os enunciados, as expressões linguísticas e não linguística integrados ao texto.

Quando tomamos a planta e a chamamos de planta-texto, o que estamos dizendo é que: as plantas não são desenhos, elas são textos e se constituem de elementos linguísticos e não linguísticos que os integram e, assim, constroem sentidos em virtude da relação dessa integração ao texto, sentidos que significam no cruzamento de linguagem destes textos, e a constitui enquanto unidade de significação. Além disso, outras relações se apresentam e constituem a textualidade do texto, como a reescrituração costurada pela articulação. Então, a planta-texto enquanto um acontecimento de linguagem pode representar em projeção horizontal, a latência de futuridade de um edifício, uma vila, uma cidade, ou, outras projeções de futuridade.

Tratemos do elemento contraído “do”, ele determina o lugar de projeção da vila, isto, se mostra pelo modo como ele se articula ao enunciado Planta de Villa Maria do [rio] Paraguay. Nessa direção, opera-se aí uma relação de dependência de “do” com [rio] Paraguay, este atribui sentido de referência geográfica e hidrográfica ao lugar de projeção desta vila, ou

seja, a vila foi projetada à margem do rio Paraguai. Importante redizer que o rio Paraguai sempre exerceu grande importância geopolítica nos países sul-americanos, pois um aspecto muito significativo consiste que o rio Paraguai perpassa os territórios de quatro países sul-americanos: Brasil, Paraguai, Argentina e Bolívia.

Neste sentido, pelo estudo do Funcionamento Morfosintático-Semântico-Enunciativo dos enunciados-títulos das plantas/textos, podemos vislumbrar por outros modos de dizer como os sentidos mostram-se como constitutivos de relações linguísticas e não linguísticas no espaço de enunciação particular. Neste caso, o nome próprio de pessoa “Maria” se coloca como uma construção das relações linguísticas textualizada no cruzamento de linguagem na relação que tem com elementos não linguísticos na planta-texto.

Os nomes próprios, nesta relação, são enunciados que estabelecem determinações designativas que enunciam e constituem sentidos da unicidade de cada planta-texto. Por exemplo, o nome próprio de pessoa “Maria”, tomado numa relação enquanto aposto com o nome próprio de um país (Paraguai), determinam o sentido de vila. Nesta relação, o Nc/t vila recebe uma caracterização específica que se coloca pelo Npr/p Maria. Como vimos, o topônimo vila se apresenta na formação sintagmática operando uma relação de articulação por dependência com Maria, e também determinado por Paraguay. Neste sentido, o Npr/p determina a formação do nome Vila Maria como nome própria da Vila. Portanto, o nome Maria tomado enquanto aposto como elemento que especifica, este retoma e apresenta enunciações específicas geradas no reinado da Rainha D. Maria I. Neste sentido, Maria, designa a unicidade da coroa portuguesa na cena enunciativa, sobretudo, do memorável religioso católico.

O elemento linguístico “de” define e determina sentido à palavra que o precede: Planta **de** Vila Maria. Temos então, neste caso, a ligação de um Nc (planta) atribuindo sentido a um Nc/t (Vila) agregado a um Npr/p (Maria). O Npr/p ao relacionar-se com Nc/t, Npr/s atribui e determina sentido de unicidade tanto ao nome da planta-texto quanto ao nome da vila. Desse modo, as enunciações que nomeiam a planta também nomeiam a vila. O nome Vila Maria, busca no passado o memorável de colonização portuguesa, enunciações temporalizadas no presente do acontecimento de enunciação produzido no reinado de D. Maria I. Isto nos coloca inferir que as práticas portuguesas foram transplantadas para o Brasil, e, portanto, nos mesmos modos como foram determinados a formação de vilas em Portugal, às margens das águas, fez-se também no Brasil, no caso em questão, específico em Mato Grosso. O Nc/t vila sem a caracterização e determinação do Npr/p, no fio do dizer possibilita a atribuição de sentidos de Povoação, e não o sentido de cidade. Além disso, o sentido de vila,

retoma o memorável de casa de campo ou habitação de passeio, que ficam nas redondezas das cidades, também conhecidas como casa de veraneios.

Já o Npr “Paraguay” tomado sem a elipse que o antecede, e com a grafia com “y” tem o sentido semântico do nome de um País de Nação hispano-americana. Há neste espaço de enunciação a presença de possíveis litígios e embates de línguas entre Português x Espanhol.

Mas se o Npr “Paraguay, for tomado articulado a elipse [rio] que o antecede, conforme constituído no enunciado-título, este Npr significa enquanto nome próprio toponímico de um rio (Npr/t), e não o nome de um País de Nação hispano-americana. Nesta direção, o funcionamento do elemento prepositivo “de” conforme contração (de + o) = do, ao articular-se com a construção de articulação elíptica de nome comum topográfico [rio] e o nome Paraguay, nome próprio de país, descontrói o sentido de topônimo de lugar. Nessa medida, rio Paraguai significa pela relação de reescrituração elíptica com a designação do lugar onde Vila Maria foi fundada, ou seja, à margem do rio Paraguai.

Para avançarmos retomamos o enunciado-título:

## 2. *S. Luiz de Cáceres*

O texto *S. Luiz de Cáceres*, em itálico, é o título da planta-texto de *S. Luiz de Cáceres*, de 1876. Sua formação morfossintática constitui-se das seguintes categorias: adjetivo, nome próprio, preposição, nome próprio. Isto é, de (adj, Npr/p, prep, Npr/c). Então, tem-se a seguinte formação sintagmática:

Adjetivo (*S.*), forma abreviativa característica de santo, que antecede um nome próprio de pessoa + Nome Próprio (*Luiz*) + Preposição (*de*), elemento prepositivo especificador + Nome próprio (*Cáceres*).

No funcionamento da estrutura morfossintático do enunciado-título *S. Luiz de Cáceres*, *S.* se apresenta como forma adjetival abreviativa da palavra/nome “São”, nome que designa sentido de divindade, alguém é considerado como sagrado, cujo sentido está relacionado com a Religião Católica, uma vez que, um dos ritos religiosos da Igreja Católica está relacionado à canonização dos santos, este que passa a viver sob as leis de Deus e da Igreja, ademais passa a ser venerado pelos fiéis. Neste sentido, no funcionamento enunciativo do acontecimento *S. Luiz de Cáceres*, *S.* estabelece uma relação de articulação que incide

sobre o nome próprio de pessoa, seguido de um sintagma preposicionado determinado por sobrenome próprio de pessoa.

Porquanto, *S.*, nesta construção, constitui características próprias do funcionamento desse acontecimento que, assim, pode ser definida como uma abreviação particular e característica de santo, que antecede aos nomes próprios dos santos. Então, podemos compreender que *S.* articulado ao Npr/p *Luiz*, é o que possibilita-nos dizer que *S.* identifica e caracteriza o Npr/p enquanto o nome de um santo. Mas chamamos a atenção para um aspecto interessante, o uso da forma *S.* antecedido ao nome dos santos neste funcionamento morfossintático nos coloca uma questão curiosa, se observarmos que esta abreviação se dá numa relação de especificidade com nomes próprios masculino de santos, com nomes próprios que começam por consoantes, por exemplo: São Pedro, São Francisco, São Nicolau, São Sebastião, São Luiz e outros nomes que compartilham dessa mesma especificidade.

*S.* também pode ser encontrado antecedido a nomes próprios femininos, por exemplo, *S. Maria*, *S. Luzia*, *S. Laura*, mas esta forma abreviativa não constituiria a mesma forma que antecede o nome de santo, e ao mesmo tempo a constituição de sentidos neste funcionamento também seriam outros. Neste caso, o substantivo *S.* é a abreviação da designação Santa, que articulada ao nome próprio significa que esta mulher é uma mulher canonizada. E, *S.* antecedido de nomes próprios masculinos iniciados com consoantes apresentam diferença na sua forma.

Como pudemos sondar, nesta análise, a forma *S.* se articula ao nome próprio Luiz, isto é, ao nome do Santo padroeiro da Freguesia de *São Luiz de Cáceres*, neste caso, no enunciado-título em questão *São Luiz* designa nome próprio do padroeiro da Cidade.

A preposição “de” faz parte da formação do enunciado-título *S. Luiz de Cáceres*, e constitui um caráter de sentido restritivo à palavra, ao nome, à expressão que a precede. Neste sentido, no caso do enunciado *S. Luiz de Cáceres*, *S. Luiz* precede a preposição “de”, esta relação de articulação prepositiva o liga ao nome Cáceres. Assim, inferimos que a formação do sintagma nominal *S. Luiz*, no enunciado-título, mostra a unicidade de enunciação da unidade de significação que significa e se constitui afetada pelo agenciamento de representantes do rei da França, considerando que este enunciado retoma um memorável aposto São Luís IX, rei da França.

Outros memoráveis possíveis se fazem presentes, por exemplo, *S. Luiz*, recorta sentidos passados que assim significa a presença da Ordem Franciscana Secular, em Cáceres, isto, se levarmos em conta que São Luís, rei da França, foi padroeiro da Ordem Franciscana Secular. Além disso, este memorável pode mostrar no presente do acontecimento da planta-

texto de São Luiz de Cáceres de 1876, a projeção da Igrejinha de São Luiz de França, que traz na sua textualidade os modos de projeção e expansão de prática religiosa sócio-histórica que historicizam relações de uma vida prática do Cristianismo Católico Português e Francês, em São Luiz de Cáceres, no Mato Grosso.

Passemos a análise morfossintática-semântico-enunciativa do texto:

### 3. CATEDRAL. SÃO LUIZ DE CÁCERES

O texto 3 apresentado, em caixa alta, conforme textualizado na planta-texto da Catedral São Luiz de Cáceres, apresenta modos de projeções enunciativos distinto. Se retomarmos à análise dos enunciados-títulos: 1 Planta de Villa Maria do Paraguay e 2 *S. Luiz de Cáceres*, podemos inferir no/pelo modo de dizer que há distintos modos de significar e distintos modos de projeções, por exemplo: em 1 há a projeção do espaço de um povoado, de uma vila, enquanto em 2 há a projeção do espaço de uma construção arquitetônica etc.

Então, neste momento, vamos sondar como se constitui a construção do enunciado-título de uma planta-texto arquitetônica particular, ou seja, CATEDRAL. [CATEDRAL] SÃO LUIZ DE CÁCERES. Observemos que o funcionamento morfossintático deste enunciado se constitui de categorias como:

Substantivo/adjetivo + Adjetivo + Nome próprio de pessoa (Luiz) + elemento prepositivo especificador (de) + Nome próprio de cidade (Cáceres). Isto é, (s./adj; adj; Npr/p, prep, Npr/c).

Neste sentido, o nome CATEDRAL chama nossa atenção. De um lado, se lançarmos o olhar sob uma posição que classifica objetos, esta palavra pode aparecer dividida em duas categorias, por exemplo: substantivo/adjetivo. Então, pode-se inferir que as categorias enunciam modos distintos de dizer e de significar uma palavra. Sendo assim, há modos de dizer constitutivo do substantivo, este ao participar da construção do enunciado-título constitui sentido restrito de nome próprio.

Mais especificamente, CATEDRAL, no funcionamento sintagmático do enunciado-título CATEDRAL. [CATEDRAL] SÃO LUIZ DE CÁCERES (da planta arquitetônica) analisada no Capítulo V, possibilita-nos a interpretação de que este nome condensa sentidos, como: nome do templo principal, nome da Igreja principal da cidade de S. Luiz de Cáceres,

lugar onde se reside um bispado ou arcebispado. CATEDRAL, nessa medida, significa que há a existência de construção da sede de autoridade eclesiástica, nesta cidade.

Se tomarmos o nome CATEDRAL enquanto uma categoria adjetival no funcionamento do acontecimento de linguagem CATEDRAL. [CATEDRAL] SÃO LUIZ DE CÁCERES, neste acontecimento, diz-se da Igreja da sede de uma diocese. Encontramos também a abreviação de santo (SÃO), que se apresenta antes do nome próprio Luiz. Como se vê, este elemento abreviativo articulado ao nome próprio de pessoa passa a funcionar com o sentido de nome próprio de santo, ou seja, São Luiz. Observemos também o elemento prepositivo “de”, conforme já dito em linhas anteriores, ele, particulariza e restringe a palavra que a precede. Diferente, portanto, do funcionamento da abreviatura “S” da palavra “São”, ela, particulariza, restringe, especifica e designa sentidos de nomes de santos, cujo nome próprio de pessoa constitui-se de uma estrutura morfossintática com características própria desse funcionamento do acontecimento enunciativo.

Neste caso, é possível depreender que no enunciado Catedral São Luiz de Cáceres, há uma relação de determinação que opera entre o nome próprio específico de santo (Nps) e o sobrenome Cáceres. Este sobrenome, recorta o memorável de enunciações que dizem de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, um dos principais colonizador do Estado de Mato Grosso.

Retomamos os enunciados-títulos: 1. Planta de **Villa Maria** do Paraguay (planta-texto da vila); 2. *S. Luiz de Cáceres* (planta-texto da cidade); 3. **CATEDRAL**. [CATEDRAL] **SÃO LUIZ DE CÁCERES** (planta-texto arquitetônica da Igreja). Como colocamos no início dessa análise, os nomes próprios de pessoas estabelecem relações linguísticas no modo como se dá a construção do nome/título com seu texto, e do texto com seu nome/título, enquanto nome que a designa como um único objeto, a planta.

A importância de se fazer análises do funcionamento Morfossintático-Semântico-enunciativo é que elas permitem compreender as formas não linguísticas de um texto específico de modo mais amplo, por exemplo, compreender que enunciados-títulos nos coloca a vislumbrar a existência de diferentes modos de dizer e modos de significar. Trata-se, nessa direção, de dizer que os distintos modos de dizer e de significar do enunciado-título, se constitui na relação de integração de nomes próprios de pessoas, sobrenomes, nomes de santos, formação de grupos nominais que funcionam na transversalidade do texto.

Os nomes próprios e sobrenomes instauram no funcionamento do acontecimento de linguagem, outros modos de construções e de relações linguísticas. A construção de modos de dizer e modos de significar, a unicidade de uma planta-texto, nessa medida, são construções

enunciativas próprias do funcionamento dos nomes e sobrenomes próprios de pessoa/santo. Os nomes e sobrenomes, mostram-nos na/pela linguagem a construção dos modos de dizer e de significar os enunciados-títulos das plantas/textos, recorta um passado de enunciações constituídos por disputas de línguas e de falantes num espaço de enunciação particularizado, cujas línguas e falantes se continuam divididos na Cena Enunciativa. Neste caso, pode-se dizer que esta divisão acontece em “um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento” (GUIMARÃES, 2017, p. 31).

Neste domínio, os enunciados-títulos, em questão, são construções enunciativas configuradas no/pelo agenciamento enunciativo, constitutivo e designativo de modos de dizer configurados, por lugares de dizer específico deste agenciamento próprio do modo de constituição dos lugares de enunciação no funcionamento de linguagem, cujo modo de dizer e de significar mostram como foi sendo construído e desconstruído o processo de (des)identificação social e (des)colonização de Vila Maria e São Luiz de Cáceres.

Alguns estudiosos já se preocupavam em analisar títulos, a saber, títulos de quadros. Cabe, então, citar Bernard Bosredon (1999, p. 17), no seu texto: *Modos de ver, modos de dizer: titulação da pintura e discurso*, o autor diz, em *Resumo*: “propor uma análise dos títulos de quadros enquanto discurso, apresentando as principais propriedades linguísticas e sua constituição histórica”. Em duas direções, sua análise mostra, “de um lado, que essas propriedades estão amplamente condicionadas pela natureza dos referentes em questão, as telas, enquanto objetos fabricados para serem vistos, o que configura a titulação como um modo discursivo particular, com um funcionamento diferenciado daquele do discurso ordinário”. E, de outro lado, segundo ele, “postula-se que sua constituição é o resultado de um processo histórico de mudança no paradigma estético: a titulação de quadros propriamente dita nasce com a pintura moderna, quando a imagem se descola da referência extra-pictórica e a tela se torna um objeto de arte autônomo; o aparecimento da fotografia desempenha talvez aí um papel decisivo” (Ibidem). Como exemplificação, Bosredon, observa que:

[...] Quando *Le Christ em Croix* [O Cristo na Cruz] se torna em Gauguin *Le Christ jaune* [O Cristo Amarelo, observa-se **um deslocamento determinante: passa-se da identificação do tema ao título da pintura, isto é, ao nome do quadro**. É, portanto, num intervalo entre a maneira de designar o modelo (ou tema) e a designação da figuração pictórica que emerge o título, estabelecendo um modo particular de ver a pintura (BOSREDON, 1999, p. 17). (Grifos nossos).

Portanto, a partir da observação de um conjunto de elementos, ou, *propriedades linguísticas dos títulos de quadros*, o autor, nos mostra a existência de outros modos de construções, a construção dos nomes próprios de quadros e pintura. Para Bosredon, os títulos de quadros têm formas diversas, mas a grande maioria deles as construções dos títulos de quadros e pinturas, constitui-se de categoria nominal. Nessa medida, segundo ele, estabeleceu-se “a sinalética dos títulos de quadros a partir de três ordens características: as estruturas morfossintáticas, o funcionamento semântico e as restrições pragmáticas” (1999, p. 19).

Observemos que Bosredon, ao tratar de modos de ver e modos de ler os títulos de quadros, coloca-nos diante de Tipologia de Texto, e Tipologia do modo de construção dos nomes/títulos. Eles, podem ser identificados na seguinte categoria:

“*nomes próprios*: nome de pessoa, como *Célestine* (Picasso); nome de lugar, como *Sacré-Coeur* (*id.*). Encontramos também *nomes comuns* sem expansão, como *Montagne* [Montanha] (Kandinsky), *Les repasseuses* [As Passadeiras] (Degas), ou com expansão, como *Paysage avec vaches* [Paisagem com Vacas (Rousseau), *Jeune fille en blanc dans un bois* [Moça de Branco num Bosque] (Van Gogh), *Deux blanchisseuses portant du linge* [Duas Lavadeiras levando Roupa] (Degas). O Grupo Nominal é às vezes duplo: *Printemps; Argenteuil* [Primavera; Argenteuil] (Monet). Uma lista pode inclusive constituir um título: *Escargot, Femme, fleur, étoile* [Caramujo, Mulher, Flor, Estrela] (Miró). Notamos igualmente estruturas nominais dotadas de uma função sintática implícita sob a forma de sintagmas preposicionais: *Sans titre* [Sem Título] (Kandinsky); *Dans le bois* [No Bosque] (Van Gogh); *Chez la modiste* [Na modista] (Degas). Às vezes, a caracterização do núcleo nominal passa por outros meios de expressão que não formas estritamente linguísticas, como T.1973-E.3. 111X180 cm. de Hartung, que parecem as designações de uma linguagem técnica documentária. Alguns títulos, finalmente, constituem jogos de linguagem que os afastam ainda mais das estruturas morfossintáticas padrão, como este estranho *Galacidalacidisoxiribonucléidacide* de Salvador Dalí. Todos esses títulos, à exceção das estruturas Preposição + N e os últimos exemplos, entram na categoria nominal, entendida num sentido amplo. A outra família muito mais reduzida está composta de preposições e frases: *Ils sont de retour* [Eles Estão de Volta] (Artistas Franceses); *C'est encore un Cubas Glaser! Refusé* [É Ainda um Cubas Glaser! Recusado] (Artistas Franceses); *Bonjour, Monsieur Courbet!* [Bom dia, Senhor Courbet!] (Courbet); *Bonjour Monsieur Gauguin!* (Bom dia, Senhor Gauguin! (Gauguin)” (BOSREDON, 1999, p. 19-20).

O fragmento do acontecimento da enunciação das análises realizadas por Bosredon, nos interessa, ele mostra a existência de distintas formas de construção dos nomes de quadros e pinturas, e isto, a partir dos modos de ver e modos de ler os títulos de quadros enquanto discurso.



Já no caso dos nomes de ruas e de logradouros públicos de modo geral, enquanto um endereço de espaço público ou privado, nos leva a considerar que o espaço público pode estar oficialmente reconhecido pela administração pública de cada município. Pensar estes aspectos, leva-nos compreender as ruas, avenidas, praças, travessas e outros elementos, como designações de lugares comum que se destinam à melhoria da circulação dos cidadãos e veículos nos espaços públicos.

Nessa medida, é fundamental retomarmos as análises desenvolvidas por Guimarães (2002; 2017), que trata estas questões em “Nomes de Rua”, Capítulo III, de *Semântica do Acontecimento*. Quando, ele, ao sondar *As Estruturas Morfossintáticas* dos nomes das ruas de Cosmópolis, toma “os nomes de ruas como mais um modo de questionar as posições informacionais no modo como tratam a relação da linguagem com as coisas, com o mundo” (p. 57). Conforme Guimarães, “esta é uma questão, incontornável para quem estuda a linguagem” (Idem). Assim, pelo estudo do mapa enquanto texto, segundo o autor, seu estudo mostra, “a existência de um nome enquanto nome de uma rua” (Ibidem). Segundo ele:

[...] Isto quer dizer, para nós, que vamos analisar de um lado o processo enunciativo que produziu cada nomeação (que nomeou tal rua com tal nome), e de outro como estes nomes se relacionam neste texto que é um mapa enquanto mapa de uma cidade. E a consideração do mapa como texto para nele estudar estas nomeações coloca a questão de saber como se dá a relação de cada nome com aquilo que nomeia fora do texto, na cidade (GUIMARÃES, 2017, p. 58-59).

Guimarães (2002; 2017), considera algumas características sobre os nomes de rua, segundo ele, “os nomes de rua são enunciados de seu texto”, neste caso, o mapa. Ademais, os nomes “são nomes cujo funcionamento é diverso de outros nomes próprios, como os nomes de pessoa”. De um lado, “estes enunciados têm uma outra característica importante: não tem estrutura de frase”. Nesse sentido, “as relações que organizam estes enunciados no texto são de uma natureza muito diversa daquelas que uma linguística textual desenvolve” (p. 59). Podemos ver, então, que os nomes de ruas podem se apresentar como:

a. Nomes próprios de pessoas: *R. Antonio Carlos Nogueira; R. Artur Nogueira; Av Ester; R. Juscelino Kubitschek de Oliveira*.

b. Nomes próprios topográficos: *R. Monte Castelo*.

c. Nomes próprios de Cidades ou Países: *R. Brasília; R. Campinas; R. Paulínea; R. São Paulo; R. Portugal* (no corpus em questão é o único nome de País enunciado como nome de rua).

d. Nomes próprios de pessoas determinados por uma titulação: *R. Baroneza Geraldo de Resende; R. Coronel Silva Teles; R. Pastor Paulo Leiva Macadão; R. Evangelista Luiz Semensato Primo; R. Cabo Cruz; R. Presidente Getúlio Vargas; R. Dr. Rui Barbosa.*

e. Sintagmas preposicionados: *R. dos Expedicionários; R. dos Professores; R. Av. dos Trabalhadores; R. do Vereador; Av. da Saudade; R. das Laranjeiras; R. dos Sorocabanos.*

f. Nomes seguidos ou precedidos de uma determinação: *Av. Centenário do Dr. Paulo de Almeida Nogueira; R. Santa Cruz.*

g. Numeral seguido de um Sintagma preposicionado (data): *R. 7 de Abril; R. 22 de Abril; R. 25 de Dezembro; R. 15 de Novembro; R. 7 de Setembro.*

h. Números: *Rua 1; R 2; R.3.*

Nessas Estruturas Morfossintáticas Guimarães (2017, p. 60) enuncia que, elas, “já mostram uma diferença do funcionamento dos nomes de ruas relativamente a outros nomes próprios como os nomes próprios de pessoa e os nomes próprios de quadros de pintura”, conforme análises feita por Bosredon.

Neste domínio, convido-vos, a seguir, em Traços e Contornos das Estruturas Morfossintático e Semântico-Enunciativo dos nomes de Rua e Travessa, que trata do funcionamento das estruturas morfossintático dos nomes e sobrenomes, em nomes de rua e travessa, que são enunciados de plantas/textos, em temporalidades distintas.

### **2.2.1 Traços e Contornos das Estruturas Morfossintático e Semântico-Enunciativo dos nomes próprios de Rua e Travessa**

Em Traços e Contornos das Estruturas e Funcionamentos Morfossintático e Semântico-Enunciativo, buscamos compreender o funcionamento morfossintático dos nomes próprios e sobrenomes, em nomes de Rua e Travessa. Para isto, tomemos alguns enunciados que significam nomes de Rua e nomes de Travessa, em acontecimentos de enunciação que são distintos pela sua própria ordem.

Para tanto, vamos considerar os nomes de rua e nomes de travessa, que funcionam na relação de integração transversal aos textos:

(1) Planta de Villa Maria do Paraguay (1785)

(2) *S. Luiz de Cáceres* (1876)

### (3) CATEDRAL. SÃO LUIZ DE CÁCERES (1994)

Para tanto, vamos considerar os nomes de rua e nomes de travessa que funcionam na relação de integração transversal aos textos: (1) Planta de Villa Maria do Paraguay; (2) *S. Luiz de Cáceres*; (3) CATEDRAL. SÃO LUIZ DE CÁCERES.

Nessa direção, convido-vos a uma reflexão dos Nomes de Ruas e Travessas de Vila Maria, nomes que se constituem determinados por sobrenomes portugueses

## 2.2.2 Nomes de Ruas e Travessas determinados por sobrenomes portugueses

No texto (1), Planta de Villa Maria do Paraguay, encontramos dois nomes de ruas e dois nomes de travessas de Vila Maria, ambos apresentados e constituídos na transversalidade da planta-texto, por um modo de enunciar particularizado. Ou dizendo de outro modo, o nome de rua e de travessa aparecem determinados pelas construções de sobrenomes próprios de pessoas, sobrenomes característicos de linhagem portuguesa e pela construção que congregam nomes próprios de localidade. Estes funcionamentos podem ser observados a seguir.

Conforme textualizado no texto (1), nos deparamos com nomes cujas estruturas Morfossintáticas se apresentam constituídas de nome de ruas e travessas formadas por estruturas sintagmáticas preposicionadas.

Nessa direção, o funcionamento morfossintático dos nomes de Rua, e dos nomes de Travessas, se constituem na relação das seguintes categorias:

Rua d´**Albuquerque** = Substantivo comum (Rua) + Preposição (de) + Nome próprio (Albuquerque), também nome próprio de localidade, isto é, nome de um município raiano<sup>18</sup> localizado na Espanha.

Rua de **Melo** = Substantivo comum (Rua) + Preposição (de) + Nome próprio (Melo), nome português.

---

<sup>18</sup> Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Alburquerque#>. Acesso em: 09/01/2023. Sugerimos o acesso ao link, para saber mais sobre o município Albuquerque.

Travessa do **Pinto** = Substantivo comum (Travessa) + Preposição contração (do), é a contração da preposição `de´ articulado ao artigo definido `o´ + Nome próprio (Pinto), nome português.

Travessa do **Rego** = Substantivo comum (Travessa) + Preposição (do), contração da preposição `de´ articulado ao artigo definido `o´ + Nome próprio (Rego), nome português.

Observemos as estruturas dos nomes de ruas e travessas que se apresentam. Nestes nomes, podemos encontrar enunciações que recortam o memorável passado, especificamente, de nacionalidade portuguesa, designados pelos sobrenomes próprios dos nomes de famílias portuguesas. Como vimos todos os nomes tanto os nomes de rua quanto os nomes de travessa que constituem por sintagmas preposicionados por sobrenomes portugueses.

Como se observa os sobrenomes que se apresentam determinam nomes, neste caso, nomes de portugueses pertencentes a administração colonial, e, sobretudo, determinam nomes de sujeitos integrantes do processo de dominação do/sobre o Brasil.

Para exemplificar, citamos nomes próprios tal como de Luiz de Albuquerque de **Melo** Pereira e Caceres; José Maria de **Melo**. Nos interessa, saber o que o sobrenome Melo significa no nome Rua de Melo?

Segundo Amaral em sua Edição eletrônica (2000-2015), do *Portugal-Dicionário – Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, nos faz saber outros sentidos do sobrenome **Melo**, em José Maria de **Melo**, nome que funciona com diferentes apostos como: bispo do Algarve, confessor da rainha D. Maria I, inquisidor-mor entre outros apostos. José Maria de **Melo**, era filho de Francisco de Melo, monteiro-mor do reino. Então, o sobrenome Melo, diz de um José Maria e de um Francisco da família dos Melo, este sobrenome no processo enunciativo da designação significa, então, na relação com o aposto sentidos de identificação de família que estabeleciam relações direta com o reino de D. Maria I.

Do ponto de vista semântico-enunciativo, a designação Melo significa, então, nome e sobrenome português, bem como as designações Albuquerque, Rego e Pinto, mas tais nomes e sobrenomes não significam mesma família. Há também diferença de sentidos na construção dos enunciados, Rua d´ **Albuquerque**; Rua de **Melo**; Travessa do **Rego**; Travessa do **Pinto**. Ou seja, Albuquerque e Melo designam nomes de Ruas, já os sobrenomes, **Rego** e **Pinto**, designam nomes às Travessas.

Retomemos, o que o sobrenome Melo significa no nome Rua de Melo? Melo, no funcionamento desse acontecimento significa nome próprio de rua e designa o sentido de homenagem e identificação dos nomes de administradores portugueses no processo de formação do povoado e fundação de Vila Maria. Nesse sentido, Rua, neste funcionamento significa um logradouro, por onde os moradores possam andar, circular numa povoação, vila ou cidade. Neste caso, tanto o nome Melo, Albuquerque, neste caso, designa o nome de uma rua, em Vila Maria. O sobrenome de pessoa, passa a funcionar neste acontecimento com a enunciação de nome de rua, nome que localiza uma rua, em um lugar.

Nestes casos, tanto o sobrenome Melo quanto Albuquerque designam o nome de ruas, em Vila Maria. O sobrenome de pessoa, nessa medida, funciona e se constitui a unicidade do nome de rua, isto é, a unicidade que se apresenta em relevo nas estruturas do funcionamento morfossintático dos nomes de ruas e travessas significa, pelo agenciamento de construções de relações linguísticas, cujos sobrenomes portugueses é o que determinam os nomes, e assim, significam e identificam endereços de nomes de ruas únicas, mas marcada pelo Estado. Sendo assim, compreendemos que os nomes dados a um logradouro, significam determinados por um certo tipo de interesse de relações linguísticas constituídos nos espaços de enunciação da administração pública. Tal interesse coloca a questão da renomeação dos nomes desses logradouros, e isso, é possível na textualidade das plantas/textos que analisamos.

Os nomes próprios de pessoa e os sobrenomes significam, neste caso, a constituição da unicidade própria de um modelo administrativo implantado pela Coroa de Portugal, que no presente do acontecimento, significam pelo memorável Colonial.

### **2.2.3 Nomes de Ruas e Travessas integrados a planta-texto S. Luiz de Cáceres - 1876**

Passemos a análise de nomes de ruas e de travessa no acontecimento de linguagem, planta-texto, 2. *S. Luiz de Cáceres*. Este é constituído de uma nova temporalidade, e esta, por sua vez, é responsável pela constituição do presente deste acontecimento, que se constitui num depois incontornável, e abre possibilidades de um novo interpretável, isto é, de sentidos outros. Neste sentido, o presente do acontecimento será sempre outro, e assim, já será passado. Mas, o passado neste acontecimento como dito por Guimarães, não significa lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores.

Da perspectiva do estudo da enunciação, “O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações” (GUIMARÃES, 2017, p. 17). Segundo explicação do autor,

“[o passado] se dá como parte de uma nova temporalidade, tal como a latência de futuro”. Sendo assim, ele enuncia que, “É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação” (Ibidem).

Nessa direção, o acontecimento em análise se difere em relação ao corpus da planta-texto Planta de Villa Maria do Paraguay, por constituírem-se de temporalidades distintas. Desse modo, encontramos outros traços e contornos das estruturas de nomes de Rua e Travessa. Por exemplo, no corpus da planta-texto *S. Luiz de Cáceres*, desta pinçamos um conjunto de nomes de Rua e Travessa que a integra e, assim, constitui, a legenda, na transversalidade da planta-texto. Porquanto, ressaltamos que a construção das estruturas morfossintáticas dos nomes recortados do corpus, não se constitui especificamente de sintagmas preposicionados por sobrenomes portugueses.

Tomemos os nomes de ruas e travessas, em destaque:

6 Rua da **Manga**; 7 [Rua da] **Cadeia**; 8 [Rua da] **Direita**; 9 [Rua da] **Formosa**; 10 [Rua do] **Meio**; 11 Rua **Augusta**; 12 [Rua] de **baixo**; 18 Rua **7 de Setembro**. 13 Travessa do pel; 14 [Travessa] da Cadeia; 15 [Travessa da] Cavidade; 16 [Travessa da] Jacobina.

De saída, pode-se observar um aspecto interessante na formação estrutural dos nomes de ruas e travessa de *S. Luiz de Cáceres*, todos se constituem de um Número Cardinal/Nome, este antecede o nome Rua e Travessa seguido de um sintagma preposicionado. Vejamos, que esses números nomes na dispersão da planta-texto participam dos modos de construção dos nomes de ruas e travessas na relação com as seguintes categorias:

- 1) 6 Rua da **Manga** = Numeral/ Nome de rua (6) + Substantivo comum (Rua) + Contração prepositiva `de` com o artigo `a` (da) + Substantivo comum (Manga), nome de fruta.
- 2) 7 [Rua da] **Cadeia** = Numeral/ Nome de rua (7) + Substantivo comum (Rua) + Contração prepositiva `de` com o artigo `a` (da) + Substantivo comum (Cadeia), lugar de prisão, de cárcere.

3) 8 [Rua da] **Direita** = Numeral/ Nome de rua (8) + Substantivo comum (Rua) + Contração prepositiva `de´ com o artigo `a´ (da) + Substantivo comum/Substantivo/Adjetivo (Direita), lado em oposição à esquerda, ou o lugar de honra, lugar imaculado, lugar que recorta o memorável religioso.

4) 9 [Rua da] **Formoza** = Numeral/ Nome de rua (9) + Substantivo comum (Rua) + Contração prepositiva de `de´ com o artigo definido `a´ (da) + Substantivo comum/Substantivo/Adjetivo (Formoza), nome português que retoma o memorável religioso da designação da porta do templo, chamada Formosa, onde se pediam esmolas, aos que lhe entravam.

5) 10 [Rua do] **Meio** = Numeral/ Nome de rua (10) + Substantivo comum (Rua) + Contração (contr. de *de + o*) + Substantivo/Adjetivo (Meio), rua intermediária entre Rua Formosa e Rua, Rua Augusta no cruzamento com a Travessa da Cadeia, atualmente é chamada de Rua Antônio Maria.

6) 11 Rua **Augusta** = Numeral/ Nome de rua (11) + Substantivo comum (Rua) + Nome próprio (Augusta), nome português, como Titulação Ilustre conferido a alguém. Em casos específicos, na Roma antiga, esse Título era concedido a alguns imperadores.

7) 12 [Rua] de **baixo** = Numeral/Nome de rua (12) + Substantivo comum (Rua) + Preposição *de* elemento que estabelece uma relação de articulação por dependência com a palavra que a precede + Substantivo/Adjetivo (baixo), pode designar o estado natural do terreno como a parte inferior, onde se concentra a camada popular da sociedade, que se valiam e se dedicavam ao comércio, aos trabalhos agrícolas. A posição da Rua de baixo na planta, marca uma relação de divisão do urbano/rural.

8) 18 Rua **7 de Setembro** = Numeral/Nome de rua (18) + Substantivo comum (Rua) + Numeral/Nome próprio seguido de um Sintagma preposicionado (data/mês).

9) 13 Travessa do pel = Numeral/Nome de travessa (13) + Substantivo comum (Travessa), que designa nome de rua estreita ou curta, cujo objetivo é estabelecer relações entre duas ruas principais + Preposição (*de*), elemento de contração da

preposição `de´ articulado ao artigo definido `o´ = (do) + Substantivo (pel), forma abreviativa do nome, ou palavra `Pelotão´ característico das relações de alocação das relações militares comum às Forças Armadas, ao Ministério da Defesa, às Forças Nacionais.

10) 14 [Travessa] da Cadeia = Numeral/Nome de travessa (14) + Substantivo comum, conforme já definido acima + Contração prepositiva de `de´ com o artigo definido `a´ + Substantivo comum (Cadeia), que designa o lugar de prisão, de cárcere, o lugar de privação de liberdade.

11) 15 [Travessa da] Cavidade = Numeral/Nome de travessa (15) + Substantivo comum + Contração prepositiva de `de´ com o artigo definido `a´ = (da) + Substantivo comum (Cavidade), nome de um logradouro, lugar de utilização pública que se liga a um beco.

12) 16 [Travessa da] Jacobina = Numeral/Nome de travessa (16) + + Substantivo comum (Travessas) + Contração prepositiva de `de´ com o artigo definido `a´ = (da) + Substantivo comum (Jacobina), nome característico dado aos membros de uma associação política partidária democrática durante a Revolução Francesa de 1789.

Todas as construções das estruturas sondadas são nomes próprios de rua e travessa, estes nomes apresentam característica semelhantes ao se constituírem, inicialmente, de um Numeral/Nome, o qual precede o nome travessa e rua. Pode-se dizer que, o Numeral/Nome no funcionamento das estruturas constitui a unicidade de nomeação primeira dos nomes de ruas e travessas em *S. Luiz de Cáceres*, cujos sentidos são constituídos histórico-socialmente representados por uma perspectiva enunciativa do cotidiano, onde os números constituem um modo de dizer e de significar algo na constituição do espaço da cidade. Nesse caso, diz-se dos nomes de ruas e travessas que passam a significarem a localização dos endereços de pessoas e instituições nesta cidade.

Nas estruturas morfossintáticas dos nomes de ruas e travessas, em questão, mostram-se diferentes nos modos de construções, constituídos por temporalidades outras que no presente do acontecimento, recortam o memorável não mais específico de sobrenomes de nacionalidade portuguesa. Como vimos nas construções desses nomes, levantam-se o



memorável, por exemplo, religioso, de grupo político de nacionalidade francesa, Revolução Francesa de 1789 entre outros.

#### 2.2.4 Nome de Rua integrado na planta-texto arquitetônica da Catedral São Luiz de Cáceres

Para as sondagens acima, tomamos o corpus no conjunto do acontecimento de linguagem de duas plantas/textos, da Planta de Vila Maria do Paraguai e da planta de *S. Luiz de Cáceres*. Conforme enunciamos em alguns pontos, desta pesquisa, as plantas/textos, enquanto acontecimentos de linguagens constituem sua temporalidade própria. Dito desse modo, a Planta de Vila Maria do Paraguai, mostra a projeção que se faz de um espaço de uma vila, e ao mesmo tempo mostra uma latência projetiva de futuridade, que, no funcionamento deste acontecimento, é o que projeta e significa a construção e formação de uma Vila, a projeção do lugar de construção das ruas, das travessas, o lugar da construção da Igreja desta Vila, além disso este acontecimento projeta espaços vazios para a construção das casas, cuja latência de futuridade faz significar a expansão desse espaço.

Já o acontecimento *S. Luiz de Cáceres*, projeta sentido, que faz significar e significa a expansão do espaço urbano, enquanto espaço da Cidade. Novas ruas, novas travessas, novas construções arquitetônicas construídas, principalmente a construção da nova Matriz.

Para tanto, nesta análise, tomemos como corpus o enunciado que se integra a um novo acontecimento de linguagem, ou seja, à planta-texto arquitetônica da Catedral São Luz de Cáceres.

##### 1) [Rua/Travessa] Praça BARÃO DO RIO BRANCO

O objetivo, aqui, é mostrar a diferença de construção da Estrutura Morfossintática e do Funcionamento do nome próprio de rua, enquanto significação de um novo endereço no centro da cidade de Cáceres, cuja construção do funcionamento desse nome de rua se constitui das seguintes categorias:

Substantivo comum/nome próprio de rua (**Praça**), lugar público + Substantivo comum (Barão), substantivo masculino, Título de nobreza + Preposição (*de*), elemento de contração da preposição `de´ articulado ao artigo definido `o´ = (do) + Substantivo/Adjetivo, com o sentido de titulação temporário ou permanente.

Podemos observar que o nome próprio de rua/travessa “Praça”, nessa estrutura constitui-se determinado por uma titulação, ou seja, por um Título, seguido por um Sintagma preposicionado (Barão). O termo “Praça” no funcionamento morfossintático se constitui um sentido hierárquico, que significa no presente, por um passado, de memórias de acontecimentos de enunciações militares. Trata-se de um modo de dizer e significar específico. Visto que, o Título de Barão, a partir de 1888, foi concedido a sujeitos que se dedicavam a governar pequenos territórios do reinado. Esse título também designava os membros da nobreza, pela lealdade e aos serviços militares prestados à dinastia, ao Estado.

Mas o que significa esse nome de rua/travessa na planta-texto da Catedral? Já podemos definir que este nome não funciona na transversalidade da planta-texto, com o sentido de nome da praça principal da cidade de Cáceres, ele, este nome neste acontecimento, projeta, e significa um novo nome de rua/travessa. Assim, significa: lugar público de circulação de pedestres, ciclistas, de carros, motos, sobretudo, o endereço principal da Catedral São Luiz, desta cidade.

### CAPÍTULO III

#### A HISTÓRIA (RE)SIGNIFICADA ATRAVÉS DOS MAPAS E DAS PLANTAS

Os trabalhos e descobertas (ultra) marítimos, iniciados a partir dos séculos XV, XVI e até a metade do XVII, consistia e inaugurava não só novos caminhos além-mar, bem como consistiam no desenvolvimento e aprimoramento de estratégias e técnicas obrigatórias determinadas às demarcações pelas chamadas fábricas/empresas Eclesiásticas responsáveis por encomendar mapas e plantas, manuscritos entre outros textos, cujos objetivos consistiam em apresentar modos de produções de textos específicos, exigidos para se fazer os mapas geográficos e levantamentos de plantas. Ou seja, exigia-se, cada vez mais, a emergência dos trabalhos geográficos e política para o avanço da colonização do Brasil. Nessa direção Descendre enuncia que:

[...] **A emergência da geografia política do século XVI, é constituída de textos e análises que afrontam conjuntamente as instancias políticas e geográficas**, segundo dois direcionamentos principais bem distintos, ainda que por vezes estreitamente unidos pela reflexão. Eles estão relacionados à especificação da política segundo o binômio “leis e armas”, de origem justiniana, realocada no centro do pensamento da obra maquiaveliana, característico do século XVI. Além da dimensão exótica, e às vezes aventureira e fantástica, da **literatura geográfica, um motivo importante do seu sucesso foi o incentivo para considerar o direito: novos costumes significavam novas leis, novas instituições, novos hábitos. Na época da afirmação da soberania do Estado, da reconsideração completa do direito comum medieval, das instituições e da magistratura, a literatura geográfica nutriu fortemente o comparatismo jurídico-político expandido na segunda metade do século XVI** (DESCENDRE, 2015, p. 15). Grifos nossos

Destarte, consideramos que os mapas, plantas, manuscritos entre outros textos específicos se diferenciam na sua própria ordem, porque o acontecimento enunciativo temporaliza, neste caso, as enunciações dos textos foram produzidas, a princípio, por administradores-navegantes portugueses, que tinham como interesses principais, levantar fortificações e levantar povoações das praças, justificados nas práticas militares. Nesta medida, os textos cartográficos constituíram-se de modos de dizer e modos de ler o mundo, ou seja, os modos de dizer o mundo, constituem a sustentação da consolidação da soberania do Estado, buscavam se ressignificar agenciados por práticas de linguagem antigas.

O processo de produção desses textos, à priori, configura-se como um modo de fazer os primeiros registros e identificação das possíveis partilhas do real, de Mares e Terras desbravadas. Nessa direção, à medida que o processo de produção de registro se configurava neste espaço de enunciação, produzia-se unidade de significação, isto é, produzia-se texto. Tal

que, os textos trazem à luz as riquezas e garantias de posses pertencentes às Coroas, significados no funcionamento dos acontecimentos enunciativos dos nomes, no espaço político de embates de línguas e falantes, no qual não é o falante que toma a língua, o falante é tomado pela língua, e por ela agenciado a enunciar, a dizer. Os navegantes buscavam vigiar, ocupar e colonizar as partilhas de terras achadas, ao passo que ao nomeá-las as identificavam como pertencente desta ou daquela Coroa.

Desse modo, tomamos a posição de Rancière, para dizer que os mapas e plantas como acontecimentos de linguagem identificam os objetos de interesses do reino. Visto que, o acontecimento é o que os fazem diferentes na sua própria ordem. Sobretudo, os mapas, plantas, manuscritos e outros textos específico, constituíram-se como fundamentais e significativos no processo de ocupação das terras, antes visitadas. Pois, a partilha desse real ao serem (re)ditas, (d)escritas, (des)traçadas, significam desigualmente pelo modo como os enunciados, as expressões linguísticas e elementos não linguísticos integram os textos, cuja temporalidade, destes, trazem e recortam como memorável um passado de enunciações gestados no desenvolvimento do projeto colonizador, presente de enunciações que acabam por ressignificar, reescrever, dividir e redimensionar, diferentemente, o espaço urbano e arquitetônico na/da cidade.

Conforme veremos nas seções de análises das plantas levada ao estudo da significação, o centro de nosso interesse consiste no funcionamento dos elementos linguísticos/não linguísticos que se cruzam como práticas de linguagens integradas nas plantas/textos da cidade de Cáceres e na planta (Arquitetônica) da Catedral São Luiz de Cáceres, no Estado de Mato Grosso, que nos leva a configuração do sentido do que consideramos como o lugar designação da construção da Igreja.

Uma questão importante a dizer é que os sentidos do lugar de construção da Igreja, se constituem e se apresentam como o que a de específico de novas descrições e projeções de sentidos no acontecimento em que funcionam. O mapa e a planta significam e partilham o real de modos diferentes na sua história de enunciação. Um mapa enquanto linguagem descreve e identifica um espaço. E uma planta-texto, considerada enquanto linguagem, enquanto sentido, produz a projeção de um espaço específico.

Considerando o preâmbulo, deste Capítulo, fizemos um desvio interessado. Isto, nos leva a produzir conhecimentos sobre a linguagem e a (re) significação através dos mapas e plantas, poderíamos iniciar com reflexões de textos cujo estudo, por exemplo, tratam sobre o saber geográfico da “nova geografia humanista” desenvolvida por Cláudio Ptolomeu reconhecido matemático, astrônomo, geógrafo e cartógrafo, criador do que, hoje, conhecemos

como: Latitude e Longitude, ou ainda, sobre a “descoberta de *modi e ordini nuovi*, para Machiavel, era também uma redescoberta: uma história do presente que faz um desvio por Tito Lívio” (DESCENDRE, 2015, p. 8), além de outros estudos como os Tratados encomendados pelo Rei D. João V, que tratam do modo de fazer as Cartas Geográficas e o modo de fazer as Plantas, etc.

Mas, agora, faremos um percurso consistente sobre os principais textos que tomamos para fundamentar esta pesquisa no domínio dos estudos enunciativos, tais elementos e análises destes textos serão entendidos por nós enquanto articuladores constitutivos do processo de produção de conhecimento e sentidos que nos permite considerar que uma planta pode ser tomada como planta-texto. Tais elementos serão apresentados num percurso enunciativo para mostrarmos como no processo de significação podemos compreender uma planta enquanto acontecimento de linguagem.

Para exemplificação deste acontecimento, propomos a realização de sondagens, conforme Capítulo IV, inicialmente tomando o “Mapa toda Povoação da Capitania de Mato Grosso - 1777”, de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, em “Fundação de Vila Maria – Cáceres, 1978 – FUFMT/NDIHR”, este mapa/texto nos indica acessos significativos às análises ao integrar os nomes Vila Maria do Paraguai e Reg<sup>o</sup> do Jauru, assim, o consideramos conforme disse Guimarães (2017, p. 78), um mapa “é antes uma indicação de acessos ao mundo do que uma descrição”. Nessa medida, os acontecimentos produzem sentidos no funcionamento de linguagem transversalizados entre passado, presente, futuro de enunciações, em que os subcapítulos subsequentes se abrem a lembranças de sentidos outros.

No Estado de Mato Grosso, o levantamento de mapas e plantas configuravam-se como uma das características mais importantes do Governo. Os mapas e plantas, foram objeto de *Discurso Recitado pelo EXM. PRESIDENTE DA PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, Antonio Pedro d’Alencastro, NA ABERTURA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM O DIA 3 DE JULHO DE 1835*. Estes acontecimentos de enunciação, muitas vezes constituía-se como práticas fundamentais na formação do discurso de questões políticas, principalmente, para instalações de praças, quartéis, cadeia etc., nos governos das Províncias da região do Mato Grosso. A falta de mapas e plantas como documentos implicariam em problemas no andamento do Trabalho Público. Segundo o que enunciou Alencastro, “a não inclusão dos números de praças as do Quartel do Matto-grosso, não se concretizou devido à falta deste documento” (sic). Nesse mesmo sentido, diz que:

[...] A força de defesa desta Província [...] e constão de 4 Batalhões, que deverão “Formar ao Largo d’esta Província: não se incluindo n’aquelle numero de praças as do Batalhão da Cidade do Matto-grosso, por não ter chegado o **mappa** exigido por este Governo. (ALENCATRO, 1835, p. 7). (Grifos nossos).

As palavras nos interessam na medida em que integram textos, e na relação de integração, o texto também integra enunciados, os quais relacionam-se com outras palavras no texto, e assim acabam reescrituradas, articuladas, reditas de modos diferentes. Nessa medida, redizer as palavras, os enunciados, os textos, como já dito por Rancière não significa repeti-las, se fosse de tal modo, seria possível dizer que alguém sabe exatamente o que foi dito por alguém.

Nesta perspectiva, objetivamos a realização de sondagens, procurando mostrar que a Planta é linguagem, é acontecimento de alocação, ou seja, apresenta relações de sentidos o qual “coloca uma relação instigante: o do estudo da linguagem com a história (a prática humana afetada pelo tempo) e a geografia (espaço enquanto marcado pelas práticas humanas) (GUIMARÃES, 2021, p. 9)”. Nesta direção, é primordial considerar o que Guimarães (2017, p. 10), diz sobre “a enunciação”, isto é, “um acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua”. Outras noções como a de sentido e de político na linguagem são consideradas “tomando como lugar de reflexão o domínio da semântica, mais especificamente o domínio dos estudos da enunciação (Idem)”.

Também estabelecemos uma relação de sentido que aparece no texto “posta por Rancière na sua obra *Os Nomes da História: Ensaio de Poética do Saber*, na qual ele toma a posição de que os nomes não são simplesmente uma referência a pessoas, lugares, coisas”. Para ele, “Nomear não é uma classificação de objetos, mas uma identificação (o nome identifica (Rancière, 1992)” (Op. Cit., 2021, p. 9).

Para tanto, tratamos de um novo acontecimento (Planta), como um texto significante de linguagem, que se caracteriza e se define no funcionamento enunciativo que compartilha da relação integrativa desenvolvida por Benveniste (1966), em *Os Níveis da Análise Linguística*, e ampliada da posição de Guimarães (2002, 2017), ao dizer que “há uma passagem do enunciado para o texto, para o acontecimento, que não é segmental. E esta é a relação de sentido” (2017, p. 10). Ou seja, o modo como o enunciado significa integrado ao texto, constitui relação de sentido na transversalidade do acontecimento em que se integra.

Vamos nas análises considerar o acontecimento de linguagem do ritual religioso, considerando a geometria, os pontos que constituem as linhas, etc. que integram os textos (planta-texto) e, especificamente, tratamos da questão da relação da designação com a planta-texto. Para nós, um quadrado, um retângulo entre outros elementos se constituem enquanto

práticas de linguagem, importa dizer que não os consideramos no sentido composicional de algo, mas como um cruzamento de linguagem que se faz integrada no funcionamento do acontecimento da linguagem e fala de algo.

Tratar a planta-texto como linguagem, como sentido, como espaço simbólico de materialização e projeção, nos permite pensar a relação linguístico e não linguístico que integra a planta-texto, como um cruzamento de linguagens. Para prosseguirmos com as sondagens e refletir sobre o que propomos, consideramos que os *enunciados-números, nomes de ruas, travessa, nome de casa, largo*, expressões linguísticas integradas ao texto, funcionam numa relação de transversalidade com outros elementos integrados no mesmo texto, no caso, em questão a planta-texto, segundo integra elementos da geometria tomados como linguagem, e se relacionam e significam numa relação que constitui uma textualidade específica e característica da planta-texto.

Para fundamentar essa questão, tomamos para essa reflexão a definição de linguagem da posição feita por Alex de Matos em sua obra *Templos Secretos: história e arquitetura sagrada das igrejas neogóticas de Mato Grosso*, para quem considera que **“A geometria é uma linguagem; a linguagem da forma (MATOS, 2011, p. 79)**. Segundo este autor, “Por ser uma das linguagens do universo, é primordial, é essencialmente matemática e simbólica. É demonstrada em toda sua bi-dimensionalidade, através dos sucessivos pontos, que formam as linhas” (Idem). Ainda em conformidade com o autor:

A geometria sagrada é a linguagem mais antiga. É a linguagem do próprio universo e não se restringe ao retângulo áureo, ou divina proporção e selo divino, como frade Luca Paccioli, se referia ao retângulo dourado, mas a uma série de figuras e suas relações matemáticas e geométricas (MATOS, 2011, p. 81).

Alex de Matos considera que “a linguagem da geometria, por ser universal, foi sempre um dos meios utilizados para resguardar os conhecimentos sagrados, que deveriam vencer o tempo para serem reencontrados num século mais propício” (Ibidem). Em tese Matos, apresenta um estudo instigante sobre a elaboração da planta do projeto não executado do arquiteto Mousnier. Segundo o autor, **“A imaginária planta baixa, foi elaborada esquematicamente (Projeto não executado)”** (MATOS, 2011, p. 151). Nessa direção, foram elaboradas sete “Pranchas” da atual planta, ou seja, do projeto executado. Assim, tomando por base as medidas das fachadas frontal e laterais. Este estudo, vislumbra sobre “As geometrias sagradas e os elementos simbólicos da Catedral de Cáceres”, com destaque à “geometria latente”, ou seja, o “Tau grego” deste Templo, que se encontra na planta baixa. Matos, em sua pesquisa, diz que no tradicional projeto gótico há três portas, duas laterais e uma frontal, e isto

significa a simbolização das três vias para atingir o “Templo” do interior humano: “Ação, devoção, contemplação”.

Nos subcapítulos seguintes, faremos um percurso que mostra como os teóricos da linguagem, mais especificamente da Semântica do Acontecimento/Enunciação tomam os mapas enquanto textos, sobretudo, esses trabalhos constituem à fundamentação e constituição da produção do conhecimento da pesquisa, Planta-Texto: entre o linguístico e o não linguístico no domínio do estudo da significação.

### 3.1 O mapa como texto para Eduardo Guimarães (2002-2017)

Guimarães (2002-2017, p. 77), ao tomar “o mapa como texto” caracteriza-o dizendo que, “Tomar um mapa como texto é considerá-lo como linguagem, sentido” (Idem, p.77). Guimarães diz que, toma o mapa como linguagem “movido por uma afirmação de Deleuze e Guattari em *Mille Plateaux*: “A linguagem é um mapa e não um decalque” (1980, p. 14)”.

Para as reflexões e sondagens, as quais propomos, nesta pesquisa, inspiramo-nos nos estudos desenvolvido por Guimarães (2002- 2017), isto é, a *Semântica do Acontecimento*, que estuda a designação, no processo enunciativo. E, de modo muito particular, deste lugar teórico, Eduardo Guimarães, redefine a noção acontecimento enunciativo, considerando que sua configuração instala sua temporalidade. Ademais, há apresentação da configuração de uma nova perspectiva, ou seja, há uma configuração da noção “espaço de enunciação”, segundo o qual, neste espaço considera-se a convivialidade de relações “política”, que ocorre entre as relações de línguas e falantes neste espaço político.

Desse ponto de vista, o semanticista, analisa a designação, e assim mostra como que, no domínio dos estudos enunciativos não podemos deixar de considerar que os nomes próprios significam. Sendo assim, neste domínio, Guimarães nos apresenta análises dos nomes próprios de pessoas e análises dos nomes de ruas da cidade de Cosmópolis enquanto nomes no mapa desta cidade. Nessa direção, segundo Guimarães (2017, p. 57-58), “o corpus não é simplesmente o rol dos nomes das ruas, mas o mapa da cidade enquanto um texto”. Desse modo, o autor ainda diz que “tomar o mapa como *corpus* permite tomar, também, a questão da relação dos nomes no seu conjunto e sua distribuição no espaço urbano”.

Nesse sentido, Guimarães (2012, p. 26-27), ao exemplificar o que é uma unidade de significação, toma o “mapa”, e diz que:



[...] em geral não é vista como texto e nós consideramos como sendo, um mapa. Pensemos no mapa das ruas de uma cidade. Ele se caracteriza por apresentar um conjunto de indicações de localização de ruas e por trazer os nomes destas ruas, por alguma notação qualquer. **Este mapa não é simplesmente um desenho, um conjunto de linhas e traços. Ele traz estas linhas, traços e ao mesmo tempo nomes.** E estes nomes se organizam nele por contiguidade. Cada nome está próximo de outro e todos estão vinculados a uma representação do espaço da cidade [...] E todos os nomes significam, no mapa, os nomes de ruas, avenidas e praças, exatamente por integrarem o mapa, por estarem nesta unidade superior que os reúne de um modo particular (que não é a do todo e suas partes) (GUIMARÃES, 2012, p. 26) (grifos nosso).

Nos chama atenção, nesta citação, a afirmação de que o “mapa não é simplesmente um desenho, um conjunto de linhas e traços. Ele traz estas linhas, traços e ao mesmo tempo nomes”. Ou seja, podemos interpretar que, o mapa, além de integrar os nomes, também integram as linhas, os traços. Isto nos dá uma abertura a considerarmos nas análises das plantas, que assim como o mapa, também integra nomes, enunciados, expressões, linhas, traços, pontos, triângulos, retângulos, etc., isto é, elementos da geometria sagrada, linguagem que significa no cruzamento de práticas enunciativas de distintos lugares de enunciação que enuncia neste texto.

Portanto, consideramos “O sentido de *integra*” a partir da definição constituída por Benveniste (1962) ao distinguir *forma* e *sentido*<sup>19</sup>. Sobretudo, consideramos esta relação de integração ampliada a partir da posição de Guimarães. Isto é, Guimarães percebe que “entre o enunciado e o texto há um outro tipo de relação de integração que é possível estudar por outros procedimentos de descrição e análise” (2012, p. 28). Deste modo, se considerarmos o sentido no domínio que “considera que a divisão de um elemento linguístico dá a forma desta unidade, e a integração deste elemento em outro superior lhe dá o sentido”, estamos aí considerando que o sentido dos nomes se constitui, pela relação que eles têm de integrarem, a um mapa da cidade.

De nossa posição, “o mapa enquanto texto não é formado pelos nomes, o mapa os integra e os faz significar enquanto nomes de espaços da cidade que o mapa representa e significa” (GUIMARÃES, 2012, p. 27). Conforme o autor, isso não significa dizer que “um nome só é nome de rua quando está em um mapa de uma cidade (Ibidem)”. O nome pode estar significando nome de rua funcionando em um outro texto, à exemplo colocado pelo autor, o nome de rua “pode estar numa placa em uma esquina de uma cidade: *Rua José de Alencar*”. Desse modo, considera-se que “esta placa é um texto que integra um enunciado, e este modo de integração do enunciado único faz dele o nome de rua” (Ibidem).

---

<sup>19</sup> Ver explicação em Guimarães (2012, p. 26-27).

Conforme Guimarães (2018, p. 131), “Em um texto como um mapa de uma cidade, cada nome de rua se apresenta como um enunciado”. Nessa direção, para o autor, “estes nomes têm estruturas bem particulares: podem ser nomes formados de outros nomes (rua José de Alencar), nomes formados de um título e um nome (av. Presidente Vargas)” (Ibidem).

Para tanto, é do lugar dos estudos semânticos enunciativos que analisa o mapa levado ao estudo da significação, em *Semântica do Acontecimento*, a partir de “Nomes de rua e o mapa como texto” (2017, p. 77)”, estudos que nos permitiu tomar para as nossas reflexões e sondagens as plantas levando-as ao estudo da significação e da designação dos nomes, enunciados, elementos linguísticos/não linguísticos que a integra e, por eles são integrados, na relação com outros elementos os quais também funcionam ao texto, que estamos chamando de Planta-Texto.

Nessa mesma perspectiva, outros semanticistas como Karim *et al* (2018), incansavelmente, vêm sondando os textos, compartilhando da concepção e perspectiva que tomar o “mapa enquanto texto”. Nesse sentido, Karim *et al* (2018, p. 331), definem o mapa/texto dizendo que “o mapa é um texto que se apresenta enquanto unidade de linguagem, mas unidade constituída na e pela sua própria dispersão linguística. Nele há sempre sentidos em movimentos”.

### **3.2 O mapa enquanto texto para Karim; Silva e Macedo-Karim (2018)**

Neste momento nos amparamos também no trabalho desenvolvido por Karim, Silva e Macedo-Karim (2018), no qual apresenta um estudo sobre o mapa/texto do Estado de Mato Grosso, isto é, os autores apresentam três momentos históricos sobre a constituição das cidades ao longo do tempo e se propuseram a apresentar como que um mapa pode ser compreendido enquanto um acontecimento de linguagem. Para tanto, Karim; Silva e Macedo-Karim (2018, p. 330), consideram:

O lugar teórico da Semântica do Acontecimento nos permite tomar um mapa como texto; nos leva a lê-lo enquanto acontecimento enunciativo, lugar que temporaliza, no presente do acontecimento, um memorável que recorta sentidos de narrativas históricas que o constituem. Isso, para nós, é significativo, pois permite semantizá-lo pela textualidade própria de sua existência. Sua significação se dá, então, enquanto movimento sócio-histórico constituído na/pela linguagem, posição essa que nos afasta das limitações postas pelos estudos referencialistas. (KARIM, *et al*; 2018, p. 330).

Nessa direção, o mapa/texto é compreendido enquanto unidade de significação uma vez que também é constituído por sentidos em movimento. Desse modo, ao desenvolverem as análises, os autores consideram as legendas, as demarcações dos limites desde o primeiro momento e mostram, com uma produção inédita, como que ao longo do tempo esses contornos foram se ressignificando e constituindo novos espaços demarcados e ressignificados por uma história enunciativa que diz sobre a política, a cultura e a identidade do povo mato-grossense.

A partir da assimetria dos nomes – a relação designativa desses nomes nos mapas/textos (materialidade linguística) –, observa-se que os acontecimentos de nomeação constroem contornos que determinam a partilha de fronteira da geografia físico-política luso/castelhana na América do Sul e, ao mesmo tempo, o modo como esses acontecimentos passam a dar existência sócio-histórica ao Mato Grosso com suas diferenças já presentes e significando o ser mato-grossense. (KARIM, *et al*; 2018, p. 345).

O texto apresenta um percurso enunciativo desenhado por esses mapas e propõe observar como os elementos linguísticos são tratados no mapa/texto na sua linearidade, bem como na organização contígua que considera o funcionamento enunciativo desses elementos que atribuem sentidos aos nomes dos municípios. Dessa forma, os autores compreendem que “esse mapa/texto, construído a partir das enunciações que dizem dos municípios/cidades de Mato Grosso, leva em conta a relação integrativa dos mapas/textos apresentados no percurso dos três Momentos”. Sendo assim, podemos considerar que o mapa compreendido enquanto um texto apresenta uma relação que “diz sobre a construção identitária do que é o estado de Mato Grosso hoje: os nomes figurados no mapa significam as partes de um todo, o Estado” (2018, p. 361).

### **3.3 Os mapas/textos entre traços e legenda enquanto objeto de significação para Karim; Silva; Macedo-Karim e Velozo (2022)**

Outra unidade de significação pertinente, neste percurso, é o “Mapas/Textos – entre cores e legendas – modos de articulação e reescrituração: um estudo na perspectiva semântico enunciativa”, de Karim, Silva, Macedo-Karim e Velozo, os quais fundamentados de modo específico, “nos construtos teórico-analíticos da Semântica do Acontecimento/Enunciação desenvolvidos por Guimarães (2002, 2011, 2018) e Dias (1996, 2018)”, assumem outro desafio, ou seja, “o de analisar um atlas que marca a região de fronteira luso/castelhana no Brasil colônia, a partir de acontecimentos que nomearam a região da América do sul”

(KARIM *et al*, 2023, p. 554). Nesse sentido, os autores se colocam a “observar o funcionamento semântico-enunciativo desses nomes dispostos nos mapas/textos”, e, assim “analisam os (Tratado de Tordesilhas, Tratado de Madri e São Paulo), enquanto elementos verbais na sua relação com os elementos não verbais (cores, linhas, divisória, setas), elementos esses que são parte constitutiva da unidade de significação dos mapas/textos em análise” (Ibidem, 2023, p. 555).

Neste estudo, os autores tratam de questões instigantes, isto é, interessam-se a observarem “o movimento relacional de significação que esses elementos constroem ao se articularem (verbal/não verbal). Considerando os modos de articulação e reescrituração apresentados nos mapas/textos” (KARIM *et al*, 2023, 555). Ademais, a partir de tal interesse, os autores também observam “como as partes passam a construir a unidade de significação do todo, uma unidade não una, que vai delineando a historicidade própria da região, historicidade esta que determina e estabiliza a fronteira luso/castelhana na América do Sul, um movimento que redesenha continuamente a identidade geo-sócio-política da região” (Idem<sup>20</sup>). Destarte, dizem que, ao considerarem esta posição teórica, “foi possível tomar o mapa enquanto texto, elemento constituído pelo verbal/não verbal” (Idem), segundo o qual é analisado “enquanto acontecimento enunciativo”, com objetivo de “mirar a relação linguística/não linguística na construção da significação.

Portanto, com as análises depreendidas dos mapas/textos, concluem-se que eles os levaram a compreenderem que é possível: a) uma interpretação singular no modo de se observar a construção sócio-política das Histórias do lugar; b) os mapas/textos se apresentam enquanto unidade de significação, mas unidade constituída na e pela sua própria diferença, e que essa unidade, se constrói pelos modos de relação entre articulação e reescrituração do verbal/não verbal, etc.

### **3.4 A planta enquanto desenho para Zattar (2015-2016)**

Neuza Zattar (2015), em seu estudo, o qual num primeiro momento o enunciado-título é *Cáceres – nome luso de cidade mato-grossense*, nos instiga logo de início, por

---

<sup>20</sup>KARIM, Taisir Mahmudo; SILVA, Giseli Veronêz; MACEDO-KARIM, Jocineide; VELOZO, Solange Moreira dos Santos. Mapas/Textos – entre cores e legendas – modos de articulação e reescrituração: um estudo na perspectiva Semântico Enunciativa. In: DIAS, L. F; DALMASCHIO, Lucian; DIAS, Thalita Nogueira (Orgs). A dinâmica do sentido pelos caminhos da enunciação. Belo Horizonte: FALE/UFMG, pp. 553-572. 2023.

apresentar a “Planta de Villa Maria do Paraguay”, segundo a qual a autora trata como “O desenho do espaço conquistado”.

Em outro momento, Zattar (2016), no texto *CÁCERES – NOME LUSO QUE MOVIMENTA PRESENTE E PASSADO*<sup>21</sup>, ambos sob a abordagem da Semântica do Acontecimento, a autora toma para análise “o nome “Villa Maria do Paraguay”, dado ao povoado na ata de fundação e outros nomes, que se seguiram até a sua constituição em cidade” (ZATTAR, 2016, p. 114). A autora também analisa “a relação semântico-enunciativa entre o espaço público nomeado e a configurado desse espaço em relação à legislação” (Ibidem).

Neste estudo nos interessa observar como a autora aborda sobre a questão da planta. Zattar, no tópico “O desenho do espaço conquistado”, apresenta “a segunda parte da ata de fundação, que institui a escrita do projeto de edificação da Vila”. Segundo a autora, esta ata “organiza textualmente a espacialidade da Vila, sob a lente do colonizador, demarcando os espaços, a partir dos ordenamentos previstos no “projeto da boa polícia” (ZATTAR, 2011), cujas formas encontram-se simetricamente ligadas entre si, como mostra a planta” (ZATTAR, 2016, p. 120-121). Esta questão muito nos interessa, mas cabe ressaltarmos que não vamos considerar a planta enquanto um desenho, vamos considerar a planta enquanto uma planta-texto, que integra enunciados e traçados da geometria, a qual apresenta um cruzamento de linguagem. Portanto, compartilhamos com Zattar ao dizer que:

**[...] O acontecimento da ata, que projeta o planejamento dos espaços da vila, funda uma memória de sentidos ao instituir o novo, a edificação de casas, ruas, e a instalação de instituições indispensável ao funcionamento da Vila, pela sobreposição dos sentidos anteriormente constituídos e estabilizados, que se marca na passagem do sítio para vila” (ZATTAR, 2016, p. 121). (Grifos nossos).**

Observemos, então, que o acontecimento de linguagem, isto é, a ata, enuncia e instala a latência de futuridade, cujas enunciações constitui a projeção do planejamento dos espaços da vila.

---

<sup>21</sup> In: KARIM, Taisir Mahmudo; DI RENZO, Ana Maria; KARIM, Jocineide M. (Orgs). *Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso* (Fase 1). Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

### 3.5 A planta enquanto texto de uma Vila-capital para Silva; Ferreira, Silva e Velozo (2021)

Neste momento consideramos importante pontuar um estudo que apresento em parceria com as autoras Andréa Cristina de Oliveira Silva, Creuledi Ferreira e Giseli Veronêz da Silva no livro Atlas dos Nomes que dizem histórias das cidades Brasileiras em 2018. Neste momento, apresentamos um estudo intitulado “A planta enquanto texto: estudo semântico do projeto urbano de Vila Bela da Santíssima Trindade, uma vila- capital”.

Assim, ocupamo-nos de analisar os nomes que integram as plantas/textos de Vila Bela, tituladas de: “Novo Projecto para a continuação do Plano primitivo desta V.a q. o Ill. mo e Ex.mo S.r Luiz D’albuquerque D’mello Pereira e Cáceres, Gov. or e Cap.am Gen.al desta Capitania, mandou deliniar; E ordena q. se observe exatamente /25 de 9bro. de 1773”; “PLANO da Capital de Villa Bella do Matto groço (...); Cujo Plano se levantou no anno d’ 1777 por direçaõ do Gov.or e Cap.am General daquella Cap.ta a mais Ocidental do Brazil Luis d’Albuq.e d’Mello Pr. a e Cáceres”.

Nesta direção, este trabalho se propôs a analisar os sentidos dos enunciados presentes na planta-texto. Com isso, foi observado, por uma perspectiva semântico enunciativo, como que essa unidade de significação é constituída de sentidos. Ao considerar também os detalhes da planta e ao tomá-la enquanto texto, nos propomos a observar também, neste momento, como que “a Planta/Texto de 1773 se constitui pela relação do verbal/não verbal (elementos não linguísticos)” (SILVA, *et al*, 2021, p. 313).

Com isso, observamos neste estudo que “a relação do não verbal/verbal, que se apresenta no todo do texto, importa pelo modo como esses elementos se articulam, o que atribui sentidos e constitui a unidade de significação. Desse modo, temos a planta/texto como a unidade de significação” (Op. Cit., 2021, p. 314). Assim, temos uma relação interna entre elementos do mesmo texto, e uma outra externa, entre elementos de textos diversos.

Um aspecto interessante que podemos destacar neste estudo diz respeito sobre a enunciação das cores, na planta/texto. Neste interim, consideramos que as cores determinam sentidos ao enunciado analisado em questão, “o qual é reescriturado a partir da enunciação apresentada pelos nomes das antigas ruas, das antigas casas subsistentes na vila, e das novas delimitações, visto que, o enunciado “cor amarela”, de um lado, incide sobre “as antigas Ruas, e cazas subsistentes”, e, por outro lado, o enunciado “cor encarnada” incide sobre os sentidos “Novo projecto” e “travessa nova” (Ibidem, p. 318).

Portanto, ao apresentar este estudo, consideramos que:

Do ponto de vista do funcionamento semântico dos elementos verbais/não verbais, que integram a planta/texto, interessa-nos dizer que as análises realizadas até aqui nos permitiram mostrar que a relação semântica constituída na relação de integração textual constrói a unidade de linguagem. Dizemos, com isso, que tomar uma planta como texto nos permite analisar a relação dos elementos verbais/não verbais constitutiva do todo enquanto unidade de significação (SILVA, *et al*, 2021, p. 324).

Cabe, então, dizer que este estudo, isto é, *A Planta Enquanto Texto: Estudo Semântico do Projeto Urbano de Vila Bela da Santíssima Trindade, Uma Vila- Capital*, se encontra integrado a obra *Atlas Dos Nomes Que Dizem Histórias Das Cidades Brasileiras: Um Estudo Semântico-Enunciativo Do Mato Grosso (Fase III)*, que foi organizada por Dalla Pria, Guimarães, Dias e Karim (2021), onde Eduardo Guimarães, faz a “Apresentação” intitulada “Sobre a ressignificação política do espaço em torno de nomes próprios de lugares”. Nesta apresentação, o autor diz sobre o texto (“*A Planta Enquanto Texto...*”) e, com isso, nos brinda com uma configuração do que seja uma planta, dizendo que a planta nesta análise específica, “não parte da floresta bruta”, ela:

[...] descreve aquilo que ali existia enquanto aglomerado de habitações e que é levado em conta para a produção da planta da cidade, que se servirá para a construção da Capital de Mato num lugar próximo do que Portugal tomava, na prática, como fronteira com a Espanha. **A planta é, assim, a configuração do interesse direto do poder português na construção de uma cidade que fizesse parte da manutenção dos limites do espaço sobre o qual Portugal já tinha avançado** (GUIMARÃES, 2021, p. 13-14). (Grifos nossos).

Esta definição é feita por Eduardo Guimarães, na “Apresentação” e tópico intitulado “Sobre a Reescrituração Política do Espaço em torno de Nomes Próprios de Lugares”: In: *Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras: Um estudo Semântico-Enunciativo do Mato Grosso (Fase III)*, torna fundamental e essencial, para fundamentação do estudo por nós desenvolvido. Desse modo, podemos compreender uma planta como linguagem, como sentido.

### **3.6 O não verbal enquanto significação para Dias (2018)**

Dias (2018) no texto “Forma e Relações Linguísticas na abordagem Enunciativa: Fundamentos” - “Capítulo I” do livro “Enunciação e Relações Linguísticas”, desenvolve um estudo na perspectiva da abordagem de uma semântica enunciativa que considera que “as relações linguísticas são concebidas, pela via da significação”, e, nessa “concepção, as formas da língua se articulam sob o domínio da constituição dos sentidos na linguagem” (DIAS,

2018, p. 15). Neste sentido, no item “1.1 Significar”, o autor nos apresenta uma “reflexão sobre os modos de expressão de natureza não linguística no intuito de constituir um olhar sobre as possibilidades de se conceber a natureza relacional da significação” (Op. Cit., p. 16).

Para tanto, como *corpus*, toma a figura/estátua/monumento equestre de D. Pedro I, e tece sua reflexão considerando os modos de significar a partir deste monumento, material, de ordem não verbal, que na relação da significação concebe sentidos à imagem do monumento de D. Pedro I. Para Dias (2018, p. 17), “as partes que compõe o monumento como um todo participam de uma relação significativa”. Sendo assim, considerar a estátua/monumento, “enquanto formas de expressão articuladas, entram em processo de constituição de uma unidade de significação” (Ibidem).

Segundo esta abordagem “A unidade de significação que sobressai” (Idem), da articulação de formas de expressão como um todo que compõe o monumento, “pode ser condensada pelo termo *engrandecimento*”. Assim, O monumento sondado a partir dessa abordagem, nos dá possibilidade de atribuir sentidos e dar visibilidade a algo não verbal, não linguístico que passa a significar de algum modo parte da história brasileira.

Nessa direção, A partir da reflexão e fundamentação levantada por Dias (2018) “sobre os modos de expressão de natureza **não linguística**”, tomamos a expressão “não linguístico” enquanto possibilidade de significação das Formas: Linhas, Seta da Linha, Retângulo, Retângulo: Cantos Arredondados, Arco, Cruz, Pontos, Semicírculos e outras, que integram as plantas/textos, o não linguístico constitui-se como modos de linguagem que funcionam e se cruzam com/entre as formas da língua na relação íntegra texto.

No acontecimento de enunciação do Capítulo IV, e subcapítulo intitulado “Pré-fundação e Fundação de Vila Maria, a bordo do rio Paraguai: instruções da Rainha”, vamos fazer análises do nome, Vila Maria, integrado a um mapa específico de 1777. Portanto, destacamos que tomamos a linguagem tal como Guimarães (2021, p. 10), isto é, da posição de autores que considera “a linguagem como não referencial” (Ibidem). Conforme Guimarães, que para estes autores, “tudo na linguagem seria discurso indireto: fala-se em relação ao que se fala” (Ibidem, Ibidem).



## CAPÍTULO IV

### PLANTA-TEXTO, TRAÇOS DE LINGUAGEM: DESIGNAÇÃO, SENTIDOS E TEMPORALIDADE

[...] a planta é, assim, a configuração do interesse direto do poder português na construção de uma cidade que fizesse parte da manutenção dos limites do espaço sobre o qual Portugal já tinha avançado (GUIMARÃES, 2021, p. 13).

O lugar teórico da Semântica do Acontecimento, nos direciona a compreendermos a planta tomada por nós, enquanto planta-texto. Deste modo, a planta é lida, interpretada e analisada a partir das fundamentações abordadas no capítulo anterior, assim, a tomaremos enquanto acontecimento de linguagem. Nesse sentido, vale ressaltar que não leremos a planta pelo olhar da arquitetura, tampouco pela perspectiva da história cronológica, mas sim por um olhar que toma o domínio semântico enunciativo que considera a relação com o real, a história e o sujeito.

Veremos a seguir, alguns acontecimentos de linguagens, enquanto acontecimentos que produzem significação e projeção de sentidos, à saber, sobre a formação e centralização urbana, linguagem que enuncia o lugar e construção do povoado, e projeção da construção da Igreja, cujos nomes dão visibilidade as unidades de significação, que nos fazem saber sobre modos de dizer, significados pelas formas históricas de formação, organização e significação do espaço urbano, iniciado com a prática de (Pré)Fundação e Fundação de Vila Maria, a bordo do Rio Paraguai: instruções da Rainha. Neste capítulo, tratamos e sondamos também questões que tocam sobre a designação de *Villa Maria do Paraguay* integrada ao Mapa de toda Povoação da Capitania do Mato Grosso – 1777.

Assim, passemos, então, a primeira planta, a Planta de Villa Maria do Paraguay de 1778, e, dela, pinçamos recortes para uma análise específica. Pois, para isso, vamos ““eleger” enunciados decisivos a serem estudados a partir de uma pergunta” (GUIMARÃES, 2018, p. 76). Como já apresentado no resumo e introdução desta pesquisa, nos propomos a responder como os enunciados integrados à planta ao articularem-se com outros textos que dizem sobre a construção da Catedral, constroem sentidos que reescrituram e fazem (re)significar a importante obra da Igreja Católica, no centro histórico da cidade de Cáceres no Estado de

Mato Grosso. As análises da planta arquitetônica da Catedral, foram constituídas e operadas na relação com textos na história.

#### **4.1 (Pré)Fundação de Vila Maria, a bordo do Rio Paraguai: instruções da Rainha**

Neste subcapítulo, retomamos acontecimentos que tratam tanto da criação da Capitania de Mato Grosso quanto de enunciações que dizem sobre a formação do povoado e distrito de Vila Maria, textualizados em documentos oficiais temporalizados a partir do final do século XVIII, os quais apontam que antes da fundação da Vila Maria do Paraguai, Freguesia de São Luiz de Cáceres, na região que abrangia esta Vila, consta que já existia a instalação do Registro de Jauru, formado por 56 Famílias ou 56 fogos, ou seja, 56 famílias compreendendo um total de 651 pessoas. Ressaltamos que esse número de habitantes corresponde ao levantamento de 1777.

Segundo De Sousa (1978, p. 3), “Vila Maria no final do século XVIII, a cidade de São Luiz de Cáceres, por dois séculos constituiu-se na mais avançada sentinela de segurança nacional, na parte setentrional do território mato-grossense e em importante polo de ocupação e colonização regional”. Desse modo, Vila Maria, constituiu-se como distrito e importante polo de apoio a ocupação e colonização da região do Mato Grosso. Isto, no entanto, infere decisivamente sobre a significação dos modos de designação da *construção da Igreja*, que resultam na transposição da prática da linguagem que se constitui integrada a texto específico.

Na história política de ocupação e tentativa de colonização das fronteiras de Mato Grosso, à priori, se intensificaram com a Capitania de Mato Grosso, criada, por *Carta Régia* de 17 de maio de 1748, principalmente, no governo de Luiz de Albuquerque, a partir da formação de distrito e povoação, estrategicamente mapeada. Pois, sob ordens de vigiar mais de perto, a região do Guaporé no Mato Grosso, o governo submete a decisão de manter a sede do Governo em Vila Bela da Santíssima Trindade, de modo que a fiscalização, desta região, continuasse fundamentada nos diversos e complexos interesses nacionais. Mas para colocar em prática tais interesses, o governador deveria atender o princípio de que a administração não deveria constituir-se de modo direto sobre outras partes do território. Este princípio, no entanto, constituía-se como uma das principais preocupações dos governadores da região do Mato Grosso.

Sabe-se que Luiz de Albuquerque, dono de um ponto de vista futurista e estrategista, não se deixou levar pelo princípio formulado, posto que, se os objetivos da Capitania se constituíram em vigiar, cumprir e manter as posições conquistadas, e, especificamente, ter o

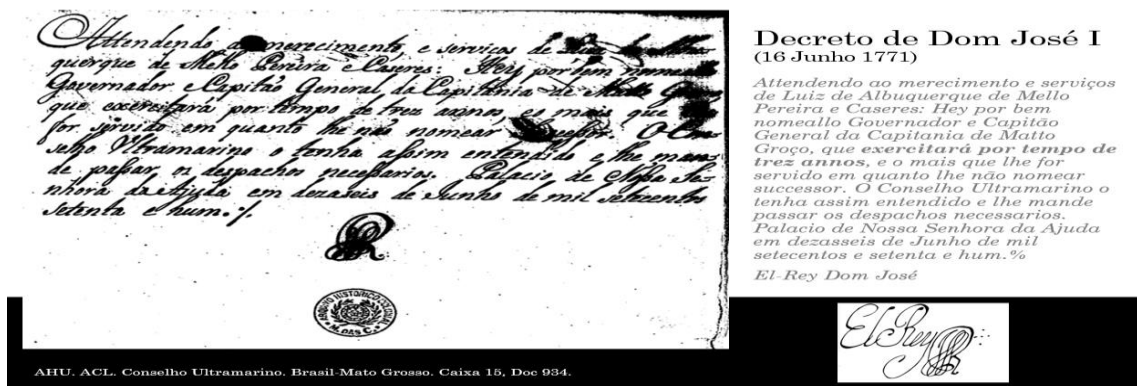
dever expandir quando possível as fronteiras do território nacional, coube-lhe aproveitar as oportunidades o que o levaria a levantar um Mapa da Povoação de toda a Capitania do Mato Grosso e adjacentes, em 1777, referindo-se também a povoação de 1776, como estratégia de reconhecimento de toda a raia da fronteira da Capitania, cujo texto constituir-se como argumento para a criação e fundação do povoado de Vila Maria do Paraguai e, conseqüentemente, a projeção de igreja, capela etc., o que resultaria na expansão das suas possessões e, principalmente, na definição das Fronteiras do Brasil. Nessa direção, Amado e Anzai (2014, p. 19), apresenta que:

[...] no seu governo, Luís de Albuquerque administrou questões atinentes ao reconhecimento de toda raia fronteiriça com as províncias hispânicas do Paraguai, Chiquitos, Mojos e Santa Cruz de la Sierra. Além disso, estimulou o povoamento da capitania de Mato Grosso, onde fundou vários núcleos urbanos, e trabalhou fortemente para concretizar as ligações fluviais e comerciais, desde Vila Bela até Belém, capital do atual estado do Pará, atuando como mediador das muitas disputas e aspirações políticas internas de grupos locais (AMADO e ANZAI (2014, p. 19).

Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, nascido na freguesia de São Salvador da Vila do Ladário, na Beira alta portuguesa, em 21 de outubro de 1739, de 07 de julho de 1797, foi nomeado por Decreto de Dom José I, datado de 16 junho de 1771, por merecimento ao seu serviço prestado ao Rei, que assim, achou por bem nomeá-lo à Governado e Capitão General da Capitania de Mato Grosso, para exercer suas funções por apenas três anos nesta Capitania, porém, com ressalva ao merecimento e serviço (e o mais que lhe for servido em quanto lhe não nomear sucessor). Por exemplo, conforme transcrevemos a enunciação do acontecimento seguinte:

**Decreto de Dom José (16 Junho 1771)**

Attendendo ao merecimento e serviço de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caseres: Hey por bem nomeallo Governador e Capitão General da Capitania de Matto Groço, que **exercitará por tempo de trez anos**, e o mais que lhe for servido em quanto lhe não nomear successor: O Conselho Ultramarino o tenha assim entendido e lhe mande passar os despachos necessários. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em dezasseis de Junho de mil setecentos e setenta e hum.%.  
*El-Rey Dom José*



**Figura 6-** Decreto de Dom José I (16 Junho 1771). In: MOURA, Rui. Luís de Albuquerque (1739-1797). “O mais ambicioso dos Governadores Portugueses”. Apresentação de Comunicação no XXIX Colóquio de História Militar da Comissão Portuguesa de História Militar: “De Madrid a Sto. Ildefonso: a definição das Fronteiras do Brasil”, Palacio da Independência, Lisboa, 9-12- de novembro de 2020.

Foi o quarto governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá (Brasil), “entre 1771 e 1789”. Segundo Amado e Anzai (2014, p. 19), este governador é “Filho da nobreza rural radicada ao norte de Portugal, as ações por ele praticadas no Brasil são ações que refletem esforços da Coroa portuguesa, ao longo do século XVIII, na definição das fronteiras terrestre com a Espanha, em suas conquistas na América meridional”. De modo específico, as autoras, dizem que o território o qual Luís de Albuquerque atuou como governador corresponde, hoje, aos estados conhecidos como: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia e, estes relacionam-se com as histórias de duas maiores regiões brasileiras, a do Centro-Oeste e a do Norte, e também com as regiões de nações vizinhas, como as atuais Bolívia e Paraguai. De acordo com Moura (2020), entre seus feitos no período de seu governo erigiu o Forte Novo de Coimbra (1775), nas margens do rio Paraguai.

Este Governador e Capitão, observou que a região do baixo Paraguai estava em completo abandono, o que de certo modo fortalecia a cobiça dos governantes, ou, confinantes do Sul. Sendo assim, na tentativa de evitar a ocupação por parte destes, nesta região, o Capitão General da Capitania de Mato Grosso, toma uma posição estratégica e decide ocupar o Fecho dos Morros. De certo modo, essa estratégia também já ocorria no governo de Rolim de Moura, com objetivos de combater as pretensões espanholas, para evitar a ocupação dos domínios portugueses. Tais problemáticas leva o governador da Capitania, a elaborar um plano geral de fronteira e encaminhar à Metrópole, mas quando aguardava a resposta para colocá-lo em prática, recebe por parte do governador de São Paulo, em janeiro de 1775, a informação de que os Espanhóis haviam assentado estabelecimento e fundado um povoado

na foz do Ipané, no ano de 1774, isto se caracterizou como um flagrante violação ao acordo realizado à Convenção de 1761, que no seu Art. II declara “por cancelado, cassado e anulado o referido tratado de limites”. Este “acordo” também é conhecido como Tratado Anulatório de Pardo, celebrado, aos 12 de fevereiro de 1761. Ou seja, estava cancelado o Tratado de Madri de 1750, isto, portanto, restituía às nações limítrofes as respectivas posses.

Este acontecimento foi fundamental para dar início aos trabalhos de constituição e formação do povoado de Vila Maria, para futura fundação, a qual acontece em 1778, a partir do processo ao qual podemos chamar de: processos estratégicos de ajuntamento, aldeamento e levantamento dos casais indígenas para erigir o povoado em Vila. Luiz de Albuquerque, com tino administrativo governativo, não desperdiçou a oportunidade, dando logo início ao alargamento do domínio que estava sob sua execução, indo desde o ocidente além do Guaporé, e ao Sul das duas margens do rio Paraguai.

Destinado a cumprir sua missão, Luiz de Albuquerque, governou por quase dezoito anos a Capitania de Mato Grosso, até 20 de novembro de 1789, quando deixou o governo, e considerou ter cumprido seu legado. Além de disso, este governador acreditou que sua administração contribui à Pátria e contribuiu com o levantamento da Capitania, mesmo diante das dificuldades econômicas. Para dar andamento as questões governamentais, Luiz de Albuquerque, teve como seu sucessor seu irmão João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres que, pouco tempo decorrido, cerravam os olhos para sempre em Villa Bela, onde repousam os seus restos mortais.

Segundo Ayala e Simon (1914) “livre das leis do respeito aos ajustes celebrados e aproveitando-se com calculada sagacidade da situação criada pelos próprios confinantes”, pode-se observar que o governo da Capitania do Mato Grosso estava “sob o fundamento de conter correrias dos índios que dominavam a navegação para S. Paulo, atacando as vezes impunemente os viajantes e monções, que ia aparelhar em 1775, uma expedição destinada à lançar os alicerces do Forte de Coimbra” (Ayala e Simon, 1914, p. 57). Como represália e também com o fim de sustentar o direito de Portugal sobre outros pontos da fronteira, por exemplo, fez construir em 1776, o Forte do Príncipe da Beira, fundou a povoação de Vizeu, ocupou Albuquerque (hoje Corumbá) e lançou os primeiros povoadores em Villa Maria (S. Luiz de Cáceres) e em Casalvasco, instalando pontos militares nas povoações. Sobre as fundações feita por Luiz de Albuquerque, achamos importante acentuar que o nome Vila Maria já foi grafado no mapa como “Aldeia Maria”.

Conforme Araujo e Domingues (2015, p. 582), ao analisar o mapa da Capitania de Mato Grosso intitulando-o de “Figura 4 -Povoações indicadas no Mato Grosso no *Coumbia*

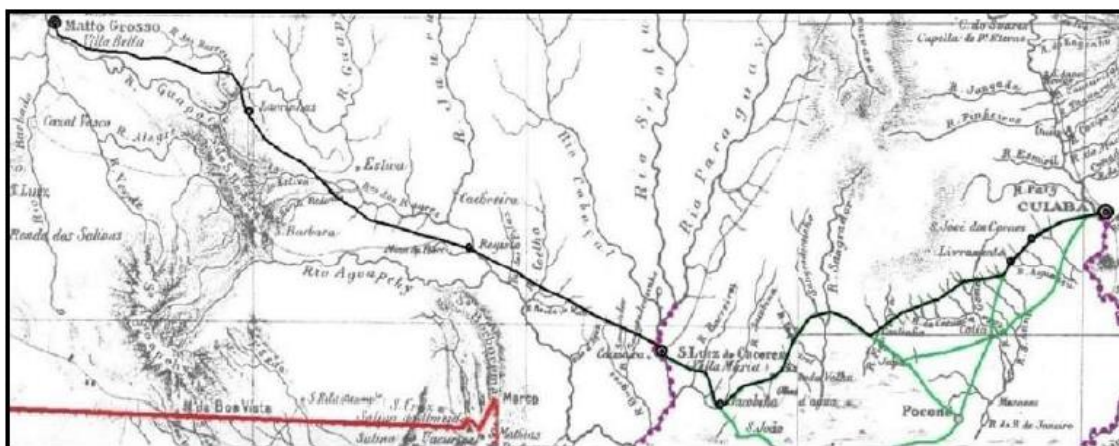
*Prima* (Delarochette, 1811). Intervenção sobre o mapa: Vera Domingues”, em suas sondagens enunciam o nome de algumas fundações “realizadas durante o governo de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (**Aldeia Maria**, Albuquerque, Casal Vasco, Viseu, Santo Antônio de Guará, etc.)”. Segundo as autoras, esse “mapa mostra ainda com mais detalhes as ligações entre os pontos ocupados desenhando as vias de comunicação e apontando os sucessivos pousos, sobretudo fazendas” (Grifos nossos).

Neste ponto, tomamos enunciações do acontecimento de linguagem de José Maria de Sousa (2013), conforme este autor, a Capitania de Mato Grosso, foi trilhada pelo primeiro bandeirante Raposo Tavares, que chegou aos limites da grande Gaiva, em 1629. Segundo o autor, anos depois, esta Capitania, foi trilhada:

[...] por Manoel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva, entre 1673 e 1682, chegando ao rio Cuiabá na confluência do Coxipó-mirim, no lugar denominado de São Gonçalo Velho, após destruir uma aldeia Bororo, ali fixava. No ano de 1718, Manoel Pires de Campos encontrou índios Coxiponé às margens do rio Coxipó-mirim (SIQUEIRA, 2002, p. 30). No ano de 1719, foram descobertas **as primeiras pepitas de ouro no Arraial de São Gonçalo Velho, iniciando-se as lavras em Mato Grosso** (SOUSA, 2013, p. 17-18).

Como enuncia Sousa (2013), as descobertas de pepitas de ouro no Arraial de São Gonçalo Velho, deu início as lavras em Mato Grosso, isto, por conseguinte, atraiu inúmeros imigrantes a região do Mato Grosso, o que favoreceu fortemente a formação do povoado e distrito de Vila Maria, fixado a meio do caminho ou Estrada Geral (atual BR 070), que ainda hoje liga Cuiabá a Vila Bela, entre outras cidades e fazendas, se constituiu separada de Cuiabá, no período considerado como (pré)fundação de Vila Maria do Paraguai. Nessa direção, segundo Sousa (2013, p. 19-20), “a Estrada Geral foi fundamental para demarcar o período de (pré)fundação de Vila Maria do Paraguai” (Ibidem). Ademais, “ao longo dela, estendia-se o território desanexado de Cuiabá, ocupado pelo homem branco europeu”. O autor nos faz saber que “esse caminho foi aberto por João Leme do Prado na fase intensa de mineração no Arraial das Lavrinhas, estendeu-se a Vila Bela, ligando as duas mais importantes povoações da Capitania de Mato Grosso”.

Para ilustrar segue o texto:



**Figura 7-** Texto - Estrada Geral ou Estrada de Mato Grosso, em 1880, atualmente BR 070, que continua ligando não só Cuiabá, mas muitos outros povoados e cidades à Vila Bela.

O “texto” acima é entendido por nós, conforme definição feita por Guimarães (2012, p. 25) “texto é uma unidade que integra enunciados no acontecimento de enunciação”. Portanto, neste mapa/texto da Estrada Geral de Mato Grosso, podemos lê-lo e observar que na sua extensão há uma linha em negrito, ela não é apenas uma linha reta, ela se apresenta em curvas longas e curtas, abertas e fechadas, linhas quebradas considerando as serras. Nesse sentido, sua significação não se dá numa linearidade, mas sim transversalizada neste texto, tendo em vista que uma linha quebrada não segue uma linearidade. Quase ao meio da linha, marca-se por um ponto cheio, e a direita do traçado lilás é possível observar, que tanto o nome de S. Luiz de Cáceres quanto o nome Villa Maria estão integrado e funcionando relacionando-se entre si e entre os elementos constituídos pela prática de linguagem dos demarcadores desta região. Como destaca Sousa, na extensão da Estrada Geral, outros distritos foram criados, ligados à Cuiabá, a exemplo “os distritos de Flexas, [distritos] do Paraguai e [distrito] do Jauru que, a partir de 1778, integram Vila Maria do Paraguai”, conforme quadro:

#### Os sesmeiros-pioneiros

Distrito de Flexas	Ângelo de Afonseca Leitão
Paragem Fazenda Velha	João de Almeida Lara
Paragem do Sangrador <b>no distrito de Flexas e [distrito] da Jacobina</b>	<b>Leonardo Soares de Souza</b>

**Quadro 1** - Construção própria

Cabe dizer nas palavras de Souza (2013), que a formação do povoado do distrito de Jacobina, sob sesmarias de Leonardo Soares de Souza, fixado no distrito de Flexas e Jacobina<sup>22</sup>, foi um dos maiores povoadores mais importantes e influentes da região, o que é significativo no processo de fundação de Vila Maria. Isto pode se confirmar a partir da subscrição, no Termo de Fundação de Vila Maria, onde Leonardo aparece como um dos fundadores e mais influentes, cuja afirmação pode ser reconhecida, por ser o primeiro a assinar a Ata de Fundação, observando que antes de sua assinatura é prefixado o enunciado “homem de negócios” designação que atribui e determina sentidos que o identifica no desempenho aos interesses públicos, sobretudo, na política-administrativa constituídos socio-historicamente em Vila Maria do Paraguai, São Luiz de Cáceres, Cáceres.

No início do século XIX, a maioria da povoação de Vila Maria do Paraguai, formava-se de povoação indígena, mulatos e negros. De acordo com Florence ([1825-1829] 2007, p. 181), a povoação constituía-se de:

**“Seis ou sete homens brancos, trezentos caburés descendentes de índios aldeados no tempo de D. Maria I, mulatos e negros, eis toda a população da vila”.** Segundo o autor, “muitos homens e mulheres andam nuns da cintura para cima. **Vila Maria, sita à margem do Paraguai e no caminho de Cuiabá a Vila Bela,** está destinada a tornar-se um ponto importante para o comércio, logo que cessem os óbices da tacanha política moderna” (FLORENCE, [1825-1829] 2007, p. 181). (Grifos nossos).

O Rio Paraguai sempre exerceu fecunda importância, constituía-se “como uma barreira natural e, por ele, passando a Estrada Geral, Vila Bela-Cuiabá, desde 1772, foi criado o Registro do distrito do Rio Paraguai, que cobrava meio cobrio de ouro pela travessia em batelão” (Ibidem). Em *Diário da viagem de Villa-Bella para S. Paulo*, de Dr. Francisco José de La-Cerda e Almeida, no ano de 1788, cita esta estrada como caminho de terra, ao realizar uma viagem de demarcação das fronteiras em 13 de setembro de 1786:

- Por quanto já no anno de 1786 tratei com individuação das circuntancias atendíveis na derrota, que de Villa-Bella se segue para a Villa do Cuyabá embarcando no Registro do Rio Jaúru, e descendo pelo mesmo, e pelo Paraguay, e subindo pelo Porrudos, e Cuyabá, e **do caminho de terra desde a Villa d’este nome até Villa Bella,** como também (tenho navegado até abaixo do destacamento na Nova-Coimbra) de todos os reconhecimentos das grandes e altas serra, lagos, e bahias, que estão n’esta parte do Paraguay (LACERDA e ALMEIDA, 1841, p. 62)

Da Fonseca, em *Viagem ao redor do Brasil, 1875-1878*, diz que:

---

<sup>22</sup> Cf. manuscritos estudados com rigor, por este autor.



**E a O.: O rio Paraguay**, desde a foz do Apa até a lagoa ou Bahia Negra, por cujo meio corre a divisória com a república da Bolívia, seguindo uma linha de limites que vai cortar à meio, em rumo S-N., as lagoas de *Cáceres*, *Mandioré*, *Gahiba Grande* e *Uberaba*; donde prolonga-se ao extremo S. da *Corixa Grande do Destacamento*, e daí, salvando pelo *uti-possidetis* o terreno da aldeia de S. Mathias, á confluência das corixas de S. Mathias e *Peinado*; ao morro da *Boa Vista*; aos dos *Quatro Irmãos* e à nascente principal do *Rio Verde*; continuando pelos álveos deste rio, do *Guaporé* e do *Mamoré* até o entroncamento do Beni e formação do Madeira” (DA FONSECA, 1880, p. 14). (Itálicos do autor, grifos em negritos nossos).

De acordo com Sousa (2013), Leonardo Soares, mantinha relações diretamente com São Paulo, e de acordo com as informações enunciadas em cartas de sesmarias, o povoado das terras entre Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, constituíram-se:

[...] das terras mais disputadas pelos sesmeiros de Cuiabá e Vila Maria, cujas terras localizavam-se nas paragens de Flexas, Sangrador, **Jacobina**, Fazenda Velha, Passagem Velha, Monjolo, entre Chapadão, Taquaral, Serra da Bacaína (Bocaina), Palmares, Barra do Jauru, Buriti Redondo, entre os rios Cabaçal e Sepotuba (SOUSA, 2013, p. 35-36).

Em Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829, de Hercules Florence (1977), com sua comissão científica, cuja expedição *chega a Vila Maria, a 26 de agosto de 1827*, ao referir sobre os anais de Mato Grosso, registra:

[...] que **os guaicurus** foram desafiar os portugueses até em **Vila Maria**, que saquearam uma vez, levando tudo a ferro e fogo. Em não poucas ocasiões travaram renhidos combates com as monções. Uma delas, composta de 50 a 60 canoas e cerca de 600 homens, sofreu completa derrota. Em outro ataque mataram eles a tripulação inteira, escapando só cinco pessoas que se esconderam na mata (FLORENCE, 1977, p. 85).

As palavras de Florence, nos interessa, por mostrar a presença de tribos indígenas na região do Mato Grosso, e os constantes confrontos, caracterizando desse modo o confronto do político neste espaço de enunciação.

Para tanto, ao encontrarmos um conjunto de documentos, mapa e plantas, nos instigou a pensar sobre sentidos constitutivos de designações como *construção da Igreja* em textos específicos que tratam da construção da Igreja de Vila Maria do Paraguai, na relação de articulação e reescrituração no funcionamento do acontecimento de linguagem, os quais estes documentos suplicam e merecem sondagens por muitos olhares e perspectivas teóricas. Desse modo, compreendemos que os acontecimentos de enunciação que dizem sobre a formação do distrito e povoação de Vila Maria, atual Cáceres, **dizem também dos modos e lugares onde fora erigida a Igreja**. Assim, questionamos que sentidos a designação *construção da Igreja* produz na relação de integração de documentos específicos com os sentidos de formação

no/do espaço da cidade? Para responder nossa questão, tomamos a posição que considera o domínio dos estudos enunciativos, num traçado teórico que abre fendas para o interpretável, pelo estudo do funcionamento de linguagem.

Um modo de compreendermos a significação de uma palavra, de um nome, de uma expressão é fazer sondagens analisando a designação de elementos linguísticos e não linguísticos integrados aos textos específicos. Desse ponto de vista, podemos, nos colocar a analisar a designação dos nomes comuns na relação com nomes próprios, como as designações dos nomes povoação, distrito, Vila Maria, São Luiz de Cáceres e inúmeros outros, os quais significam, diferentemente, no espaço de enunciação de documentos específicos, cujo acontecimento temporaliza. Cada nome, nessa medida, significa, ressignifica na relação de articulação e reescrituração, que tem ao lado dos estudos argumentativos num movimento analítico sobre a designação desse nome.

Por exemplo, os nomes como povoação, distrito, vila, cidade no funcionamento de linguagem de (documentos oficiais) específicos, pode significar de modos diferentes na histórica de enunciação da cidade na relação com a construção da Igreja, pela sua própria temporalidade que o constitui integrados a textos específicos, por exemplo o nome da cidade de Cáceres já significou: em 1778-1812, Vila Maria do Paraguai; Vila Maria, em acontecimentos de 1813-1850; Vila de São Luiz do Paraguai; em acontecimento de enunciação de 1850 – 1859; novamente retoma como Vila Maria significados em acontecimentos temporalizados em 1859-1874, e o nome São Luiz de Cáceres que assim significou de 1874-1938, quando em 1938, passou ao nome Cáceres até os dias atuais.

Os sentidos das enunciações dos acontecimentos de linguagem sobre a criação de Vila e de Cidade, no Brasil, por exemplo, simultaneamente, são designados pelos modos de formação e construção de uma Igreja nos moldes, muitas vezes, que remonta características enunciativas de construção com sentidos constituídos ainda na Idade Média, tais características ao longo do processo de colonização no Brasil, foram determinantes para a *construção da Igreja*, em Vila Maria (atual Cáceres). No caso em questão, nos interessa, os acontecimentos enunciativos que nos permitam dizer das designações que estabelecem relações de sentidos com a construção da Igreja, em Vila Maria do Paraguai, no Estado do Mato Grosso.

As cidades são identificadas de modos muito diversos. Elas são identificadas por interesses extremamente geopolíticos, a partir de organização de pequenos núcleos ou povoados que se constituíam determinados, por exemplo: por uma fortificação, uma capela, uma aldeia indígena, atividade mineradora e outras, muitas vezes, iniciadas sem a

regularização que a legitime na categoria de cidade planejada, visto que, um outro modo de identificar a cidade é o da cidade planejada, sustentado por um plano elaborado. Ou seja, plano elaborado, é o que chamamos Planta-Texto, que integra enunciados os quais podem ser lidos considerados na relação de reescrituração e articulação dos nomes que a integra, no funcionamento de enunciados não seguimentalizados no texto, articulados com outros elementos que funcionam no mesmo texto na relação com textos distintos.

Para exemplificar como surge uma cidade, buscamos a enunciação do texto da ATA<sup>23</sup> N° 080 – “A”, da “Sessão Especial da Assembleia Legislativa”, na cidade de Cáceres, em comemoração ao centenário da Diocese São Luiz de Cáceres”, no qual Fante tece um breve relato sobre a história dos cem anos da Diocese, em Cáceres, e além disso exemplifica sobre como surge uma cidade, como surge as comunidades. Conforme as palavras do Sr. Padre:

[...] Temos aqui um exemplo de como surgem as comunidades, porque é de consenso que a maioria das nossas cidades, **particularmente na nossa Diocese, aqui em Mato Grosso, inicia sempre em torno do núcleo religioso.** Começa-se assim, **tem uma família, um grupo de famílias na região e, de repente, essa família começa a rezar o terço, com todo atendimento à população, ali chega o Sr. Padre para rezar a Santa Missa** e ali, então, ao redor disso **se constrói uma capela, se constrói uma escola e se forma uma cidade.** É assim que se inicia uma comunidade, como por exemplo, aqui. (FANTE, 2010, p. 3. In: Secretaria de Serviços Legislativos)<sup>24</sup>.

Portanto, as enunciações, dizem sobre o processo de significação de colonização, de identidades políticas e religiosas, poderíamos citar os povos que já habitam os sítios da Jacobina, por exemplo: os Bororos, os negros que cultivavam não só a terra, bem como participaram da sua cultura religiosa, entre outras produções de sentidos, aspectos muito importantes que determinam (de)sentidos a criação da igreja no centro de um núcleo. Isto é, de modo singular o enunciado *centro de um núcleo* temporaliza e desloca-se para a designação de *Centro Histórico da cidade de Cáceres*. Todas essas, enunciações contribuem e justifica que, analisar a planta, nos coloca como semanticistas a dizer da significação dos elementos linguísticos que a integra, e no funcionamento deles ressaltam sentidos memoráveis que historicizam a memória cultural, política, religiosa dos cacerenses e dos mato-grossenses, construída na relação de sentidos com palavras como: *comunidade, consenso, cidades*,

<sup>23</sup> In: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso Ata da Sessão Especial em comemoração ao Centenário da Diocese São Luiz de Cáceres, Realizada no Município de Cáceres, No dia 24 de Junho De 2010, pp. 1-14, ÀS 20:00 HORAS. Presidida, pelo Deputado Aiton Português, com a presença de demais autoridades. Disponível em: < [http://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/docs\\_administrativos/doc\\_1145.pdf](http://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/docs_administrativos/doc_1145.pdf)>. Acesso em:06/09/2021.

<sup>24</sup>Disponível em: < [http://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/docs\\_administrativos/doc\\_1145.pdf](http://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/docs_administrativos/doc_1145.pdf)>. Acesso em: 06/09/2021.

*Diocese, núcleo religioso, família, ou um grupo de famílias na região, reza do terço para atender a população, a chegada do Sr. Padre para rezar a Santa Missa.* Dito isto, o Sr. Padre mostra alguns dos argumentos que justifica a *construção de uma capela* e escola, para que se forme uma cidade.

A cidade de Cáceres, já experimentou diferentes nomes na sua história enunciativa, que a identifica (ram) e (re)significa pela sua nomeação e renomeação até chegar ao nome de Cáceres. Conforme encontramos no presente do acontecimento de um mapa específico, antes da oficialização da fundação desta cidade quando atendia pelo nome Vila Maria do Paraguai, em 1778, este nome Vila Maria do Paraguai, já se apresentava funcionando com o sentido de *Povoação da Capitania do Mato Grosso*, pela relação de significação que tem com outros enunciados que integram este mapa.

Estes acontecimentos, podem revelar que os sentidos da designação *construção* da Igreja transtemporaliza e constitui-se integrados a projetos colonizador, como o Termo de Fundação, cujas práticas enunciativas de acontecimentos que se constituíram agenciados sob enunciações de ordens que “correspondia às instruções da Rainha, ou seja, fundar vila na borda do rio Guaporé ou de outro rio navegável” (CANOVA, 2010, p. 82). Isto significa dizer que diante das “Ordens” de D. Maria I, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, manda fundar Vila Maria na borda do rio Paraguai, às margens esquerda deste. Este Governador e Capitão, em uma Carta de 20 de novembro de 1778, enviada a “Sua Magestade”, assim afirma, “enquanto por aqui medemorar, eu não sessarei de continuallas; em conformidade das Ordens da mesma Senhora, de cuja execução estou encarregado”. Sobretudo, importa ressaltar que as articulações e estratégia política à criação deste povoado de Vila Maria, se deu ainda no reinado de D. José I, com povoadores, instalando pontos militares, destacamentos, postos de fiscalização, neste lugar.

Em Carta de Encaminhamento<sup>25</sup> datada de 25 de novembro de 1778, do 4º Governador da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, a Martinho de Mello e Castro (Secretário do Estado (representante do Reino de Portugal), enuncia o encaminhamento de um mapa específico o “adjunto Mapa da Povoação desta Capitania, respeitante ao ano de 1777”. Podemos considerar que, este documento enuncia a pré-fundação de um Povoado da Capitania do Mato Grosso, ou seja, Vila Maria do Paraguai,

---

<sup>25</sup> Conforme cópia do Documento original do Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa. Fundo: Docs. Avulsos sobre Mato Grosso - Caixa nº 1164. FUFMT/NDIHR. Microficha 274. In: DE SOUSA, Maria Cecília Guerreiro. **Inventário de documentos históricos sobre o centro-oeste: Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos 1.** Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional.

observa-se que nesta Carta, recorta acontecimentos de um passado constituindo anterior a fundação de Villa Maria do Paraguai.

Ainda, conforme teor enunciativo desta Carta, o quarto Governador, diz encaminhar o referido “Mapa”, em conformidade com o que foi estabelecido e determinado no § 12º da Carta Instrutiva, de 13 de Agosto de 1771, Carta esta recebida do Secretário de Estado, ou seja, ministro de D. Maria I. Logo, Luís de Albuquerque, ao finalizar a Carta, deseja que “o Mapa” forneça todas as notícias para o cálculo político, dizendo: “dezejarey que o referido Mapa forneça todas aquellas notícias, que se precisam para o calculo Politico a que ellas se destinam” (Carta, redigida em Vila Bela, 25/11/1778), conforme dito e assinado por, (Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Villa Bella de 25 de novembro de 1778). O teor enunciativo deste acontecimento constitui sentidos a toda a povoação da Capitania de Mato Grosso, sentidos que antecedem a fundação tanto de Vila Maria quanto a fundação de S. Luiz de Cáceres.

Visto que no “Termo de fundação do **novo Estabelecimento** a que mandou proceder o Ilmº e Exemº Srº Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General desta/ Capitania de Mato Groço denominada **Villa Maria do Paraguay**”, datado e assinado em de 06 de outubro de 1778, o lugar determinado para a fundação desta Vila constituía-se como “**Destrito do Rio Paraguay**”. De acordo com este Termo, assim anuncia o Governador:

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1778 aos 6 dias do Mez de Outubro do dito anno, **neste Destrito do Rio Paraguay**, e a margem Oriental dele no Lugar aonde presentemente se dirige a estrada que segue no Cuyabá desde Villa Bella; Sendo presente o Thenente de Dragões Antonio Pinto do Rego e Carvalho, por ele foy dito que tinha passado a este dito Lugar, por ordem [...] para com efeito fundar, erigir e consolidar Povoação civilizada aonde se congregava o omayor numero de moradores possível compreendidos todos os cazaes de Indíos para este Dominios Portugueses da Provincia de Chiquitos que fazem o numero de 78 individuos de ambos os sexos a que juntando se todo o outro numero das mais Pessoas congregadas para o dito fim faz o total de 161 individuos [...] cuja Povoação segundo as ordens do dito Srº sedenominarã de hoje em deante em obzquio ao Real Nome de Sua Magestade = Villa Maria do Paraguay = esperando-se que de semelhante Estabelecimento haja de resultar grande utilidade ao Real Serviço e comodidade Publica;[...] (Termo de Fundação Termo de fundação do novo Estabelecimento denominado Villa Maria do Paraguay, 1778). (Grifos nossos, e Sublinhado conforme Termo original).

No acontecimento de linguagem, dos distintos documentos, podemos observar como um Mapa, uma Planta, um Inventário etc., consiste em um acontecimento importante na **formação, construção e organização histórico, sócio, político, econômico e cultural**, temporalizando diferentes sentidos que historicizam uma cidade, uma região, um Estado, um País. Considerando a grande importância que o Mapa citado, tem na história enunciativa de Vila Maria do Paraguai, vamos no próximo subtópico fazer uma análise inicial, para tanto tomamos o Mapa como corpus, e dele faremos recortes de enunciados para análises da designação de Vila Maria do Paraguai.

#### **4.1.1 Designação de *Villa Maria do Paraguay* integrada no Mapa de toda Povoação da Capitania do Mato Grosso – 1777**

Neste momento tomaremos o mapa/texto intitulado Mapa de toda Povoação da Capitania do Mato Grosso datado em 1777 para observarmos como a designação de Villa Maria do Paraguay ganha novos sentidos no processo de designação que se constituiu neste documento, tomado enquanto um acontecimento de linguagem. Para tanto, este mapa/texto é considerado, neste momento, como um documento estratégico de pré-fundação de Villa Maria do Paraguai, ou seja, um mapa que sintetiza elementos enunciativos centrais e muito significativo que determina sentidos para a cidade de Cáceres – MT. Isso se dá devido a formação do povoado de Vila Maria, anterior ao Termo de Fundação, de 1778.

Como dissemos, trataremos do processo de designação do nome de Villa Maria do Paraguay, este processo é tratado nos trabalhos de Guimarães (2002, 2017, 2018), sendo assim, a designação de uma palavra:

[...] é sua significação enquanto algo próprio das relações de linguagem e também, e por isso mesmo, enquanto uma relação simbólica exposta ao real, enquanto uma relação tomada na história. Deste modo, a designação identifica objetos, tal como diria Rancière (1992) (Guimarães, 2018, p. 153).

Nessa perspectiva, “a designação constitui uma relação com o real pela qual podemos falar dele. A designação é uma relação entre linguagem e o mundo. O mundo tomado não enquanto existente, mas enquanto significado pela linguagem” (2018, p. 154). Dito de um outro modo, por Guimarães (2019, p. 97), a designação de uma palavra tal como vem considerando, “é uma relação da linguagem com o existente. É por esta relação que o que existe toma sentido” e, “é em virtude desta relação de significação que é possível falar do

existente, o que torna possível, inclusive, referir-se a ele. A designação, como a significação em geral, constitui-se pela enunciação. Nessa medida, a designação se dá na prática de linguagem e produz, incessantemente, uma partilha do real, no sentido que esta expressão tem em Rancière (1995))” (Idem).

Para esta análise pinçamos um recorte do texto intitulado “Mapa de toda a Povoação da Capitania do Mato Grosso, e Cuiabá formado sobre as memórias que relativamente fez extrair o Governador e Capitão Luiz d’Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres pa. o ano de 1777<sup>26</sup>”, este texto é um acontecimento de linguagem que determina o processo de constituição da Povoação da Capitania do Mato Grosso, e neste processo há elementos que se articulam de um modo que acaba por condensar toda a Povoação desta Capitania, tal como podemos ver a seguir no recorte seguinte:

**R1-** [A] *Villa Maria do Parraguay. Regº do Jauru etc. [...]* [B] 56 Famílias ou fogos; 33 Meninos de até 7 anos de idade; 31 Meninas da mesma idade; 28 Rapazes de 8 até 15 anos de idade; 14 Raparigas de 8 até 14 anos; 450 homens de 16 até 50 anos de idade; 62 Mulheres de 15 até 40 anos de idade; 19 homens de 50 asnos de idades para cima; 14 Mulheres de 40 anos de idade para cima; 651 Totais que fazem nas referidas precedentes classes; 15 Nascidos no ano de 1777; 16 Mortos no mesmo ano; - Casados também no dito ano”.

Para compreendermos o modo como descrevemos o recorte e posteriormente a isso como faremos a análise a seguir, vale frisar que dividimos este recorte em dois enunciados, sendo o primeiro marcado como [A] que apresenta a nomeação de Villa Maria do Paraguay e o segundo enunciado determinado como [B] no qual veremos um procedimento de expansão do primeiro enunciado [A]. A expansão pode se dar por dois modos, o primeiro deles a enumeração e o segundo por desenvolvimento. “Desta maneira o processo de reescrituração constrói o sentido de palavras e de expressões linguísticas, em virtude do próprio processo com que se dá” (GUIMARÃES, 2018, p. 93).

Para compreendermos como se dá o processo de designação, há de se observar que os enunciados recortados se constituem num espaço de enunciação da língua portuguesa oficial, isto nos leva a considerar que a língua que funciona e agencia os falantes deste espaço de enunciação é o da língua do Império português. Sendo assim, dizemos que a língua que se apresenta no mapa/texto, enquanto prática de linguagem do Governador e Capitão da

---

<sup>26</sup> Cf. Carta, do Governador de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres a Martinho de Mello e Castro, escrita e datada em, Vila Bela, datada de 20 de maio de 1778.

Capitania do Mato Grosso, diz de um acontecimento estatístico sobre a formação da Povoação de toda região da Capitania do Mato Grosso.

Nesse sentido, consideramos que a figura enunciativa que fala neste acontecimento, enuncia agenciado na cena enunciativa segundo caracterizado do lugar que diz L (Locutor) a um LT (Locutário), este é o lugar do dizer do Estado do Brasil, lugar de dizer autorizado a enunciar do lugar da/ou Colônia/Império. Sendo assim, no acontecimento desta cena enunciativa, o Locutor (o lugar que diz) ao enunciar instala-se dividido, enquanto o lugar social de dizer, isto é, constituído por L, que só fala ocupando a posição social de alocutor-x, ou seja, posição de governador/colonizador da colônia portuguesa.

Diante dessas considerações, podemos dizer que o falante que é agenciado pela língua de L, que o constitui enquanto falante colocando-o em litígio com outros falantes a enunciar desse lugar, e a figura enunciativa, nesta cena, é a de enunciador-universal que assim instaura uma relação de alocação com seu correlato um alocutário-x, isto é, um alocutário-secretário Real, ou ainda, alocutário-ministro da Corte. Por conseguinte, o alocutário é assim também dividido na cena.

Nessa medida, o que se enuncia no mapa/texto sobre a formação de toda Povoação da Capitania de Mato Grosso, se apresenta como válido para todos, sobre cada Povoação formada, isto é, significam no funcionamento de linguagem, pela temporalidade própria do mapa. Observemos o nome Vila Maria no fragmento de enunciação. Para compreender melhor, a o funcionamento de sua estrutura, segue a dividiremos em expressões:

- a) *Villa Maria do Parraguay. Regº do Jauru etc*
- b) *[Villa Maria do Paraguai]. Regº do Jauru etc*

podemos fazer as seguintes paráfrases:

a´ *Villa Maria do Paraguay é povoação da Capitania do Mato Grosso criada pelo Regº do Jauru.*

a´´ *Villa Maria do Paraguay é território da Capitania do Mato Grosso.*

Primeiro observemos que a expressão recortada em a), no funcionamento de sua enunciação apresenta duas expressões. De um lado, Villa Maria do Paraguai e, de outro, Regº do Jauru etc., dois territórios nomeados por diferentes lugares, sendo eles o lugar de dizer do Estado e da Igreja (Colônia/Império e a Igreja Católica). Assim, em a) Villa Maria do



Paraguai recorta o memorável religioso, sendo assim, o nome Maria significa nesse acontecimento de enunciação a presença de um discurso da Igreja Católica, Maria é Mãe de Jesus, ainda do lugar de dizer da Igreja, o nome Maria significa o memorável religioso da Invocação do Sagrado Coração de Maria. De outro lado, o nome Maria também recorta o memorável de homenagem ao nome da Rainha D. Maria I, o que indica uma união fidelíssima entre o Estado e a Igreja.

Na estrutura do funcionamento morfossintático da expressão Vila Maria do Paraguai, é possível dizer que a formação nominal Vila Maria, Maria determina Vila, isto sustenta dizer que esta Povoação da Capitania do Mato Grosso tem um nome, Vila Maria do Paraguay, e ainda é predicada pela expressão preposicionada “do [rio] Paraguay”, cujo topônimo em elipse rio dá o sentido de localização de Vila Maria no Mato Grosso. Em b) Reg<sup>o</sup> do Jauru na estrutura do seu funcionamento apresenta a redução “Reg<sup>o</sup>” predicada por “do Jauru”. Neste acontecimento Reg<sup>o</sup> do Jauru recorta o memorável da política de instalação de Registros, uma política de cunho extremamente estratégica, segundo a qual instalava-se “(postos fiscais) em lugares estratégicos no Brasil-colônia, determinada pela Corte portuguesa, a partir do século XVIII (NOGUEIRA, 2016, p. 95)”, este acontecimento, “foi responsável em grande parte pelo aparecimento de povoações no território mato-grossense<sup>27</sup>”. Podemos considerar, portanto, que Reg<sup>o</sup> do Jauru, significa nesse acontecimento a instalação de um Registro na foz do Rio Paraguai, com autorização determinada por um “Tratado” específico, se consideramos que a temporalidade do acontecimento do mapa/texto enuncia “1777”, o memorável do Tratado de Santo Ildefonso.

De outro lado, o nome comum *Villa* se apresenta no acontecimento de linguagem *Villa Maria do Parraguay. Reg<sup>o</sup> do Jauru etc* numa relação de formação nominal constituída agregada a um nome próprio, o qual determina sentido ao nome da Vila, constitui o nome da Villa Maria. Nesse sentido, o que Vila Maria significa neste acontecimento? Uma questão importante se coloca, Vila Maria está numa relação de reescrituração com dois marcos considerados como importantes no acontecimento de demarcação de terras para estabelecimento e criação de vilas no Brasil, ou seja, Vila Maria de um lado está numa relação de articulação por dependência predicado por [rio] Paraguai, e de outro lado com a predicação *Reg<sup>o</sup> do Jauru etc*. Ademais, tanto Vila Maria quanto *Reg<sup>o</sup> do Jauru* estabelecem relações com outras predicções, considerando que o termo “*etc*” que articula com Jauru reescritura

---

<sup>27</sup> Ibidem.

por redução e por condensação outras predicções. Visto que “*etc*” do latim, “*et coetera*”, significa “e outras coisas”.

Podemos dizer que, Villa Maria do Paraguay é determinado por *Reg<sup>o</sup> do Jauru etc*, e neste Mapa significa Povoado do Distrito do rio Paraguai da Capitania do Mato Grosso, cujo se apresenta como um argumento decisivo que justificará o Termo de fundação do Novo Estabelecimento de Vila Maria do Paraguai, como Povoação da Capitania do Mato Grosso, de domínios dos portugueses. Sendo assim, a formação nominal Vila Maria é reescriturada por expansão enumerativa de enunciados neste Mapa, que a predica, e assim ao reescrever acaba atribuindo o sentido de direito a edificação do Povoado a categoria de Vila. Portanto, consideramos que o direito a edificação no movimento semântico enunciativo atribui sentido a Vila Maria, nessa medida, Vila Maria é determinada por [rio] Paraguay, que por sua vez é determinado por *Reg<sup>o</sup> do Jauru etc* e pela enumeração que o reescreve.

Vemos que *Vila Maria* nesse sentido está determinada por [rio] Paraguai e estabelece uma relação de antonímia com *Reg<sup>o</sup> do Jauru etc.*, e ainda Vila Maria é reescriturada por condensação por *Mapa de toda povoação*. Além disso, Vila Maria estabelece relações com outras predicções considerando que “*etc*” que articula com *Reg.<sup>o</sup> do Jauru* reescritura por redução outras predicções.

Para prosseguir vamos tomar uma sequência enumerativa parte [B], do recorte 1:

[B] 56 Famílias ou fogos; 33 Meninos de até 7 anos de idade; 31 Meninas da mesma idade; 28 Rapazes de 8 até 15 anos de idade; 14 Raparigas de 8 até 14 anos; 450 homens de 16 até 50 anos de idade; 62 Mulheres de 15 até 40 anos de idade; 19 homens de 50 anos de idades para cima; 14 Mulheres de 40 anos de idade para cima; 651 Totais que fazem nas referidas precedentes classes; 15 Nascidos no ano de 1777; 16 Mortos no mesmo ano; - Casados também no dito ano.

Vejamos que as expressões que surgem no enunciado [B] podem ser compreendidas, de um modo particular, como uma reescritura por expansão que se dá num processo de definição. Isto é todas as expressões linguísticas apresentadas determinam o sentido de Villa Maria do Paraguay, visto que ao enunciar esses elementos no mapa/texto enquanto constitutivos do quadro populacional que se forma a partir da definição do que significa Villa Maria do Paraguay.

O que justifica dizer desse modo, é o engajamento do falante agenciado pela língua do lugar social de alocutor-governador. Ou seja, o locutor ao enunciar a enumeração está

dizendo que Vila Maria do Paraguay tem todas as características necessárias para erigir novo Estabelecimento, além do nome da Rainha, o povoado tem “651 Totais que fazem nas referidas precedentes classes”, o que justifica a Fundação de Vila Maria do Paraguai. Ou seja, a Vila tem todos os precedentes que fazem esse total, tem Família ou fogos, constituídos de Meninas, Rapazes, Raparigas, homens e mulheres. Conforme Guimarães (2018, p. 99) “A argumentação significa, na cena, pelo agenciamento do falante a enunciar”.

Então, podemos considerar que Vila Maria significa pela designação de uma paráfrase Mapa toda Povoação formada pelo Registro do Jauru:

*b' fazem toda povoação do destacamento de Vila Maria da Capitania do Mato Grosso. Portanto, este destacamento tem as características para fundação da Vila Maria do Paraguay.*

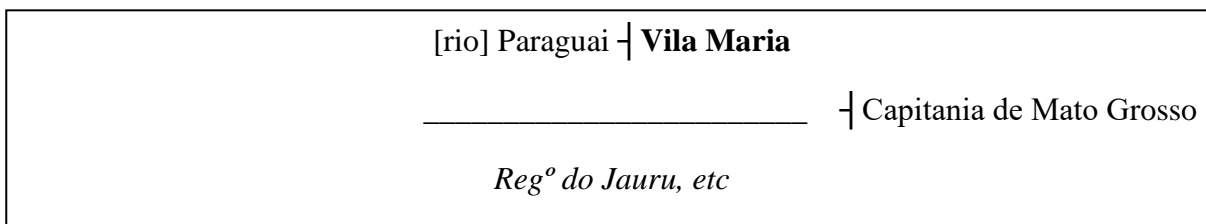
Sendo assim, no presente do acontecimento deste mapa específico, abre para lembranças de acontecimentos onde vemos o nome Vila Maria do Paraguai, funcionando com o sentido de *Povoação da Capitania do Mato*, pela relação de significação com outros enunciados, que se deram antes da oficialização da fundação de Vila Maria do Paraguai, em 1778, segundo o qual projeta uma latência de futuro que se configura e se constitui a partir do Termo de Fundação do novo Estabelecimento denominado de Villa Maria do Paraguay, sob a ordenação de um Mestrado da Ordem de Cristo, em 06 de outubro de 1778, segundo o qual Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General da Capitania do Mato Grosso, dá ao Tenente de Dragões Antonio Pinto do Rego e Carvalho, o Termo de Fundação e a Planta de Fundação de Villa Maria do Paraguay, simultaneamente, com o risco da plantografiaenunciativa da Vila, com todos os procedimentos e risco de tudo quanto tinha neste lugar, a saber para a fundação desta Vila.

À vista do que sondamos aqui, podemos sintetizar a análise com a “*operação enunciativa de atribuição de sentido* (determinação semântica)<sup>28</sup>”, seguinte **DSD**:

---

<sup>28</sup> Ver Guimarães (2018, p. 86)

## DSD



Onde se lê: Vila Maria é determinado por [rio] Paraguai e apresenta uma relação de antonímia com o nome Reg<sup>o</sup> do Jauru e etc. Capitania de Mato Grosso é determinada por Villa Maria do Paraguay e por Reg<sup>o</sup> do Jauru e etc.

Nesta análise, foi instigante observar, que o Mapa de toda povoação da Capitania de Mato Grosso de 1777, se constitui por ser um documento inédito, segundo o qual, possivelmente, Luiz de Albuquerque, para produzi-lo tenha visitado os textos de Giovanni Botero. Visto que a produção do mapa se dá do ponto de vista histórico-geográfico romano, conforme enuncia Descendre (2015, p. 73-74) “somente o texto de Botero é inédito e constitui um documento original; ao mesmo tempo complementar e marginal em relação às *Causas da grandeza das cidades*, esse ensaio de cálculo da população romana a partir dos dados do censo fornecidos pelas fontes antigas (principalmente Tito Lívio, Flocus e Dioniso de Halicarnasso)”, segundo o autor “chama a atenção sobre um dos aspectos centrais do livro de Botero: a noção de população abordada pelos termos *popolo*, *abitanti* ou *gente*<sup>29</sup>” (Ibidem).

Ainda segundo Descendre, “A grandeza é algo bem mais concreto e prosaico do que a magnificência: ela consiste na multidão e na potência” (Idem). Assim, convido-os ao próximo subtópico para o desafio de sondar a expressão Plano do terreno para a dita Villa, na textualidade do Termo de Fundação, ou seja, um texto “geográfico e político imediato” (Cf. DESCENDRE, 2015, p. 75), que favorece as ordens da primeira planificação de Vila Maria do Paraguai.

---

<sup>29</sup> Itálicos do autor.

#### **4.2 Planta-Texto: traços e contornos que significam a projeção de uma Igreja na *Planta de Villa Maria do Paraguay, de 1778***

Em análise no item anterior, consideramos o nome Vila Maria, integrado ao texto específico (Mapa de toda Povoação da Capitania de Mato Grosso [...] 1777). Sendo assim, no subcapítulo 4.2, procuramos avançar e fazer análises sobre a relação da designação de elementos linguísticos e não linguístico na relação com a planta, que a tomamos como planta-texto, por considerá-la como um “acontecimento que faz a diferença na sua própria ordem” (GUIMARÃES, 2017). Para isso, antes faremos uma síntese, tomaremos alguns acontecimentos que serão importantes para compreendermos o processo de fundação da vila.

Nessa direção, consideramos que no processo de fundação de vilas, no domínio compreendido colonial, alguns acontecimentos foram fundamentais, por exemplo, os Termos de Fundação, Atas, Cartas Régias entre outros, os quais integram elementos de linguagem que orientam sobre os passos para edificar as estruturas do espaço urbano. Seguindo os documentos e as normativas deste período colonial, o governo de Luiz de Albuquerque segue esses parâmetros e modos de operar deste governo que incide ao próprio modo no qual este colonizador foi agenciado, uma vez que, uma de suas formações é a de cartógrafo. Segundo Andrade (2018, p. 265), “as Carta Régias de fundação” desse período apresentam “elementos sobre a forma dos elementos estruturantes do espaço urbano, na maioria das vezes inspirado num desenho medieval português” (Ibidem). Além dessa questão, buscava-se “imprimir um modelo de urbanização português para as aplicações das próprias leis do reino” (Idem). Como se observa, os modelos e leis, foram transplantados através do atlântico para o Brasil.

Portanto, os documentos normativos a exemplo, dos regimentos, “eram emitidos por autoridades superiores para estruturar a jurisdição de cargos régios vinculada a determinação de espaços” (FONSECA, 2018, p. 1853)”. Tais documentos também exerciam “a função de servirem como instruções para a governação”. Ou seja, os enunciados, os traços e contorno, os elementos que integram o acontecimento de linguagem da planta, cujo sentido designativo da projeção da Igreja numa planta-texto, não estão aí enunciados, integrados e articulando-se entre si atribuindo sentidos aleatoriamente, eles significam os interesses governamentais, pelo agenciamento de prática de linguagem específicas.

De acordo Zattar (2016) “A política de criação de vilas no Brasil:

[...] foi instituída no reinado de D. Pedro II (1667-1706), continuou com D. João V (1706-1750) e se manteve com D. José (1750-1777), através de Cartas Régias e

Instruções encaminhadas ao Vice-Rei do Brasil, para que as autoridades de todas as regiões fundassem vilas “naquelas que fossem mais convenientes e *que a elas se congregassem* todos os vadios e dispersos ou quem vivem em sítios volantes, para morar em povoações civis”<sup>30</sup> (ZATTAR, 2015, p. 156).

Neste quesito, o Estado Português se articulava de todos os lados para a implantação, organização e fundação de núcleos urbanos. Esta política de fundação, sobretudo, aplica-se à fundação de Villa Maria do Paraguai. Conforme os documentos, observa-se que a Coroa Portuguesa instituiu um modelo colonial para fundar esta vila. Por conseguinte, com a implantação da Vila, toda povoação acabava submetida a uma legislação específica de colonização, reproduzida nas plantas, conforme orientações designadas e determinadas em suas Cartas Régias. Sendo assim, para a análise, tomamos como *corpus* a *Planta de Vila Maria do Paraguay*, levada ao estudo da significação, considerando os enunciados que a integra, os quais significam na relação de integração do enunciado à planta-texto. Neste sentido, para avançarmos mais um pouco, consideramos decisivo trazer uma unidade de significação que de modo específico descreve, determina e fundamenta a “Planta de Villa Maria do Paraguay”. Isto é, o texto, “Termo de Fundação de 1778”, conforme segue:

Termo de fundação do novo Estabelecimento a que mandou proceder o III. mº e Ex.mº S.or Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, Governador e Capitão General desta / Capitania de Mato Groço denominada Villa Maria do Paraguay.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1778 aos 6 dias do Mez de Outubro do dito anno, neste Destrito do Rio Paraguay, e margem Oriental dele no Lugar aonde presentemente se dirige a estrada que segue no Cuyabá desde Villa Bella; Sendo presente o Thenente de Dragões Antonio Pinto do Rego e Carvalho, por ele foy dito que tinha passado a este dito Lugar, por ordem do *III. mº e Ex.mº S.or Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres*; Governador e Capitão General desta Capitania de Mato Groço para efeito fundar, erigir e consolidar huma Povoação Civilizada aonde se congregarem todo o mayor numero de moradores possível comprehendidos todos os cazaes de Indios Castelhanos proximately dezertados para estes Dominios Portuguezes da Provincia de Chiquitos que fazem o numero de 78 proveniente indivíduos de ambos os sexos a que juntando se todo o outro numero das mais Pessoas congregadas para o dito fim faz o total de 161 individuos de ambos os Sexos; cuja Povoação segundo as ordens do dito S.or sedenominará de hoje enteante em obzequio ao Real Nome de Sua Magestade=Villa Maria do Paraguay = esperando-se que de semelhante Estabelecimento haja de resultar grande utilidade ao Real Serviço e comodidade Publica; e porque **suposto o Plano do terreno para a dita Villa se acha com alguma disposição para continuar a fundar-se com regularidade; comtudo como alguns dos alinhamentos não estão conforme ao projecto da boa Policia** como deveriaõ ser determinou ele dito Thenente a todos os moradores em nome de Sua Ex.ca, que deixando de fazer mais algú beneficio a varias Cabanas existentes, so nellas assistissem em quanto **se fabricavam cazas no novo arruamento que lhe fica prescrito, e batizado por ele Thenente** com Marcos sólidos de pau de Ley; sendo obrigados a não excederem nem deminuirem a dita construção na altura de 14

<sup>30</sup> Conforme citado por Zattar, este é um “trecho da carta do Conde de Oeiras, in Maria Fernanda Derndt, 2010, p. 01.

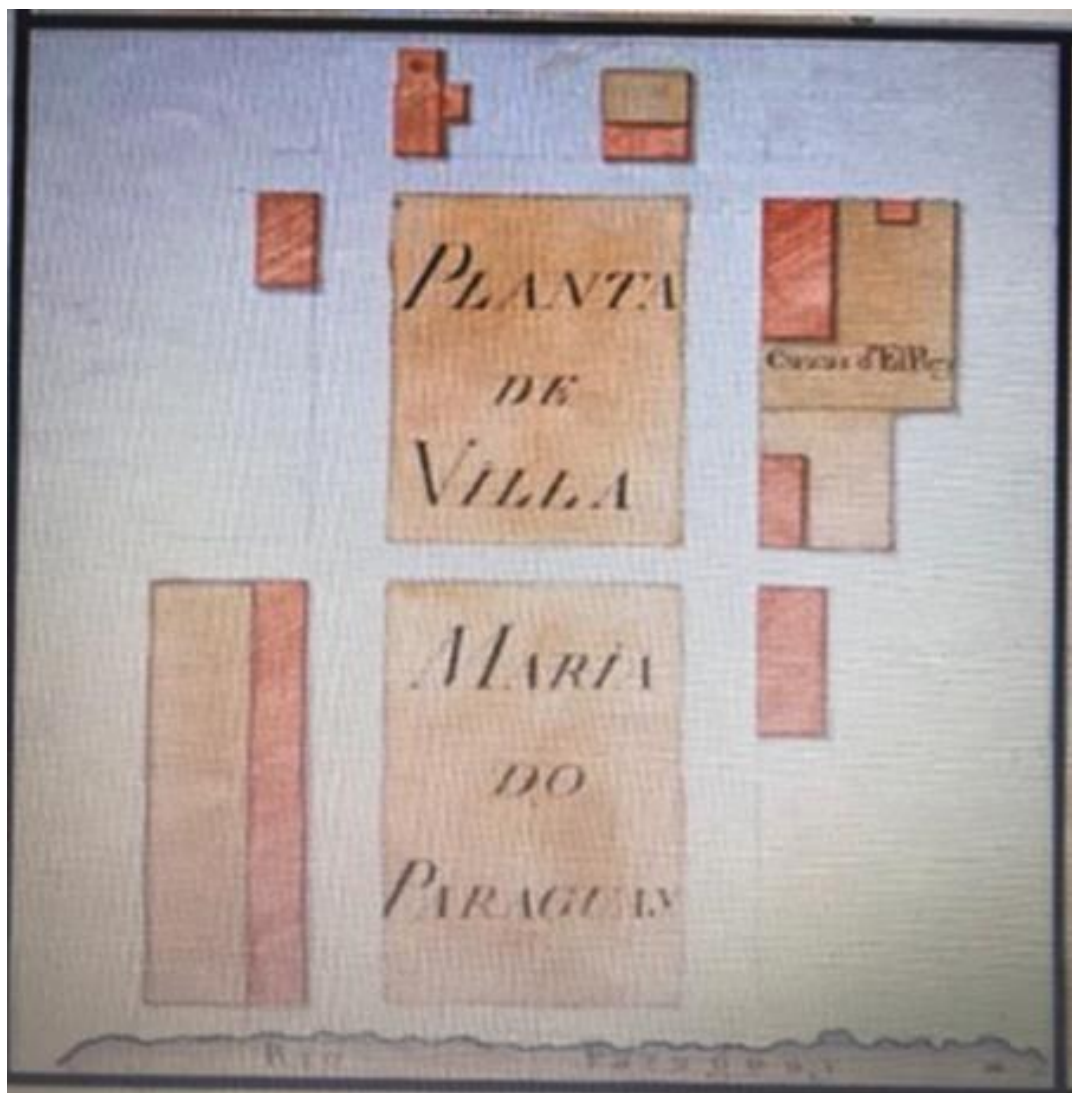
palmas de pé direito na frente de todas as cazas que se levantarem e 24 plamos de altura no Cume: Outro sim determinou / que precisamente chamariam para regular os ditos pes direitos ao Carpinteiro Joaõ Martins Dias, e na falta deste, outro algum inteligente no Ofício afim de conservar sem discrepância / segundo orisco a largura de 60 palmos de ruas que estão asinadas por ele dito Thenente; cujas actualmente demarcadas, e balizadas teraõ os seguintes nomes a saber a primeira contando do Norte= Rua d´ Albuquerque = a imediata para o Sul= Rua do Mello = as quaes ambas vaõ desembocar na Praça e cada huma dellas fas face amesma do Norte e do Sul; assim como também as traveças de 30 palmos que dividem os quarteis da ditas ruas, e se denominaraõ estas travessas = A primeira contando do Poente para o Nascente = Travessa do Pinto = e a que se segue contando também para o Nascente = Travessa do Prego = **e no alto da Praça da mesma banda do Nascente cujas frentes fica riscada entre as ruas e travessas com 360 palmos cujo numero tem também as mais quadras poderaõ os moradores erigir a sua igreja por ficar a Porta principal della para o Poente como detreminam os Rituais; e o terreno desta frente da Praça por agora não ocuparaõ em cazas, deixando-o livre para as do Conselho, e Cadea quando se deverem fabricar.** Cada morada dos ditos povoadores não terá mais de cem palmos de comprimento para quintal que lhes ficam determinados para o centro de cada hum dos quarteis. O que tudo assim executado pelo dito Thenente de Dragoes na presença de todos os moradores mandou a mim Domingos Ferreira da Costa Fiel deste Registro que servindo de Escrivaõ fizesse este Termo para constar do referido, o qual asinou com as testemunhas seguintes Leonardo Soares de Souza homem de negocio; Inacio de Almeida Lara, Joaõ Marques d´Avilla; Inacio Jose Pinto, Soldado Dragaõ; Manoel Gonçalves Ferreira, Soldado Dragaõ Antonio Pereira de Matos; Antonio da Costa Rodrigres Braga; Antonio Xavier de Moura; Antonio Teixeira Coelho; e eu Domingos Ferreyra da Costa Fiel deste Registro que escrevy o Thenente de Dragoes Comandante Antonio Pinto do Rego e Carvalho.

(ass) Luíz d´Albuquerque de Mello Pereira e Caceres (Termo de Fundação, 1778) (Grifos nossos).

Levar em consideração este acontecimento de enunciação, isto é, o “Termo de fundação do novo Estabelecimento” de Villa Maria do Paraguay, nos possibilita dizer que a “Planta de Villa Maria do Paraguay” reescreve a descrição do Termo por condensação, visto que, o Termo descreve a Planta. Interessante dizer que, a assinatura de Luiz de Albuquerque, no final do texto, não significa “um apêndice personalizado de um discurso, mas a marca de sua identidade, o nome próprio que põe juntos os nomes próprios e os nomes comuns, as palavras e as coisas, a ordem dos seres falantes e a dos objetos de conhecimento” (RANCIÈRE, 2014, p. 11-12). Assim, da posição do autor, podemos dizer que o nome ao identificar sujeitos e objetos “dá si mesmo um *status* de ciência e significa-o”.

Nesse sentido, consideramos na cena enunciativa da Planta de 1778, que há uma figura enunciativa que fala neste acontecimento, agenciado do lugar que diz L (Locutor) a um LT (Locutário), do lugar do dizer instituído do Estado, autorizado a falar do lugar da/ou Colônia/Império. Nesta cena enunciativa, o Locutor (o lugar que diz), instala-se dividido, enquanto o lugar social de dizer, que fala ocupando a posição social de alocutor-x (governador/colonizador português). E neste caso, o falante é agenciado deste lugar pela língua do colonizador, que o coloca em litígio com outros falantes a enunciar desse lugar, a

figura enunciativa que aí fala é a de enunciador-universal, que assim instaura uma relação de alocação com seu correlato um alocutário-x. Desse modo, o alocutário-Tenente de Dragões da guarnição de Vila Bela, é apresentado na cena como aquele que diz agenciado a dizer de um lugar de enunciador coletivo, cujo agenciamento enunciativo do governador alude sobre o dizer, que “**por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo** Senhor Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres”, enunciado no Termo de Fundação (1778), determinou “ele dito Tenente **a todos** os moradores em nome de Sua Excelência”, destinado a fundar Vila Maria do Paraguai.



292- Cáceres (Vila Maria do Paraguay) – 1778

**Figura 8** – Planta-Texto - “PLANTA DE VILLA MARIA DO PARAGUAY”. Autor: não identificado. Fonte: Detalhe de um original manuscrito pertencente à família Albuquerque, que integra o acervo da Casa da Planta da povoação fundada em 1778, por Casa da Ínsua – Portugal. Disponível em:

<http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-mato-grosso/>. Acesso em: 30/06/2020.



Conforme o acontecimento de enunciação, Luís de Albuquerque determina ao Tenente de Dragões Antônio Pinto do Rego e Carvalho a “fundar, **erigir** e consolidar uma povoação civilizada, com condições de futuro desenvolvimento”. Mas para isso, o Tenente de Dragões teve como dever: “fazer observar rigorosamente a demarcação do risco (projeto) de arruamento, casas, praça e travessa, e **locais determinados para a igreja**, quartéis, casas do Concelho e cadeia” (Termo de Fundação, 1778). Nesta perspectiva, a planta-texto, apresenta uma relação do linguístico e não linguístico, nesta relação os riscos enquanto linguagem são marcas determinadas para a demarcação do espaço (elementos visuais geométricos do espaço). Dessa maneira, os elementos geográficos no acontecimento de linguagem funcionam e constituem sentidos do lugar de algo a ser projetado, como uma latência projetiva de futuridade determinados, por exemplo, à construção da Igreja. Ademais, os riscos se cruzam com nomes, ambos integrados ao texto. Nesse sentido, os riscos (elementos visuais geométricos do espaço), e os nomes, palavras, e outros, são marcas textuais na planta-texto, isto significa, e, é especificado no/pelo agenciamento do Estado.

De acordo com Luiz de Albuquerque, as demarcações são “Rituais religiosos”. Neste sentido, as demarcações são constituídas, determinadas e afetadas pelo agenciamento político. Este agenciamento político é configurado no embate de diferentes línguas e diferentes falantes no próprio espaço de enunciação da Igreja Católica. Nessa direção, as demarcações significam enquanto práticas sociais, práticas de linguagem afetadas pelas práticas dos “Rituais religiosos” desse espaço político, isto é, “descritos no projeto estabelecido para a construção de casas, de ruas, praça e travessas”. Portanto, deste projeto de construção, faz parte a Planta de Fundação de Vila Maria do Paraguai. Assim, pede-se que: “no alto da Praça da mesma banda do Nascente cuja frente fica riscada entre as ruas e travessas com 360 palmos cujo número tem também as mais quadras poderão os moradores erigir sua igreja por ficar a Porta principal dela para o Poente **como determinam os Rituais**”.

Como prática administrativa do governo de Albuquerque, as cartas e termos quase sempre se constituíam de seus anexos. Como diz Guimarães (2017, p. 58), “o espaço do homem só é espaço enquanto historicamente determinado, e a linguagem o designa neste processo histórico”. Ou seja, conforme instrução enunciativa no Termo de Fundação, “**o Plano do terreno para a dita Villa**”, apresenta determinações que “se acham com algumas disposições para continuar a fundar-se com regularidade” (Idem).

Para o que nos interessa neste subcapítulo, faz-se necessário observar, as Ordens dada por Luiz de Albuquerque que diz “**neste Destrito do Rio Paraguay**, e margem Oriental **dele** no Lugar aonde presentemente se dirige a estrada que segue no Cuyabá desde Villa

Bella” (Ibidem). Com o argumento de “Comodidade Pública” e o “projeto da boa Política”, determina ao Tenente de Dragões que em nome de “Sua Excelência” pedia que se fizesse Cabanas enquanto se construía as casas “no novo arruamento que lhe fora prescrito”, ou seja, o Termo e a Planta da Villa.

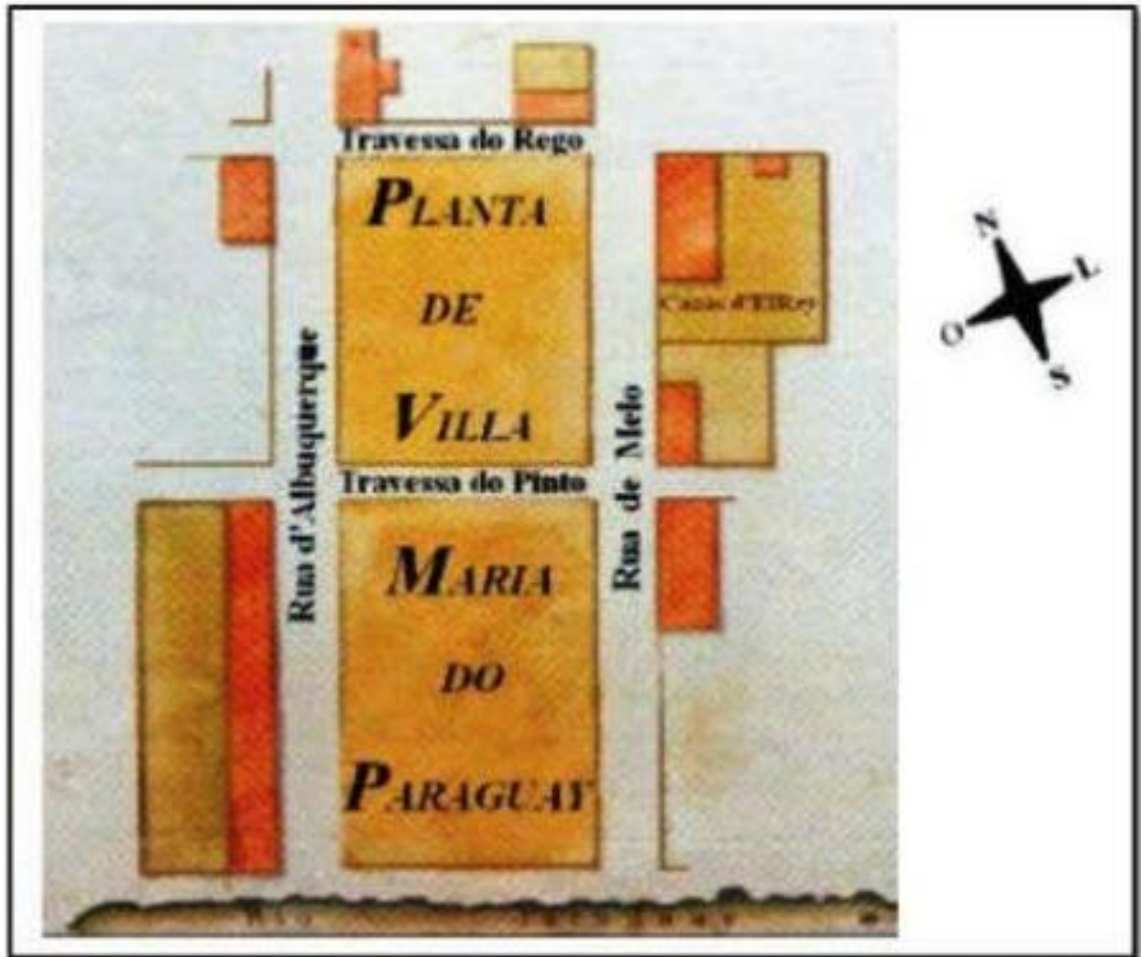
Desse modo, os marcos foram feitos com “pau de Lei”, sendo que os demarcadores eram obrigados a não excederem as regras de demarcação: “construção na altura de 14 palmos de pé direito na frente de todas as casas que se levantarem e 24 palmos de altura no Cume”. Além disso, deveriam chamar “para regular os ditos pés direitos ao Carpinteiro Joao Martins Dias, e na falta deste, outro algum inteligente no Ofício afim de conservar sem discrepância segundo o risco a largura de 60 palmos de ruas” (Termo de Fundação, 1778). Assim foram demarcados e balizadas, cujos primeiros nomes das ruas de Vila Maria do Paraguai, foram:

[...]a primeira contando do Norte = Rua d’Albuquerque = a imediata para o Sul = Rua de Mello = as quaes ambas vão desembocar na Praça e cada huma delas fas face amesma do Norte e do Sul; assim como tambem as traveças de 30 palmos que devidem os quarteis das ditas ruas, e se denominaraõ estas travessas = A primeira contando do Poente para o Nacente = Traveça do Pinto = e a que se segue contando tambem para o Nacente = Traveça do Prego = **e no alto da Praça da mesma banda do Nacente cuja frente fica riscada entre as ruas e traveças com 360 palmos cujo numero tem tambem as mais quadras poderaõ os moradores erigir sua igreja por ficar a Porta principal della para o Poente como detreminam os Rituais; e o terreno desta frente da Praça por agora não ocuparaõ em cazas, deixando-o livre para as do Conselho, e Cadea quando se deverem fabricar.** Cada morada dos ditos povoadores não terá mais de cem palmos de comprimento para quintal que lhes ficam determinados para o centro de cada hum dos quarteis. [...] (ass) Luíz d’Albuquerque de Mello Pereira e Caceres (Termo de Fundação, 1778) (Grifos nossos).

É significativo observar que na Planta de Fundação, de 1778, não aparece os nomes de ruas integrados ao texto da planta, e não há presença da escala da Rosa dos Ventos. Estes elementos serão inseridos na planta-texto em 1785, quando a planta-texto de 1778, é retomada e reescriturada por substituição. E essa substituição se dá de um modo de dizer particular, isto é, para a definição e nomeação das Ruas já demarcadas e determinadas significadas pelos espaços vazios da/pela primeira planta-texto.

Os espaços vazios significam em/pelos riscos que constituem a textualidade da planta, constituídos na sua própria temporalidade, em que o passado no presente do acontecimento abre a perspectivação projetiva de uma latência de futuridade, que significa na/pelas marcas do Estado. Nesta medida, a Planta de Villa Maria do Paraguay, enquanto linguagem textualiza práticas enunciativas específicas de demarcações e construção do espaço, que retomam o memorável Colonial, e por ele significa.

Por conseguinte, o nome das três vias passa a integrar a Planta de Villa Maria do Paraguay. Conforme segue:



**Figura 9** – Planta-Texto - Planta de Vila Maria do Paraguay. Nomeação das Ruas, 1785. Acervo de Luís de Albuquerque. Casa da Ínsua. Portugal. (NDIHR/UFMT, Microficha, 273). In: SOUSA, José Maria. Manuscritos de Villa Maria: Edições FAC-SIMILIAR E SEMIDIPLOMÁTICA (2013. p. 115)

A Planta de Villa Maria do Paraguay, de 1785, apresenta uma textualidade enunciativa geográfica diferente da textualidade da planta-texto de 1778. Pois, além de textualizar os riscos e traçados, ela textualiza os nomes de duas ruas, e os nomes de duas Travessas. A relação desses nomes na planta-texto, significam não só o início do processo de nomeação das ruas e travessas do/no espaço da Vila, bem como significam as mudanças operadas no espaço de enunciação, operados pela própria ordem dos acontecimentos, os quais apresentam temporalidades que os especificam. Ou seja, isto marca a perspectivação de latência de futuro, latência que provoca projeções de novos acontecimentos no espaço político, onde operam em relações de convivalidades divididas pela disparidade própria deste

espaço. Sendo assim, outros sentidos se constituem na transversalidade da planta-texto, dividindo o real como rural/urbano.

De um lado, as nomeações, neste espaço, enunciam a presença sócio-político-administrativo de cidadãos que participaram no processo de colonização do território de Mato Grosso, identificados como cidadãos portugueses, uma vez que as enunciações dos sobrenomes recortam o memorável de sobrenomes de colonizadores portugueses no Brasil, neste caso, especificamente em Mato Grosso. Os sobrenomes “d’Albuquerque” e “de Melo” determinam os nomes de Ruas e os nomes de Travessas em Vila Maria do Paraguai. Estes sobrenomes operam na relação com nomes de militares, ocupantes de patentes hierárquicas como: Governador e Capitão General, Tenente de Dragões e Comandante, designativos de Ordens Militares Reais Portuguesas, determinados pela Igreja Católica.

A textualização dos nomes de Ruas e de Travessas na planta-texto, significa a configuração de modos de dizer, de identificar, de controlar e de dominar a população, num passado onde os falantes foram silenciados a professar crenças diferentes dos ensinamentos cristãos, regido pelo Santo Ofício. Acrescentamos, “de Melo” traz o memorável de “Inquisição”, sentido que se dá na relação deste sobrenome nas relações que se estabelecem no conjunto de outros elementos, e de outros nomes que significam acontecimentos distintos que recortam sentidos no seu passado e futuro. Por exemplo, se voltarmos o olhar para a História, as enunciações do sobrenome “de Melo” significam no movimento de sentidos que retoma como memorável o que diz o nome D. José Maria **de Melo**, do qual faz parte. Visto que, este nome estabelece sentido na relação de oposição com o aposto, bispo do Algarve, Inquisidor Geral de Portugal (1790).

Observemos, os nomes “Rua d’Albuquerque” e “Rua de Melo” são nomes de ruas constituídos determinados de sobrenomes, que recortam memoráveis de famílias que se fizeram presentes no processo de colonização e ocupação de Villa Maria, temporalizado na Capitania de Mato Grosso. Os sobrenomes “d’Albuquerque” e “Melo”, estabelecem relações de articulação com o nome Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, este nome, por sua vez, também significa na articulação com a predicação quarto Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso, e Comandante de Vila Maria do Paraguai. Neste sentido, as nomeações das duas ruas levantam rememorações de enunciações outras, no presente do acontecimento do dizer, na planta-texto, que constituem sentidos de homenagens tanto à família “de Albuquerque” quanto a família “de Melo”.

Além disso, vemos um aspecto interessante, o nome “Rua d’Albuquerque” aparece textualizado na planta-texto de *S. Luiz de Cáceres*, substituído e renomeada pelo nome (8 ‘‘

“ Direita), ou seja, a Rua da Direita (na lateral direita da Catedral São Luiz), que atualmente tem o nome Treze de Junho. O nome “Rua de Melo” também aparece textualizado na planta-texto de *S. Luiz de Cáceres*, substituído e renomeada pelo nome (9 “ “ da Formosa), ou, pode-se ler Rua da Formosa (à esquerda da Catedral São Luiz), hoje, renomeada de Rua João Pessoa.

Interessante destacar que os nomes, Rua da Direita e Rua da Formosa, aparecem integrados de formas diferentes na textualização da planta de *S. Luiz de Cáceres*, de 1876. Do ponto de vista da enunciação, dizemos: há modos de dizer e modos de identificar as ruas, no acontecimento de linguagem, específico. Sondar o interior da planta-texto, nos leva a dizer que há enunciados-números que se articulam à legenda, e assim designam o lugar e o nome da rua. Portanto, os enunciados-números são modos de dizer e de designar algo. A legenda é um modo explicativo de dizer e significar a planta-texto. Desse modo, a legenda não é uma mera etiqueta que apresenta dados da planta-texto, ela é uma unidade de significação, ela constitui diferentes modos de relações de articulação e reescrituração no funcionamento da planta-texto. Então, podemos dizer que os enunciado-número identificam na legenda, nesse caso, o nome de rua, por exemplo, a expressão “9 “ “ *Formosa*”, visto que os sinais “ “ “” significam que há uma reescrituração por elipse, que significa a retomada “”Rua da”. Isto, pode ser confirmado ao reportar-se à análise no subcapítulo: *Planta-Texto de S. Luiz de Cáceres de 1876: designação enunciativa e múltiplas temporalidades*.

Outro movimento semântico se levanta, o da nomeação das Travessas. Sobre esta nomeação, consideramos a hipótese de que o nome “Travessa do Rego” e “Travessa do Pinto”, retoma enunciações passadas constituídas no espaço de enunciação colonial temporalizada em 1785, sob objetivos de nomeações das principais ruas e travessas de Vila Maria do Paraguai. Nesse sentido, a Travessa do Rego e a Travessa do Pinto, este acontecimento de nomeação significam as ligações e acessos entre as duas ruas principais transversais. Sobretudo, a nomeação das “Travessas” estabelecem relações de sentidos com o sobrenome que constitui o nome Antônio Pinto do Rego e Carvalho, visto que, “do Rego” e “do Pinto” atribuem sentidos de homenagem, ao Tenente de Dragões (Soldado de Cavalaria Real), o qual por ordem de Luiz de Albuquerque, foi designado a fundar, erigir e consolidar a formação de uma Povoação, considerada civilizada, esta Povoação por ordem do quarto Governador e Capitão da Capitania de Mato Grosso, foi nomeada de Villa Maria do Paraguay, em homenagem ao Real nome da Rainha. Outra hipótese da nomeação da “Travessa do Pinto”, pode constituir a homenagem ao senhor Luís Pinto de Souza Coutinho, primeiro Visconde de Balsemão, título honorífico herdado com Grandeza, pela posição social de

político português. Ademais, esta homenagem deve-se ao seu mandato de governador da Capitania de Mato Grosso, entre mil setecentos e sessenta e nove a mil setecentos e setenta e dois.

A nomeação e renomeação na planta-texto determina e constitui sentidos ao cumprimento do que foi rezado no Termo de Fundação, pelo Governador da Capitania, ou seja, a textualização dos nomes na planta-texto enuncia a projeção do novo, isto é, a fundação do Novo Estabelecimento da Vila Maria do Paraguai. Nesta direção, as nomeações descritas no projeto estabelecido para a construção de casas e demarcações de ruas, praças e travessas e outros, são nomeações dos espaços que enunciam e mostram a presença do cidadão que nomeia a Vila Maria. Isso, significa que a latência de futuridade projetada no acontecimento do projeto de construção, constituiu uma nova latência de futuridade, e no movimento de disputas de divisão de línguas e falantes, deste espaço de enunciação, aparece a divisão do rural/urbano, que enunciam o memorável de demarcação e projeção do novo espaço de Vila Maria.

Mas, vamos nos dedicar a análise da planta-texto de fundação de 1778. Então, começemos com uma análise curiosa sobre as cores que se faz presente, neste texto, se voltarmos a análise a qual tratamos do Tratado de limites, podemos dizer que as cores, recorta o memorável da união entre Portugal e Espanha, visto que, as cores estão aí significando a distinção heráldica dos brasões e armas, que os identificam, ou seja, a bandeira. Para exemplificar, recorreremos às palavras de Barroso (1941, pp. 202-203), que ao falar da chegada de Colombo, diz: “num socalco de barro duro, a bandeira esquartelada de Fernando e Isabel desdobrou ao vento matutino numa nova terra as suas **cores heráldicas: o vermelho atupido de torres e o amarelo inçado de leões**”, e “em torno, marujos fatigados e homens de armas emagrecidos se ajoelhavam, enquanto a indiana bronzeada passava diante da cerimônia maravilhosa que marcava o novo rumo de seu destino” (Ibidem).

Em outra abordagem, as cores são consideradas Símbolos Heráldicos Nacionais “sobre o fascinante mundo da linguagem sintética dos símbolos” (LUZ, 2005, p. 19). Por exemplo, de acordo com Luz (2005), o Tope da época de D. Maria I, figura o vermelho e azul. As cores designam o distintivo, cujos significado das cores servem “para representar um grupo, um povo ou uma nação, tem sempre profundas raízes históricas que a tradição mantém vivas” (Op. Cit., 2005, p. 21). Cabe destacar que, D. Maria I, era filha mais velha de D. José I, com a infanta Mariana Vitória, vinda de tradição de linhagem da Espanha. Ou seja, Mariana Vitória de Bourbon, filha de Filipe V da Espanha e de sua segunda esposa Isabel Farnésio. D.

Maria I, era uma católica fervorosa, casou-se com seu tio, D. Pedro de Bragança, para a perpetuação da tradição que consistia na unicidade da linhagem dos Bragança.

Vale destacar que ao tomarmos a planta enquanto texto, analisamos todo o conjunto que para nós é compreendido enquanto elementos que se articulam para a constituição dos sentidos dessa unidade de significação, a planta-texto. Nessa medida, é importante destacar a importância e presença do Rio Paraguai, o qual margeia toda a extensão da vila, elemento determinante para formação do povoado da vila.

O rio tomado enquanto símbolo de identidade local e regional traz também o sentido de pertencimento de um marco de demarcação natural. Sendo assim, ao construir uma vila às margens do rio, significa considerar a expansão territorial, uma vez que o rio perpassa os traços fronteiriços e assim se constitui enquanto elo e trilha de chegada e partida. Nesse sentido, o Rio Paraguai significa ao ponto de ser retomado no dizer da nomeação da vila. Uma vez que ao nomear Villa Maria do Paraguai, o alocutor-fundador toma como memorável desta enunciação o rio e não o país latino, construindo assim essa relação de pertencimento e identidade.

Uma característica a observar é que, neste acontecimento não estão enunciados os nomes das duas ruas e o nomes das duas Travessas, embora estão enunciados no Termo de Fundação. É importante destacar que esta planta-texto, constitui-se enquanto um anexo deste Termo, segundo o qual está todas as instruções para organização-administrativa da vila.

Ao pensarmos nesta organização administrativa da vila, é interessante observar que a Igreja ainda não estava construída. Mas é possível dizer que, já há nesta planta-texto o lugar de projeção para sua construção. Para dizer este acontecimento, estabelecemos relação com Matos (2011), tendo em vista que, a planta-texto integra elementos que a constitui afetado pelo memorável do Ritual da Igreja.

Por outro lado, procuramos dizer, o que designa o sentido de vila? O que determina o lugar para a construção da Igreja? Para nós, há no acontecimento enunciativo desta planta-texto, uma questão instigante, isto é, apresenta-se aí um acontecimento de linguagem específico, o da linguagem ritualística sagrada, onde os traçados geométricos significam no acontecimento em análise. Observa-se que a forma de dois retângulos maiores está no centro da planta-texto, os quais significam neste sentido pelo memorável do ritual de construção determinados pela Igreja.

Neste momento, tomamos o enunciado:

*Planta de Villa Maria do [rio] Paraguay*

Caza d' ElRey

Rio *Paraguay*

Tomemos o enunciado *Planta de Villa Maria do [rio] Paraguay*, se consideramos a unidade de análise o nome *Villa Maria*, neste acontecimento, temos de um lado *Planta* reescrevendo por substituição *Villa Maria*. De outro lado, *Rio Paraguay* faz operar por esse modo de reescrituração o sentido que especifica e define *Villa Maria do Paraguay*. Ainda podemos considerar que enunciado Caza d' ElRey reescritura e é reescriturado por *Villa Maria*. Nesse sentido, *Villa Maria* estabelece uma relação de sentido especificado por o [rio] *Paraguay* e com Caza d' ElRey. Sendo assim, *Rio Paraguay*, é o que atribui sentido sobre o todo da Planta.

Mas o que determina o lugar da construção da Igreja? Nessa direção, observemos que o nome Maria neste acontecimento, retoma o memorável religioso do **Sagrado Coração de Maria, orago de devoção, de D. Maria I**, filha do rei. O nome Maria, está enunciado sobre um dos retângulos da Planta de Villa Maria do Paraguay, nesse sentido, alude-se que, constitui-se nessa sobreposição o cruzamento de dois acontecimentos de linguagem, ou seja, o acontecimento do nome Maria e o acontecimento de linguagem ritualístico que significa na figura geométrica do retângulo, isto, determina que na vila, há um lugar santo, o nome Maria sobre uma das formas retangular, determina que na Vila, há o lugar para a construção do Santuário, da Igreja. Considerando, que o retângulo é um elemento não linguístico é linguagem enquanto forma geométrica, aludimos e estabelecemos pontos de ligação com a passagem do texto: *A repartição da terra; o lugar santo*, de Ezequiel – 45:2, que diz: “E será o santuário de quinhentas com mais quinhentas, **em quadrado**, e terá em redor um arrabalde de cinquenta côvados”. Desse modo, Maria determina o sentido de que nesse espaço geográfico há um lugar da construção da Igreja.

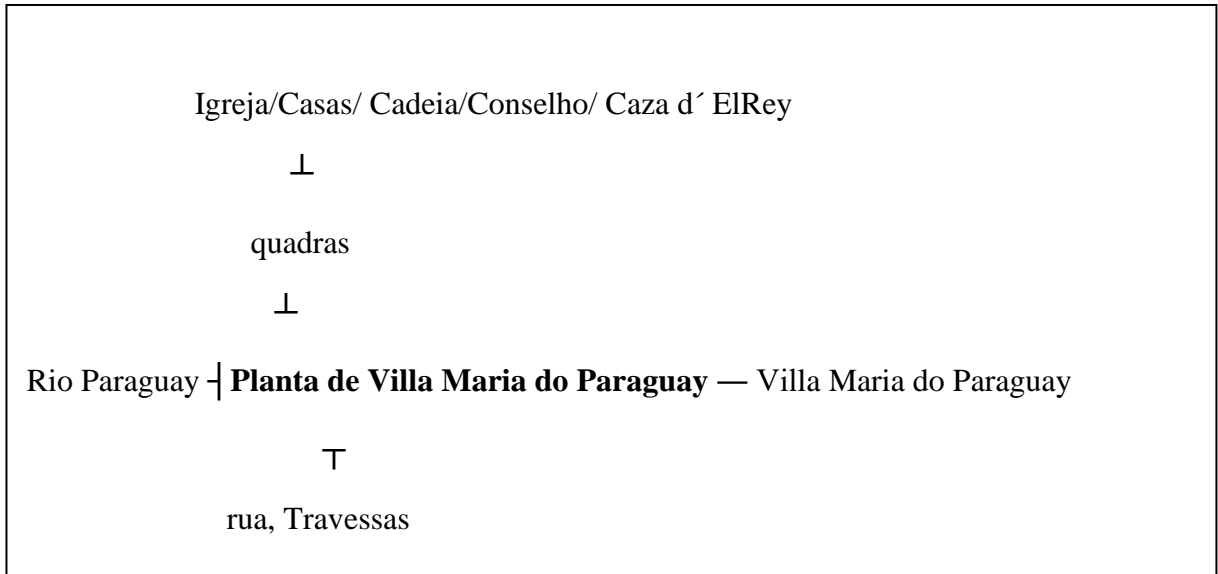
Portanto, poderíamos dizer que Vila Maria nasce sob o orago do Sagrado Coração, isto pode ser confirmado se considerarmos que no “Retrato” mais famoso de D. Maria I, intitulado *A Piedosa, A Louca*, de Giuseppe (1783), ela sustenta no peito o Sagrado Coração de Maria.

Outra observação, a saber, se dá entre o nome de *Maria* e Caza d' ElRey, onde o nome Maria também estabelece uma relação de reescrituração por substituição com Caza d' ElRey. Isto significa dizer que, a significação que se constitui, é designada pelo sentido da linhagem de sucessão da família dos Bragança. Caza d' ElRey, significa pelo memorável Casa de Bragança. Portanto, o nome Maria, identifica o lugar da construção da Igreja.



Para mostrarmos este movimento semântico de linguagem, apresentamos o:

### DSD



*Onde se lê: Planta de Villa Maria do Paraguay apresenta uma relação de sinonímia com Villa Maria do Paraguay, há um conjunto de enunciados igreja/Cadeia/Conselho/Caza d´ElRey que determina as quadras que determina Planta de Villa Maria do Paraguay, que por sua vez é determinada por um lado por Rio Paraguay. E de outro lado Planta de Villa Maria do Paraguay é determinado por rua, Travessas*

Portanto, a *Planta de Villa Maria do Paraguay* articulada ao acontecimento enunciativo da Carta de Fundação de 6 de outubro de 1778, determina a fundação e renomeação de um antigo povoado de Vila Maria do Paraguai. O nome *ElRey*, que integra a planta-texto significa, decisivamente, a intervenção direta do rei sobre os direitos de posse de Vila Maria, e tudo que a planta-texto reescreva. Sendo assim, Caza d´El-Rey significa na Planta de Vila Maria, que o quarto governador foi um dos administradores do mestrado da Ordem de Cristo e, cuja posse da Vila datada de 6 de outubro de 1778, marca a data de posse da Instituição da Ordem de Cristo e criação da nova Vila. Caza d´El-Rey, significa, sobretudo, a fixação da tradição vindas da Roma imperial, nos modos de organização e construção dos edifícios do centro urbano de Roma. De acordo com, Descendre (2015) “o palácio ocupa uma posição simbólica e estratégica na paisagem urbana,” a meio do caminho entre Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade.

#### 4.2.1 Planta-Texto: *S. Luiz de Cáceres* de 1876: designação enunciativa e múltiplas temporalidades

*[...] Era através das plantas, desenhos e mapas realizados pelos engenheiros portugueses e estrangeiros contratados pela Coroa que os monarcas tomavam as decisões de construção de fortalezas, vilas, aberturas de estrada, construção de aquedutos, igrejas, conventos etc. (CHAVES, 2009, p. 149).*

Tratar a designação no acontecimento de linguagem da planta-texto de *S. Luiz de Cáceres*, de 1876, nos interessa, fundamentalmente, porque nos possibilita levá-la ao estudo da significação e em particular ao estudo da enunciação. Esta perspectiva abre como possibilidade, não só desenvolver um estudo semântico enunciativo que toma a planta como planta-texto, bem como nos permite refletir e desenvolver análises sobre a designação de nomes, números, expressão, enunciados. Deste modo, podemos contribuir com aqueles que se dedicam e interessam à pesquisa neste domínio. Pois, ao considerarmos a planta-texto, estamos dizendo que sua “enunciação diz respeito a algo que ocorre quando se diz algo [...] trata-se de um acontecimento, o acontecimento do dizer, que se apresenta como um acontecimento de linguagem” (GUIMARÃES, 2018, p. 17-18). Por conseguinte, é decisivo neste domínio considerar que o sentido se constitui no funcionamento de linguagem numa relação de integração do enunciado à planta-texto.

Dito isto, consideremos alguns aspectos históricos que não se desvinculam da história de enunciativa da atual Cáceres. Sabe-se que, por lei provincial datada de 28 de junho de 1850, Villa Maria, Freguesia de S. Luiz de Villa Maria, foi elevada à categoria de Vila, vindo à luz pelo nome de *Vila de S. Luiz do Paraguai*, mas esta lei provincial tornou-se sem vigor no ano seguinte pela Resolução N° 1, de 18 de junho de 1851. Conforme relatado nesta Resolução, “Augusto Leverger, Capitão de Fragata da Armada Nacional e Imperial, Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, Oficial da Rosa e Presidente da Provincia de Mato Grosso” diz fazer “saber a todos os Habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial Decreta”, e ele “Sanciona” a Resolução, segundo reza e dispõe o: “Art. 1º. Ficção sem vigor as Leis Provinciais sob n° 8 de 28 de Junho, e n° 12 de 5 de Julho do ano passado, que elevarão a categoria de Villa as Freguesias de S. Luiz de Villa Maria, e de Nossa Senhora da Misericórdia de Albuquerque”.

Diante desse fato, quase vinte e seis anos depois, é que a Freguesia de S. Luiz de Villa Maria, foi elevada à cidade em 1876. Neste ínterim é significativo ressaltar que a população de Mato Grosso, entre 1875 e 1878, conforme destacou Da Fonseca (1880, p. 14), em *Viagem ao Redor do Brasil*, no subtítulo “Da Provincia de Matto-Grosso”, que o distrito de São Luiz de Cáceres conformava uma população, estatisticamente, de 3.300 habitantes, destes 600 eram índios da tribo *Bororo*, e muitos deles viviam na Fazenda Jacobina. Segundo este Imperador Militar, a estatística, mais aceita é a do geógrafo Luiz D’Alincourt, também conhecedor das habilidades de engenharia, o qual foi encarregado em 1827, de fazer o levantamento e estudos estatísticos e topográficos da província.

Da Fonseca, conta-nos que o geógrafo com suas habilidades toma para seu estudo uma área “de 310 léguas de largura, desde a ponta norte da ilha do Bananal<sup>31</sup> a cachoeira da *Pederneira*, que entrando fica aquém do meridiano daquela confluência”. Assim, dada a dimensão do território, o topografo constata que, não é possível estimar a mais de cinquenta mil almas a população civilizada, a qual quase que totalmente se concentra nas povoações; sendo pouco o número dos habitantes espalhados longe desses centros, nos alagadiços ou alto do Araxá, à beira das estradas de Goiás e do Piquiri. Acreditamos que esses acontecimentos se constituem significativamente para a formação da cidade de São Luiz de Cáceres, os quais não significam apenas dados estatísticos, significam, nessa medida a história da população de São Luiz de Cáceres.

Em Da Cunha Garcia (2014), no texto *De vila a cidade: impactos da abertura da navegação do rio Paraguai em uma povoação da Fronteira Oeste*, ressalta a importância da composição étnica da povoação de Vila Maria, como característica que “se junta a configuração do traçado urbano” (Cf. DA CUNHA GARCIA, 2014, p. 1). Este acontecimento de enunciação, mostra que a “reconfiguração da população” e “a crescente população branca” são características que afetaram e provocaram mudanças nos traçados urbanos. Sobretudo, provocaram mudanças tanto no traçado urbano de Vila Maria quanto a mudança na “própria alteração do nome da povoação, que passa a se chamar São Luiz de Cáceres” (Op. Cit., p. 1).

---

<sup>31</sup>“A Ilha do Bananal é reserva ambiental Indígena brasileira. Desde 1959, é considerada Reserva da Biosfera pela UNESCO desde 1993, sendo também uma das zonas Húmidas de importância internacional, classificadas pela Convenção de Ramsar. A ilha fica localizada no estado brasileiro do Tocantins, estando subdividida entre os municípios de Sandolândia, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pium. Bananal está na divisa de Tocantins com os estados do Mato Grosso (no rio Araguaia) e de Goiás (na porção sul do rio Javaés)”. Segundo fonte do *site* da Prefeitura Municipal de Sandolândia – ADM. 2021-2024. Disponível em: <<http://www.sandolandia.to.gov.br>>. Acesso em: 07/02/2022. Importante, observar que a divisão entre Mato Grosso e Tocantins ainda não tinha acontecido. Lembremos que, a divisão do território do Mato Grosso, se dá em 1977.

Desse modo, Da Cunha Garcia “procura destacar a importância da abertura da navegação do rio Paraguai, ocorrida em 1858, como fator determinante nessas mudanças” (Ibidem).

Como vimos, em análise anterior, o traçado primitivo da “Planta de Villa Maria do Paraguay” integra características da “permanência do traçado urbano inicial da povoação, constituída de duas filas de casas reunidas em torno de uma praça, articulada de um lado por uma igreja e de outro pela margem esquerda do rio Paraguai” (Ibidem).

De acordo com Da Cunha Garcia (2014, p. 2), foi “a partir da segunda metade do século XIX, no entanto, que essa composição étnica começou a perder força, a população branca aumentou e **o antigo traçado urbano começou a dar lugar a uma planta urbana traçada em formato retangular**<sup>32</sup>, típico das cidades modernas”. Isto é, estamos dizendo da planta-texto de *S. Luiz de Cáceres*, levantada em 1876, cujo traçado retangular apresenta integrada a seu corpo o traçado primitivo, reescriturado e ressignificado no espaço político de enunciação. Já podemos observar a mudança no próprio modo de designação do enunciado-título “Planta de Villa Maria do Paraguay” que é reescriturado por substituição por [Planta de] *S. Luiz de Cáceres*. Nessa medida, a reescrituração *S. Luiz de Cáceres* ao funcionar apaga totalmente o sentido designativo de governo colonial português, e o que passa a fazer parte da designação do nome na nova planta-texto, funciona na relação com outros nomes. Para tanto, não há como falar desse nome sem levar em conta os acontecimentos marcantes na história enunciativa em que esse nome se dá. Sendo assim, consideramos pertinente o que Da Cunha Garcia (2014), apresenta ao dizer que:

O acontecimento marcante da década de 1860 para o Império foi a Guerra do Paraguai, que se desenvolveu entre o final de 1864 e 1870. Essa guerra teve em Mato Grosso parte de suas operações, quando a província foi ocupada por tropas paraguaias entre 1864 e 1868. Durante a Guerra do Paraguai, Mato Grosso passou por um momento delicado, com queda acentuada e desorganização em sua produção, epidemia de varíola e o isolamento provocado pelo fechamento da navegação do rio Paraguai. Terminada a guerra e reaberta a navegação do rio Paraguai, o fluxo de comércio foi retomado e ganhou grande impulso, com a formação de um setor mercantil importante, ligado ao comércio de importação e exportação (DA CUNHA GARCIA, 2014, p. 9).

Além desses acontecimentos citados, Da Cunha Garcia (2014) ancorado no acontecimento de enunciação do (RELATÓRIO DE 1874, p. 54), considera esse processo como decisivo para o desenvolvimento econômico de Vila Maria, a qual em um movimento transitório governamental “passa a ser um centro dinâmico na província de Mato Grosso, atraindo para o seu centro urbano a população branca, formada por proprietários que até então

---

<sup>32</sup> Grifos nossos.

viviam nas fazendas e localidades em torno da vila, e passam a residir em seu núcleo urbano” (Ibidem, p. 9-10). Este movimento entre rural/urbano enuncia o memorável de demarcação, limite e projeção do espaço geográfico de Vila Maria do Paraguai, conforme planta-texto de 1778. E conseqüentemente, “se estabelece um número crescente de comerciantes estrangeiros, composto por portugueses, espanhóis e italianos, ajudando na reconfiguração étnica da população da povoação” (Idem). Conforme o autor, essa população passa a ter força política e a pressionar pela reorganização administrativa da povoação. Por conseguinte, “em 1874, São Luiz de Cáceres foi elevada à condição de sede da 2ª comarca judiciária de Mato Grosso, que estava sediada até então em Poconé e que tinha Vila Maria como um de seus termos” (RELATÓRIO DE 1874, 1874: p. 54 *apud* DA CUNHA GARCIA, 2014, p. 9-10).

Esta configuração vai aparecer na enunciação dos nomes que integram a planta-texto de *S. Luiz de Cáceres* de 1876, se considerarmos que há enunciação de nomes que a integra significando pelo memorável de imigração.

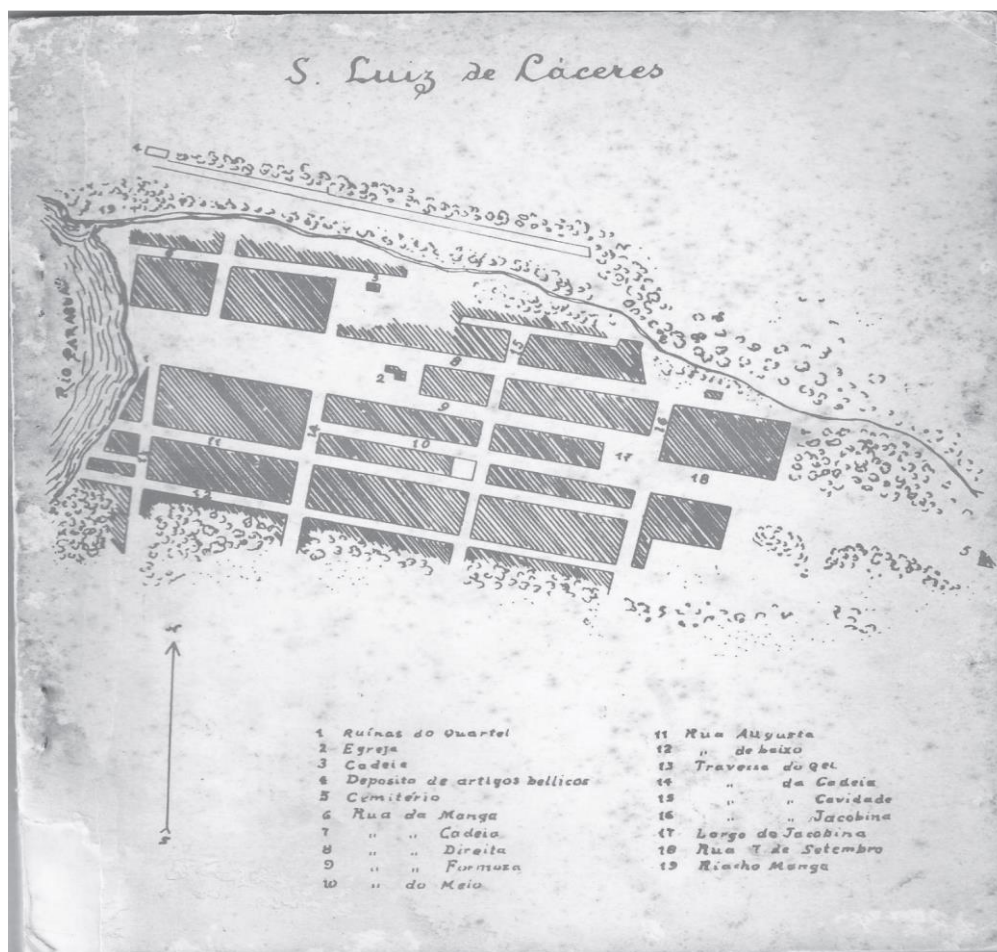
#### **4.2.2 Os números enquanto reescritura do nome próprio das ruas na planta-texto *S. Luiz de Cáceres***

Após o preâmbulo acima, tomamos como *corpus* a planta-texto - *S. Luiz de Cáceres*, com objetivo de sondar e refletir sobre a relação da designação de enunciados que a integra, buscamos compreender que sentidos os enunciados que a integra dizem e identificam sentidos a construção da Igreja e com isso determinam essa unidade de significação na qual chamamos de planta-texto. Então, faz-se necessário, compreendermos que o enunciado é uma unidade de análise, ele se constitui caracterizado por duas direções enunciativas, por um lado é caracterizado por ter consistência interna, e por outro lado, o enunciado é caracterizado por ter interdependência relativa. Ademais, consideramos também a definição de *texto* desenvolvida por Guimarães (2002-2017)<sup>33</sup>.

Observamos a seguir a planta-texto:

---

<sup>33</sup> Ver definição de “texto” no Capítulo II.



**Figura 10** – Planta-Texto de “S. Luiz de Cáceres - 1876”, fragmento enunciativo do acontecimento de enunciação recortado do Livro de autoria de, DA FONSECA, João Severiano<sup>34</sup>. *Viagem ao Redor do Brasil: 1875-1878*, v.1, Typ de Pinheiro, 1880.

Esta planta-texto, que a tomamos e a levamos ao estudo da significação, foi recortada e pinçada da obra “*Viagem ao Redor do Brasil: 1875-1878*”. Mas, ela também é referenciada por Da Cunha Garcia (2014), segundo este autor, esta planta-texto faz parte do acervo da “Seção de Iconografia – Biblioteca Nacional”. Em outro momento, quando do levantamento de materiais para esta pesquisa, a encontramos como Capa do livro “*Fundação de Vila Maria – Cáceres*” (1978), livro produzido e publicado pela Universidade Federal de Mato Grosso, em homenagem a comemoração do bicentenário da cidade de Cáceres. Esse acontecimento de linguagem marca relações de alocação desta Universidade junto ao povo cacerense.

<sup>34</sup> Como está enunciado na capa do livro “*Viagem ao Redor do Brasil: 1875-1878*”, “Dr. João Severiano da Fonseca” é “Graduado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1º Cirurgião do Exército, Membro do Hospital Militar de Andarahy, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Arqueológico e Geográfico Alagoano, da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional e outras Sociedades de Estudo, Comendador da Imperial Ordem da Rosa, Cavaleiro de N.S. Jesus Cristo, Imperador do Cruzeiro e Militar de 8º Bento de Aviz. Condecorado com Medalhas das Campanhas Oriental de 1864-1865 e Geral do Paraguay com o passador com o número 5. (escrita atualizada).

A planta-texto tomada como linguagem, não é transparente, há que se considerar que a relação dos elementos não linguísticos que a integra e a constitui significam no funcionamento do acontecimento do dizer, na relação com o real e a história, sobretudo, com o simbólico. Nessa medida, no funcionamento do dizer, as relação do real e o histórico, mostram no traçado da planta-texto de S. Luiz de Cáceres, acontecimentos passados, que no presente deste acontecimento de linguagem, de 1876, significa pela representação de enunciações que significam “a permanência do traçado urbano inicial da povoação, constituída de duas filas de casas reunidas em torno da praça, articulada de um lado por uma igreja de outro pela margem do rio Paraguai” (DA Cunha Garcia, 2014, p. 2). Neste acontecimento, há projeções latentes enunciativas que identificam as mudanças ocorridas no traçado primitivo, a partir do século XIX.

Observemos que a planta de S. Luiz de Cáceres na sua textualidade se constitui na relação de integração com outros textos, que fazem a diferença na sua própria ordem, por exemplo: o título da planta *S. Luiz de Cáceres, o Projeto Urbano* (primitivo de Vila Maria), os enunciados-números, os nomes da legenda, etc., além da Rosa dos Ventos, que significa pelos traços representativos que identificam os pontos cardeais. Veremos a seguir que esses elementos determinam e constitui sentidos a essa unidade de significação que, chamamos de planta-texto.

É importante considerarmos que os dois últimos momentos apresentados acima, determinam e reescrevem o enunciado-título da planta-texto. Mas nesse momento da nossa análise, vamos desmiuçar os elementos internos que constituem a planta-texto, como por exemplo, os enunciados-números que aqui designam as ruas do projeto urbano. Para tanto, vamos nos dedicar a refletir sobre o processo da designação dos números como enunciado-número na relação de integração articulados com nomes e com outros elementos ao texto. Tomamos para essa questão a posição estabelecida por Guimarães (2017, p. 84), assim, podemos compreender que os enunciados-números de 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8..... e 19, os quais estão integrados a planta e que ocupam o lugar social que designam as Ruas, “está-se no lugar de nomeação estritamente administrativo. A nomeação se dá como se fosse a temporalização de um presente e um futuro sem memória” (Idem). Nessa direção, os enunciados-números que designam as Ruas, nessa medida, são somente (6, 7, 8, 9, 10 11, 12 e 18), das quais “a enunciação dos nomes de ruas é sempre uma nomeação a partir de outra enunciação” (GUIMARÃES, 2017, p. 63).

No processo de reescrituração em que se dá a constituição dos enunciados da planta-texto, na sua totalidade, vimos que os enunciados-números que designam as ruas, ou, os

espaços urbanos da planta são reescriturados por expansão explicativa na relação de reescrituração por substituição com/dos enunciados da legenda que integram e também constitui a planta-texto. Vejamos que o enunciado-número (5) neste acontecimento funciona como uma designação de um espaço da cidade, isto é, o enunciado-número (5) reescritura por substituição o nome, “Cemitério”, no texto da legenda que integra a planta-texto e, por ela é integrado. Este nome retoma o memorável de saúde sanitária no desenvolvimento e expansão da cidade, uma vez que, ao nomear um espaço enquanto Cemitério tem aí o sentido de institucionalização, de um espaço público, que caracteriza o início da modernidade de um Espaço Urbano. Como disse Da Cunha Garcia (2014, p. 10) ao visitar Mendes (1998, 77), cita que “em 1860, um grande proprietário rural que estava se estabelecendo em Vila Maria solicitou autorização da Câmara Municipal para construir um cemitério, que então passa a fazer parte do espaço urbano da povoação”. Voltando a observação da planta-texto, dizemos que o Cemitério não está situado no espaço urbano, pelo contrário, ele está situado afastado desse espaço, ele está situado no espaço rural nas proximidades da cidade.

De acordo com Leite (2018, p. 54) “A existência de relatórios impressos pela Intendência Municipal anualmente, demonstra as tentativas de organização dos espaços sociais”. Além disso, segundo a autora, os espaços sociais “estavam implícitos certos discursos em voga no momento, como civilidade, progresso, modernidade, as práticas médicas sendo implantadas, inclusive os discursos higienistas e de ordenação social” (Ibidem).

Já o nome *S. Luiz de Cáceres* como um enunciado-título do texto, nesta medida, integra o texto do qual faz parte e, assim determina o sentido do nome da cidade e o nome da Igreja, nessa direção este nome funciona na relação com outros elementos que também integram o texto. O enunciado-título como sendo título da planta-texto estabelece relação de predicação com outros enunciados e elementos que o integra, assim *Luiz de Cáceres* predica e é predicado.

Nos interessa observar também o funcionamento do enunciado-número “2”, este enunciado-número constitui uma consistência interna e uma interdependência relativa que o sustenta como o número do nome da Igreja como enunciado que a identifica no Espaço da cidade, e isto, significa dizer que o enunciado-número “2” designa seu lugar de construção, seu endereço e faz alusão ao nome da Igreja. Nessa medida, “2” passa significar de outro modo ao participar da relação de reescrituração com o nome “Egreja”, o qual funciona integrado a legenda, isto é, ao texto, que se apresenta na transversalidade inferior, também integrado a planta-texto. Ou seja, o enunciado-número “2” estabelece uma relação de



reescrituração por substituição com o nome “Egreja”, tal que, o enunciado-número “2” no funcionamento do acontecimento planta-texto, passa a designar o lugar da construção da Igreja, em São Luiz de Cáceres. Ainda dizemos que o enunciado-número “2”, também, é resscriturado por substituição por “Egreja”. Desse processo de reescrituração, o nome Egreja, é redito e substituído pelo enunciado-número “2”, que passa a significar de outro modo, ou seja, Egreja construída, visto que, o nome identifica o objeto. Então, consideramos que pensar as legendas integradas a uma planta-texto, nos modos como apresentamos, nesta análise, pelo estudo da planta, tratamos de dizer que a planta da cidade apresenta e constitui um modo de reescrituração específico constitutivo do próprio acontecimento de linguagem, a planta-texto. Nesse sentido, a planta-texto, é um acontecimento de enunciação específico por constituir sua temporalidade própria, visto que uma planta-texto é um acontecimento que se apresenta e se especifica de modos muito particulares. Assim, a textualidade da planta-texto diz a/da projeção de algo que existe e significa a projeção do espaço, por exemplo, a projeção do espaço determinado para a construção da Catedral, na cidade de São Luiz de Cáceres.

O acontecimento de enunciação da planta-texto designada de “*S. Luiz de Cáceres*”, se apresenta como um texto que se constitui integrado de múltiplas temporalidades, ou seja, de língua(gem) que a textualiza. Neste sentido, a planta-texto, enquanto linguagem, é sentido, ela integra enunciados que se relacionam com outros elementos que a integram, por exemplo, expressões, enunciados, os quais funcionam de modos diversos na sua transversalidade, a enunciação que nomeia as ruas e que identificam os nomes das instituições públicas, significam como de outro lugar que enuncia e determinam as Ruas, Travessas Largos etc., eles são “nomeados no lugar decisivo de nomeação estritamente administrativo. A nomeação se dá como se fosse a temporalidade de um acontecimento presente e futuro sem memória<sup>35</sup>”.

Sondar os nomes que integram a planta-texto *S. Luiz de Cáceres*, leva-nos considerar que a cena enunciativa deste acontecimento, se configura pela caracterização de que são as relações destes nomes que constituem a textualidade da planta. Nesta cena enunciativa o Locutor aparece de modos dispares de um lado, tomando aqui Guimarães (2017, p. 58), em “locutor-oficial aquele que fala do lugar da (da administração pública da cidade), enquanto lugar social que enuncia”, e de outro ocupa o lugar de que fala de um lugar de enunciador-universal, responsável pela enunciação dos nomes textualizados na planta-texto, como nomes que significam permanentemente para todos, e isto, coloca a questão de que os nomes que funcionam no acontecimento da planta, estão aí funcionando agenciado “pela posição de

---

<sup>35</sup> Ver Guimarães (2017, 84).

sujeito jurídico-administrativo, enquanto posição do interdiscurso que afeta a língua (Ibidem)”.

Observando a planta-texto, os enunciados-números encontram-se dispersos e de modo transversalizados integrados ao texto. Assim, os nomes que se articulam com os enunciados-números identificam e especificam as projeções dos objetos no Espaço da cidade, cada elemento enunciativo funciona na relação com outros elementos que integram a planta. E desse modo, os elementos linguísticos e não linguísticos significam pela própria divisão desigual que se instaura no espaço de enunciação, em virtude dos nomes que os identificam como diferentes em razão da relação de integração destes elementos no acontecimento de linguagem, planta-texto. E, sobretudo, porque a planta-texto é linguagem, é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem.

Consideramos que nesta planta-texto, há um conjunto de elementos que determinam e reescrevem o sentido do nome que nomeia à planta – *S. Luiz de Cáceres*. Assim, quando o alocutor-engenheiro enumera os pontos específicos do Espaço na cidade, observando a Planta, ele reescreve por enumeração por condensação o que os enunciados-números dos nomes significam na cidade.

Nesse sentido, temos uma relação de determinação semântica que constitui e atribui sentido a *S. Luiz de Cáceres*. De um lado, *S. Luiz de Cáceres* reescreve por condensação, por totalização “1 Ruínas do Quartel, 2 Igreja, 3 Cadeia, 4 Depósito de artigos ballísticos, 5 Cemitério, 6 Rua da Manga, Rio Paraguay ... etc”. E por outro, “1 Ruínas do Quartel, 2 Igreja, 3 Cadeia, 4 Depósito de artigos ballísticos, 5 Cemitério, 6 Rua da Manga, Rio Paraguay, etc”., reescreve por expansão por enumeração *S. Luiz de Cáceres*.

Uma questão se coloca, observemos que o enunciado “Rio Paraguay” que se apresenta no texto reescritura por condensação *S. Luiz de Cáceres*, e toda a enumeração. “Rio Paraguay”, nesse sentido, textualiza na planta, como um enunciado que estabelece relações de reescrituração por substituição tanto com o sentido de especificação quanto de definição do acontecimento planta-texto, e isto, mostra a especificação de uma operação pela qual o Locutor relaciona elementos do enunciado, dos traços e traçados integrado a planta-texto. Ou seja, as relações de reescrituração conectada ao funcionamento do texto se estabelecem pelas relações de contiguidade que fazem do enunciado um elemento que se integra a um texto específico, e constitui sentidos na transversalidade desse texto.

Neste processo de relações de contiguidade, também ocorrem as relações de outras operações, ou seja, de reescrituração, de predicação, de determinação etc., dessa maneira, consideramos que a expressão enunciativa *S. Luiz de Cáceres* determina Igreja, pela relação

de reescrituração por substituição, deste enunciado com “o enunciado-número “2”. Uma vez que, “o enunciado-número “2” no centro do texto designa o lugar da Igreja, e isto se confirma quando os enunciados “2 Igreja” são retomados na legenda, cujo texto uma reescrituração explicativa da planta-texto. Podemos ainda, observar que o nome *S. Luiz* no enunciado *S. Luiz de Cáceres* determina o nome próprio da Cidade de Cáceres. E a Cidade de Cáceres é reescriturada por definição pelo enunciado-título da planta-texto. Se considerarmos a seguinte paráfrase: *S. Luiz é o Santo Padroeiro da cidade de Cáceres*. Desse modo, *S. Luiz* neste enunciado significa *o Santo Padroeiro da cidade de Cáceres*. Com isso, o nome Cáceres está numa relação de sinonímia com cidade.

Outra questão interessante se apresenta, observemos que do lado esquerdo no texto, há uma legenda enumerativa, a que chamamos texto, e, ao seu lado, há uma linha integrada a planta-texto, ou seja, há uma escala conhecida por rosa dos ventos, a qual reescritura por expansão por desenvolvimento o território. Assim a escala significa na relação de sentido produzido pelas coordenadas geográficas, que articulados na planta-texto são enunciados explicativos orientativos, que acabam designando que o território se expande em direções determinadas por: S (Sul) em direção ao N (Norte) e em elipse (Leste e Oeste). Isto significa dizer que, há uma projeção de desenvolvimento da cidade em três direções: de (Sul) em direção ao N (Norte) e em elipse Oeste em direção ao Leste, visto que, ao Oeste está o Rio Paraguai.

Para melhor compreender esta análise, vejamos a operação do domínio semântico:

### DSD

Santo Padroeiro	Rio Paraguay
⊥	⊥
S. Luiz de Cáceres (cidade) — <i>S. Luiz de Cáceres</i>	1 Ruínas do Quartel
⊥	2 Igreja, 3 Cadeia
Igreja	4 Depósito de artigos balísticos
	5 Cemitério, 6 Rua da Manga etc

Sendo assim, se lê: “*S. Luiz de Cáceres*, por um lado está determinado pela enumeração enunciativa “1 Ruínas do Quartel, 2 Igreja, 3 Cadeia, 4 Depósito de artigos balísticos, 5 Cemitério, 6 Rua da Manga etc”. Assim de um lado, essa enumeração acaba por determinar o sentido de *S. Luiz de Cáceres*, por sua vez, *S. Luiz de Cáceres* opera uma relação de sinonímia com *S. Luiz de Cáceres* (cidade). Em outras duas direções, têm-se “Igreja” e “Rio Paraguay” determinando “*S. Luiz de Cáceres*”. Ainda vemos que “Santo Padroeiro” determina o sentido do nome próprio “Cáceres”. De outro modo, dizemos que *S. Luiz de Cáceres* está determinando por condensação “Rio Paraguay”.

Neste direcionamento, compreendemos que o lugar do Estado, determina o modo de articulação e projeção da organização do centro histórico da cidade de Cáceres-MT. O que é importante destacar entre os acontecimentos enunciativos desta planta-texto e da Planta de Villa Maria do Paraguai, é que, elas se constituem por temporalidades distintas, o que significa dizer que nos seus funcionamentos elas recortam memoráveis distintos, por exemplo, Villa Maria, significa pelo memorável do governo Colonial, enquanto *S. Luís de Cáceres* recorta o memorável do governo Provincial/Imperial de (1822-1889).

Por conseguinte, conforme ordenação das instruções no Termo de Fundação de 1778, projetaram-se “demarcações de arruamento, casas, praça, travessa, locais determinados para a igreja, quartéis, casas do Concelho e cadeia”, os quais se apresentam e se caracterizam, pelo modo de organização do território. Vimos em análises, no capítulo anterior deste trabalho, que o modo de organização para a Povoação de Vila Maria do Paraguai, se deu por levantamento do censo de 1777, isto é, por critério demográfico. Enquanto para a fundação da Vila, o modo se constitui pelo Termo de Fundação, com todas as instruções já determinadas, cujo Termo acompanhava-se de um anexo, ou seja, da Planta de Villa Maria do Paraguay. Neste caso, este acontecimento determina a organização do espaço urbano da Vila, com o que havia de mais moderno nos textos da cartografia portuguesa. Cabe ressaltar que, a Planta de *S. Luís de Cáceres* reescritura e ressignifica o centro primitivo da primeira planta-texto, segundo a qual deu início ao centro Tombado da cidade de Cáceres-MT, por enunciações do lugar do Estado.

Portanto, como disse Guimarães (2021, p. 9): isto “coloca uma relação instigante: o do estudo da linguagem com a história (a prática humana afetada pelo tempo) e a geografia (espaço enquanto marcado pelas práticas humanas)”. Para avançar um pouco mais com as análises, tomaremos outros recortes como os nomes de Logradouros e nomes de Instituições Públicas, segundo mostramos ser possível analisar o funcionamento designativo dos enunciados que integram o texto-legenda e, assim, integram e se relacionam também com outros elementos na planta-texto, os quais são constituídos por múltiplas temporalidades.

No momento presente, não analisaremos todos os enunciados deste acontecimento, vamos tomar dois enunciados, os quais retomam memoráveis de: Segurança Pública, homenagem e de sujeito imigrante francês e a instauração do político.

### 4.2.3 Os sentidos dos nomes enunciados na legenda da planta-texto: múltiplas temporalidades

Os Logradouros como nomes na legenda, como enunciados que constituem a textualidade da planta-texto de *S. Luiz de Cáceres* podem significar: Ruas; endereço de espaço público ou privado, reconhecido em documentos oficiais da administração do município, divididos entre o urbano e rural; cidade e campo. Podemos dizer que os espaços públicos urbano significado na planta-texto são as ruas, Travessas, Largo, Riacho etc., espaços urbanos constituídos, determinados para a circulação dos cidadãos e dos meios de transportes na cidade. Os nomes, nessa medida, estabelecem relação de contiguidade com outros nomes que identificam o endereçamento de instituições que se situam no espaço urbano e rural da cidade e do campo deste município. A legenda na planta-texto, constitui-se dos fragmentos do acontecimento de enunciação: (1 Ruínas do Quartel; 2 Igreja; 3 Cadeia; 4 Depósito de artigos bélicos; 5 Cemitério; 6 Rua da Manga; 7 “ ” Cadeia; 8 “ ” Direita; 9 “ ” Formosa; 10 “ do Meio; 11 Rua Augusta; 12 “ de baixo; 13 Travessa do Pel; 14 “ da Cadeia; 15 “ da Cavidade; 16 “ da Jacobina; 17 Largo do Jacobina; 18 Rua 7 de Setembro e 19 Riacho Manga).

Observemos que nos enunciados onde se lê o sinal [ “ ” ], em destaque, o qual aparece após alguns enunciados-números, lê-se, portanto, que há uma elipse significando a supressão de nomes de rua, Travessa e preposições. Mas ressaltamos, esta supressão não significa dizer, por exemplo, que o nome “Rua” e o termo “da” não estão funcionando no enunciado nas sequências enunciativas. Para exemplificar, tomemos do conjunto dos enunciados da legenda na planta-texto, a expressão [7 “ ” Cadeia]. Os nomes no acontecimento de linguagem funcionam como uma unidade semântica-enunciativo integrado ao texto, os quais significam e ressignificam diferentemente por uma operação enunciativa da reescrituração elíptica, que não é uma reescrituração por repetição. A elipse se apresenta como um modo de definir o sentido dos nomes nos enunciados, em que participam. Desse modo, [7 “ ” Cadeia], é um enunciado que integra texto, cuja estrutura se constitui de (Numeral + Nome + Preposição + Nome). Neste sentido, é possível dizer que o nome de rua neste enunciado está estruturado de um lado determinado por um enunciado-número específico, e por outro está numa relação sintagmática preposicionado por nome de (Instituição de segurança pública). Temos assim, que “7” e “Cadeia” determina e atribui sentido a Rua. Ou seja, a enunciação que nomeia essa Rua, no acontecimento de linguagem

planta-texto que determina sentido a São Luiz de Cáceres, se dá por enunciações do dispositivo e medida do Estado. Nessa medida, a elipse é um modo de reescrituração que se coloca em evidência no funcionamento da enunciação suprimida.

Observemos, uma outra relação de designação do enunciado-número 5, funcionando como um enunciado-número de espaço da cidade na relação de integração articulado com o nome “Cemitério” no enunciado “5 Cemitério” na legenda da planta-texto. Melhor observando a planta-texto, o nome “Cemitério” é reescriturado por substituição por enunciado-número 5, que se encontra da dispersão da planta e significa no espaço rural. Ao mesmo tempo, vimos na análise 4.2.1, que o enunciado “5 Cemitério” participa de um conjunto de enumeração que determina *S. Luiz de Cáceres*, e com isso, também determina e atribui sentido à Cidade. Este acontecimento retoma diferentes memoráveis como: desenvolvimento, modernidade; organização dos espaços sociais; civilidade, progresso, higienização sanitária e ordenação social da cidade.

Já no caso do enunciado [17 Largo do Jacobina], este nos chamou a atenção, pois no funcionamento semântico-enunciativo deste acontecimento a cena enunciativa que aí se configura na nomeação do Largo, há a presença de um locutor-oficial agenciado por um memorável de enunciação que recorta um passado e um presente de acontecimentos específicos, que se abre a rememorações de sentidos constituídos no espaço de enunciação que não é gerado na História do Brasil, mas de uma História da Revolução Francesa, se observarmos que a palavra Jacobina é de uso comum do espaço de enunciação da França. No enunciado [17 Largo do Jacobina], a designação “Jacobina” é especificada pela preposição, segundo a qual particulariza e identifica a presença de uma figura enunciativa da política revolucionária francesa, no presente da enunciação que nomeia o Largo, na cidade de *S. Luiz de Cáceres*, instaura-se nessa cena enunciativa o político<sup>36</sup>. De um lado, podemos dizer que Largo estabelece relação de articulação com “do Jacobina” e “do” com “Jacobina”. Mas o que significa “do Jacobina” na relação de designação com o nome do “Largo”? De outro lado, é possível dizer que a preposição “do” estabelece uma relação de sentido que especifica a um “Jacobina”. Tal é essa relação, ao ponto que, pela enunciação que o caracteriza diz de um homem específico que viveu em São Luiz de Cáceres. Assim, o passado neste acontecimento também significa pelo memorável de imigração francesa, sobretudo, isto nos permite dizer que, há aí a designação de sentidos sobre a presença francesa de relações políticas (Liberal), atribuídos ao nome Largo, em São Luiz de Cáceres. É significativo dizer que, quem nomeou o

---

<sup>36</sup> Consideramos a noção de “Político” definido em Guimarães (2002 - 2017, p. 23). Ver Capítulo II, da Tese.

“Largo”, o nomeou levando em consideração enunciações de acontecimentos históricos sociais e políticos temporalizados em 1876, além de rememorar acontecimento do século XVIII, textualizados na planta-texto. Podemos inferir que a história de Mato Grosso se estabeleceu ligados às questões geopolíticas, considerando um grande acontecimento, a abertura oficial da navegação no Rio Paraguai, a partir de 1870. Este imigrante político francês, é o artista e arquiteto que vindo da França para *São Luiz de Cáceres*, aqui chegando foi apelidado de Jacobina, cujo nome carrega em si enunciações que o especifica, como um jacobeu, isto é, nome dado na França aos integrantes de um partido político específico adeptos ao jacobinismo. Ainda podemos dizer que, o nome do Jacobina nesse sentido não significa do mesmo modo para o sentido atribuído, por exemplo, com a predicação “da Jacobina”.

Consideramos que o Jacobina particularizado na enunciação da nomeação “Largo do Jacobina”, é o primeiro arquiteto que levantou a planta da nova matriz, que após a colocação da pedra fundamental, em 06 de julho de 1886, a qual foi levantada as paredes laterais, em 1920. De acordo com Leite (1980, 127), “essa planta foi organizada, se não me engano, pelo hábil artista francês Sr. Bossay Felix”, cuja projeção de futuridade constitui-se como possibilidade de que a nova matriz, segundo o autor, “se executada com exatidão, dará em resultado possuir aquela Freguesia um dos mais bem acabados templos da Diocese”. Mas esta nova matriz não chegou a ser construída, neste local, da Praça da Jacobina (atual Praça Major João Carlos). O Brasil, neste momento se constituía enquanto Império do Brasil, considerado como o estado soberano independente, segundo o qual permaneceu de 1822-1889.

Veremos no próximo momento deste trabalho que a planta-texto pode ser estudada nas nuances de sua projeção. Vimos até aqui duas plantas/textos que se constituíram, enquanto resultados de um projeto urbano. A seguir faremos um estudo, no primeiro momento de uma ata de reunião da Igreja, na qual faremos um recorte sobre o “novo projetado”, isto é, da futura edificação do monumento/prédio da primeira Igreja da cidade. No segundo momento do próximo capítulo, faremos a análise de uma planta-texto que é resultado do acontecimento do projeto arquitetônico do monumento histórico que hoje conhecemos como Catedral São Luiz de Cáceres, localizada no centro da cidade de Cáceres, à R. Cmte. Bauduíno, ladeada com R. 13 de Junho e com a R. João Pessoa. Para tanto, analisamos a planta-texto da Catedral São Luiz de Cáceres. Na análise empreendida à primeira planta-texto, vimos que sua projeção, já veio determinada e constituído de sentido projetivo de futuridade antecipado de construção da Igreja, desde a escolha do lugar de sua edificação, conforme determinado nas plantas-textos analisadas.

## CAPÍTULO V

### PLANTA-TEXTO: UM ESTUDO SEMÂNTICO ENUNCIATIVO DO ACONTECIMENTO DE LINGUAGEM DA PLANTA DA CATEDRAL SÃO LUIZ DE CÁCERES

Na Idade Média, no século XVI, ou bem mais tarde ainda, somente tinha direito ao título de *città* as sedes episcopais, quer dizer, as cidades onde era exercida a jurisdição eclesiástica. Todos os autores que haviam se voltado para a geografia urbana da Itália concordavam sobre esse ponto: é o bispo que faz a *città*. (DESCENDRE [Tradução: NUNES], 2015, p. 81).

Romain Descendre ao se ancorar nos estudos da história e da filosofia apresenta em seu texto *Da magnificência à grandeza*, o qual integra o texto *As cidades e o mundo: comparatismo geográfico e teoria do crescimento urbano no início da Idade Moderna*. In: *A Politização do Mundo*, de Descendre (2015), no qual o autor, nos mostra toda uma concepção de modificação e remodelização do ambiente urbanístico de algumas cidades, assentadas a preocupações simbólicas e religiosas, cuja atenção voltava-se à funcionalidade e à eficácia econômica. E sobre essas questões simbólicas parte às análises sobre a construção da Igreja em Villa Maria do Paraguai. As características de (re)modelizações e expansão da estrutura da cidade se faziam com a construção de praças, as quais “facilitam de modo significativo a circulação” (Idem), dando lugar aos traçados de arruamentos, levantamento de casa, de capela, cadeia e outras projeções. Mas, como enuncia Descendre “somente tinha o direito ao título de *città* as sedes episcopais”, isto significa dizer que a cidade se constituía sob o exercício da jurisdição eclesiástica, e a edificação da sede episcopal, regida pelo bispo, sobre a geografia urbana da cidade. Portanto, onde há sede episcopal eclesiástica designa-se de cidade.

Nesta direção, nos dedicamos a desenvolver análises semântico enunciativa da planta-texto (Planta Arquitetônica), da Catedral São Luiz de Cáceres - MT, com objetivo sondar e analisar a designação de nomes existentes que a integra e, especificamente, lançar o olhar sobre a textualidade da planta-texto. Isto, nos permite avançar e refletir sobre a relação da designação na planta-texto, buscamos dizer o que designa construção da Igreja, no



funcionamento de linguagem deste acontecimento, na relação com outros elementos que constituem o texto, ao passo que, passam construir sentidos que reescrevem, retomam, redizem e fazem (re)significar o monumento construído pela Igreja Católica, no centro histórico e tombado da cidade de Cáceres no Estado de Mato Grosso.

Nesse sentido, o *corpus* para estas análises constituiu-se de acontecimentos recuperados de um conjunto de textos oficiais. Ou dizendo de outro modo, tomamos documentos vindos do acervo da Península Ibérica dos séculos XVII, XVIII e XIX, para o Estado de Mato Grosso, os textos se encontram na sua quase totalidade dizendo sobre Centro Oeste do Brasil, eles estão integrados ao livro: *Fundação de Vila Maria – Cáceres*, livro organizado em razão da homenagem à cidade de Cáceres pelos seus duzentos anos de fundação. Tais relíquias constituem os acervos do Museu Rondon, Museu de Arte e Cultura Popular e Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso. Além dos textos, os correspondentes ao final do século XVIII, também nos ocuparemos de analisar a planta-texto da Catedral São Luiz, a qual se constitui de dois textos, Texto 01 e Texto 02.

Neste sentido, o Capítulo se organiza em subcapítulos: em um primeiro plano, vamos apresentar alguns aspectos históricos sobre a designação de nomes que constituem sentidos a construção da Igreja Catedral São Luiz de Cáceres.

Para tanto, como foi dito em algumas partes desta pesquisa, consideramos como fundamental a definição de “Texto” para Guimarães (2012, p. 25). Para nós a planta-texto é algo enquanto “prática da linguagem que significa e produz sentidos” (Ibidem), uma vez que, ela “se realiza pela produção do que chamamos texto” (Idem). Dessa posição, o sentido é produzido no funcionamento enunciativo tomado no acontecimento de linguagem, e tem como unidade de análise o enunciado, bem como, os nomes, as expressões, os enunciados-números que integram planta-texto, na relação com outros elementos que também a integra. Portanto, para nós a planta é um texto múltiplo de significação, uma vez que, ela apresenta múltiplas temporalidades ao constituir sua textualidade na relação de integração com/de outros elementos de linguagem, com outros textos e enunciados. Podemos exemplificar, ao dizer que, a Planta Baixa/Cobertura, Planta da Fachada/Corte significam na relação de articulação constituindo a significação da planta como um todo, formados pela projeção dos traços da geometria articulando-se ao texto.

As análises se articulam com recortes de textos específicos, que de algum modo estabelecem relações de sentidos que incidem sobre a questão da construção da Igreja.

Precedentemente, cabe destacar alguns aspectos que achamos importantes sobre a questão da Igreja Católica.

### **5.1 Enunciando alguns aspectos históricos sobre a construção da Igreja Catedral São Luiz de Cáceres**

A Igreja Católica no Brasil, tem uma longa história, ligada ao processo de reforma e reorganização desenvolvido entre 1844 a 1926, acontecimento que rompe com a tradição existente, isto é, com o que se chamou regalismo transmitido por sua antiga Metrópole. Por certo, Vieira (2007, p. 9), ressalta que este acontecimento:

[...] se insere numa problemática complexa, pois não se deve esquecer que, depois de desembarcarem no Brasil ao 22-4-1500, e iniciarem o processo regular de colonização a partir de 1530, **os portugueses não instituíram estruturas eclesíásticas fortes na imensa processão que tinha a América.** (VIEIRA, 2007, p. 9) (grifos nosso).

Por essa razão, conforme o autor, isto terá sérias consequências, pois, com o advento da independência aos sete de setembro de 1822, “a situação da Igreja não era nada alentadora”, por exemplo: “o clero provinha de uma formação deficiente, e num país continental se distribuía em apenas sete dioceses” e duas prelazias. O clero condensava as dioceses de “Salvador, Rio de Janeiro, Olinda, São Luís, Belém, Mariana e São Paulo, além de duas prelazias Cuiabá e Goiás” (Ibidem).

As igrejas no Brasil, construídas a partir da segunda metade do século XVII até meados do século XVIII, apresentavam construções tanto de aspectos rudimentares, austeras, com soluções arcaicas, como também de aspecto monumental e com certo refinamento nas plantas, fachadas e volumetrias (MAYER, 2003, p. 146).

No decorrer do segundo império (1841-1889), no Brasil, a Igreja, estabeleceu projetos para a colonização e delineamento para os retratos do Brasil, cujo objetivo, foi o de realizar uma profunda reforma interna, e isto, se deu por um longo caminho de mudanças na estrutura Eclesial desde 1844 a 1926. Assim, buscava-se estabelecer uma projeção de futuro como modo de estabelecer a reestruturação das bases doutrinárias.

Portanto, segundo Vieira (2007):

O pontificado de Pio IX (1846-1878), ao lado de outros fatores, foi particularmente importantes para tanto, principalmente entre as maiorias católicas esclarecidas, que assumiram a conhecida convicção que, sendo a Revelação um fato consumado e irreversível, e estando as bases doutrinárias fixadas pelos grandes doutores, a Igreja

havia atingido a necessária estabilidade. Nada mudaria: os concílios e o papado já haviam organizado as estruturas eclesíásticas, a liturgia etc. A defesa da jurisdição universal do Papa era outra componente desta visão eclesial, popularizada na época como “ultramontanismo”<sup>37</sup> (VIEIRA, 2007, p. 12).

Não nos deteremos a descrever detalhes desse caminho de mudanças Eclesial do Brasil, não estamos dizendo que não seja importante, mas para nosso interesse nesta pesquisa, vamos nos deter a acontecimentos que dizem da Igreja iniciada em Vila Maria do Paraguai, cujo cordão umbilical pertencia a Prelazia de Cuiabá, os quais possam nos revelar os sentidos da construção dessa Igreja na planta-texto. Sabe-se que durante o processo de construção, da Igreja, ela passou por diferentes fases na sua construção, por conseguinte, por diferentes projetos.

A primeira fase, pode ser compreendida a partir do acontecimento de enunciação que vislumbra o Termo de Fundação da Vila Maria do Paraguai, de 1778, segundo já integra todas as orientações à execução do primeiro projeto, ou seja, da primeira planta-texto da Vila, já com traçados determinados para a construção da praça, da Igreja, de casas e da cadeia. Conforme analisamos em Capítulo anterior.

Neste sentido, retomamos aqui o que dizemos na introdução da pesquisa.

Em conformidade com a Carta datada em Vila Bela, de 29 de novembro de 1778, encaminhada à Martinho de Mello e Castro, sobre a Fundação do Novo Estabelecimento de Vila Maria do Paraguai, o 4º Governador Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, enuncia que fundara Vila Maria “povoando-a com cazaes de índios espanhóis” (Cf. PEREIRA E CACERES, 1778), e posteriormente com mais “algumas famílias de Índios que desertaram das missões castelhanas”. Ainda, nas palavras do governador estas famílias “irão povoar a nova povoação de Vila Maria”, além disso, o governador comunica estar se “**esforçando de fazer levantar igreja**, casas e promover ordinárias agriculturas com princípio de fabricas de tecer algodões” (Ibidem). É relevante dizer que, neste momento, não há uma estrutura física da Igreja, em Vila Maria, mas conforme análise da Planta de Villa Maria do Paraguay, foi possível dizer que já havia um projeto determinando o lugar da construção da Igreja. Podemos observar que no enunciado “esforçando de fazer levantar igreja”, o verbo esforçar está flexionado em gerúndio, o que de certo modo projeta uma latência de futuridade para a construção da Igreja.

---

<sup>37</sup> Cf. destaca Vieira (2007), “O vocábulo “ultramontanismo”, ou “transmontanismo” como prefere alguns, é de origem francesa, derivado da associação de duas palavras latinas (ultra+montes), significando “para além dos montes”, isto é, dos Alpes”. Ademais, segundo o autor, este “termo começou a ser usado no século XIII, para designar papas escolhidos no norte dos Alpes. Seis séculos depois, olhando a França, “para além dos Alpes”, correspondia estar voltado para as ideias emanadas de Roma, ou seja, concordando com os posicionamentos da Santa Sé (Zeno Hastenteufel, Dom Feliciano na Igreja do Rio Grande do Sul, nota 18, 88).

Em Carta de 25 de dezembro de 1779, Luiz de Albuquerque, ao relatar suas diligências coloca como uma das primeiras questões para o aumento e melhoramento da nova Vila Maria, a necessidade de “**erigir uma igreja e casas**” e com isso “**a criação de uma nova paróquia**” (Ibidem).

Nessa direção, em uma outra Carta datada em Vila Bella, em 12 de janeiro de 1779, é possível dizer que, após um ano três meses da Fundação do Novo Estabelecimento de Vila Maria do Paraguai, Luiz de Albuquerque, ainda empreendia diligências buscando suprir os Estabelecimentos de Mato Grosso que se encontravam sem Párcos ou capelões, e sacerdotes considerados como algo necessário. Neste documento, consta numa relação das povoações que se encontravam com falta de sacerdotes, e a sétima desta relação é Vila Maria. Conforme solicitação, Luiz de Albuquerque, pede:

[...] 1 Sacerdote. Suposto que esta Povoação pertença ao Distrito de Cuyabá, (aonde os clérigos também são pequeno número, e sumamente rebeldes para o Serviço espiritual, que lhes compete) sobre tudo se necessita de hum bom Sacerdote, que haja de bem desempenhar todas as obrigações Parrochiaes para com aqueles Índios (Carta datada em Vila Bella, em 12 de janeiro de 1779).

Conforme Biennès (1987, p. 480) “A freguesia de Vila Maria foi criada em 16 de junho de 1779, por provisão confirmada pelo Prelado diocesano em 4 de agosto de 1780<sup>38</sup>”. Nesse sentido, Biennès toma como sustentação o acontecimento de enunciação de Pizarro, segundo trata dos motivos para fundação de uma paróquia em Vila Maria, que enuncia:

[...] **A paróquia de São Luiz**, missão de índios, **ereta** em meio caminho para a Cidade de Mato Grosso, **se originou** da necessidade que houve em administrar os santos sacramentos ao povo habitante do sítio denominado Morro das Pitas, à margem oriental do Paraguai, onde por providência do general Luiz de Albuquerque, se fundou o Presidio de Vila Maria (BIENNÈS, p. 480).

Portanto, nas palavras de Pizarro apud Biennès (1987), o padre o Pe. José Ponce Diniz, para ocupar a nova paróquia foi nomeado pelo Ministro Eclesiásticos Padre José Gomes Leitão, vigário de Cuiabá, ocupando a posição de Pe. encomendado passou a servir a paróquia.

Em relação ainda sobre erigir uma Igreja na cidade de Cáceres, podemos considerar o que enunciam Dos Reis e Karim (2018), segundo os autores tanto as ruas quanto a Igreja e o Estado tiveram papéis fundamentais na constituição do espaço urbano do Centro Histórico de Cáceres, ao dizerem que:

---

<sup>38</sup> O autor explica em nota que “estas datas são tiradas de Virgílio Corrêa Filho, Mato Grosso, p. 152.”.

[...] O Centro Histórico de Cáceres é um espaço urbano constituído pelas ruas cujos nomes rememoram a fundação da cidade de Cáceres e a história da colonização do Brasil, nas quais tiveram papéis relevantes a **Igreja** (em Cáceres, a Terceira Ordem Regular de São Francisco) e o Estado. Essa parte central da cidade, que constitui um ponto de encontro entre o passado de rememorações e a atualidade, projeta um futuro que delinea a relação entre o que é centro e periferia da cidade. (DOS REIS; KARIM, 2018, p. 141).

Nesse processo de significação a enunciação de fundação de vila constitui-se como parte da enunciação do que significa *colonização portuguesa*, isto é, como constitutiva dos sentidos que historicizam e historicizaram a povoação e fundação do recôncavo urbano de Vila Maria, significados na latência de futuridade do próprio acontecimento. Compartilhamos desse modo com o que enunciou D. Máximo Biennès (1987), no texto da obra “Uma Igreja na fronteira”, para o líder religioso da TOR, os “textos e fotografias se materializam”. Tomamos essa posição, para dizer de uma fotografia, de um prospecto cuja temporalidade se materializa no espaço geográfico de Vila Maria do Paraguai.

Segundo Araujo (2012, p. 68), o termo de fundação subia ao conhecimento da rainha, informando-a que na data de 6 de outubro de 1778, por iniciativa foi criada a Vila Maria do Paraguai, desta vez em local inquestionavelmente português, no caminho já há muito estabelecido entre Cuiabá e Vila Bela. Esta nova povoação situava-se a cinco léguas do Marco do Jauru, instalado pela partida demarcatória de 1754. A vila, apresentava uma grande praça regular, segundo a qual representava o dado principal para a implantação urbana. Nesse sentido, seguia-se os padrões metodológicos já determinados nas cartas de fundação de vilas, cuja determinação era que se fizesse primeiro a praça e que, a partir daí, se deveriam fazer as ruas que mantivessem a sua “regularidade e formosura”. De acordo como segue o prospecto da Vila Maria:



**Figura 11** – José Joaquim Freire, Codina, *Prospecto da Vila Maria e São Luíz do Paraguai* situada em uma barreira perto de 40 palmos de alto em um excelente taboleiro de terra. Coleção de desenhos da Viagem Filisófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (folio nº 58). Manuscrito. Lisboa, Arquivo Histórico do Museu Zoológico Bocage. (Ferreira, 2002, 118). In: **Annals of Museu Paulista**. V. 20. N. 1. Jan. 2012.

Neste prospecto podemos observar que do lado esquerdo as casas seguem as mesmas características arquitetônicas, do lado direito é possível perceber casas com estruturas maiores e ao centro bem ao fundo do recôncavo da Vila, se faz presente a construção de uma pequena Igreja. Os acontecimentos significam diferente e determinadamente pela “sua própria ordem”. Veja que, a partir do prospecto, podemos considerar que o sentido de construção de uma pequena Igreja é o que projeta a futuridade que vai designar o povoado à categoria de Vila, segundo a qual é nomeada tomando como memorável o nome “Maria” agregado ao nome comum Vila, que passa a significar Vila Maria em homenagem tanto a D. Maria I, monarca portuguesa no Brasil, cujas ligações das relações políticas constituíam-se unidos às decisões de Portugal. E, desse modo, os sentidos de construção da Catedral São Luiz de Cáceres, também, se constituíram e ressignificaram, pelo agenciamento do político, que o dividem, se redivide no movimento semântico na relação com os acontecimentos de linguagem no espaço político inicialmente colonial.

Da posição que nos colocamos, a questão dos sentidos nos interessa, porque ao realizarmos sondagens, percebemos que os enunciados integrados a texto específico o qual diz designa, identifica e mostra como a unidade de análise significa de modos diferentes, e não o classifica. Nessa medida, tratar da significação é algo indispensável no nosso trabalho, pois, dizer dela nos coloca a dizer como ela se “reporta a”, “se relaciona a”, “diz de” algo específico. Assim, ao considerarmos que documentos oficiais, mapas/texto, planta-texto e infinito outros textos integram elementos linguísticos, leva-nos a considerar, também, que os textos retomam memoráveis de sentidos já significados e ao retomar ressignificam diferentemente.

Visitamos também a obra *Notícia sobre a Provincia de Matto Grosso, seguida D'UM ROTEIRO DA SUA CAPITAL A'S. PAULO*, por Ferreira Moutinho (1869), cujos acontecimentos nos fazem saber que, pela bula do SS. Padre Benedito XVI *Candor “lucis aeternae”*, 6 de dezembro de 1746, expedida a instâncias de El-rei D. João V, foi criada a Prelazia de Cuiabá, que estava sob a jurisdição do bispo do Rio de Janeiro, até ser ocupada por D. Luiz de Castro Pereira, o qual chegou a Cuiabá a 17 de agosto de 1808, e faleceu em 1820, no dia 1º de agosto. Seu sucessor foi o frei José Maria de Macerata, missionário capuchinho. O Exm. Rvdm. Sr. D. José Antonio dos Reis, foi o primeiro bispo nomeado para essa diocese. Esta Prelazia, tem seu bispado dividido, pela bula de 15 de julho de 1826 “*Solicita catholicae gregis cura*”, expedida pelo SS. Padre Leão XII, aprovada por lei de 3 de novembro de 1827. Desse modo, dividia-se em sete comarcas eclesiásticas e dezesseis paróquias.

Segundo encontramos textualizado no jornal “ARGOS”<sup>39</sup> de número cento e quanta e oito, de dezenove de julho de mil e novecentos e quatorze, na seção “Datas e Factos Mez de Julho”, data que se comemora o octogésimo oitavo aniversário da criação dos bispados de Mato Grosso e Goiás, foi pela bula *Solicita Catholica gregis*, de 15 de julho de 1826, expedida pelo papa Leão XII, que foram criados os bispados de Matto Grosso e Goiás. (ARGOS, 1914, p. 1).

Ferreira Moutinho (1869, p. 172), no seu roteiro ao passar por Vila Maria do Paraguai, diz que quem comandava esta Vila, era o militar o sr. tenente coronel Luiz Benedito Pereira Leite, e, assim sobre Vila Maria enuncia: “nada temos digno de menção”. Mas acaba dizendo que “Em Villa Maria podem chegar barcos de maior cavalado que os que comportam as águas do Cuiabá”. Ainda a respeito da Vila, uma que questão nos interessa, segundo o autor “Os costumes são os mesmos que os da capital; a vila em si não oferece nada de notável; **a sua capelinha sob invocação de S. Luiz está muito arruinada, e prestes a desabar**”. “As casas são construídas de taipa e de adobes, e ainda algumas de pau a pique, branqueadas a cal, e poucas forradas de papel” (Ibidem).

No âmbito da história da construção da Igreja Matriz, devemos destacar que as “Visitas Pastorais” empreendida em 1886, foram significativas para a construção da primeira Igreja, designada como nova Matriz. Vamos a seguir tomar recorte de uma ata específica que integra a obra *Bispo do Império*, com objetivo de refletir sobre a designação de enunciados na textualidade do texto que significa e ressignifica a construção, dessa Igreja Matriz.

## **5.2 Os sentidos de construção do novo projetado como sentido de uma nova Igreja Matriz**

No âmbito da história da construção da Igreja Matriz, frisamos que as “Visitas Pastorais” realizadas pelo Exmo. e Revmo. Sr. Dom Carlos Luiz d’ Amour, chegaram à Vila de *São Luiz de Cáceres* no dia 22 de julho de 1886, recebidos pelo Padre Casimiro Ponce Martins, nesta Vila. Segundo Leite (1980, p. 108), a chegada do discípulo na cidade constituiu-se como um acontecimento memorável, pois, a comitiva pastoral foi recebida “à praça Jacobina na entrada da cidade”, com um espetáculo de grandeza que já os esperava.

Neste sentido, no livro intitulado *Bispo do Império*, de 1980, de Luís-Philippe Pereira Leite, um documento histórico, nos apresenta a existência de uma Igreja Matriz na cidade de

---

<sup>39</sup> Este jornal integra o acervo do “Arquivo Municipal” de Cáceres Mato Grosso.

S. Luiz de Cáceres. Por conseguinte, durante a Visita Pastoral, Dom Carlos Luiz d' Amour convocou os habitantes para algumas reuniões, para tratar de questões sobre a escolha do lugar onde se deveria edificar a nova Igreja Matriz, e a 06 de julho de 1886, foi colocada a primeira Pedra Fundamental do edifício da Nova Matriz, desta Freguesia, momento que se encontrava em Visita Pastoral o Sr. Bispo Diocesano. Segundo Leite (1980, p. 125), estes acontecimentos, ou seja, a colocação da Pedra Fundamental e a Visita Pastoral, se deram no ano “sexagésimo quarto da Independência e do Império”, em um período histórico no Brasil no qual “a Santa Igreja Universal” era governada pelo “Santíssimo Padre Leão XIII”, e reinava “neste Império do Brasil Sua majestade o Imperador o Senhor Dom Pedro II, nesta cidade de S. Luiz de Cáceres.

Conforme Leite (1980, 127), a planta da nova matriz, textualizava-se como:

[...] um excelente risco **tendo 20 metros de largura sobre 80 de comprimento**. As paredes serão construídas com pedra e tijolo e o interior dividido em **três naves** por duas ordens de colunas também de tijolos, sendo cinco de cada lado. **Essa planta** foi organizada, se não me engano, pelo hábil artista francês Sr. Bossay Felix, e se for executada com exatidão, dará em resultado possuir aquela Freguesia um dos mais bem acabados templos da Diocese. (LEITE, 1980, p. 127).

De acordo com Cavenaghi (2006, p. 197) “os padrões científicos da cartografia são elementos presentes no Brasil desde a época colonial. A escola cartográfica portuguesa é um exemplo desse processo, pois seu desenvolvimento levou ao mapeamento do território e à sua legitimação como colônia”. Nessa direção, considerando que “a enunciação, enquanto acontecimento de linguagem, se faz pelo funcionamento da língua (GUIMARÃES, 2017, p. 15)”, dizemos que uma planta-texto é passível de leitura de interpretável, ela é um acontecimento de linguagem que se constitui como prática de linguagem, na relação que considera sujeito-língua-história.

No acontecimento de enunciação citado acima, a planta levantada por Bossay Felix, em 1886, retoma o memorável do primeiro planejamento da construção de uma nova matriz, cujo acontecimento temporaliza e projeta uma latência de sentido que significa pelo agenciamento do acontecimento de enunciação de uma prática específica, ou seja, a “planta” integra elementos que significam a medida, comprimento, largura, divisão etc. Sendo assim, os enunciados “20x80m” e “o seu interior dividido em 3 naves”, são enunciações que designam traços e padrões científicos de uma cartografia nos moldes franceses, levando em conta o agenciamento que afeta o sujeito que a projetou.

Para este estudo, pinçamos um recorte do acontecimento de enunciação da ata de reunião lavrada no Paço Episcopal da cidade de São Luiz de Cáceres, datada de vinte e nove



de 1886, que está integrada à obra *Bispo do Império*. Visto que no presente deste o Bispo “tinha por fim concordarem acerca da escolha do lugar, em que se deveria edificar a nova igreja Matriz”. Buscamos com essa análise compreender o que a expressão **construção do novo projetado**, significa no texto da ata?

Passemos ao recorte:

**R. 5.2.1**[...] Declarado: que a presente reunião tinha fim concordarem acerca da escolha do lugar, em que se devia edificar a nova Igreja Matriz, visto como por nenhum princípio podia permitir que se demolisse a atual por ser o único Templo que havia nesta cidade para se celebrarem os ofícios divinos; e que a demolição dele importaria em privar os fiéis de prestar o culto a Deus por alguns anos, que necessariamente seriam preciso para **a construção do novo projetado**; que necessidade de edificar-se quanto antes uma nova Igreja Matriz era sentida por todos, não só porque a existente em razão do seu acanhamento não tinha capacidade suficiente para comportar nem talvez o terço da população da cidade, como porque este edifício já não está em harmonia com os dos particulares, que por sua elegância e arquitetura ainda mais o amesquinham, e já porque mesmo a extensão da cidade e a comunidade pública exige a conservação deste, ainda memo assim está (LEITE, p. 1980, p. 119).

Sondemos a sequência enunciativa 5.2.1. Na cena enunciativa deste acontecimento, a temporalidade é instaurada no próprio acontecimento de enunciação como um passado, que no presente projeta a futuridade de novos acontecimentos, à exemplo, os verbos que se apresentam como passado “Declaro” e no futuro do pretérito do indicativo “deveria”. Isto é, o alocutor-secretário retoma a pauta tratada na reunião e a apresenta indicando para o presente da enunciação: “A presente **tinha** fim concordarem acerca da escolha do lugar, em que **deveria** edificar a nova igreja Matriz”. Sendo assim, o passado se abre e projeta no presente uma latência de futuridade como possibilidade de um acontecimento futuro. Ainda nesta cena, o dizer recorta o memorável do dia da reunião com os verbos no passado e, ao mesmo tempo, projeta, um novo acontecimento, visto que a expressão “a construção do novo projetado que necessidade de se edificar quanto antes uma nova matriz” indica uma futuridade.

Observemos que há um processo de demolição do antigo, isto é, de apagamento de uma memória cultural e religiosa local que abre possibilidade para o novo, que neste recorte é tratado como a nova Igreja Matriz. Deste modo, percebemos que esse prédio antigo que está balizado nos pilares da cultura e memória social desses moradores da cidade de Cáceres foi alvo de transformação, uma vez que, a sua estrutura já não comportava mais o número de fiéis e a sua arquitetura já não era compatível com o estilo dos casarões particulares da época.

Neste recorte, vemos que de um lado a expressão “a nova Igreja Matriz” na segunda linha é reescriturada por substituição por “a construção do novo projetado”. Desse modo, “a construção do novo projetado” atribui e determina sentido de construção “a nova Igreja

Matriz”. Podemos observar que, a expressão “a nova Igreja Matriz” também reescritura por substituição por especificação “uma nova Igreja Matriz”. Nessa direção, há uma determinação semântica que se apresenta por uma relação de antonímia entre o enunciado “a construção do novo projetado” com a especificação enunciativa “a atual” que reescritura por elipse Igreja matriz, e assim, determina o sentido que especifica o que é “a atual”, ou seja, a atual determina Igreja Matriz. E Igreja Matriz é reescriturada por substituição numa relação de sinonímia com o termo “Templo”. Por outro lado, temos a substituição de “Templo” por “Edifício”, segundo o qual também estabelece relação sinonímica com o termo “o” e “deste”. Nesse sentido, compreende-se que na cidade há espaço apenas para um único monumento considerado matriz e, assim o processo de erigir/construir o novo é confirmar as mudanças e os avanços que vivem desde o processo de vila até cidade. Sendo assim, cidade especifica grandiosidade, e com isso o monumento constitui-se como símbolo de uma Instituição de poder é reformulada para acompanhar o desenvolvimento da modernidade e essa expansão política e territorial da cidade de Cáceres.

“A produção do sentido pelo acontecimento da enunciação envolve um aspecto fundamental: o agenciamento do falante, pelo funcionamento da enunciação, em aquele que diz” (GUIMARÃES, 2018, p. 43), nessa medida, há na cena enunciativa da ata de reunião um alocutor-bispo que diz do lugar do Império, sendo assim, temos um Enunciador Universal que ao dizer deste lugar oficial determina este acontecimento enunciativo e estabelece as providências futuras, para a construção e projeção do novo monumento. Cabe, então, dizer que “novo projetado” no enunciado “a construção do novo projetado” reescritura por especificação “a construção”, e assim designa a construção de “uma nova Igreja Matriz”. Vejamos o seguinte **DSD**:

#### DSD

**A construção do Novo projetado** | a Nova Igreja Matriz — uma nova Igreja Matriz

A atual | Igreja Matriz — Templo | Edifício — o — deste

Onde se lê: *A construção do Novo projetado* é determinada por a *Nova Igreja Matriz*, onde a *Nova Igreja Matriz* apresenta uma relação de sinonímia com *uma nova Igreja Matriz*. Por sua vez, *A construção do Novo projetado*, a *Nova Igreja Matriz* e *uma nova Igreja Matriz* estabelece e apresenta uma relação de antonímia com *A atual* a qual determina *Igreja Matriz*, nesta direção, *Igreja Matriz* apresenta uma relação de sinonímia com *Templo*. Numa outra direção, *Igreja Matriz* e *Templo* são determinados por *Edifício* que estabelece relações sinonímicas com os termos *o* e *deste*.

### **5.3 Planta-Texto 01 – Planta Baixa/Cobertura e Planta-Texto 02 – Planta Fachada/Corte: uma nova temporalidade sentidos que ressignificam a Igreja Matriz de Cáceres**

A Catedral São Luiz de Cáceres, hoje, é um “Monumento<sup>40</sup>”, pois, foi tombado pelo Iphan em 1978, da nascente ao poente, esta Catedral reluz exuberante plantada no coração da Urbe cacerense, situada a sudoeste do Estado do Mato Grosso é o Cartão Postal da cidade de Cáceres. Ela estabelece seus laços de significação na relação com o imponente Marco do Jauru, com a Praça Barão do Rio Branco e com outros monumentos que permeiam sentidos ao espaço da cidade.

A Diocese de São Luiz de Cáceres e a Diocese de Corumbá foram criadas a 05 de abril de 1910, pela Bula “*Novas Constituire*” emitida pelo Papa Pio X. Ambas desmembradas da então Diocese de Cuiabá. Esta foi transformada em seguida em Arquidiocese e atualmente, limita-se com a Diocese de Ji-Paraná – RO, Diocese de Juína – MT, Diocese de Diamantino – MT, Arquidiocese de Cuiabá – MT, Diocese de Rondonópolis – MT, Diocese de Corumbá – MS e Diocese de San Ignacio de Velazques – Bolívia. Para dirigir os trabalhos da Diocese de São Luiz de Cáceres, Sua Santidade o Papa Bento XV, elegeu como Bispo desta Diocese, o frei Luiz Marie Galibert, segundo já exercia o cargo de Provincial Regional dos padres franciscanos no Mato Grosso. Conforme afirmou Biennès (1987, p. 87), “D. Luiz Marie Galibert, foi Bispo da Diocese de São Luiz de Cáceres durante 40 anos”.

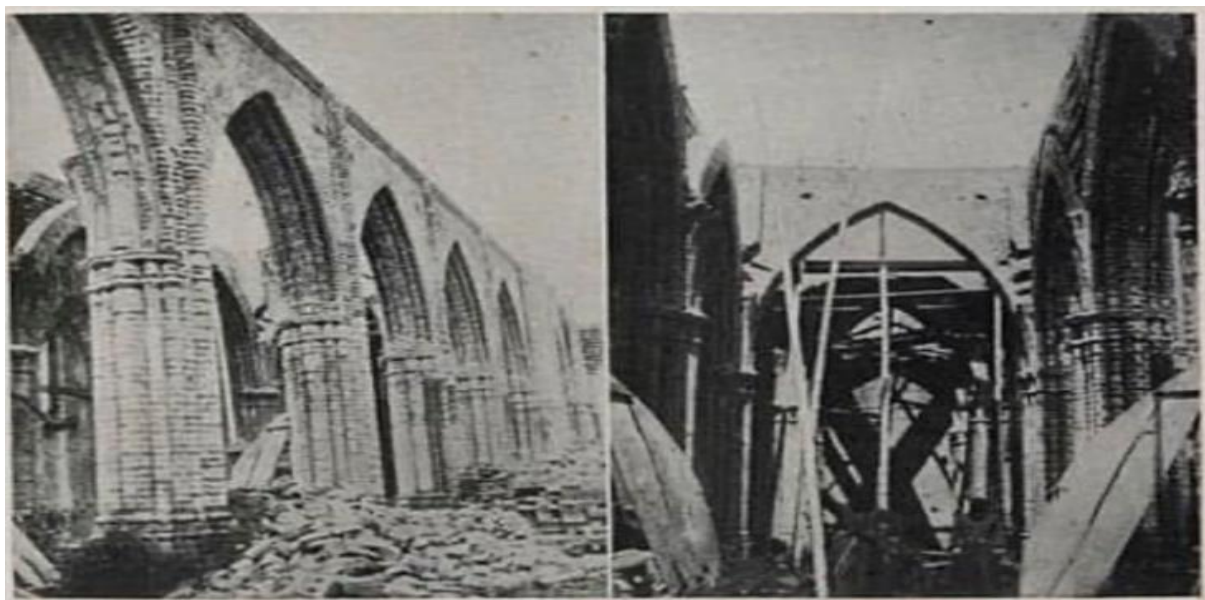
Sobre a latência de futuro desse acontecimento, sabe-se que a construção da Catedral, iniciou-se em 1919, nesse sentido, buscamos e recortamos duas imagens riquíssimas que materializam sentidos à construção da Catedral de Cáceres, em andamento. As imagens integram o texto “O Evangelho nas selvas”, publicada pelo Jornal Excelsior, em 1930.

---

<sup>40</sup>Iphan. Arquivo Noronha Santos/Iphan e IBGE. *Monumentos e Espaços Públicos Tombados – Cáceres (MT)*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1473>>. Acesso em: 10/03/2022.



**Figura 12** - “D. frei Luiz Maria Galibert, bispo de S. Luiz de Cáceres, em Matto Grosso”. In: JORNAL. Excelsior (RJ). Edição 0026 (1), 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader>. Acesso em: 23/01/2020.



**Figura 13** - “Dois aspectos da catedral de S. Luiz de Cáceres, em construção”. In: O Evangelho nas selvas. JORNAL. Excelsior (RJ). Edição 0026 (1), 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader>. Acesso em: 23/01/2020.

Em “1919, foi colocada a pedra fundamental na Praça Barão do Rio Branco, núcleo urbano e, durante 46 anos, foi sendo construída a igreja, em estilo gótico romano com paredes largas” (GATTI, 2016, p. 117). Alguns pesquisadores, não consideram a arquitetura da Catedral como estilo gótico, mas o gótico como inspiração para a construção de um Templo Neogótico. O neogótico se instalava em Mato Grosso, com a construção de um novo estilo arquitetônico que recorta como memorável, estilos da Idade Média.

Como vimos na análise “Os sentidos de construção do novo projetado como sentido de uma nova Igreja Matriz”, a Igreja, foi iniciada sob a invocação de São Luiz, com o nome Igreja de São Luís de França (Vila Maria do Paraguai), ela passou por outras significações/ressignificações no seu longo processo de construção, até chegar a sua conclusão e inauguração, em 1965, com a designação de Catedral São Luiz de Cáceres. Durante este processo, ocorreram profundas mudanças não só em relação a escolha do lugar para a construção da Igreja, bem como houveram mudanças nos traçados dos projetos das plantas/textos. Em análise anterior sabemos que, em 1886, D. Carlos Luiz D’Amour, chegou a lançar a pedra fundamental da obra desta Igreja iniciada, onde hoje é a Praça Major João Carlos (antiga praça Jacobina).

O Bispo D. Carlos, em sua visita pastoral, tomou como um dos objetivos o de construir uma nova Matriz. Para formalização de tal objetivo, ele decidiu convocar a população para algumas assembleias, este acontecimento foi textualizado em Atas, na qual se decidiu que “a nova Matriz será edificada na praça da Jacobina, no lugar em que está principiada a capela de S. Benedito”. Mas destacamos que foi com D. Luiz Marie Galibert, que a Catedral São Luiz de Cáceres ganhou à direção para a construção de um Templo, para acolher os fiéis. A consagração desta Catedral se deu por D. Máximo Biennès, cujo corpo repousa no jazigo que fica no interior da Catedral, do lado direito do altar central.

Anos após sua construção, a Catedral, precisou passar por diversas reformas na sua estrutura física, arquitetônica e mobiliário, desde pintura interior à reforma do telhado. Nessa ocasião, em 1994, exigiu-se o levantamento da planta, para dar procedimento à reforma do telhado desta Matriz. Portanto, esta é a planta-texto da Catedral São Luiz de Cáceres, a qual tivemos acesso devidamente autorizados<sup>41</sup>.

Consideramos como possibilidade a existência de uma cópia da planta primitiva da Catedral São Luiz de Cáceres (Original), e que ela fora colocada debaixo da pedra fundamental desta Catedral, concebida sob “a forma prescrita pelo rito da santa Igreja

---

<sup>41</sup>Conforme já mencionamos, neste trabalho. Sugerimos ver a subcapítulo 1.7.1 Do levantamento do *corpus*.

Católica Apostólica Romana”, “*diversos impressos*”, foram colocados debaixo desta pedra, conforme citação abaixo. Isto é, a cópia da planta, possivelmente, também fora com outros documentos colocados no interior de uma urna de cristal, no interior da sétima coluna da Igreja. Visto que o acontecimento da Ata do dia 06 de outubro de 1919, da colocação da pedra fundamental, citado por Matos (2011), enuncia que:

*“... Debaixo da pedra fundamental, na sétima coluna, contada da primeira da torre do lado do Evangelho, nave central, a 70 cm de altura, em uma cavidade previamente preparada, foi colocada uma urna de cristal, contendo um exemplar desta ata escrito em pergaminho, uma cópia da ata da cessão da câmara Municipal, cedendo este terreno a título de permuta pelo da Praça Major João Carlos, onde se ia construir a antiga matriz, uma fotografia de S.Exa. O Sr. Bispo Diocesano, um grupo dos RR.PP. da missão Franciscana, outras das Exmas. Senhoritas da comissão permanentes promotora dos meios para esta construção, presidida pela Revma. Irmã Superiora do Colégio da Imaculada Conceição, diversos impressos, moedas e outros objetos”* (MATOS, 2011, p. 245). (Grifos em itálicos do autor) e (Grifos em negrito nossos).

Tomar as plantas/textos como linguagem, enquanto acontecimento da enunciação coloca-nos a considerarmos que estas plantas/textos são constitutivas das cenas enunciativas que elas representam, e assim, de (re)significar e se significar na/pela prática da linguagem. O acontecimento de linguagem das plantas/textos que dizem sobre a construção da Igreja Católica em Cáceres, se constituem de temporalidades própria a qual recortam como memorável enunciações da história brasileira (Colônia, Império e República), durante esse percurso enunciativo, observamos que há, pelo menos quatro projetos de levantamento de planta da construção desta Igreja, se considerarmos que: a) o primeiro se dá com a planta projetada, por Bossay Felix, em 1886; b) o segundo compreende as plantas arquitetônicas do novo templo, projetada e apresentada por Leòn Joséph Louis Mousnier, contratado em 1918.

Como assevera Biennès (1987), esse engenheiro francês, foi o idealizador da Planta da Catedral São Luiz de Cáceres, ele “*tinha sido encontrado em Assunção por frei Inácio Gau, que ia pregar retiros às (Irmãs Azuis Argentinas)*” e, diante da relação de alocação estabelecida por Frei Gau, o convidou para analisar a estrutura da Igreja iniciada na Praça da Jacobina, atual Praça Major João Carlos.

Mousnier muito entusiasmado com este grande empreendimento, preparou “as plantas da futura catedral de Cáceres e prontificou-se também a execução do trabalho” (BIENNÈS, 1987, p. 90). E assim, este engenheiro, “*Traçou rapidamente os croquis e plantas de um templo que imitava as igrejas góticas da Idade Média, com três naves e duas torres frontais*” (Idem). Ainda sobre essa planta, Biennès cita D. Galibert e, assim diz: “a planta foi aceita com entusiasmo”.

Deste acontecimento, recuperamos o texto intitulado *FACHADA DO PROJETO ORIGINAL DE 1918*, conforme segue:



**Figura 14 - FACHADA DO PROJETO ORIGINAL – 1918**, fotografia feito por Taisir Karim (2019).  
In: Banner intitulado “EXPOSIÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL CÁCERES 240 ANOS A CATEDRAL DE CÁCERES”, exposto na inauguração da nova sede do Museu Histórico “Profa. Emília Darci de Souza Cuyabano”, em 03 de outubro de 2019.

Este texto, constitui como uma materialidade inédita na formação do *corpus* de nossa pesquisa. Sobre este projeto, o que sabemos é que, Matos não o encontrou no momento do seu estudo, ao afirmar que “não existe projeto”, isto o levou a elaboração de uma planta imaginária e esquemática, tomando como base de medidas as fachadas frontal e lateral da atual Catedral São Luiz de Cáceres. A partir de sua elaboração disse que “As formas agulhadas do projeto, sintonizam perfeitamente com o estilo gótico. Somadas às presenças das rosáceas, das torrinhas decorativas, das torres octogonais, do portal, arcobotantes, abside” (MATOS, 2011, p. 250).

O nome FACHADA integrado no acontecimento “FACHADA DO PROJETO ORIGINAL – 1918”, produz o sentido que faz significar a existência de uma planta constituída de elementos de um projeto específico, que assim significa na relação da transversalidade textual com o Projeto (ORIGINAL – 1918), o que a especifica neste acontecimento como sendo a Fachada Original (Fachada Moderna) da parte frontal horizontal da construção da Igreja. Isto, constituiu uma latência de futuridade que possibilita enunciações outras, por exemplo, a de um “Projeto Original” para a construção de uma Matriz de estilo Gótico, se observarmos que de modo geral, “FACHADA” significa o lugar do gótico nas práticas de cartográficas de arquitetos franceses. Ou seja, a existência das duas torres agulhadas articuladas na fachada deste projeto, é o que determinam o sentido de originalidade do gótico, produzido por práticas de linguagens e padrões científicos da cartografia francesa, isto significa, de certo modo, a presença de traços da arquitetura moderna europeia no Brasil. No entanto, pode-se dizer que o sentido que “Original” atribui ao “Projeto” e conseqüentemente a “Fachada” significa a presença e instalação da modernidade no interior do Mato Grosso.

Mas como sabemos, a projeção das torres agulhadas não foram executadas devido ao falecimento do arquiteto responsável. Em outras palavras, as torres da Catedral, não foi executada conforme projeção do projeto original de Mousnier, pois, ele faleceu para sempre em 24 de outubro de 1919, há 18 dias após o lançamento da pedra fundamental, e durante a construção dos alicerces em pedra canga. Isto significa dizer que, a futuridade aberta pela FACHADA que sugere o estilo gótico de enunciados sobre o gótico no Projeto não se dá, o que se enuncia enquanto futuridade, nesse caso, é o acontecimento de um projeto com estilo considerado Neogótico. Isso se deve por conta de o Projeto Original – 1918, ser elaborado por um outro arquiteto, isto é, tem-se outro agenciamento enunciativo no acontecimento deste projeto.

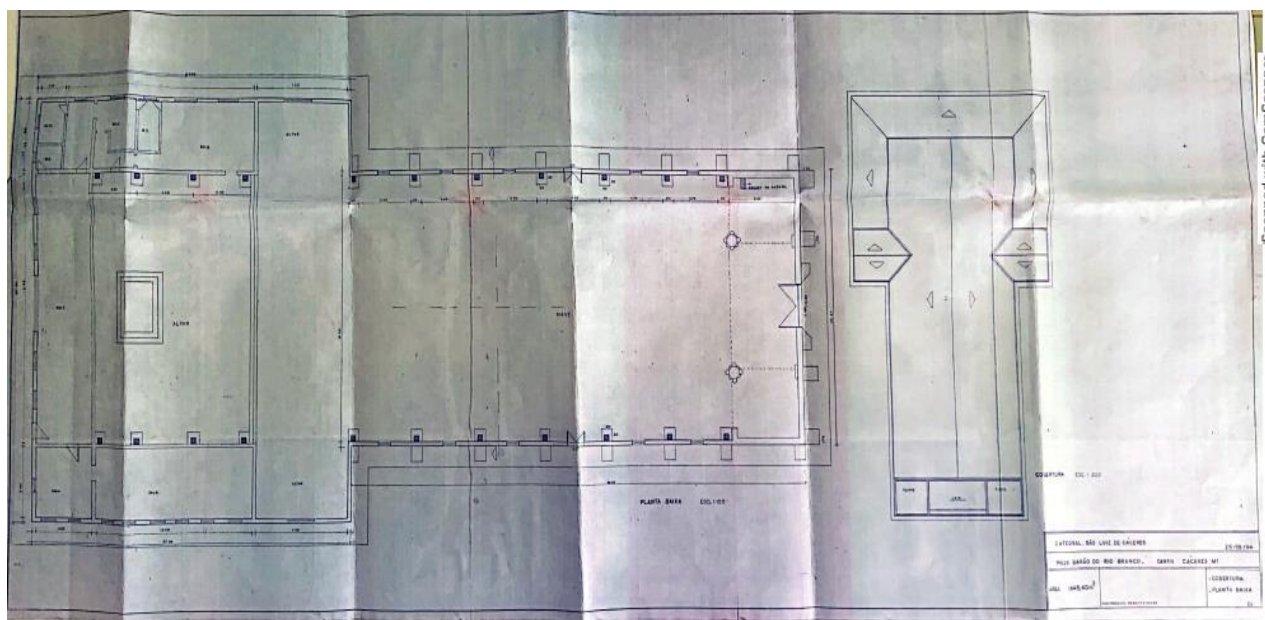
Sobre o neogótico no Brasil, ressaltamos que “O neogótico chegou ao Brasil pouco antes da República” (MATOS, 2011, p. 78). Este autor diz que, “Até que se provem ao contrário, a primeira igreja neogótica do Brasil, foi o Santuário de Caraça, em Minas Gerais, construído entre 1876 a 1883” (Ibidem). E, especificamente, em Mato Grosso, Matos afirmou ter encontrado “o **estilo neogótico** nas Igrejas N.S. Dom Despacho, no Santuário N.S. Auxiliadora em Cuiabá e **na Catedral de Cáceres**” (Ibidem). O terceiro projeto teria sido



elaborado pelo alocutor-arquiteto paulista Benedito Calixto de Jesus Neto<sup>42</sup>, em comunhão com os franciscanos. Segundo Matos, este sim foi executado.

Sendo assim, consideramos que a Planta datada de vinte e cinco de setembro de mil e novecentos e noventa e quatro, elaborado pelo alocutor-engenheiro, para a autorização da reforma do telhado da Catedral São Luiz de Cáceres, Diocese de Cáceres, pode ser considerada como a quarta planta-texto da Catedral São Luiz. Este acontecimento caracteriza-se como diferente por constituir sua própria temporalidade, o qual tomamos como *corpus* para essa análise da planta-texto, visto que nossa unidade de análise são os enunciados que a integra.

### Texto 1:



Fonte: Cúria Diocesana de Cáceres

**Figura 15** – Planta-Texto 1 – Catedral São Luiz de Cáceres (Cobertura e Planta Baixa)

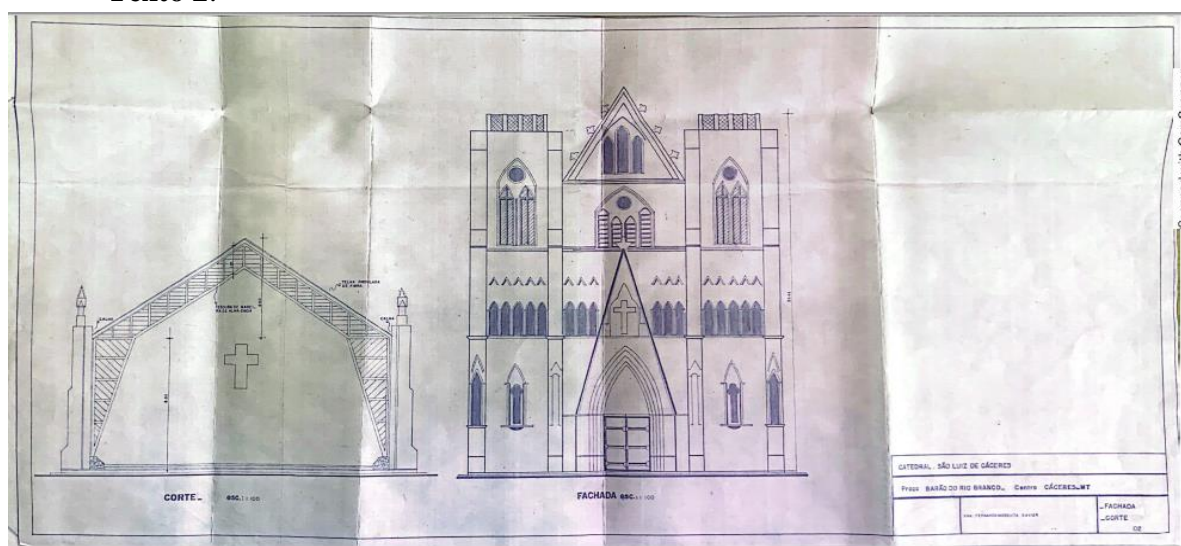
<sup>42</sup> Nascido em (Bebedouro, 27 de maio de 1906 -Aparecida, 21 de julho de 1972, grande arquiteto brasileiro, cuja especialização era em arte sacra e litúrgica católica. Sua formação se deu pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. Benedito, herdou a intimidade com a Arte, a partir dos trabalhos artísticos de seu avô, o ilustríssimo pintor e historiador Benedito Calixto de Jesus. Ademais, este arquiteto paulista, foi atuante e responsável pela construção de centenas de templo para a Igreja Católica no Brasil. Adaptado do texto disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Benedito\\_Calixto\\_Neto](https://pt.wikipedia.org/wiki/Benedito_Calixto_Neto)>. Acesso em: 30/08/2022.

No canto direito inferior, da planta-texto 01, podemos ver o enunciado legenda, pinçado e transcrito abaixo:

CATEDRAL. SÃO LUIZ DE CÁCERES		25/09/94
Praça BARÃO DO RIO BRANCO - Centro		CÁCERES MT
AREA. 1.645,40m <sup>2</sup>	ENG. FERNANDO MESQUITA XAVIER	- COBERTURA - PLANTA BAIXA  01

Fonte: Cúria Diocesana de Cáceres

### Texto 2:



Fonte: Cúria Diocesana de Cáceres

**Figura 16** – Planta-Texto 2 – Catedral São Luiz de Cáceres (Fachada e Corte)

No canto direito inferior, da planta-texto 02, podemos ver o enunciado legenda, pinçado e transcrito abaixo:

CATEDRAL. SÃO LUIZ DE CÁCERES		25/09/94
Praça BARÃO DO RIO BRANCO - Centro		CÁCERES MT
	ENG. FERNANDO MESQUITA XAVIER	- FACHADA - CORTE  02

Fonte: Cúria Diocesana de Cáceres

Consideramos que a cena enunciativa da planta-texto, de 1994, conforma-se no espaço de enunciação de línguas e falantes que considera o Português como a língua oficial do Estado Brasileiro, ou seja, a cena enunciativa se dá no espaço regulado pela Língua Nacional do Brasil. Isto significa dizer que, os falantes são agenciados na cena enunciativa a dizer por esta língua, e assim ao dizer, diz ocupando lugares de enunciação que os relacionam e os divide de certo modo nesta cena. Ou seja, as figuras enunciativas que fala neste acontecimento, enuncia do lugar que diz L (Locutor) a seu correlato o LT (Locutário), este é o lugar do dizer do Estado do Brasil. Sendo assim, no acontecimento desta cena enunciativa, tanto do Texto 1 quanto do Texto 2, o Locutor (o lugar que diz), ao dizer instala-se dividido, enquanto o lugar social de dizer, isto é, em que L, só pode falar enquanto ocupa a posição social de al-x (alocutor-x), que tem como seu correlato um at-x (alocutário-x). Nesta medida, a posição de alocutor-x que se constitui na cena é a de alocutor-engenheiro, segundo o qual fala para um alocutário-sociedade cacerense.

Com tais considerações, dizemos que o falante que é agenciado pela língua de L, que o constitui enquanto falante colocando-o em litígio com outros falantes a enunciar desse lugar, constituído pela figura enunciativa, que aí fala. Ou seja, a figura enunciativa marcada por al-engenheiro apresenta um enunciador-universal por se tratar de um lugar oficial de dizer, o lugar de dizer da engenharia caracterizando este texto enquanto planta.

Conforme Guimarães (2018, p. 58), “a cena enunciativa se configura por uma divisão de lugares de enunciação”. Nesse sentido, segundo o autor, “a disparidade é própria da divisão do falante no acontecimento de enunciação” e “é por si politópica”. Para considerarmos a divisão de lugares que constitui a politopia nesta cena enunciativa da planta-texto, vamos inicialmente considerar a sequência enunciativa [5.3]:

[5.3] A planta-texto 01 da Catedral São Luiz de Cáceres integra os elementos a Planta Baixa e a planta de Cobertura. A planta-texto 02 da Catedral São Luiz de Cáceres integra a planta da Fachada e a planta de Corte. Mas a planta-texto 01 integra a Planta Baixa, a planta de Cobertura e “AREA. 1.645,40m<sup>2</sup>”.

Neste sentido, podemos parafrasear a sequência enunciativa [5.3], dos textos 01 e 02, por:

[5.3.1] (Nós vimos que), a planta-texto 01 da Catedral São Luiz de Cáceres integra a Planta Baixa e a planta de Cobertura.

[5.3.2] (Nós vimos que), a planta-texto 02 da Catedral São Luiz de Cáceres integra a planta da Fachada e a planta de Corte.

[5.3.3] No entanto, (Eu afirmo que) somente a planta-texto 01 da Catedral São Luiz de Cáceres integra a Planta Baixa, a planta de Cobertura e a AREA. 1.645,40m<sup>2</sup>.

Isto considerado, a partir das paráfrases, onde [5.3.1], [5.3.2] e [5.3.3], significam diferentemente entre si, cuja diferença se dá pelo modo como o locutor diz o que se diz e se apresenta, por exemplo, o que é dito em [5.3.1] e [5.3.2], significa pelo modo de apresentação (Nós vimos que). De outro lado, nesta cena enunciativa, em [5.3.3], o lugar social de dizer (alocutor) significa nesta cena predicado pela posição social de alocutor-x (engenheiro/brasileiro), cujo falante agenciado deste lugar pela Língua Nacional do Brasil, o coloca em litígio com outros falantes a enunciar desse lugar. Isto nos leva a pensar em dois lugares de dizer, sendo o primeiro o lugar de Enunciador-Universal, uma vez que a planta-texto ganha essa característica por ser assinada por um alocutor-engenheiro, consideramos então o lugar da engenharia/ciência. Por outro lado, temos a figura enunciativa que aí fala é a de enunciador-individual, que instaura uma relação de alocação com seu correlato um alocutário-x (responsáveis pela reforma), o qual apresenta a advertência de que *a planta-texto 01 da Catedral São Luiz de Cáceres integra a Planta Baixa, a planta de cobertura e a AREA. 1.645,40m<sup>2</sup>.*

Analisar os nomes integrados a planta-texto, nos coloca a considerar que o alocutor da administração pública da Igreja responsável pelo dizer está representado pela figura do lugar social do Bispo, se considerarmos que na prática da linguagem da Igreja, ou seja, no acontecimento de enunciação planta-texto, por exemplo, o nome “CATEDRAL” no funcionamento do enunciado-título “CATEDRAL. SÃO LUIZ DE CÁCERES” significa pela enunciação do próprio sentido que o nome “CATEDRAL” condensa. Ou seja, o nome “CATEDRAL” retoma lembranças de enunciações da Igreja Católica, isto significa dizer que na cidade onde se reside o Bispo, ou Arcebispo, a Igreja da cidade, enquanto Instituição nomeada de Catedral, obrigatoriamente, ela deve apresentar no seu interior uma *Cadeira* (a Cadeira do Bispo). Portanto, a construção da Catedral na cidade de Cáceres, significa a presença da sede episcopal, o que designa e atribui sentido de Cidade. Assim, uma cidade só se constitui enquanto Cidade, com a instalação da sede episcopal e a construção de uma

Catedral. Isto é, tomando as palavras de Descendre (2015), dizemos que na cidade instala-se a “jurisdição eclesiástica” que se voltam para “a geografia urbana” e arquitetônica da Igreja no espaço da cidade.

Neste movimento enunciativo, tratar da construção da Catedral, vimos, como instigante o dizer de Fedatto (2013, p. 82), ao considerar o que Duby, diz sobre a questão da grande inovação do espaço urbano. Segundo a autora, “para duby, a grande inovação do espaço urbano é que produz lugares de visibilidade do político através da centralização”. Ainda conforme a autora, “no caso das cidades europeias, o autor destaca o palácio, a **catedral** e a muralha como edifícios-chave desse processo, pois projetam os poderes judiciários (respeitar a lei), religioso (velar as almas) e militar (expulsar os invasores) no cotidiano” (Op. Cit., 2013, p. 83). Do ponto de vista da autora, considera-se:

[...] se o estado é causa da cidade e a cidade é condição material para o estado, isso significa que o processo de urbanização é uma resposta historicamente determinada ao problema da estabilização do poder e da delimitação de sua atuação no contexto histórico da formação dos estados nacionais. as instituições urbanas surgem, portanto, nesse momento, da necessidade de governar a disputa pelo espaço. nesse contexto sócio-histórico distinguem-se dois tipos de fundamentais de cidade, segundo o historiador espanhol<sup>43</sup>: a cidade renascentista e a cidade barroca (FEDATTO, 2013, p. 83).

Dito desse modo, na textualidade da planta-texto da Catedral São Luiz de Cáceres, vemos aí a divisão dos falantes no acontecimento de enunciação. A questão inicial é, o que designa o sentido de construção da Catedral no acontecimento de enunciação da planta-texto 1 e 2? Outra questão se coloca como um problema interessante, na textualidade do texto, é a questão do endereço, o que este endereço significa?

Observando a planta-texto da Catedral São Luiz de Cáceres em sua totalidade, vemos que, ela se constitui de dois textos, ambos conforme transcrevemos acima em Texto 01 e Texto 02. No entanto, precisamos considerar os enunciados que se encontram dispersos integrados aos textos, os quais são elementos linguísticos que significam neste acontecimento de linguagem na relação com outros enunciados integrados em ambos os textos.

Os textos (Texto 01 e Texto 02), os quais transcrevemos e tomamos como recortes, ambos apresentam o nome “CATEDRAL. SÃO LUIZ DE CÁCERES” funciona neste acontecimento como enunciado-título das plantas/textos, e como designação do nome “Catedral”. Mas é importante observar que o enunciado-título do Texto 1, não designa a mesma coisa que o enunciado-título do Texto 2, isto, se observarmos que cada texto constitui

---

<sup>43</sup> Goitia, conforme citado em rodapé, por Fedatto (2013, p. 83).

sentido na relação de integração de enunciados e outros elementos transversalizados ao texto. Sendo assim, o enunciado-título estabelece relação de predicação com os elementos do texto do qual faz parte e também o integra.

No texto 1, vamos analisar o enunciado “CATEDRAL. SÃO LUIZ DE CÁCERES”, o qual parafraseamos pela sequência enunciativa em parênteses: (Sabe-se que a Catedral é a [Catedral] São Luiz de Cáceres), o procedimento de manipulação por paráfrase, faz aparecer uma reescrituração por substituição elíptica. Observemos que os colchetes na paráfrase significam a reescritura de “Catedral” por [Catedral] São Luiz de Cáceres. Neste sentido, o nome [Catedral] estabelece uma relação de definição entre a reescrituração e o que é reescriturado. Ou seja, de um lado, [Catedral] é determinado pela relação de predicação que ocorre entre [Catedral] ao articular-se com “São Luiz de Cáceres”. Dessa maneira, tanto o nome do Santo define e especifica sentido a Catedral quanto o nome da cidade, visto que a expressão “de Cáceres” produz sentidos que se diferenciam no funcionamento do dizer. Pois, dizer Catedral de São Luiz de Cáceres, não produz o mesmo sentido se disséssemos Catedral São Luís do Maranhão. Distingue, portanto, sentidos designativos de localização definidos pelos nomes de cidade, nomes de Estado etc.

O enunciado que está em análise é o enunciado-título da planta-texto da Catedral, nesta medida ao considerar o enunciado CATEDRAL.SÃO LUIZ DE CÁCERES temos duas questões que também consideramos importantes neste processo. De um lado temos Catedral que especifica o lugar da Instituição religiosa, uma vez que Catedral é uma expressão linguística adotada para designar o templo da Igreja Católica. Por outro lado, temos São Luiz de Cáceres, que como dissemos num outro momento é determinado pelos sentidos de cidade, no caso Cáceres. Sendo assim, podemos produzir a seguinte paráfrase: *A planta da igreja católica da cidade de São Luiz de Cáceres*” ou *“A planta da Catedral da cidade de São Luiz de Cáceres.*

Ainda no texto 1, observamos também que a sequência enunciativa “AREA. 1.645,40m<sup>2</sup>” reescriturada por condensação tanto por totalização quanto por generalização a “AREA” por “m<sup>2</sup>”, que neste texto condensa de modo particular e específico o que está enunciado no Texto 1, e o que está integrado no Texto 2. Importante dizer que, embora, a expressão “AREA. 1.645,40m<sup>2</sup>” não apareça no Texto 2, ela significa pelo modo de relação elíptica. Neste caso, a designação “AREA. 1.645,40m<sup>2</sup>” significa toda a construção da Catedral, pelo agenciamento do falante em um enunciador que estabelece relação com o que é dito, com que se diz no acontecimento. Como podemos observar, nesta análise, o modo dizer “1.645,40m<sup>2</sup>” nesta cena enunciativa o lugar de dizer estabelece relação de sentido com o

modo que se diz do lugar de dizer da engenharia. Segundo designa por totalização toda a área construída da Catedral São Luiz de Cáceres. Portanto, “AREA. 1.645,40m<sup>2</sup>” reescritura por totalização CATEDRAL. [CATEDRAL] SÃO LUIZ DE CÁCERES, que por outra direção, é determinada por “25/09/94” que marca o acontecimento da reforma e da produção planta. Deste modo temos cobertura e Planta Baixa determinando a planta-texto Catedral. São Luiz de Cáceres.

Também é possível dizer que o enunciado “Praça BARÃO DO RIO BRANCO - Centro CÁCERES MT”, que é o nome da praça principal da cidade, está nos dois textos funcionando como descrição e atribuição de sentido do endereço principal do templo da Instituição católica. Nessa relação de sentido, podemos observar um apagamento e substituição do nome da Rua, cujo nome do endereço de localização é a R. Cmte. Balduino, rua que está entre o Marco do Jauru e defronte com a porta central da Catedral. Há uma construção de sentido interessante, nesta planta-texto da Catedral, se observarmos que o nome “Praça BARÃO DO RIO BRANCO” determinado por especificação pelos enunciados “Centro”, “CÁCERES” e pela sigla “MT” (Mato Grosso), passa a funcionar e significar com o sentido de endereço principal da Catedral, e assim passa a designar o nome de uma Rua. Ou seja, “Praça BARÃO DO RIO BRANCO - Centro CÁCERES MT, significa no acontecimento da planta-texto a designação do nome da Rua de Endereço da Catedral, cuja localização da Rua passa ao fundo da Catedral, e não na parte frontal da Igreja. Como já foi dito, no Texto 2, o enunciado “CATEDRAL. [CATEDRAL] SÃO LUIZ DE CÁCERES” reescritura e é reescriturado por substituição por especificação por Fachada e Cobertura. Nessa medida, podemos dizer que a planta-texto significa enquanto linguagem, na relação de textualidade de enunciados ao texto, no cruzamento de linguagem com traços constituídos por práticas de linguagem da geometria sagrada, elementos simbólicos da Catedral São Luiz de Cáceres.

Diante desta análise, cabe destacar um aspecto importante, a planta-texto (arquitetônica) da Catedral São Luiz de Cáceres, não se configura somente de elementos linguísticos, ela se configura e se constitui na relação de articulação do linguístico/não linguístico. Ou seja, na relação de elementos que se cruzam e se materializam na relação integrativa ao texto. Isto, portanto, nos coloca que, pensar a planta-texto de uma Igreja, levando-a ao estudo da significação, nos permite sondar a totalidade de uma área construída, a qual condensa, contempla e textualiza a enunciatividade da planta-texto. Por exemplo, no caso em análise, do Texto 1 e Texto 2, na análise acima, vimos que o Texto 1, integra a planta de Cobertura/Planta Baixa e o Texto 2, integra a Planta da Fachada/Corte, e, isto nos instiga a

questionar como que essa configuração arquitetônica se articula para significar um monumento católico.

Para tanto, nos atentaremos a responder as seguintes questões: O que diz a planta-texto de Cobertura/Planta Baixa do projeto, enquanto linguagem que diz e identifica ser a planta de uma Igreja Católica? O que diz a Fachada/Corte do projeto da Catedral São Luiz de Cáceres, que nos leva a dizer que a planta é de uma Igreja Católica?

Dito isto, rumamos a encontrar as respostas na própria relação de articulação do cruzamento do linguístico e o não linguístico que estão textualizados e integrados no interior da planta-texto. Destarte, fundamentados do ponto de vista da enunciação, ainda podemos descrever que a planta-texto (arquitetônica) da Catedral de Cáceres, mostra projeções enunciativas que operam também uma relação externa ao texto, uma relação integrativa com outros textos. O que estamos considerando, é que a planta-texto integra outros textos. Se observarmos atentamente que o Texto 1, integra a planta-texto de Cobertura/Planta Baixa e o Texto 2, integra a planta-texto da Fachada/Corte. Desse modo, temos o funcionamento de relações diferentes, isto é, há uma relação que se apresenta interna entre elementos do mesmo texto, e uma outra relação que se dá externa ao texto, entre elementos de textos diversos.

Passemos a contemplar **outros elementos linguísticos e não linguísticos** que integram cada planta-texto. Mas antes é preciso dizer que, o recorte de ambos os textos sondados acima, significam de modos distintos. De um lado, o recorte pinçado do Texto 1, reescreve por especificação planta-texto de Cobertura/Planta Baixa. De outro lado, o recorte pinçado do Texto 2, reescreve por especificação a planta-texto da Fachada/Corte. Mas é importante observar que, ambos os recortes pinçados transcritos e sondados nos quadros destacados são reescrituras que especificam e condensam sentidos a planta-texto CATEDRAL. SÃO LUIZ DE CÁCERES.

Voltemos no Texto 1, e, atentemos a descrição da planta-texto de Cobertura e a descrição da Planta Baixa, que o integram, e assim a definem o espaço geográfico interno e externo superior<sup>44</sup> da planta arquitetônica da Catedral São Luiz de Cáceres. Na planta-texto de Cobertura, encontra-se no lado direito superior, na altura do transepto o enunciado COBERTURA, que se apresenta em caixa alta e está numa relação de articulação com o enunciado ESC. 1:200, isto significa dizer que a planta-texto de Cobertura da Igreja, estabelece uma relação de articulação com uma escala específica de um escalímetro. Ou seja, a planta-texto Cobertura é enunciada numa representatividade significada por uma escala de

---

<sup>44</sup> O termo externo superior, aqui, está no sentido de uma cobertura, ou telhado visto do lado de fora da obra da Igreja, por uma vista de aérea.



(um por duzentos), o que interessa para nós, não é a relação de proporcionalidade apresentada pelo alocutor-arquiteto, mas o que a designação ESC. 1:200 significa na planta-texto de Cobertura.

Nessa direção, vê-se que a escala de (um por duzentos), neste texto, reescritura por substituição Cobertura, e assim atribui e identifica sentidos específicos a cobertura da Catedral São Luiz de Cáceres. Sendo assim, o tamanho da área de cobertura não é o mesmo que o tamanho da área da Planta Baixa, uma vez que, ela apresenta uma ESC. 1:100. Ainda neste acontecimento encontramos os enunciados TORRE, LAJE, TORRE, enunciados que significam no frontispício da Catedral, os quais integram a planta-texto de COBERTURA.

Observemos que o enunciado, LAJE, está funcionando entre dois enunciados TORRE e TORRE, assim compreendemos que a designação LAJE, significa a base de concreto que sustenta as Torres. Chamamos a atenção à linguagem da forma desta planta-texto da Catedral São Luiz, pois, ela se apresenta em Cruz latina, forma da geometria ritualística da santa Igreja, a Cruz latina é um elemento não linguístico que, recorta o memorável do simbolismo do cristianismo e da cristandade de um passado que significa no presente do acontecimento do todo do texto, que assim, abre uma latência de futuridade para designar símbolos do cristianismo encontrados no cruzamento de linguagem integrados às práticas humanas, ou seja, às plantas-textos: Cobertura/Planta Baixa e Fachada/Corte, isto, nos permite dizer que a planta-texto arquitetônica levada ao estudo da significação, é a planta de uma Igreja/Catedral Católica.

Na planta-texto de Cobertura vê-se os enunciados TORRE, articulados ao termo LAJE, isto pode significar base forte, como retorno do memorável religioso, sentidos que são constitutivos de enunciados como: Deus é a Rocha, Deus de Refúgio, Deus das alturas como Deus o Salvador. Ademais, a enunciação dos três enunciados TORRE, LAJE, TORRE, também pode significar pelo memorável do Evangelho de Jesus Cristo segundo Mateus 28. 16-20.

Portanto, pela consagração do batismo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, que o alocutor-cristão é levado ao Pai. Isto significa que a forma de textualização enunciada na planta-texto da Catedral São Luiz se constitui do cruzamento de formas linguística e não linguística, “que privilegia as figuras do Pai e do Filho, na trindade de Deus” (GUIMARÃES, 2012, 141).

O enunciado TORRE na textualidade da planta-texto constitui designações distintas. De um lado, da nascente ao pôr do sol, a torre vazada localizada do lado direito da fachada constitui sentidos que designa a Torre Sineira. Esta torre guarda sob si o sino, e a escadaria de

madeira a qual leva a LAJE. Nessa direção, a Torre Sineira da Catedral, ao badalar do sino estabelece uma relação de articulação de mobilidade com a cidade e com os cristãos, na medida que o badalar do sino que soa pelos vazados das torres faz significar os principais sinais das atividades da Igreja, os convites e avisos, por exemplo, o convite para o início da missa. Do lado esquerdo na fachada, vê-se a outra torre e sob ela está a construção de uma Abobada de Cruzaria, ou Abobada Cruzada, e a pia batismal de mármore branco, pia esta que foi doada por José Dulce no ano de mil e novecentos e quatorze.

Outro aspecto importante a observar, se volta as formas geométricas constituídas na disposição da planta-texto, segundo a qual podemos encontrar a representatividade da forma geométrica de duas portas de saída laterais, uma do lado direito, e a outra do lado esquerdo ambas com a entrada na direção da Nave Central da Catedral.

Há também a textualidade de três formas geométricas, a que estamos chamando de elementos não linguísticos, os quais estão aí funcionando e significando os espaços dos três altares da Igreja Catedral São Luiz de Cáceres, um está à direita chamado de Sacrário, Altar do Sagrado Coração de Jesus, e o outro à esquerda representado pelo mesmo tamanho e chamado de Altar do Ministério da Música. Neste mesmo altar encontra-se uma enorme imagem de Nossa Senhora das Graças, cuja simbolização recorta o memorável do livro de Gênesis, segundo vai dizer que a Virgem Maria “esmagou a cabeça da serpente” conforme promessa de Deus, isto, do ponto de vista das práticas religiosas do catolicismo. Já o enunciado “Altar” que está integrado ao centro do final da grande Nave, designa o altar central da Catedral. Isto é, o **altar-mor da Palavra**, ele se apresenta em tamanho maior e com mais adorno, conforme rituais da Igreja, ele é elevado e afastado da parede, o qual fixa-se à entrada principal.

Mas o que os Altares significam textualizados na planta-texto? Retomaremos essa questão mais à frente.

Dando sequência a análise do Texto 1, podemos encontrar integrado a sua dispersão, a Planta Baixa da Catedral, onde a mesma traz outros elementos linguísticos e não linguísticos. A esquerda do acontecimento de linguagem, isto é, Texto 1, encontramos o enunciado PLANTA BAIXA, articulando-se com ESC. 1:100. Neste sentido, a PLANTA BAIXA, dá visibilidade a elementos que identificam com detalhes o interior da planta-texto arquitetônica, a qual significa e apresenta a partilha do real, enunciada numa representatividade a qual a linguagem se expõe a dizer da planta, conforme significada por uma escala de (um por cem). Cabe ressaltar que, neste momento, não é a relação de proporcionalidade apresentada pelo alocutor-arquiteto que irá nos interessar, mas a

designação de enunciados como ESC. 1:100, que no funcionamento de linguagem do acontecimento atribuem sentidos a PLANTA BAIXA. Neste acontecimento de enunciação encontramos outros elementos, na entrada na parte frontal, há o elemento que constitui a forma geométrica de uma porta e o enunciado 3.00/3.60 (três por três e sessenta). O enunciado **3.00/3.60**, neste acontecimento designa a medida da porta frontal, porta principal de entrada da Catedral.

Na primeira parte da entrada da porta frontal, encontra-se textualizada linhas em traçados pontilhados, os quais caminham em direção a duas colunas específicas que conformam as formas geográficas de duas colunas iguais, que se sustentam junto a Laje, onde estão as Torres quadradas e vazadas, cujo sino soa na Torre que fica do lado do Altar Eucarístico e também próximo a designação “Escada de Madeira” significada na planta baixa, ao entrar a porta central da Catedral, a escada está à direita.

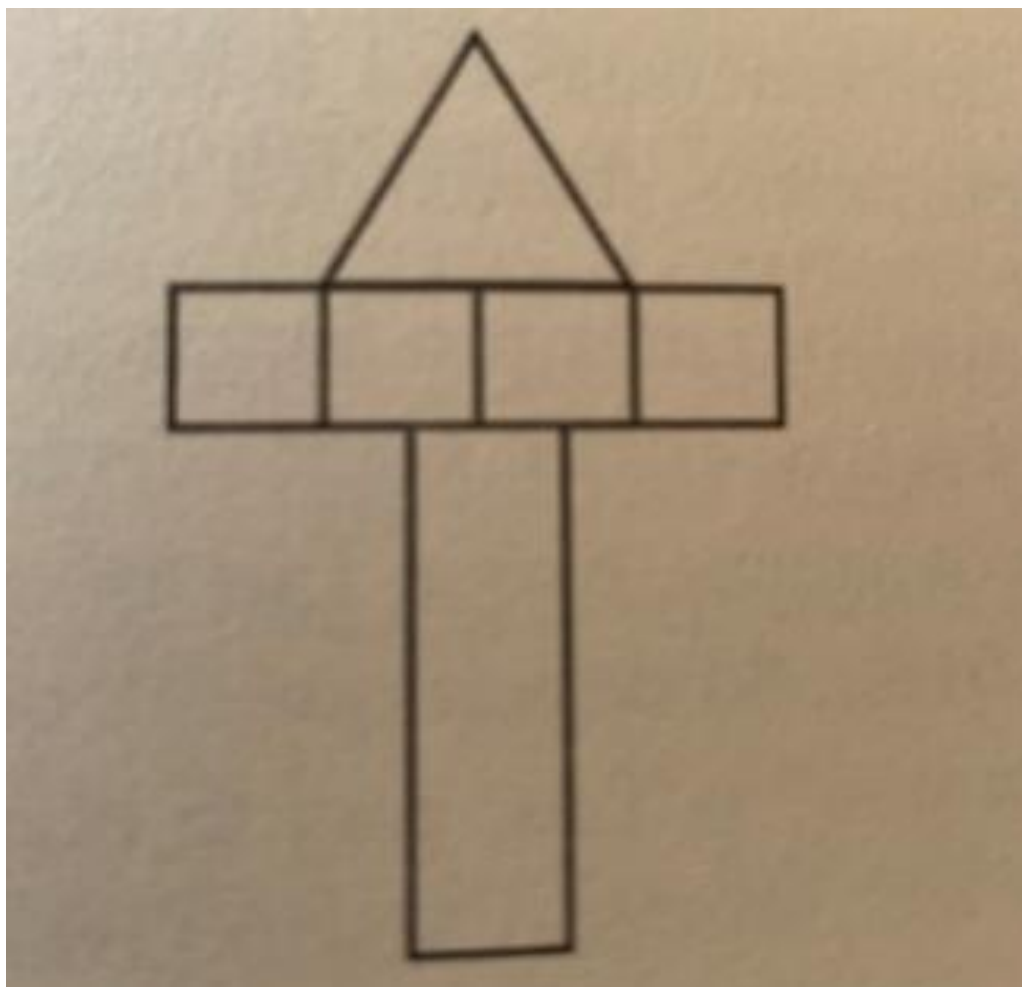
Continuando a descrição desta planta-texto, vimos do mesmo lado direito, integrado os enunciados “5.20; [90]; 3.78; [90]; 4.45; [90]; 4.45; [90]; 4.50; [90]; 4.45; [90]; 4.45; [90]”. Mas é interessante observar que “5.20” é um enunciado que designa a medida do espaço, o qual estabelece uma relação de significação com “Escada de Madeira”, cuja significação se mostra diferente se observarmos que do lado esquerdo, “5.20”, está reescriturada por elipse, e não significa articulada com “Escada de Madeira”, e sim articula-se a Abobada de Cruzaria, embora esta não está dita na planta-texto, ela significa nesta articulação. Já os termos que está em colchetes [90] significam medidas das colunas. Visto que, no interior da Catedral, há onze colunas de madeira de cada lado, as quais sustentam o peso das grandes tesouras também de madeira. No entanto, como podemos observar “3.78; 4.45; 4.45; 4.50; 4.45; 4.45” são medidas específica que significam entre cada coluna. Chamamos a atenção, “5.20; [90]; 3.78; [90]; 4.45; [90]; 4.45; [90]; 4.50; [90]; 4.45; [90]; 4.45; [90]”.

Outros elementos internos a planta baixa da Catedral, como representados pelos enunciados SALA; SALA; SALA, SALA, SALA, COPA, W.C, W.C reescrivem por enumeração elementos da organização interna da Igreja Católica que significa, por exemplo, que os enunciados SALA, na dispersão do lado direito significa a Secretaria Administrativa da Igreja. Já o enunciado COPA, designa o espaço geográfico destinado a cozinha. Os enunciados W.C, por exemplo, retoma o memorável de uma sigla da língua inglesa, que significa *Water Closet*, se traduzido para a língua portuguesa significa um espaço como “gabinete de água”, mas o enunciado W.C, são integrados a planta para designar e identificar os banheiros específicos aos alocutores-público da Igreja. Ainda vemos os termos de medida

como “1.50” que significa a medida da Porta lateral direita e “1.50” que significa a medida da porta lateral esquerda e também o enunciado “3.00/3.60” cujas medidas designam as medidas da porta Central: medida de largura e medida de altura da porta central. Portanto, é possível dizer que o enunciado AREA – 1.645, 40m<sup>2</sup> reescreve por condensação a planta da Catedral São Luiz, em sua totalidade. E assim, o AREA – 1.645, 40m<sup>2</sup>, significa **Area total construída**.

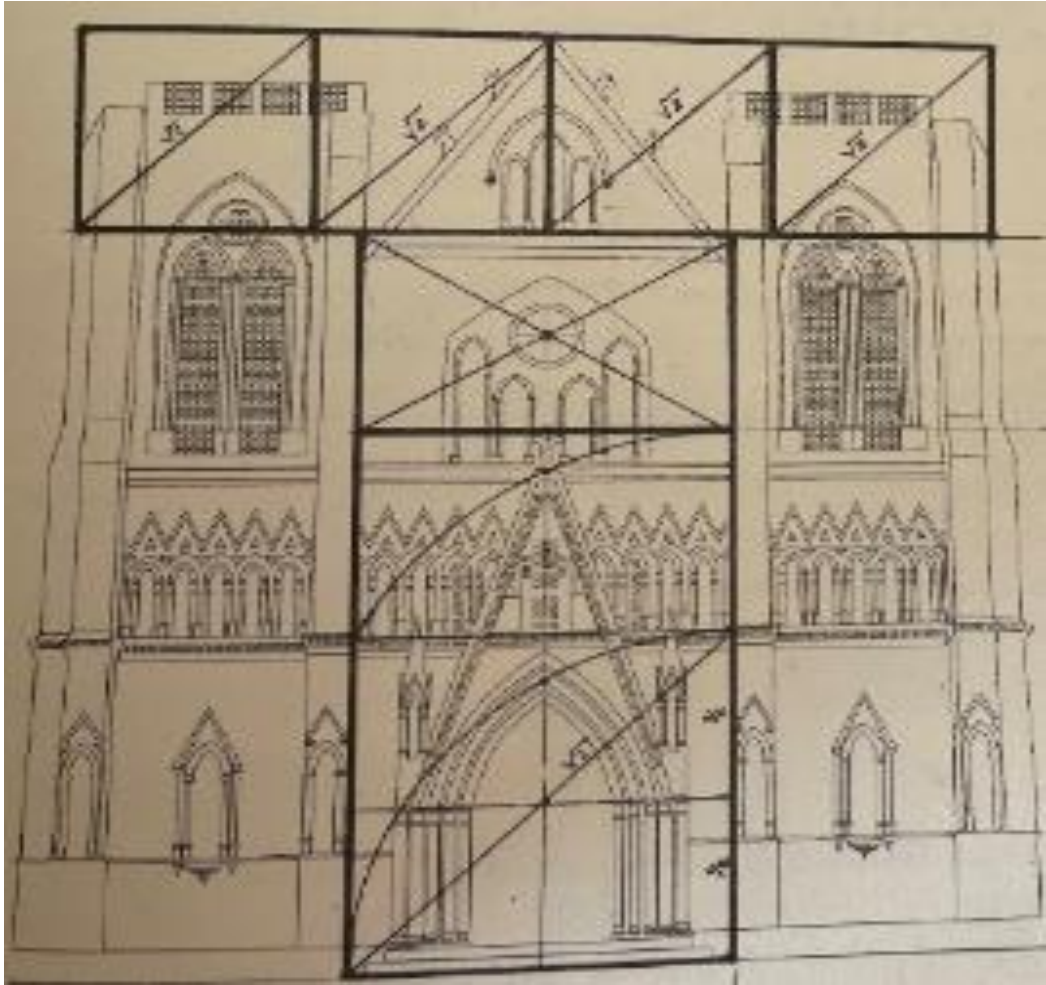
Sobretudo, neste ponto, é importante retomarmos um dos questionamentos feitos acima: O que diz a planta-texto de Cobertura/Planta Baixa do projeto, enquanto linguagem que diz e identifica ser a planta de uma Igreja Católica? Respondendo essa questão, dizemos que tanto as plantas/textos que integra o Texto 1 quanto as plantas/textos que integram o Texto 2, enquanto acontecimento de linguagem integram traços linguísticos e não linguísticos que enunciam a ritualização das práticas religiosas cristãs católicas, como podemos observar a enunciação das plantas/textos integrada aos textos específico, em análises constitui-se das práticas arquitetônicas na relação com as enunciações de práticas religiosas específicas do catolicismo.

Então, os enunciados NAVE, ALTAR (esquerdo), ALTAR (direito), ALTAR (CENTRAL) significam numa rede enunciativa de práticas religiosas cristãs católicas, integrada ao acontecimento de linguagem da planta baixa. Desse modo, a grande Nave que se estende até transceptor, significa pelo enunciado “NAVE”, um grande corredor que leva os fiéis ao Pai, pelo qual o cristão católico só pode ir ao Pai, por intercessão do Espírito Santo, que o leva ao altar-mor, onde o vislumbre do perdão de todos os pecados se dá sob a enunciação da Cruz Sagrada, que significa Cristo morto e crucificado. A geometria da Cruz, está textualizada no centro da planta-texto de CORTE, segundo a qual estabelece relações de articulação com a grande NAVE e os três altares que também designam o encontro da Cruz. De acordo com as palavras de Dom Máximo Biennès citado por Matos (2011, p. 254) “*Quem entra pela porta central descortina, surpreendido, um imenso espaço com uma grande nave, um amplo santuário encimado pelo crucifixo do Alverno, o Serafim multicolor com suas seis asas envolvendo-o*”. Importante dizer que esta mesma Cruz está presente na planta-texto Fachada, assim como na planta baixa. Para exemplificação e ilustração do que estamos enunciando, recorreremos aos ensinamentos de Matos, para quem “A geometria latente da Catedral” se apresenta como a figura abaixo:



**Figura 17 - A geometria latente da Catedral.** In: MATOS, Alex. *Templos secretos: História e arquitetura sagrada das igrejas neogóticas de Mato Grosso*. 2011, p. 255.

Em conformidade com Matos (2011), que diz que, “Assim como o Tau grego está presente na planta baixa”, ele também está “evidente na [planta-texto] da fachada frontal”. Portanto, considerando que “*Textos e fotografias se materializam (BIENNÈS, 1987, p. 14)*”, vimos como instigante tomarmos emprestado de Matos, sua elaboração da “FACHADA”, a qual ele, chama de Prancha 2, para enunciarmos e representar a geometria da Tau na Fachada da planta-texto da Catedral São Luiz, conforme segue:



**Figura 18 - A FACHADA da Catedral com a Tau.** In: MATOS, Alex. *Templos secretos: História e arquitetura sagrada das igrejas neogóticas de Mato Grosso*. 2011, p. 255.

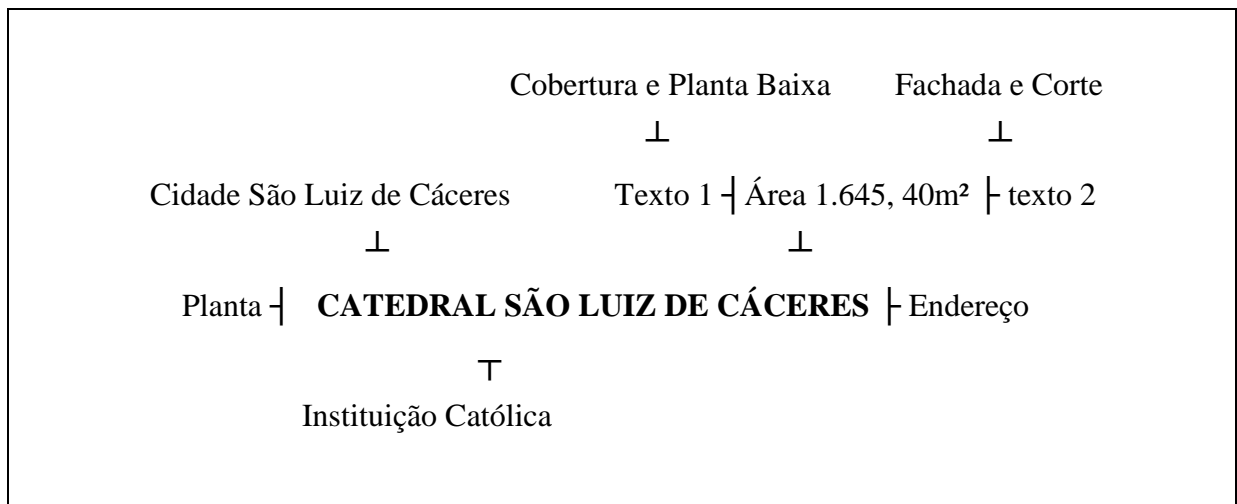
A Tau na Fachada retoma o memorável das práticas franciscana, visto que, este é um símbolo específico que constitui a máxima dos religiosos seguidores da Terceira Ordem de São Francisco, ou seja, a Tau é símbolo da TOR.

Diante do preâmbulo das análises enunciativas das plantas, consideramos que o terceiro projeto da Catedral foi elaborado pelo locutor-arquiteto paulista, em parceria com os alocutores-franciscanos, conforme já dito, ele, é o que foi executado. Então, dizemos que o projeto da planta-texto da Catedral São Luiz de Cáceres, de mil e novecentos e noventa e quatro, levantado por nós para constituir um dos *corpus* da pesquisa, ele retoma o memorável do projeto produzido a partir de 1949, produzido para tentar resolver os problemas que apareceram na execução da obra da Catedral, a que vinha sendo construída com a latência de futuridade de templo de estilo gótico, mas isso não aconteceu, pois com o desmoronamento de parte da sua estrutura, com a queda de parte de sua parede que já se encontrava em altura da

cobertura, nasce o projeto de uma Igreja Neogótica, em que as torres não se constituíram enquanto torres agulhadas.

Então, podemos sintetizar as análises dos recortes pinçados do Texto 1 e Texto 2, ambos recortados do canto direito inferior da planta-texto, com a apresentação da “*operação enunciativa de atribuição do sentido dos enunciados* (determinação semântica)<sup>45</sup>”, conforme abaixo:

### DSD



Onde se lê: Catedral São Luiz de Cáceres, é determinada por planta; cidade São Luiz de Cáceres, endereço, Instituição católica e área 1.645m<sup>2</sup>, que por sua vez é determinado por texto 1 que é determinado por cobertura e planta baixa; e também é determinado por texto 2 que é determinado por Fachada e Corte.

<sup>45</sup> Ver Guimarães (2018).

## TRAÇOS ENUNCIATIVOS FINAIS

No espaço político em que se deu a união entre Portugal e Espanha, as Coroas consistiam em sediar e consolidar os domínios do ultramar, com elaborações de estratégias e técnicas que foram se constituindo e fortalecendo por uma série de concessão de *Bulas Papais* que ligavam o Estado e a Igreja. Estes aspectos também se fizeram presentes na criação e construção das Igrejas no Brasil, pois, as bulas foram fundamentais para a criação da Igreja em Vila Maria do Paraguai. As *Bulas Papais* se constituem enquanto um aspecto importante, mas, neste estudo não nos aprofundamos sobre essa questão.

No movimento enunciativo, desta tese, vimos que, ela, está organizada em cinco Capítulos. No Capítulo I, mostra-se as considerações sobre os fundamentos teórico-metodológico estabelecido no interior da *Semântica do Acontecimento* (GUIMARÃES, 2002), para se pensar a linguagem com o mundo. Destarte, nele, também, encontra-se uma abordagem histórica-enunciativa procedimental dos estudos da enunciação, onde estão os subcapítulo “O texto enquanto unidade complexa de significação”, “Fundamentos e procedimentos semântico-enunciativos de análise”, “Língua, acontecimento, temporalidade, “Espaço de enunciação: fundamental e decisivo na história dos estudos enunciativos”, “Cena enunciativa: uma categoria metodológico-descritiva”, “Procedimento de análise: DSD - Articulação e Reescrituração”, “Do levantamento do Corpus e do procedimento enunciativo de Análise”, “Do levantamento do Corpus” e “Do procedimento de Análise”. Neles estão as noções que viabilizam relevos semânticos que se abriram nas fissuras das malhas do acontecimento de linguagem constituídos no funcionamento do dizer de elementos linguísticos e não linguísticos que integram e são integrados a planta-texto.

No Capítulo II, apresenta-se um traçado de rememorações de acontecimentos que foram gestados de algum modo, no espaço político dos países ibérico, um espaço de disputas de língua e falantes, agenciados enunciativamente por ambas Coroas. Neste sentido, consideramos pertinente constituir a história enunciativa recortada pelo Marco do Jauru, que diz de um projeto colonizador, cuja própria latência de futuridade enuncia e constitui o percurso histórico-social, que nos permite dizer dos limites e divisões das terras de Mato Grosso, além de dizer da criação e construção da Igreja Católica, e de modo geral, poder-se enunciar como foi se constituindo a colonização, a povoação, a fundação e início do recôncavo urbano de Vila Maria do Paraguai, São Luiz de Cáceres (atualmente Cáceres), cidade que é abraçada pela Catedral São Luiz, pela praça Barão do Rio Branco e, sobretudo, pelo Rio Paraguai. Isto é, latência que move acontecimentos e, neste movimento de sentidos,



significam a organização e planejamento, como o lugar indicativo para erigir a igreja, enunciados em documentos do século XVII – XVIII, que permeia sentidos da divisão, configuração e constituição do Estado de Mato Grosso.

Neste Capítulo, está o subcapítulo “Do Marco do Jauru, 1754 -1883: Tratados e Limites entre Portugal e Espanha no Centro Tombado de Cáceres – MT”, segundo compreendemos que o Marco do Jauru, é um monumento histórico e significativo constitutivo de sentidos que recortam como memorável o Tratado de Madri, que no presente do acontecimento está latente rememorações de enunciações outras que dizem dos limites entre Portugal e Espanha, sentidos que significam atados ao corpo da cidade de Cáceres, ao corpo da Catedral São Luiz de Cáceres, e ao corpo da praça Barão do Rio Branco, no Mato Grosso. Além disso, nele, estão os subcapítulos, que tratam sobre Funcionamento Morfossintático-Semântico-Enunciativo, por exemplo, “Traços do Funcionamento Morfossintático-Semântico-Enunciativo dos enunciados-títulos: modos de dizer e modos de significar a unicidade da planta-texto”, “Traços e Contornos das Estruturas Morfossintático-Semântico-Enunciativo dos nomes próprios de Rua e Travessa”, “Nomes de Ruas e Travessas determinados por sobrenomes portugueses”, “Nomes de Ruas e Travessas integrados a planta-texto *S. Luiz de Cáceres – 1876*” e “Nome de Rua integrado a planta-texto arquitetônica da Catedral São Luiz de Cáceres”, segundo leva a compreender modos de construções do funcionamento morfossintático dos enunciados-títulos, de nomes próprios, de sobrenomes e nomes de ruas e travessas. Nesse sentido, ao estudá-los, os consideramos como modos de construções que se constituem pelo funcionamento da língua em seus aspectos semântico-enunciativo, na relação da linguagem com o mundo e com o sujeito.

Portanto, tomar a planta de uma Igreja como acontecimento de linguagem, como um texto específico, e, sondá-la no domínio dos estudos da significação, nos colocou a conhecer a significação da secular presença do Catolicismo no Brasil, bem como conhecer os modos de enunciação e (re)significação das expressões e enunciados na/pela relação integrativa ao texto, relação de sentido que os constitui no funcionamento do acontecimento, que tem como seu a temporalidade que o faz ser um acontecimento único e memorável.

Compreendemos que, levantar uma Igreja, significava um modo de doutrinar e evangelizar os povos conquistados, e isto, permitia o alargamento dos territórios submetidos à cristandade Católica. Uma das estratégias que muito se rememora desses acontecimentos, é a guerra em desfavor do Islã. O que se pode dizer é que, essa estratégia contra o Islã, configura necessariamente os acordos e interesses portugueses. Ou seja, buscava-se a união entre o papado e a monarquia lusa, as responsáveis pela produção de uma série de *bulas* papais em

favor da Casa de Avis, também conhecida como Dinastia de Avis, Dinastia Joanina, segunda dinastia a reinar em Portugal.

A construção da Igreja de São Luís de França (Vila Maria do Paraguai), atualmente, com o nome de Catedral de São Luiz de Cáceres, ou, Diocese de São Luiz de Cáceres é um “Monumento” de grande importância para a sociedade cacerense, e está plantado no espaço físico-geográfico, espaço público do centro da cidade de Cáceres. Conforme mostramos, a construção da Igreja em Cáceres, passou por um longo processo e diferentes fases no movimento semântico que historiciza sua construção, edificação e recentes reformas constituindo sentidos em distintas temporalidades.

A análise do Mapa de toda povoação da Capitania de Mato Grosso de 1777, se constituiu como instigante para nós, por ser um documento inédito, o qual podemos dizer que analisamos só a ponta do *iceberg*, ele ainda clama por sentidos outros. Este acontecimento tem muito a dizer, principalmente sobre o levantamento e formação das povoações, das fundações de vilas articuladas a criação da Igreja. Como vimos sua produção, se deu do ponto de vista de um movimento de significação histórico-geográfico romano. Este mapa/texto nos indicou acessos significativos às análises ao integrar os nomes Vila Maria do Paraguai e Reg<sup>o</sup> do Jauru. Desse modo, construímos um procedimento que nos levasse a analisar as plantas-textos, de modo a buscar sustentar que uma planta é linguagem, é acontecimento de alocação, ou seja, ela apresenta relações de sentidos ao integrar elementos linguísticos/não linguísticos enquanto linguagem que se cruzam e significam ao texto.

No empreendimento das análises da Planta de Villa Maria do Paraguai, vislumbrou-se uma questão instigante, a do acontecimento de linguagem do ritual religioso e chegamos a essa compreensão ao considerarmos a linguagem da geometria sagrada. Isto é, levamos em conta os pontos que constituem as linhas, as linhas que constituem um quadrado, triângulo, um retângulo, uma reta, uma curva, um corte, etc., são linguagens que integram as (plantas/textos). Nesse sentido, os tratamos no cruzamento de linguagem com a designação de nomes, expressões, enunciados que considera a relação integrativa, destes, à planta-texto. Neste estudo, consideramos que os elementos geográficos, elementos linguísticos e não linguísticos significam e constituem enquanto práticas de linguagens no espaço urbano de Cáceres — MT, considerando sua história não no sentido composicional, mas como sentido que se constitui no cruzamento de linguagem, que se fazem integrados no funcionamento de acontecimentos específicos.

A planta-texto, como um acontecimento de linguagem, como sentido, nos permite pensar esta relação, quando compartilhamos da posição de Matos (2012), ele, nos brinda com a definição da geometria como a linguagem da forma sagrada, como a linguagem mais antiga.

Compreendemos que, a planta enquanto planta-texto, é passível de interpretação, de leitura, para assim procedermos análises a partir das fundamentações abordadas no Capítulo II e Capítulo III. Importa dizer que, não a lemos pelo olhar da arquitetura, tampouco pela perspectiva da história cronológica, mas sim por um olhar que toma o domínio semântico enunciativo que considera a relação com o real, a história e o sujeito. Nesta relação consideramos que os elementos integrados as plantas/textos identificam e designam de modos diferente a formação de um povoado, de uma vila, de uma cidade, considerando que elas se constituem na relação de processos social e histórico os quais constituem sua temporalidade própria e que também dividido de modos desiguais nos espaços de enunciação.

Sobre a relação da designação de elementos integrados e textualizados a planta-texto, observamos que no processo de fundação de vilas, no domínio compreendido colonial, alguns acontecimentos se constituem como fundamentais, como aqueles que constituem as práticas administrativas. Em outras palavras, tais acontecimentos são constitutivos dos Termos de Fundação, Atas, Cartas Régias entre outros, eles integram elementos de linguagens, por exemplo, linguístico/não linguístico que orientam e constituem modos de dizer que operam como passos para edificar as estruturas do espaço urbano. Por exemplo, o modo como Luiz de Albuquerque operou seu governo significa pelos parâmetros e modos designativos que incide ao próprio modo no qual este colonizador foi agenciado, uma vez que, uma de suas formações é a de cartógrafo, ofício considerado obrigatório aos governadores das Capitanias dos sertões do Brasil. Isto posto, levamos em consideração o acontecimento de enunciação “Termo de fundação do novo Estabelecimento” de Villa Maria do Paraguay, segundo nos possibilitou dizer que a “Planta de Villa Maria do Paraguay” reescreve a descrição do Termo por condensação, visto que, o Termo descreve a Planta. Interessante dizer que a assinatura de Luiz de Albuquerque, é um nome que o identifica enquanto lugar social de alocutor-governador que o significa no processo sócio-histórico colonial da Capitania do Mato Grosso.

Vale destacar que no processo de enunciação da planta-texto, as cores significam. Conforme inferimos, as cores que se fazem presente, na Planta de Villa Maria do Paraguay, significam na relação com a análise a qual tratamos do Tratado de limites, como já foi dito, as cores, recortam o memorável da união entre Portugal e Espanha. As cores significam a distinção heráldica dos brasões e armas, que os identificam nas bandeiras, nos Topes, e em outros textos não verbais, os quais designam o símbolo de seus poderes no espaço político.

Isto, se observa quando enunciamos que, o Tope da época de D. Maria I, por exemplo, figura o vermelho e azul. As cores dos Tops podem designar o distintivo que distingue os sujeitos por suas insígnias, que os agenciam e os divide neste espaço político. Conforme destacamos em análise, D. Maria I, é filha mais velha de D. José I, com a infanta Mariana Vitória, isto traz o memorável de tradição de linhagem espanhola. Visto que, Mariana Vitória de Bourbon, é filha de Filipe V da Espanha, e de sua segunda esposa Isabel Farnésio. D. Maria I, foi católica fervorosa, casando-se com seu tio, D. Pedro de Bragança, para a perpetuação da tradição que consistia na unicidade da linhagem dos Bragança. Portanto, tomar a planta enquanto texto, nos coloca analisá-la na relação com o todo de que dela integra. Os elementos linguísticos e não linguísticos que integram e participam da planta-texto, são analisados enquanto elementos que se articulam e que se cruzam à planta-texto, e assim constituem sentidos dessa unidade de significação.

O rio Paraguai, tomado enquanto símbolo de identidade local e regional, traz também o sentido de pertencimento que significa como um marco de demarcação natural, o qual significou no passado como um elemento fundamental para a escolha do lugar de formação e construção de Vila Maria (atual Cáceres). Nessa direção, o rio, significa a expansão territorial, ao perpassar os traços fronteiriços e assim se constituir enquanto elo de ligação e trilha de chegada e partida. Sua importância é tal que significa no dizer da nomeação da vila. Uma vez que ao nomear Villa Maria do Paraguai, o alocutor-fundador toma como memorável desta enunciação o nome do rio e não o país latino, construindo assim essa relação de pertencimento e identidade. Na organização administrativa desta vila, a Igreja ainda não estava construída. Mas é possível dizer que na planta-texto, já estava determinado o lugar de projeção para sua construção. Foi possível dizer que, a planta-texto integra elementos que a constitui afetado pelo memorável do Ritual da Igreja.

Em análises, procuramos responder: o que designa o sentido de vila? o que determina o lugar para a construção da Igreja? Para nós, há no acontecimento enunciativo desta planta-texto uma questão que se levanta, isto é, ela apresentou elementos de linguagem específico, o da linguagem ritualística sagrada, onde os traçados geométricos significam no acontecimento em análise, mostra o lugar de projeção da construção da Igreja.

Tomamos o enunciado *Planta de Villa Maria do [rio] Paraguay*, se considerarmos na unidade de análise o nome *Villa Maria*, neste acontecimento, temos de um lado *Planta* reescritura e atribui sentido à *Villa Maria*, como uma planta que é determina a Fundação de uma Villa específica. De outro lado, *Rio Paraguay* reescritura por substituição *Villa Maria do Paraguai*, e, nessa direção, *Rio Paraguay*, é o que atribui sentido à Vila Maria, e assim, ele

também é o que caracteriza, especifica e define *Planta de Villa Maria do Paraguay*. Ainda podemos considerar que o enunciado Caza d' ElRey apresenta-se também reescrevendo *Villa Maria*. Assim, [rio] *Paraguay* determina, especifica e define o sentido de *Villa Maria* e Caza d' ElRey. Sendo assim, *Rio Paraguay* determina sentidos sobre o todo da Planta. Mas o que determina o lugar da construção da Igreja?

Consideramos que o nome Maria, neste acontecimento, retoma o memorável religioso do **Sagrado Coração de Maria, orago de devoção, de D. Maria I**, filha do rei. O nome Maria, está enunciado sobre um dos retângulos da planta-texto, o que nos coloca a dizer e aludir que, há nessa sobreposição o cruzamento de dois acontecimentos de linguagem, ou seja, o acontecimento do nome Maria, e o acontecimento de linguagem ritualístico, que significa a figura geométrica do retângulo, isto, determina a projeção de sentido, pois, há na Vila um lugar santo, o nome Maria sobre a forma, determina que há na Vila, o lugar para a construção do lugar santo. Ou seja, o lugar para a construção do santuário, da Igreja. Considerando, que o retângulo é um elemento não linguístico enquanto linguagem da forma geométrica, aludimos à passagem do texto: *A repartição da terra; o lugar santo*<sup>46</sup>, de Ezequiel – 45:2 (DE ALMEIDA, 1997, p. 957), que diz: “E será o santuário de quinhentas com mais quinhentas, **em quadrado**, e terá em redor um arrabalde de cinquenta côvados”. Desse modo, Maria determina o sentido do lugar da construção da Igreja.

Portanto, acreditamos, que Vila Maria nasce sob o orago do Sagrado Coração, o que pode ser confirmado no seu “Retrato” mais famoso intitulado *A Piedosa, A Louca*, de Giuseppe (1783), a qual D. Maria I, sustenta no peito o Sagrado Coração de Maria. Diferentemente, dos sentidos encontrados na análise da Planta *S. Luiz de Cáceres* e da Planta da Catedral São Luiz de Cáceres.

Outra observação a saber, se dá entre o nome *Maria* e Caza d' ElRey, observando que o nome Maria também estabelece uma reescrituração por substituição com Caza d' ElRey. Isto significa dizer que, a significação que se constitui, é designada pelo sentido da linhagem de sucessão da família dos Bragança. Caza d' ElRey, significa pelo memorável Casa de Bragança. Portanto, o nome Maria, identifica o lugar da construção da Igreja.

Portanto, a *Planta de Villa Maria do Paraguay* articulada ao acontecimento enunciativo da Carta de Fundação de 06 de outubro de 1778, determina a fundação e renomeação de um antigo povoado de Vila Maria do Paraguai. O nome *ElRey*, que integra a planta-texto significa, decisivamente, a intervenção direta do rei sobre os direitos de posse de

---

<sup>46</sup> Itálico, conforme título do texto de Ezequiel. In: **A BÍBLIA SAGRADA, contendo o Velho e o Novo Testamento**. Tradução: DE ALMEIDA, João Ferreira. Edição Revista e Corrigida. Revisão de 1997.

Vila Maria, e tudo que a planta-texto reescritura. Sendo assim, Caza d'El-Rey significa na Planta de Vila Maria do Paraguai, que o quarto governador foi um dos administradores do mestrado da **Ordem de Cristo** e, cuja posse da Vila datada de 06 de outubro de 1778, marca a data de posse da Instituição da Ordem de Cristo e criação da nova Vila. Caza d'El-Rey, significa, sobretudo, a fixação da tradição vindas da Roma imperial, nos modos de organização e construção dos edifícios do centro urbano de Roma. De acordo com, Descendre (2015) “o palácio ocupa uma posição simbólica e estratégica na paisagem urbana,” a meio do caminho entre Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade.

Em análise da planta-texto de *S. Luiz de Cáceres*, levantada em 1876, de traçado retangular integrada a seu corpo o traçado primitivo, porém reescriturado e ressignificado no espaço político de enunciação. Já podemos observar a mudança, ou diferença no próprio modo de designação do enunciado-título “Planta de Villa Maria do Paraguay” que é reescriturado por *S. Luiz de Cáceres*. A reescrituração *S. Luiz de Cáceres* ao funcionar apaga totalmente o sentido designativo de governo colonial português, e o que passa a fazer parte da designação do nome na nova planta-texto, funciona na relação com outros nomes. Para tanto, não há como falar desse nome sem levar em conta os acontecimentos marcantes na história enunciativa em que esse nome se dá. É possível enunciar que a planta-texto em sua textualidade específica significa o fim de um movimento transitório governamental e o início de um outro. Esta configuração vai aparecer na enunciação dos nomes que integram a planta-texto de *S. Luiz de Cáceres* de 1876, se considerarmos que há enunciação de nomes que a integra significando pelo memorável de imigração.

A análise dos números enquanto reescritura do nome próprio das ruas na planta-texto, vislumbra a divisão da planta em três momentos, sendo: o título da planta, *S. Luiz de Cáceres*; no segundo momento o Projeto Urbano (desenho) e no terceiro momento a legenda que integra a planta-texto. Veremos a seguir que esses elementos determinam essa unidade de significação que aqui chamamos de planta-texto. É importante considerarmos que os dois últimos momentos apresentados acima, determinam e reescrituram o enunciado-título da planta-texto. Mas nesse momento da nossa análise, desmiuçamos os elementos internos que constituem a planta-texto. Aprendeu-se que os enunciados-números que designam as ruas do projeto urbano são sondados na relação de integração articulados com nomes e com outros elementos ao texto. Na apreensão desta análise, compreendemos que os enunciados-números de 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8..... e 19, os quais estão integrados a planta e que ocupam o lugar social que designam as Ruas, ocupa o exclusivamente administrativo. Vimos que, os enunciados-

números que designam as Ruas, são somente (6, 7, 8, 9, 10 11, 12 e 18), das quais a enunciação de tais enunciados constitui-se sempre como uma nova futuridade.

No processo de articulação em que se dá a constituição dos enunciados da planta-texto, na sua totalidade, vimos que os enunciados-números que designam as ruas, ou, os espaços urbanos da planta são reescriturados por expansão explicativa na relação com os enunciados da legenda, que integram e também constitui sentidos a planta-texto. O enunciado-número (5), neste acontecimento, por exemplo, funciona como uma designação de um espaço da cidade, isto é, o enunciado-número (5) reescritura por condensação o nome “Cemitério” cuja designação vai se constituir pela e com as relações enunciativas como as que o predicam na legenda e na planta-texto. Este nome retoma o memorável de saúde sanitária no desenvolvimento e expansão da cidade, uma vez que, ao nomear um espaço enquanto Cemitério tem aí um uma institucionalização, de um espaço público, que caracteriza o início da modernidade de um Espaço Urbano.

Já o nome *S. Luiz de Cáceres* como um enunciado-título do texto, nesta medida, integra o texto do qual faz parte e, assim determina o sentido do nome da cidade e o nome da Igreja, nessa direção este nome funciona na relação com outros elementos que também integram o texto. O enunciado-título como sendo título da planta-texto estabelece relação de predicação com outros enunciados e elementos que o integra, assim *S. Luiz de Cáceres* predica e é predicado.

Destacamos que, no funcionamento do enunciado-número “2”, este enunciado-número constitui uma consistência interna e uma interdependência relativa que o sustenta como o número do nome da Igreja como enunciado que a identifica no Espaço urbano da cidade, e isto, significa dizer que o enunciado-número “2” designa seu lugar de construção, seu endereço e faz alusão ao nome da Igreja. Nessa medida, “2” passa significar de outro modo ao participar numa relação de reescrituração por substituição com o nome “Egreja”. Nessa direção, tanto o enunciado-número quanto o nome “Egreja” funcionam integrados ao texto da legenda enunciativa, que se encontra na parte inferior da planta-texto. Ou seja, o enunciado-número “2”, nessa medida, estabelece uma relação de reescrituração tal que substitui o nome “Egreja”. Portanto, numa direção “2” designa e, então, significa o lugar da construção da Igreja, em São Luiz de Cáceres. Em outra direção, o enunciado-número “2”, também, é resscriturado por substituição por “Egreja”. E desse modo, o nome Egreja estabelece ao reescriturar o enunciado-número “2”, o nome “Egreja” passa a significar Igreja construída, visto que, o nome identifica objetos, conforme considera Rancière (1992).

O acontecimento de enunciação da planta-texto “*S. Luiz de Cáceres*”, se apresenta como um texto que se constitui integrado de múltiplas temporalidades, ou seja, de língua(gem) que a textualiza. Neste sentido, a planta-texto, enquanto linguagem, é sentido, ela integra enunciados que se relacionam com outros elementos que a integram, por exemplo, expressões, enunciados, os quais funcionam de modos diversos na sua transversalidade, a enunciação que nomeia as ruas e que identificam os nomes das instituições públicas, significam como de outro lugar que enuncia e determinam as Ruas, Travessas Largos etc., eles são “nomeados no lugar decisivo de nomeação estritamente administrativo. A nomeação se dá como se fosse a temporalidade de um acontecimento presente e futuro sem memória<sup>47</sup>”.

Sondar os nomes, como nomes que integram a planta-texto *S. Luiz de Cáceres*, levamos considerar que a cena enunciativa deste acontecimento, se configura pela caracterização de que são as relações destes nomes que constituem a textualidade da planta.

Observando a planta-texto, os enunciados-números encontram-se dispersos de modo transversalizados integrados ao texto. Assim, os nomes que se articulam com os enunciados-números identificam e especificam os objetos no Espaço da cidade, cada elemento enunciativo funciona na relação com outros elementos que integram a Planta, significa diferentes em virtude dos nomes que o identificam como diferentes em virtude desta relação de integração no acontecimento de linguagem planta-texto, e sobretudo, porque seu acontecimento é diferença na sua própria ordem.

Nesta planta-texto, há um conjunto de elementos que determinam e reescrevem o sentido do nome que nomeia à planta – *S. Luiz de Cáceres*. Observemos que, o alocutor-engenheiro enumera os pontos específicos do espaço da cidade, esses acabam textualizados e materializados na planta. Sendo assim, o que os enunciados-números dos nomes significam na planta da cidade, ocorre como uma expansão que se dá por enumeração. Uma questão se coloca, o enunciado “Rio Paraguay” que se apresenta no texto reescritura por especificação *S. Luiz de Cáceres*, e toda sua enumeração. “Rio Paraguay”, na textualidade da planta, é um enunciado que especifica e determina o sentido da planta urbana, como texto. E, nessa direção, a substituição ocorre tanto por especificação quanto por definição com o/no acontecimento planta-texto. Neste processo de relações de contiguidade, também ocorrem relações de outras operações, ou seja, de reescrituração, de predicação, de determinação etc., dessa maneira, consideramos que a expressão enunciativa *S. Luiz de Cáceres* determina Igreja, pelo modo de reescrituração por substituição deste enunciado na relação com o

---

<sup>47</sup> Ver Guimarães (2017, 84).



“enunciado-número “2”. Uma vez que, “o enunciado-número “2” no centro do texto designa o lugar da Igreja, e isto se confirma quando os enunciados “2 Igreja” são retomados na legenda, cujo texto é uma reescrituração explicativa da planta-texto.

O nome *S. Luiz* no enunciado *S. Luiz de Cáceres* determina o nome próprio da Cidade de Cáceres. E Cidade de Cáceres é reescriturada por definição pelo enunciado-título da planta-texto. Se considerarmos a seguinte paráfrase: *S. Luiz é o Santo Padroeiro da cidade de Cáceres*. Desse modo, *S. Luiz* neste enunciado significa *o Santo Padroeiro da cidade de Cáceres*. Com isso, o nome Cáceres está numa relação de sinonímia com cidade.

Sobretudo, é importante dizer que o que designa a construção e a existência de uma Igreja Católica no centro histórico da cidade Cáceres, é a textualidade que constitui a planta, onde a articulação dos enunciados *S. Luiz*, 2, na planta-texto, estabelecem relações de sentidos que, recorta o memorável designativo do Rei da França São Luís XVIII, um passado que no presente do acontecimento planta-texto arquitetônica se abre uma latência de futuridade, cujo nome *São Luís* produz uma nova designação no acontecimento de linguagem, ou seja, retoma novamente o memorável de um rei francês. Mas no acontecimento *S. Luiz de Cáceres*, o nome *S. Luíz*, designa São Luís IX, ou seja, também rei da França e padroeiro da Catedral e da cidade de Cáceres. Portanto, o que faz significar a Igreja a qual a planta-texto fala, como uma Igreja Católica é a designação da sigla “S” do enunciado *S. Luíz* que significa Santo, o qual funciona articulado na relação com outros elementos, isto é, elementos linguísticos e não linguísticos que funcionam e se cruzam integrados a planta-texto. Sendo assim, a designação de Santo, Altar articulados a Cruz é o que significa dizer-se de uma Igreja Católica. Isto, a faz significar diferentemente das Igrejas Protestante, as quais não adotam a os rituais de cultuar os Santos, específico do catolicismo.

Neste direcionamento, compreendemos que o lugar do Estado, determina o modo de articulação e projeção da organização do centro histórico da cidade de Cáceres-MT. O que é importante destacar entre os acontecimentos enunciativos desta planta-texto e da Planta de Villa Maria do Paraguai, é que, elas se constituem por temporalidades distintas, o que significa dizer que nos seus funcionamentos elas recortam memoráveis distintos, por exemplo, Villa Maria, significa pelo memorável do governo Colonial, enquanto que *S. Luís de Cáceres* recorta o memorável do governo Provincial/Imperial de (1822-1889).

Já no caso do enunciado [17 Largo do Jacobina], este nos chamou a atenção, pois no funcionamento semântico-enunciativo deste acontecimento a cena enunciativa que aí se configura na nomeação do Largo, há a presença de um locutor-oficial agenciado por um memorável de enunciação que recorta um passado e um presente de acontecimentos

específicos, que se abre a rememorações de sentidos constituídos no espaço de enunciação que não é gerado na História do Brasil, mas de uma História da Revolução Francesa, se observarmos que a palavra Jacobina é de uso comum do espaço de enunciação da França. No enunciado [17 Largo do Jacobina], a designação “Jacobina” é especificada pela preposição, segundo a qual particulariza e identifica a presença de uma figura enunciativa da política revolucionária francesa, no presente da enunciação que nomeia o Largo, na cidade de *S. Luiz de Cáceres*, instaura-se nessa cena enunciativa o político<sup>48</sup>. De um lado, podemos dizer que Largo estabelece relação de articulação com “do Jacobina” e “do” com “Jacobina”. Mas o que significa “do Jacobina” na relação de designação com o nome do “Largo”? De outro lado, é possível dizer que a preposição “do” estabelece uma relação de sentido que especifica à um “Jacobina”. Tal é essa relação, ao ponto que, pela enunciação que o caracteriza diz de um homem específico que viveu em São Luiz de Cáceres.

O passado deste acontecimento também significa pelo memorável de imigração francesa, sobretudo, isto nos permite dizer que, há aí a designação de sentidos sobre a presença francesa de relações políticas (Liberal), em nomes de Largo, em São Luiz de Cáceres. É significativo dizer que, quem nomeou o “Largo”, o nomeou levando em consideração enunciações de acontecimentos históricos sociais e políticos temporalizados em 1876, textualizados na planta. Este imigrante político francês, é o artista e arquiteto que vindo da França para *São Luiz de Cáceres*, aqui chegando foi apelidado de Jacobina, cujo nome carrega em si enunciações que o especifica, como um jacobeu, isto é, nome dado na França aos integrantes de um partido político específico adeptos ao jacobinismo. Ainda podemos dizer que, o nome do Jacobina nesse sentido não significa do mesmo modo para o sentido atribuído por exemplo, com a predicação “da Jacobina”. Consideramos que o Jacobina particularizado na enunciação da nomeação “Largo do Jacobina”, atribui sentidos que determinam o primeiro arquiteto que levantou a planta da nova matriz, que após a colocação da pedra fundamental, em 06 de julho de 1886, foi levantada as paredes laterais, em 1920.

Acerca da análise do recorte pinçado do acontecimento de enunciação da ata de reunião lavrada no Paço Episcopal da cidade de São Luiz de Cáceres, de vinte e nove de 1886, buscou-se compreender os sentidos de construção do novo projetado como sentido de uma nova Igreja Matriz, nos levou compreender que a expressão **construção do novo projetado**, neste texto, significa determinado por a *Nova Igreja Matriz*, onde a *Nova Igreja Matriz* apresenta uma relação de sinonímia com *uma nova Igreja Matriz*. Nessa medida, A

---

<sup>48</sup> A noção de “Político” é tomada conforme definido em Guimarães (2002 - 2017, p. 23). Ver também Capítulo II.

*construção do Novo projetado, a Nova Igreja Matriz e uma nova Igreja Matriz* estabelece e apresenta uma relação de antonímia com *A atual* a qual determina *Igreja Matriz*, nesta direção, *Igreja Matriz* apresenta uma relação de sinonímia com *Templo*. Numa outra direção, *Igreja Matriz* e *Templo* são determinados por Edifício que estabelece relações sinonímicas com os termos *o* e *deste*.

Como vimos em análise dos sentidos de construção do novo projetado como sentido de uma nova Igreja Matriz, a Igreja, foi iniciada sob a invocação de São Luiz, com o nome Igreja de São Luís de França (Vila Maria do Paraguai), ela passou por outras significações/ressignificações no seu longo processo de construção, até chegar a sua conclusão e inauguração em 1965. Isto significa uma diferença relevante entre os sentidos do nome Maria integrado a Planta de Vila Maria do Paraguai, bem como o nome *S. Luiz* integrado ao enunciado-título da planta-texto *S. Luiz* de Cáceres. É interessante dizer que o que não está dito na Planta de Vila Maria do Paraguai é que o nome Maria designa nos rituais da Igreja Católica o Coração Imaculado de Maria. Sobretudo, este nome retoma como memorável a presença de Santo Antônio, porque nas práticas religiosas do catolicismo falar de Maria significa dizer da devoção a Nossa Senhora. Se consideramos que Santo Antônio é devoto de Nossa Senhora. Portanto, o nome Cáceres no enunciado *S. Luiz* de Cáceres, não significa apenas o nome da cidade, mas a retomada de memórias como a de **devoção a Santo Antônio**, segundo o qual Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, era devoto.

Os acontecimentos de linguagem das plantas/textos que dizem sobre a construção da Igreja Católica em Cáceres, se constituem de temporalidades própria a qual recortam como memoráveis enunciações da história brasileira (Colônia, Império e República). Desse modo, podemos dizer que os sentidos de construção da Igreja Católica de Cáceres, se constituem de uma rede semântica que recortam memoráveis de práticas de linguagem de temporalidade como Capitania/Provincia/Estado.

Chamamos a atenção para um aspecto muito interessante sobre a questão da projeção de futuridade, em análise a Fachada do Projeto Original de 1918, projetou-se que as torres da Catedral São Luiz de Cáceres seriam de formas agulhadas, mas não foram executadas. Ou seja, a futuridade que foi aberta no passado de enunciações da FACHADA e que sugere o estilo gótico de enunciados sobre o gótico no Projeto não se dá, o que se enuncia enquanto futuridade, nesse caso, é o acontecimento de um projeto com estilo considerado Neogótico.

Passando a textualidade da planta-texto da Catedral São Luiz de Cáceres, a questão inicial foi compreender, o que designa o sentido de construção da Catedral no acontecimento

de enunciação da planta-texto 1 e 2? Uma outra questão se coloca como um problema interessante, isto é, a questão do endereço, o que este endereço significa?

Observando a planta-texto da Catedral São Luiz de Cáceres em sua totalidade, vemos que, ela se constitui de dois textos, ambos conforme transcrevemos acima em Texto 01 e Texto 02. No entanto, precisamos considerar os enunciados que se encontram dispersos integrados aos textos, os quais são elementos linguísticos que significam neste acontecimento de linguagem na relação com outros enunciados integrados em ambos os textos.

Os textos (Texto 01 e Texto 02), os quais transcrevemos e tomamos como recortes, ambos apresentam o nome “CATEDRAL. SÃO LUIZ DE CÁ CERES” funciona neste acontecimento como enunciado-título das plantas/textos, e como designação do nome “Catedral”. Mas é importante observar que o enunciado-título do Texto 1, não designa a mesma coisa que o enunciado-título do Texto 2, isto, se observarmos que cada texto constitui sentido na relação de integração de enunciados e outros elementos transversalizados ao texto. Sendo assim, o enunciado-título estabelece relação de predicação com os elementos do texto do qual faz parte e também o integra.

No texto 1, analisamos o enunciado “CATEDRAL. SÃO LUIZ DE CÁ CERES”, o qual parafraseamos pela sequência enunciativa em parênteses: (Sabe-se que a Catedral é a [Catedral] São Luiz de Cáceres), o procedimento de manipulação por paráfrase, faz aparecer uma reescrituração por substituição elíptica. Observemos que os colchetes na paráfrase significam a reescritura de “Catedral” por [Catedral] São Luiz de Cáceres. Neste sentido, o nome [Catedral] estabelece uma relação de definição entre a reescrituração e o que é reescriturado. Ou seja, de um lado, [Catedral] é determinado pela relação de predicação que ocorre entre [Catedral] ao articular-se com “São Luiz de Cáceres”. Dessa maneira, tanto o nome do Santo define e especifica sentido a Catedral quanto o nome da cidade, visto que a expressão “de Cáceres” produz sentidos que se diferenciam no funcionamento do dizer. Pois, dizer Catedral de São Luiz de Cáceres, não produz o mesmo sentido se disséssemos Catedral São Luís do Maranhão. Distingue, portanto, sentidos designativos de localização definidos pelos nomes de cidade, nomes de Estado etc.

O enunciado que está em análise é o enunciado-título da planta-texto da Catedral, nesta medida ao considerar o enunciado CATEDRAL.SÃO LUIZ DE CÁ CERES temos duas questões que também consideramos importantes neste processo. De um lado temos Catedral que especifica o lugar da Instituição religiosa, uma vez que Catedral é uma expressão linguística adotada para designar o templo da Igreja Católica. Por outro lado, temos São Luiz de Cáceres, que como dissemos num outro momento é determinado pelos sentidos de cidade,

no caso Cáceres. Sendo assim, podemos produzir a seguinte paráfrase: *A planta da igreja católica da cidade de São Luiz de Cáceres*” ou *“A planta da Catedral da cidade de São Luiz de Cáceres.*

Ainda no texto 1, observamos também que a sequência enunciativa “AREA. 1.645,40m<sup>2</sup>” reescriturada por condensação tanto por totalização quanto por generalização a “AREA” por “m<sup>2</sup>”, que neste texto condensa de modo particular e específico o que está enunciado no Texto 1, e o que está integrado no Texto 2. Importante dizer que, embora, a expressão “AREA. 1.645,40m<sup>2</sup>” não apareça no Texto 2, ela significa pelo modo de relação elíptica. Neste caso, a designação “AREA. 1.645,40m<sup>2</sup>” significa toda a construção da Catedral, pelo agenciamento do falante em um enunciador que estabelece relação com o que é dito, com que se diz no acontecimento. Como podemos observar, nesta análise, o modo dizer “1.645,40m<sup>2</sup>” nesta cena enunciativa o lugar de dizer estabelece relação de sentido com o modo que se diz do lugar de dizer da engenharia. Segundo designa por totalização toda a área construída da Catedral São Luiz de Cáceres. Portanto, “AREA. 1.645,40m<sup>2</sup>” reescritura por totalização CATEDRAL. [CATEDRAL] SÃO LUIZ DE CÁCERES, que por outra direção, é determinada por “25/09/94” que marca o acontecimento da reforma e da produção planta. Deste modo temos cobertura e Planta Baixa determinando a planta-texto Catedral. São Luiz de Cáceres.

Também é possível dizer que o enunciado “Praça BARÃO DO RIO BRANCO - Centro CÁCERES MT”, que é o nome da praça principal da cidade, está nos dois textos funcionando como descrição e atribuição de sentido do endereço principal do templo da Instituição católica. Nessa relação de sentido, podemos observar um apagamento e substituição do nome da Rua, cujo nome do endereço de localização é a R. Cmte. Balduino, rua que está entre o Marco do Jauru e defronte com a porta central da Catedral. Há uma construção de sentido interessante, nesta planta-texto da Catedral, se observarmos que o nome “Praça BARÃO DO RIO BRANCO” determinado por especificação pelos enunciados “Centro”, “CÁCERES” e pela sigla “MT” (Mato Grosso), passa a funcionar e significar com o sentido de endereço principal da Catedral, e assim passa a designar o nome de uma Rua. Ou seja, “Praça BARÃO DO RIO BRANCO - Centro CÁCERES MT, significa no acontecimento da planta-texto a designação do nome da Rua de Endereço da Catedral, cuja localização da Rua passa ao fundo da Catedral, e não na parte frontal da Igreja. Como já foi dito, no Texto 2, o enunciado “CATEDRAL. [CATEDRAL] SÃO LUIZ DE CÁCERES” reescritura e é reescriturado por substituição por especificação por Fachada e Cobertura. Nessa medida, podemos dizer que a planta-texto significa enquanto linguagem, na relação de

textualidade de enunciados ao texto, no cruzamento de linguagem com traços constituídos por práticas de linguagem da geometria sagrada, elementos simbólicos da Catedral São Luiz de Cáceres.

Diante desta análise, cabe destacar um aspecto importante, a planta-texto (arquitetônica) da Catedral São Luiz de Cáceres, não se configura somente de elementos linguísticos, ela se configura e se constitui na relação de articulação com o linguístico e o não linguístico, ou seja, sua configuração e constituição dá-se na relação de elementos linguísticos que se cruzam com elementos não linguísticos. Isto, portanto, nos coloca que, pensar a planta-texto de uma Igreja, no domínio do estudo da significação, nos permite analisar a totalidade de uma área construída a qual condensa, contempla e textualiza a enunciatividade deste acontecimento. Por exemplo, no caso em análise, do Texto 1 e Texto 2, vimos que o Texto 1, integra a planta de Cobertura/Planta Baixa e o Texto 2, integra a Planta da Fachada/Corte, e, isto nos instiga a questionar como que essa configuração arquitetônica se articula para significar um monumento católico.

Passemos a contemplar **outros elementos linguísticos e não linguísticos** que integram cada acontecimento de linguagem. Mas antes é preciso dizer que, o recorte de ambos os textos analisados acima, significam de modos distintos. De um lado, o recorte pinçado do Texto 1, reescreve por especificação planta-texto de Cobertura/Planta Baixa. De outro lado, o recorte pinçado do Texto 2, reescreve por especificação a planta-texto da Fachada/Corte. Mas é importante observar que, ambos os recortes pinçados, transcritos e analisados em destaque nos quadros, são reescrituras que especificam e condensam sentidos a planta-texto CATEDRAL. SÃO LUIZ DE CÁCERES.

Voltemos no Texto 1, e, atentemos a descrição da planta-texto de Cobertura e a descrição da Planta Baixa, que o integram, e assim a definem o espaço geográfico interno e externo superior<sup>49</sup> da planta arquitetônica da Catedral São Luiz de Cáceres. Na planta-texto de Cobertura, encontra-se no lado direito superior, na altura do transepto o enunciado COBERTURA, que se apresenta em caixa alta e está numa relação de articulação com o enunciado ESC. 1:200, isto significa dizer que a planta-texto de Cobertura da Igreja, estabelece uma relação de reescritura por substituição com uma escala específica de um escalímetro, isto, constitui o sentido de especificação e definição deste acontecimento particular. Ou seja, a planta-texto de Cobertura é enunciada numa representatividade significada por uma escala de (um por duzentos), o que interessa para nós, não é a relação de

---

<sup>49</sup> O termo externo superior, aqui, está no sentido de uma cobertura, ou telhado visto do lado de fora da obra da Igreja, por uma vista aérea.

proporcionalidade apresentada pelo alocutor-arquiteto, mas o que a designação ESC. 1:200 significa na planta-texto de Cobertura.

Nessa direção, vê-se que a escala de (um por duzentos), neste texto, reescritura por substituição Cobertura, e assim atribui e identifica sentidos específicos a cobertura da Catedral São Luiz de Cáceres. Sendo assim, o tamanho da área de cobertura não é o mesmo que o tamanho da área da Planta Baixa, uma vez que, ela apresenta uma ESC. 1:100. Ainda neste acontecimento encontramos os enunciados TORRE, LAJE, TORRE, enunciados que significam no frontispício da Catedral, os quais integram a planta-texto de COBERTURA.

Observemos que o enunciado, LAJE, está funcionando entre dois enunciados TORRE e TORRE, assim compreendemos que a designação LAJE, significa a base de concreto que sustenta as Torres. Chamamos a atenção para o formato desta planta-texto da Catedral São Luiz, pois, ela se apresenta em Cruz latina, como se sabe a Cruz latina, é um elemento não linguístico que, recorta o memorável do simbolismo do cristianismo e da cristandade um passado que significa no presente do acontecimento do todo do texto, que assim, abre uma latência de futuridade para designar símbolos do cristianismo encontrados no cruzamento de linguagem integrados às plantas-textos: Cobertura/Planta Baixa e Fachada/Corte, isto, nos autoriza dizer que a planta-texto arquitetônica em análise é a planta de uma Igreja/Catedral Católica.

Na planta-texto de Cobertura vê-se os enunciados TORRE, articulados ao termo LAJE, isto pode significar base forte, como retorno do memorável religioso, sentidos que são constitutivos de enunciados como: Deus é a Rocha, Deus de Refúgio, Deus das alturas como Deus o Salvador. Ademais, a enunciação dos três enunciados TORRE, LAJE, TORRE, também pode significar pelo memorável do Evangelho de Jesus Cristo segundo Mateus<sup>50</sup>. Portanto, pela consagração do batismo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, que o alocutor-cristão é levado ao Pai. Isto significa que a forma de textualização enunciada na planta-texto da Catedral São Luiz se constitui do cruzamento de formas linguística e não linguística, “que privilegia as figuras do Pai e do Filho, na trindade de Deus<sup>51</sup>”.

O enunciado TORRE na textualidade da planta-texto constitui designações distintas. De um lado, da nascente ao pôr do sol, a torre vazada localizada do lado direito da fachada constitui sentidos que designa a Torre Sineira. Esta torre guarda sob si o sino, e a escadaria de madeira a qual leva a LAJE. Nessa direção, a Torre Sineira da Catedral, ao badalar do sino estabelece uma relação de articulação de mobilidade com a cidade e com os cristãos, na

---

<sup>50</sup> Mt 28. 16-20

<sup>51</sup> GUIMARÃES, 2012, 141.

medida que o badalar do sino que soa pelos vazados das torres faz significar os principais sinais das atividades da Igreja, os convites e avisos, por exemplo, o convite para o início da missa. Do lado esquerdo na fachada, vê-se a outra torre e sob ela está a construção de uma Abobada de Cruzaria, ou Abobada Cruzada, e a pia batismal de mármore branco, pia esta que foi doada por José Dulce no ano de mil e novecentos e quatorze.

Outro aspecto importante a observar, se volta as formas geométricas constituídas na disposição da planta-texto, segundo a qual podemos encontrar a representatividade da forma geométrica de duas portas de saída laterais, uma do lado direito, e a outra do lado esquerdo ambas com a entrada na direção da Nave Central da Catedral.

Há também a textualidade de três formas geométricas, a que estamos chamando de elementos não linguísticos, os quais estão aí funcionando e significando os espaços dos três altares da Igreja Catedral São Luiz de Cáceres, um está à direita chamado de Sacrário, Altar do Sagrado Coração de Jesus, e o outro à esquerda representado pelo mesmo tamanho e chamado de Altar do Ministério da Música. Neste mesmo altar encontra-se uma enorme imagem de Nossa Senhora das Graças, cuja simbolização recorta o memorável do livro de Gênesis, segundo vai dizer que a Virgem Maria “esmagou a cabeça da serpente” conforme promessa de Deus, isto, do ponto de vista das práticas religiosas do catolicismo. Já o enunciado “Altar” que está integrado ao centro do final da grande Nave, designa o altar central da Catedral. Isto é, o **altar-mor da Palavra**, ele se apresenta em tamanho maior e com mais adorno, conforme rituais da Igreja, ele é elevado e afastado da parede, o qual fixa-se à entrada principal.

A presença do Tau na Fachada significa a presença e instalações dos franciscanos na cidade de Cáceres, representando a TOR. Isto é, a presença da Terceira Ordem dos Franciscano. Diante do preambulo das análises das plantas, considerando que o terceiro projeto da Catedral foi elaborado pelo locutor-arquiteto paulista, em parceria com os alocutores-franciscanos, conforme já foi dito é o que foi executado. Então, dizemos que o projeto da planta-texto da Catedral São Luiz de Cáceres, de mil e novecentos e noventa e quatro, levantado por nós para constituir um dos *corpus* da pesquisa, ele retoma o memorável do projeto produzido a partir de 1949, produzido para tentar resolver os problemas que apareceram na execução da obra da Catedral, a que vinha sendo construída com a latência de futuridade de templo de estilo gótico, mas isso não aconteceu, pois com o desmoronamento de parte da sua estrutura, com a queda de parte de sua parede que já se encontrava em altura da cobertura, nasce o projeto de uma Igreja Neogótica, em que as torres não se constituíram enquanto torres agulhadas.



Portanto, a planta-texto, significa na relação de enunciação que tem com outros enunciados e com outros textos que o integra e, que a reescritura e a ressignifica, na relação integrativa que ela tem com os enunciados aos textos. A planta-texto pode funcionar integrando partes ou o todo de um outro texto, e isto a faz significar não como sentido constituído de suas partes do acontecimento, mas como sentido constituído pelo modo de reescrituração de um enunciado ao texto, ou, pelo modo de reescrituração de um texto ao texto. Por exemplo, de um lado, pelo modo como uma expressão num texto relaciona com outras expressões do texto, o qual manifesta projeções de sentidos, os quais, projetam a futuridade de algo e antecipa o sentido de algo, ainda a ser construído, mas que consiste latente, onde o acontecimento pode ser passível de um outro interpretável.

Assim como os mapas, as plantas-textos não são meros conjuntos de elementos como linhas e traços. As plantas-textos trazem elementos linguísticos e não linguísticos que constituem um cruzamento de linguagem e ao mesmo tempo integram nomes, enunciados, expressões, linhas, traços, pontos, triângulos, retângulos, etc., isto é, elementos da geometria sagrada, linguagem que significa no cruzamento de práticas enunciativas de distintos lugares de enunciação que enuncia no texto.

Com os últimos traços de enunciação, deixamos algumas provocações. Acreditamos que os textos oficiais que enunciam a História do Brasil, História de Mato Grosso, História de formação das vilas, das cidades, das Igrejas, etc., estão nas bibliotecas, nos museus, nos cartórios, clamando para que alguém os toquem, os leiam e os analisem, a saber o que e como eles (re)significam e como (re)significam.

Como provocação e sugestão à uma pesquisa futura, colocamos como objeto de reflexão e análise, a “*Carta de 17 de maio de 1748*”, cujo objetivo seja tratar sobre a questão da criação da Capitania do Mato Grosso. É importante dizermos que ao visitarmos a *Carta de 17 de maio da criação da Capitania de Mato Grosso de 1748*, chamamos a atenção à uma questão curiosa que se colocou a nós, pois, nos textos os quais temos lido, é recorrente a afirmação de que a Capitania de Mato Grosso, foi criada, em 9 de maio de 1748, no entanto, do nosso ponto de vista, acreditamos que, a designação 9 de maio de 1748, retoma sentidos que significa o *início do mandato do primeiro Governador da Capitania do Mato Grosso*, ou seja, início do mandato de Gomes Freire de Andrade – Conde de Bobadela, mandato que vai até 17 de janeiro de 1751, sucedido por António Rolim de Moura Tavares – Conde de Azambuja, cujo governo inicia à 17 de janeiro de 1751, com término em 1 de dezembro de 1765. O que estamos dizendo é que a *Carta Régia de 17 de maio de 1748*, configura-se como um acontecimento enunciativo de grande importância tanto para a história do Brasil quanto

para a história do Mato Grosso, no que tange a sua constituição e formação. Portanto, consideramos pertinente dizer que a data de 9 de maio de 1748, não determina a data de criação da Capitania do Mato Grosso, visto que esta data não confere com o teor enunciativo da Carta Régia que cria as duas Capitanias. Desse modo, há mais de duzentos e setenta e quatro anos, este acontecimento vem sendo reescriturado, como um equívoco histórico. Esboçamos a urgência de uma análise profunda e complexa para desvendar este acontecimento.

Outra provocação que deixamos, é pensar como as plantas-textos, plantas baixas, planta de cobertura, planta de corte, e planta de fachada são tratadas integradas a BNCC, tendo em vista que um dos objetivos deste documento no que se refere ao ensino é o de “Identificar em plantas baixas as primeiras representações da visão vertical” desta planta. E a Habilidade que se busca desenvolver, por exemplo, no Ensino Fundamental é EF01GE08, é a de Criar mapas mentais e desenhos com base em Itinerários, contos literários, histórias inventadas e brincadeiras? Mas como e o que significam os elementos linguísticos e não linguísticos que integram e constituem tais textos?

Para uma nova projeção de futuridade, reescrevemos, aqui, o nome Fábio de Magalhães Velozo, nome citado na dedicatória, o retomamos não como mera repetição, mas como (re)significação de uma das muitas figuras, que no passado ocupou a posição social de *pedreiro*, segundo o qual atuou *na reconstrução da Catedral São Luiz de Cáceres*, da construção da Ponte Marechal Rondon, na construção da Vila José da Lapa, na construção de inúmeras calçadas etc., que no processo de significação que historiciza e constitui sentidos a construção da Catedral São Luiz de Cáceres, no silêncio significam. Isto é, significam desde a produção e queima dos tijolos, nos imensos parafusos fixados nas pesadas madeiras serradas, nas amarrações dos imensos ferros, os quais constituem as vinte e duas colunas e as tesouras de madeiras no interior da Catedral, que hoje sustentam seu telhado.

O estudo semântico enunciativo de análises de plantas urbanas, mapas e planta arquitetônica, consideradas na sua história, na relação com textos que os/as (re)dizem numa relação histórica particular, especificamente, nesta tese, foram tomadas na história da região do Mato Grosso, e isto, leva-nos a contribuirmos com os estudos da enunciação, na medida em que tratamos sobre funcionamentos semânticos das plantas urbanas e planta arquitetônica de uma certa forma na relação com a história de uma região. Com isto, avançamos um pouco mais ao considerarmos que não tratamos, simplesmente da história dessa região, mas tratamos de algo que no funcionamento das plantas ressaltam ao relacionar-se com os textos específicos que nos autorizam pensar que a região de Cáceres é parte da história e constituição

do território do Brasil. E, mais a tese acaba contribuindo com uma história de Cáceres contada enunciativamente enquanto um elemento da História do Brasil, que diz, fundamentalmente, a respeito dos limites Oeste do Brasil, na América Latina.

Portanto, por uma análise enunciativa da relação integrativa, defendemos que, a planta de uma vila, a planta de uma cidade e a planta arquitetônica da Catedral São Luiz de Cáceres, são textos, são acontecimentos de linguagem, são espaços simbólicos de materializações de sentidos, isto é, significação, cujos acontecimentos constituem temporalidades própria, e assim já significam uma nova futuridade, sem a qual não há projeção de novos sentidos. Ademais, esperamos contribuir com pesquisadores que tomam suas pesquisas sob a abordagem dos estudos enunciativos sobre a questão da designação integrados a planta-texto.

Para uma continuidade das discussões dos resultados, retomamos algumas questões pertinentes. Conforme o problema de pesquisa proposto, acreditamos tê-lo respondido e, sobretudo, ele, contribuiu de modo significativo e incontornável para ampliar a compreensão sobre o modo como foi sendo construída a Sede da Igreja Católica de Cáceres. Além disso, contribuiu para o levantamento de novos problemas.

As hipóteses levantadas, na relação dos elementos linguísticos e não linguísticos visuais, no funcionamento transversal, integrados as plantas-textos, de nossa perspectiva foram confirmadas. Este acontecimento de linguagem, a Tese, instaura uma nova futuridade, novos interpretáveis, este acontecimento significa por agregar um presente e um futuro próprio do acontecimento, e por já projetar outros sentidos.

A metodologia adotada, revelou que é possível fazer um estudo de plantas-textos na relação com outros textos, por exemplo, com textos oficiais de plantas e projetos de planificação, texto arquitetônico, Atas de Fundação entre outros. Estes textos clamam por seus sentidos, eles, constituem temporalidades própria, ademais, integram formas particulares de constituição do texto. Então, cabe ao semanticista levá-los ao estudo da significação, e deles proceder análises de texto, considerando a relação de integração de elementos não linguísticos, como os traços de linguagem geométricos, isto é, os pontos, traços, números, escalas, legendas etc., nessa medida, a planta-texto enquanto práticas de linguagem significa, por integrar e se relacionar com distintos modos de dizer e, por constitui modos distintos de significar algo.

Conforme objetivos, desta tese, ela desenvolve um estudo semântico enunciativo de plantas urbanas e planta arquitetônica, consideradas na sua história na relação com textos que recortam memoráveis, que as especificam numa história particular. Para tanto, as sondagens

se deram sobre um conjunto de plantas-textos, ou seja, a planta da vila, a planta da cidade e de modo particular tomamos a (Planta Arquitetônica) da Igreja Matriz de Cáceres – MT, a planta da *Catedral de São Luiz de Cáceres*, como materialidade de análise, a que chamamos planta-texto, especificada por constituir sua temporalidade própria no acontecimento do dizer. Desse modo, a planta-texto é um acontecimento que se constitui como prática de linguagem estratégicas específicas e particulares. Sendo assim, consideramos que a planta-texto de edificação, a planta de criação e organização de uma vila, de um município, de uma cidade, do levantamento de praças entre outros acontecimentos que são constitutivos dessas práticas, não se caracterizam do mesmo modo que a planta-texto (arquitetônica) de uma Igreja, de uma casa, etc. As plantas-textos temporalizam projeções de sentidos distintos, uma vez que, elas enunciam e identificam objetos únicos. Pois, a temporalidade é o que a opera e a faz significar como diferente de outros acontecimentos, e a caracteriza como algo específico.

O resultado dessa pesquisa, abre-se a novas lembranças, a novas latências projetivas de sentidos, de modo a contribuir com alguns modos de dizer, modos de ver, modos de ler e interpretar uma planta, e, principalmente, de observar os modos de significar e analisar um texto, a partir de procedimentos próprios de análise da planta-texto. Portanto, este estudo contribui com os estudos da enunciação, e com aqueles que se interessam com a problemática levantada, pois este modo de analisar leva-nos a conhecer e compreender a constituição e historicidade da construção da Igreja, e ainda nos leva a ler a cidade, pelo recorte do memorável constituído por temporalidades passadas e distintas do presente que se enuncia uma nova latência projetiva de acontecimentos que pode ou não ser confirmada.

Portanto, em relação ao estudo do “Mapa como texto” inspiração para o estudo, podemos dizer que, a tese, contribui com os estudos enunciativos ao lançar um olhar sobre outros materiais, isto é, avançou ao tratar sobre análises de plantas urbanas, plantas arquitetônicas, projetos urbanos, fachadas, elementos linguísticos e não linguísticos enquanto textos, que se constituem como espaços simbólicos de materializações e projeções de determinados espaços urbanos, a partir do procedimento do estudo da planta como planta-texto. E, particularmente, este estudo, materializa-se o espaço urbano de Vila Maria do Paraguai, São Luiz de Cáceres (Cáceres-MT). Importante dizer que as plantas urbanas projetam latências de futuridades da expansão do espaço urbano. Além disso, as plantas arquitetônicas revelam características de projeções futuras de uma construção, por exemplo, a construção de uma Igreja, casa, etc.

## REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli. Luís de Albuquerque: viagens e governo na Capitania de Mato Grosso, 1771-1791. Versal Editores, 2014.
- ARAUJO, Renata Malcher de. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 20, p. 41-76, 2012.
- AYALA, S. C.; COSTA MARQUES, J.A.; SIMON, F. *Album gráfico do Estado de Matto-Grosso (EEUU do Brasil)*, 1914. Digitalizado por NUDHEO/UNEMAT.
- BARROSO, Gustavo. O Brasil na lenda e na cartografia antiga. Brasileira, 1941.
- BIENNÈS, Máximo. Uma igreja na fronteira. Edições Loyola, 1987.
- BOSREDON, Bernard. Modos de ver, modos de dizer: titulação da pintura e discursividade. *RUA*, v. 5, n. 1, p. 17-38, 1999.
- CANOVA, Loiva. Antonio Rolim de Moura: um ilustrado na capitania de Mato Grosso. *Coletâneas do nosso tempo*, v. 8, n. 08, 2010.
- CAVENAGHI, Airtton José. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. Análise de uma herança cotidiana. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 14, p. 195-241, 2006.
- DA CUNHA GARCIA, Domingos Savio. De vila a cidade: impactos da abertura da navegação do rio Paraguai em uma povoação da Fronteira Oeste. *HISTÓRIA E FRONTEIRA*, p. 69, 2014. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar>. Acesso em: 28/08/2018.
- DA FONSECA, João Severiano. Viagem ao redor do Brasil, 1875-1878. Typ. de Pinheiro, 1880.
- DALLA PRIA, Albano. GUIMARÃES, Eduardo; DIAS, Luiz Francisco; KARIM, Taisir Mahmudo (Orgs). Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase III). 1. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.
- DE MOURA, Denise A. Soares. Disputas por soberania e uso da terra nos sertões mineiros do Sul (1750-1768). In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira *et al* (orgs). *ANAIS VII EIHC*. p. 314-330, 2018.
- De Sousa, M. C. G. (1980). *Inventário de documentos históricos sobre o Centro-Oeste*. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. (Vol. 1), 1980.
- DE SOUSA, Maria Cecília Guerreiro. Inventário de documentos históricos sobre o centro-oeste: Arquivo Histórico Ultramarino, avulsos 1. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, 1978.

DE SOUZA, Rogério Luiz; FABRICIO, Edison Lucas. Neotomismo e política: Leonel Franca e o debate sobre modernidade e totalitarismo. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 9, n. 25, p. 39-61, 2016.

DESCENDRE, Romain. *A politização do mundo*. Tradução: José Horta Nunes. Editora Unicamp, 2015.

DIAS, Luiz Francisco. *Enunciação e relações linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

DOS REIS, Mirami Gonçalves Sá; KARIM, Taisir Mahmudo. A CONSTITUIÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES-MT: UM ACONTECIMENTO CONSTRUÍDO A PARTIR DE NOMES DE RUAS. *In: Revista Línguas e Instrumento Linguísticos*, nº 41 – jan-jun, pp. 138-161, 2018.

FEDATTO, Carolina Padilha. *Um saber nas ruas: o discurso histórico sobre a cidade brasileira*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

FERREIRA MOUTINHO, Joaquim. Notícia sobre a província de Mato Grosso: seguida d'um roteiro da viagem da sua capital S. Paulo Tip. H. Schroeder. São Paulo, v. 1440, p. 1869, 1869.

FLORENCE, H. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829: Esboço da viagem feita pelo Sr. de Langsdorff no interior do Brasil, desde setembro de 1825 até março de 1829*. 2007.

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Tradução do Visconde de Taunay. São Paulo: Cultriz/Edusp, 1977.

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Tradução do Visconde de Taunay. Brasília: Senado Federal, V. 93. Concelho Editorial, 2007.

FONSECA, Marcos Arthur Viana da. “Eu lhe concedo todos os meus poderes para lhes fazer guerra se eu em pessoa assistisse”: os capitães-mores das Capitanias do Norte e a questão das matérias de guerra e de paz (1660-1720). *In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira et al. ANAIS VII EIHC*. 2018.

GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira. *Textos e argumentação: um estudo de conjunções do Português*. Campinas-SP: Pontes, 1987.

GUIMARÃES, Eduardo. *Análise de texto - procedimentos, análises, ensino*. São Paulo: 2ª ed. Editora Hucitec, 2012.

GUIMARÃES, Eduardo. *Análise de texto: procedimentos, análises, ensino*. Campinas: Editora RG, 2011.

GUIMARÃES, Eduardo. Designação e acontecimento. *Traços de Linguagem-Revista de Estudos Linguísticos*, v. 3, n. 2, 2019.

GUIMARÃES, Eduardo. DESIGNAR E ARGUMENTAR EM TORNO DE UMA DIVISÃO “INTRANSPONÍVEL”. *Revista Conexão Letras*, v. 26, n. 25, 2021.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e história. *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, p. 71-79, 1989.

GUIMARÃES, Eduardo. Espaço de enunciação, cena enunciativa, designação. *Fragmentum*, n. 40, p. 49-68, 2014.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento*. Campinas-SP: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas-SP: Pontes, 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. Sobre a resignificação política do espaço em torno de nomes próprios de lugares. *In: DALLA PRIA, Albano [et al] (Orgs). Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase III)*. 1. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

GUIMARÃES, Eduardo. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Pontes, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo; MOLLICA, Maria Cecília. *A palavra: forma e sentido*. Pontes, 2007.

KARIM, Taisir Mahmudo. Em se falando de Igrejas... **Revista de Letras**, V. 7, nº Especial, pt. 2, p. 163-171, jul/dez, 2003.

KARIM, Taisir Mahmudo; DI RENZO, Ana Maria. Um atlas (re) desenhado pelo acontecimento de nomeação: Mato Grosso e seus municípios na construção de uma arca. *Forma Breve*, n. 16, p. 141-155, 2020.

KARIM, Taisir Mahmudo; DI RENZO, Ana Maria; KARIM, Jocineide M. (Orgs). *Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase 1)*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

KARIM, Taisir Mahmudo; SILVA, Giseli Veronêz; MACEDO KARIM, Jocineide. O contorno linguístico de uma geografia – mato grosso e seus mapas: a constituição do atlas mato-grossense a partir do acontecimento de nomeação. *In: GUIMARÃES, Eduardo [et al] (Orgs.). Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase II)*. Pontes Editores, 2018.

KARIM, Taisir Mahmudo; SILVA, Giseli Veronêz; MACEDO-KARIM, Jocineide; VELOZO, Solange Moreira dos Santos. Mapas/Textos – entre cores e legendas – modos de articulação e reescrituração: um estudo na perspectiva Semântico Enunciativa. *In: DIAS, L. F; DALMASCHIO, Lucian; DIAS, Thalita Nogueira (Orgs). A dinâmica do sentido pelos caminhos da enunciação*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, pp. 553-572. 2023.

LARA, Francineli Cezarina [et al]. Os acontecimentos enunciativos dos tratados que significam a constituição da fronteira oeste de Mato Grosso. *In: DALLA PRIA, Albano [et al]*

(Orgs). Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase III). 1. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

LEITE, Luis – Philippe Pereira. Bispo do Império. 1980.

LEITE, Luís Philippe Pereira. Vila Maria dos meus maiores. 1978.

LEITE, MSS. A Cidade de Cáceres/MT e o seu Patrimônio Cultural: Produção de um guia didático-histórico. Tese de Doutorado. Dissertação encaminhada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História. Universidade do Estado de Mato Grosso–UNEMAT, Cáceres Mato Grosso, 2018.

LUZ, Milton. A história dos Símbolos Nacionais. Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2005.

MATOS, Alex de. Templos secretos: História e arquitetura sagrada das igrejas neogóticas de Mato Grosso. Cuiabá: Editora do Autor, 2011.

MAYER, Vilmar Francisco. Aspectos Gerais da Arquitetura Religiosa Colonial Baiana. 2003.

MENDES, Natalino Ferreira. Memória Cacerense. Cáceres: Carlini e Carniato, 1998.

MENDES, Natalino Ferreira. História de Cáceres: origem, evolução, presença das forças armadas. Tomo II. UNEMAT, 2010.

MENDES, Natalino Ferreira; CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. Fragmentos da história cultural de Cáceres: e outros fios da memória. Vol. II/Olga Maria Castrillon-Mendes (Org.); Natalino Ferreira Mendes 1º edição. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato Editorial, p. 144, 2021.

NOGUEIRA, Thalita. Porto Esperidião: Os sentidos da nomeação de uma cidade. In: KARIM, Taisir Mahmudo; DI RENZO, Ana Maria; KARIM, Jocineide M. (Orgs). Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase 1). Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. RG Editora, 2009.

RANCIÈRE, Jaques. Os nomes da história: ensaio de poética do saber. Tradução Mariana Echalar. 1ª. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SANTOS, Ademir Pereira dos. Theodoro Sampaio: nos sertões e nas cidades. Rio de Janeiro: Versal, 2010.

SILVA, Andréa Cristina de Oliveira; FERREIRA, Creuledi; SILVA, Giseli Veronêz da; VELOZO, Solange Moreira dos Santos. A planta enquanto texto: estudo semântico do projeto urbano de Vila Bela da Santíssima Trindade, uma Vila – Capital. In: DALLA PRIA, Albano [et al] (Orgs). Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase III). 1. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.



SOUSA, José Maria de; et *al.* Manuscritos de Vila Maria: edições fac-similar e semidiplomática. 2013.

VELOZO, Solange Moreira dos Santos e KARIM, Taisir Mahmudo. Planta/texto: um acontecimento enunciativo da catedral de São Luiz no centro histórico de Cáceres- MT. III Seminário Enunciação e Materialidade Linguística. Caderno de resumos. Belo Horizonte FALE/UFMG 2019.

VIEIRA, Dilermando Ramos. O processo de reforma e de reorganização da Igreja no Brasil:(1844-1926). 1ª. ed. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2007.

ZATTAR, Neuza. Cáceres-nome luso de cidade mato-grossense. RUA, v. 21, n. 1, p. 155-170, 2015.

### **Bíblia Sagrada**

SAGRADA, A Bíblia, contendo o Velho e o Novo Testamento. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida, Royal Bible. RJ, revisão de 1997.

### **Documentos Oficiais (Atas, Relatórios Provinciais, Jornais etc.,...)**

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Sessão Especial em comemoração ao Centenário da Diocese São Luiz de Cáceres, realizada no Município de Cáceres, presidida, pelo Deputado Aiton Português, com a presença de demais autoridades. ATA Nº 080 – “A” – Cáceres, 24 de junho de 2010, pp. 1-14. ÀS 20:00 HORAS Disponível em: <[http://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/docs\\_administrativos/doc\\_1145.pdf](http://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/docs_administrativos/doc_1145.pdf)>. Acesso em:06/09/2021.

Discurso recitado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro d’Alencastro, na abertura da primeira sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 3 de julho de 1835. Cuiabá, Typ. Provincial, 1845.

JORNAL **ARGOS**. Cáceres, nº 148, 19 de julho de 1914.

JORNAL. **Excelsior**. Rio de Janeiro, Edição 0026 (1), 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader>. Acesso em: 23/01/2020.

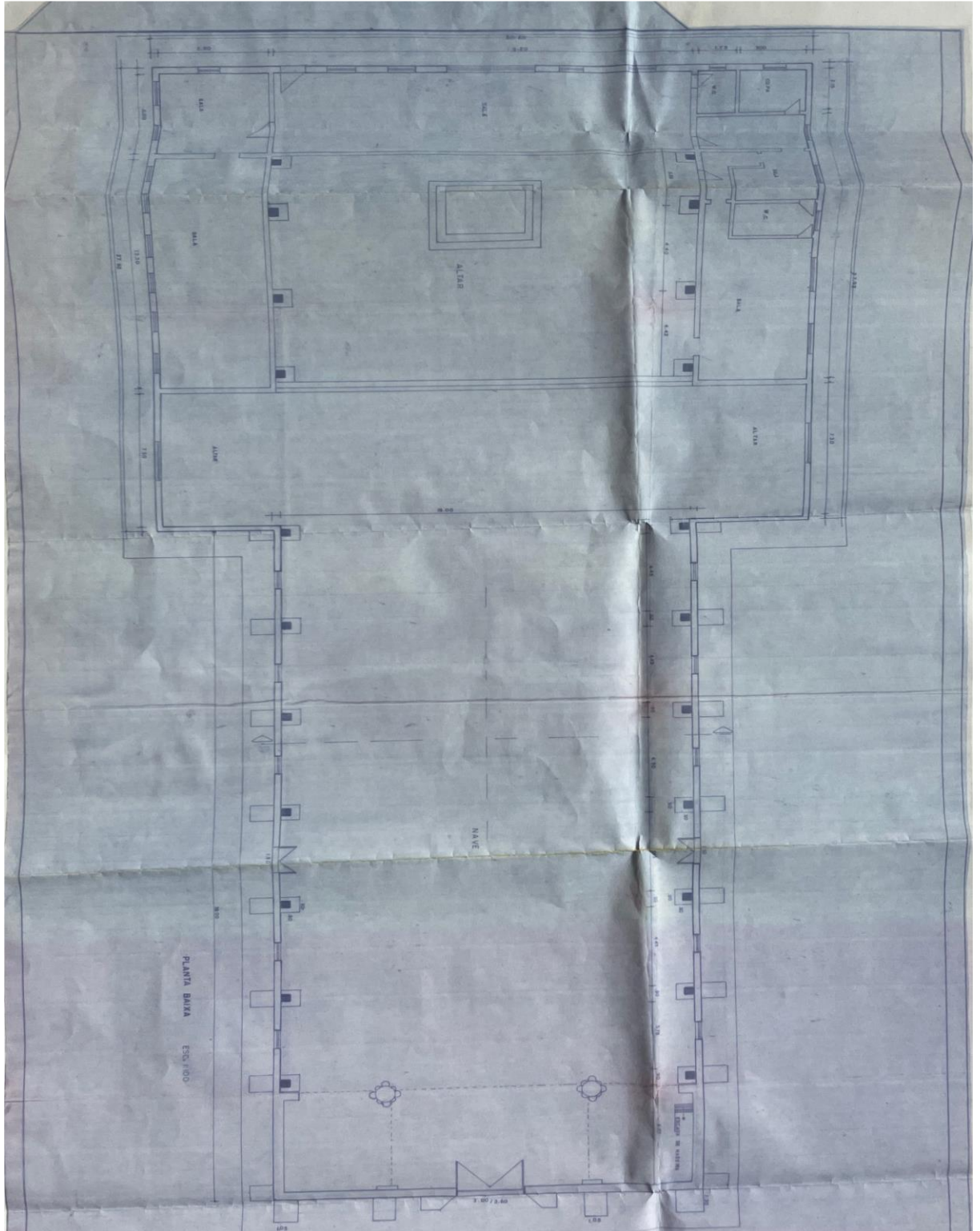
Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, V. 2, pp. 45-46, 1923.



## ANEXO II

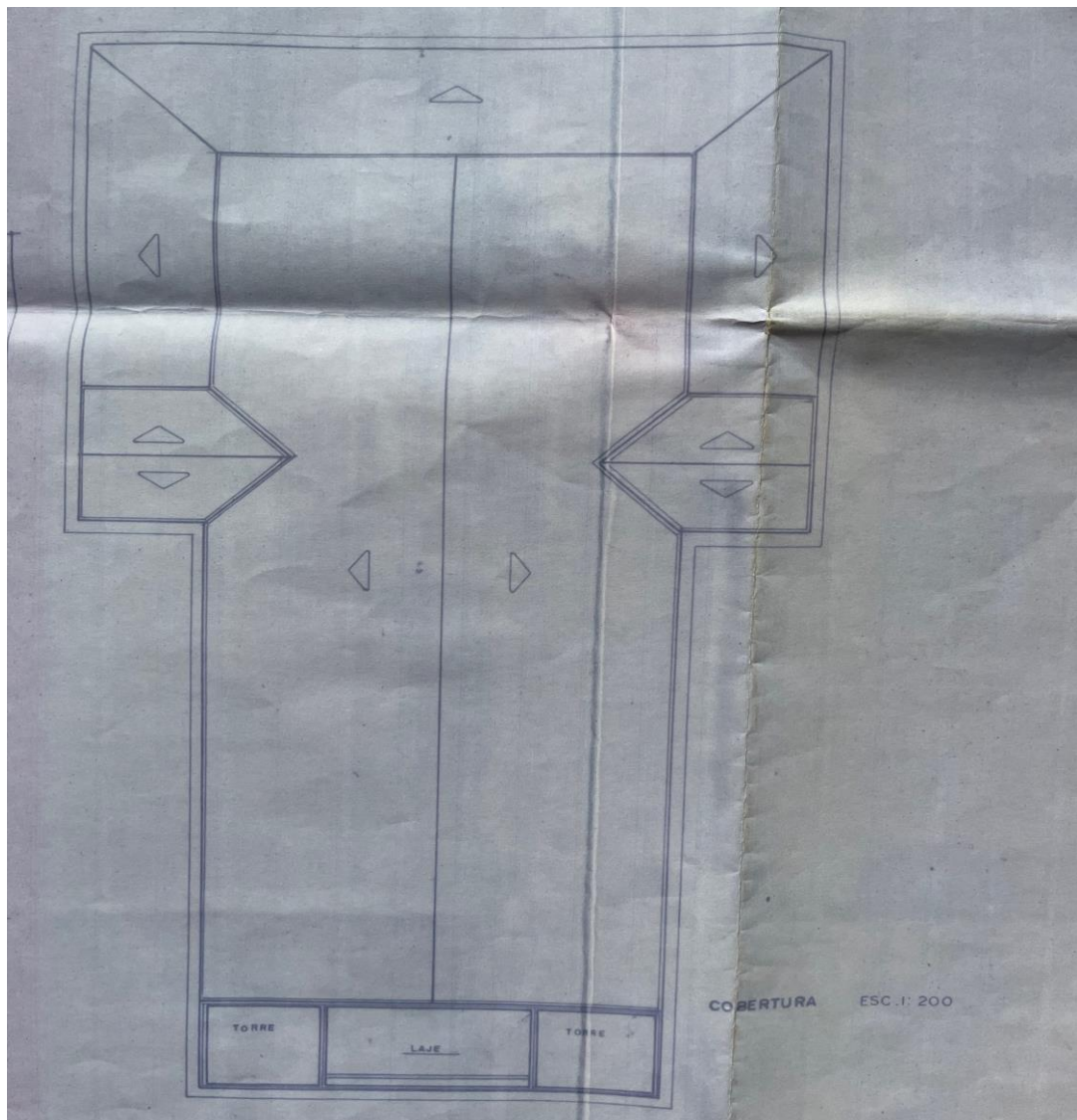
## Expansão da Planta-Texto 1 – Catedral São Luiz de Cáceres

(PLANTA BAIXA/COBERTURA/LEGENDA)



CATEDRAL . SÃO LUIZ DE CÁCERES		25/09/94
Praça BARÃO DO RIO BRANCO . Centro CÁCERES MT		
AREA . 1.645,40m <sup>2</sup>	ENG. FERNANDO MESQUITA XAVIER	- COBERTURA - PLANTA BAIXA 01

**Expansão da legenda da Planta-Texto 01 - da Catedral São Luiz de Cáceres**



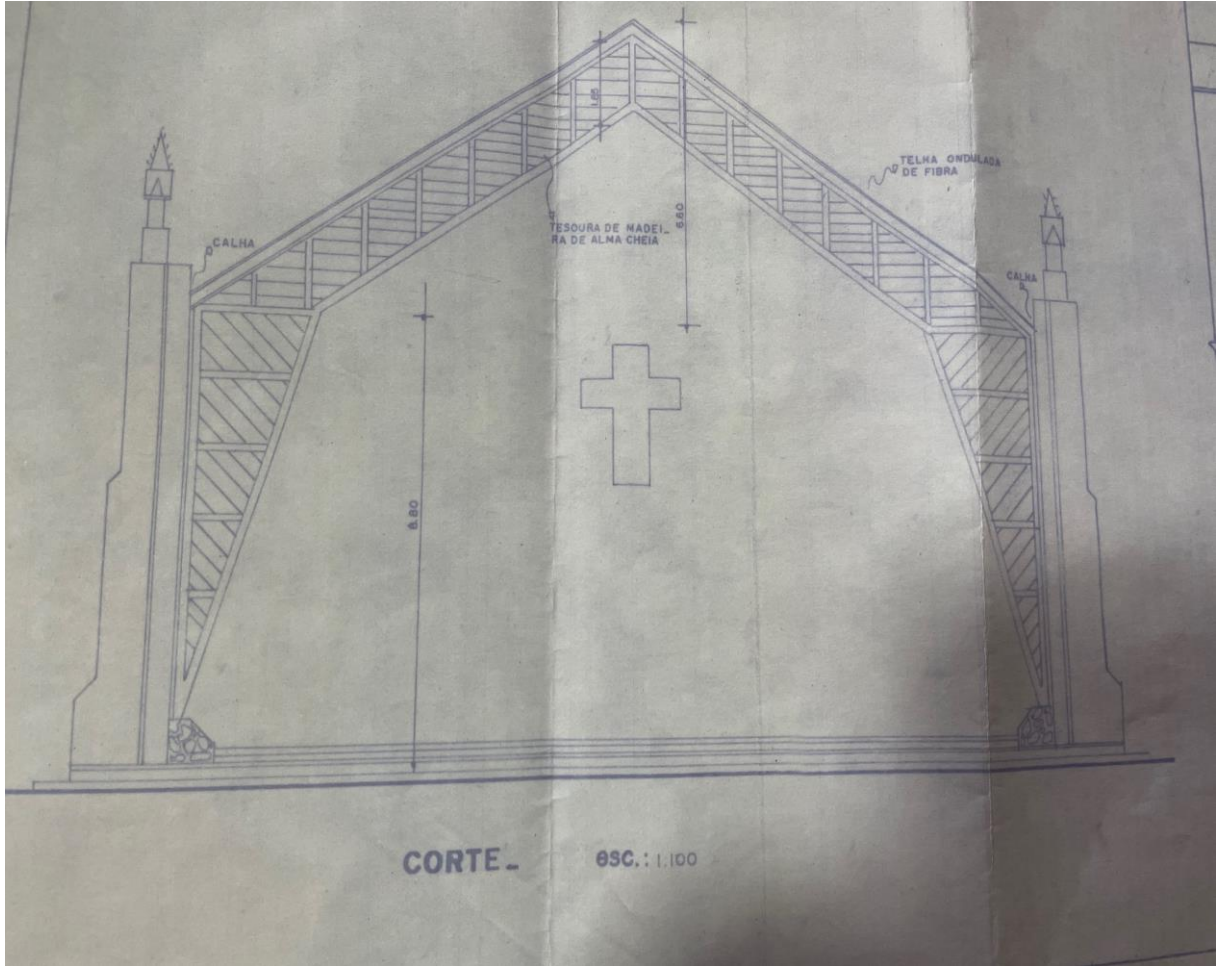
**Expansão da COBERTURA da Planta-Texto 01 - da Catedral São Luiz de Cáceres**

**TORRE – LAJE – TORRE**

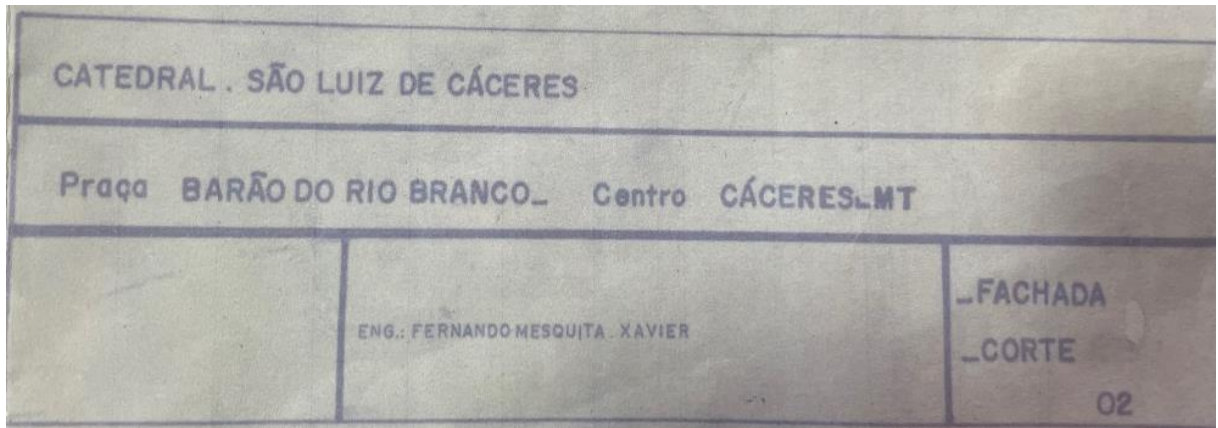
**COBERTURA ESC 1:200**

**ANEXO III**

**Expansão da Planta-Texto 2 – Catedral São Luiz de Cáceres  
(CORTE/LEGENDA/FACHADA)**



**CORTE ESC.: 1:100**



**Expansão da legenda da Planta-Texto 02 - FACHADA E CORTE da Catedral São Luiz de Cáceres**

Continuação da expansão da Planta-Texto 2 – Catedral São Luiz de Cáceres  
(FACHADA)



FACHADA ESC.: 1:100